



**LILIANA RAQUEL
RODRIGUES
FERNANDES**

MAÇONARIA E IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA





**LILIANA RAQUEL
RODRIGUES
FERNANDES**

MAÇONARIA E IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Portugueses, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

O júri

Presidente

Doutor Rui Filipe Guimarães de Araújo Magalhães
Professor Associado da Universidade de Aveiro

Doutor Vítor Rui Gomes Teixeira
Professor Auxiliar da Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto

Doutora Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

À Doutora Maria Manuel Baptista, pela orientação dedicada e rigorosa, por toda a informação e apoio disponibilizados, e, ainda, pela oportunidade de nela encontrar não só a professora, como também a pessoa generosa e amiga.

Ao Doutor Luís Miguel Andrade, por, desde os primeiros semestres da nossa Licenciatura, ter fomentado em nós o gosto pelo estudo da Cultura Portuguesa, através da sua forma entusiasta e cativante de dar voz à História de Portugal.

Aos Doutores Vítor Teixeira e Afonso Costa, pela disponibilidade e pelas valiosas informações cedidas.

Enfim, a todos aqueles que tornaram possível a concretização da presente dissertação.

Palavras-chave

Carbonária, Cultura Portuguesa, Maçonaria, Monarquia, Primeira República, Política, Republicanismo.

Resumo

Através da presente dissertação pretendemos contribuir para uma reflexão e um melhor entendimento da Maçonaria e respectivas esferas de influência, nomeadamente em território nacional e num período particularmente conturbado da vida política portuguesa: a passagem da Monarquia à República.

Procuramos, assim, proporcionar uma síntese geral sobre a bibliografia existente acerca deste assunto, levantando um pouco do “véu” e dissipando uma certa aura de “mistério” que, de algum modo, ainda pairam sobre as relações entre a Ordem, o Republicanismo, o Carbonarismo e o 5 de Outubro, incidindo sobre as suas repercussões no decurso da curta vida da Primeira República Portuguesa (1910 - 1926), fortemente marcada pela instabilidade.

Keywords

“Carbonária”, First Portuguese Republic, Freemasonry, Monarchy, Politics, Portuguese Culture, Republicanism.

Abstract

Through the present dissertation, we intend to contribute to both a reflection and a better understanding of Freemasonry and its influences, specifically in our country and in a particularly agitated period of the Portuguese political history: the changing from a Monarchy to a Republic.

Therefore, we try to present a general synthesis of the existing bibliography on this issue, both lifting a little of the “veil” and dissipating a certain “mystery” aura, which, somehow, still surround the relations among Freemasonry, Republicanism, “Carbonária” and the 5th of October, analysing its implications during the short life of the First Portuguese Republic (1910 - 1926), which was strongly characterized by instability.

FERNANDO PESSOA

INICIAÇÃO

*Não dormes sob os ciprestes,
Pois não há sono no mundo.*

*O corpo é a sombra das vestes
Que encobrem o teu ser profundo.*

*Vem a noite, que é a morte,
E a sombra acabou sem ser.
Vais na noite só recorte,
Igual a ti sem querer.*

*Mas na Estalagem do Assombro
Tiram-te os Anjos a capa.
Segues sem capa no ombro,
Com o pouco que te tapa.*

*Então Arcanjos da Estrada
Despem-te e deixam-te nu.
Não tens vestes, não tens nada:
Tens só teu corpo, que és tu.*

*Por fim, na funda caverna,
Os Deuses despem-te mais.
Teu corpo cessa, alma externa,
Mas vês que são teus iguais.*

*A sombra das tuas vestes
Ficou sempre entre nós na Sorte.
Não 'stás morto, entre ciprestes.*

Neófito, não há morte.

Presença, nº 35, Maio, 1932¹.

¹ Em MATOS, Norton de, PESSOA, Fernando, *Antologia a Maçonaria*. 2ª edição, José Ribeiro, Editor, 1993, p. 34.

Índice

	Pág.
Introdução	11
I – A Maçonaria	19
1.1. A Origem da Maçonaria	21
1.2. O que é a Maçonaria?	25
1.3. A Maçonaria Especulativa	31
1.4. Filosofia, Simbologia, Ritos e Rituais Maçónicos	41
1.5. Regularidade e Irregularidade Maçónicas	45
1.6. A Mulher na Maçonaria	51
II – Os Maçons na História de Portugal	59
2.1. O Surgimento e o Papel da Maçonaria na História de Portugal	61
III – Maçonaria e Republicanismo	67
3.1. Portugal – da Monarquia à Primeira República	69
3.1.1. A Maçonaria e o Movimento Republicano	71
3.1.2. A “Republicanização” pelas Ideias	79
3.1.3. Do <i>Ultimatum</i> ao 31 de Janeiro de 1891	89
3.1.4. Do Franquismo ao Regicídio	103
3.1.5. O Carbonarismo	111
3.1.6. O Reinado de D. Manuel II	123
3.1.7. Maçons, Carbonários e o 5 de Outubro	143
3.2. A Implantação da República	147
3.3. A Primeira República – Um ‘Balanço’	165
3.4. O Anticlericalismo	177
Conclusão	193

	Pág.
Anexos	205
Anexo I – Planta de Uma Loja	207
Anexo II – Graus e Ritos Maçónicos	209
Anexo III – Os Doze <i>Landmarks</i> Maçónicos	217
Anexo IV – Regras Para o Reconhecimento das Grandes Lojas Regulares	219
Anexo V – Maçons Ilustres	221
Anexo VI – Alguns Nomes Maçónicos da Actualidade	227
Anexo VII – O Hino Nacional	231
Anexo VIII – Texto de João Mendes Rosa	237
 Bibliografia	 241
 Webgrafia	 259

INTRODUÇÃO

“Poucos países terão sofrido mais que o nosso as perturbações lançadas pela [M]açonaria na vida religiosa e política, já pelos ocultos e disfarçados meios consagrados na prática daquela seita, já pela acção directa que transparentes véus não podem ocultar”².

“Quer falar já da Maçonaria? Não tenho nenhum problema em falar disso. Nunca fui da Maçonaria, apesar de haver muita gente que diz isso, nem nunca estive de alguma forma a ela ligado, directa ou indirectamente. Não tenho espírito para me subordinar à instituição e àquele ritual, sou muito individualista”³.

A presente dissertação, intitulada *Maçonaria e Implantação da República*, surge no âmbito do curso de Mestrado em Estudos Portugueses da Universidade de Aveiro e pretende ser um contributo para uma reflexão acerca das responsabilidades da Ordem Maçónica no derrube da Monarquia e consequente implantação do Regime Republicano em Portugal, bem como da acção dos *irmãos* maçons ao comando dos destinos da nação, naquela que constituiu a primeira experiência republicana no nosso país, e que não logrou passar da adolescência: a sua chama, inicialmente promissora, foi esmorecendo progressivamente até se extinguir por completo, decorridos escassos dezasseis anos após o seu nascimento de facto, em 1910⁴. Sucumbia ainda muito jovem, vítima de imprudências diversas e de “virulentas” lutas intestinas.

A opção por esta temática prende-se, essencialmente, com três motivos: a nossa inclinação pessoal; a actualidade e relevância histórica da Maçonaria; e,

² ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, Nova Ed., preparada e dirigida por Damião Peres. Porto – Lisboa, Livraria Civilização Editora, s. d., p. 278.

³ Declarações de Pinto Monteiro, Procurador-Geral da República, in: AZEVEDO, Ana Paula, RAINHO, Vítor, Entrevista a Pinto Monteiro – “Não sou homem de mão de ninguém”, in *Tabu*, p. 34 - 43, Semanário *Sol*, nº 58, 20 de Outubro de 2007, p. 37.

⁴ Empregamos a expressão “nascimento de facto” visto que, conforme verificaremos, a chama republicana há muito que vinha crescendo no coração, como na alma, dos mentores da implantação da República.

finalmente, a inexistência de estudos de síntese estritamente dedicados a esta matéria.

A actualidade e importância histórica da Ordem maçónica são hoje indiscutíveis: subsistem marcas mais ou menos evidentes e palpáveis da sua actuação ao longo dos tempos e por todo o mundo. A sua influência fez-se e faz-se sentir aos mais diversos níveis, desde o político e social⁵, passando pelos vestígios arquitectónicos e simbólicos em construções e edifícios carismáticos espalhados pelo globo⁶.

Também a imprensa espelha essa actualidade, desdobrando-se em referências à Maçonaria, directas ou implícitas, quer através dos seus mais altos representantes, quer através de outros *irmãos* que assumem papéis destacados na arena política nacional, e a propósito dos mais diversos (e polémicos) assuntos, não distinguindo, muitas vezes, o maçom do cidadão individual.

É, pois, neste contexto que chegam até nós notícias como as que davam conta do alegado envolvimento da Ordem no Caso Moderna⁷, ou, mais recentemente, no processo das escutas telefónicas (o qual culminou na demissão de Souto Moura do cargo de Procurador Geral da República), sendo que, a

⁵ Recorde-se o seu papel em efemérides como a Revolução Francesa, a independência do Brasil, a criação da União Europeia, entre muitas outras, bem como as suas relações com o Rotary Internacional, contando-se muitos *irmãos* entre os *companheiros* rotarianos.

Cf.

http://images.google.pt/imgres?imgurl=http://www.triplov.com/carbonaria/head.jpg&imgrefurl=http://www.triplov.com/carbonaria/bons_primos/waldemar_sansao/index.htm&h=252&sz=50&hl=pt-PT&start=135&um=1&tbid=rrL4SSG4do8AzM:&tbnh=130&tbnw=66&prev=/images%3Fq%3Dma%25C3%25A7onaria%26start%3D120%26ndsp%3D20%26um%3D1%26hl%3Dpt-PT%26sa%3Dn&http://www.estrela.rudah.com.br/modules/news/print.php?storyid=13

⁶ Por exemplo, a República Portuguesa deificada é em tudo igual à deusa da liberdade e democracia francesas de Delacroix, apresentando uma coroa circular de ramos de acácia, um dos símbolos maçónicos mais emblemáticos, que também está presente num pormenor de janela da Câmara Municipal de Lisboa, no Selo Oficial de Portugal e nos mais diversos logótipos, como, entre outros, o da Organização das Nações Unidas, o do Fundo Monetário Internacional, o da Confederação dos Agricultores de Portugal, o da Ordem dos Advogados (que apresenta igualmente outros símbolos maçónicos internacionais, como o mocho, a lamparina e o livro aberto), o do Grupo Tivoli, o da Interfer, o da Associação Portuguesa das Empresas de Mediação Imobiliária, o da Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação do Porto, o do Departamento de Psicologia / Sociologia da Universidade Autónoma de Lisboa, o da Universidade do Estado da Virgínia e até no do concurso televisivo lançado pela RTP “Os Grandes Portugueses”. Por seu turno, o olho-que-tudo-vê, outro dos principais símbolos maçónicos, surge no logótipo da Biblioteca Museu República e Resistência, nas notas de 1 dólar americanas, etc. Também o Brasão Oficial do Brasil e mesmo uma moeda cubana, cunhada em pleno regime de Fidel Castro, se apresentam repletos de simbologia maçónica. Cf. <http://acrisedeportugal.blogspot.com/>.

⁷ Caso que provocou graves cisões no seio da Maçonaria.

respeito deste, António Reis – Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano e ex-deputado do Partido Socialista – garante que “[a] Maçonaria tem as costas largas”⁸, não se mostrando minimamente consternado.

O processo Casa Pia deu igualmente azo a inúmeras especulações, nomeadamente aquando da aprovação dos novos códigos Penal e de Processo Penal, com votos do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, tendo Catalina Pestana, ex-Provedora da instituição, lançado suspeitas de que os novos códigos tivessem surgido em reacção ao processo agora em julgado. Em declarações à revista *Tabu*, Pestana afirma:

“(...) havia um pacto para a Justiça, além de que a diferença entre os dois partidos hoje em dia tem de se ver ao microscópio, já não basta uma lupa... Quanto às oposições, o meu sentimento é que esta votação ultrapassa muito os partidos e que algumas alterações foram lideradas por outra forma que as pessoas têm de se organizar... mais discreta... (...) O vosso director, José António Saraiva, num artigo que escreveu, foi a primeira pessoa a dizer que muitos dos casos que ocorreram no processo Casa Pia foram reflexo das guerras na Maçonaria. Mesmo assim, eu não digo ‘a Maçonaria’, mas sim alguns sectores da Maçonaria. Porque a Maçonaria não é uma associação de malfeitores, mas tem um defeito tenebroso: os seus elementos protegem-se todos uns aos outros”⁹.

Por último, até Mário Machado, líder nacional dos Hammerskins, um movimento internacional extremista, atribui à Maçonaria, particularmente a Rui Pereira, as “culpas” pela sua prisão e pelas “perseguições” de que se considera vítima¹⁰!

Há, todavia, quem defenda que a Ordem não possui qualquer espécie de poder, como é o caso de Abel Pinheiro, administrador da empresa Grão-Pará, ex-homem-forte das finanças do Partido Popular, e maçom há mais de duas décadas¹¹.

⁸ Vide *Semanário Sol*, 5 de Outubro de 2007.

⁹ AZEVEDO, Ana Paula, CABRITA, Felícia, Entrevista a Catalina Pestana – “Agora sou a provedora dos miúdos”, in *Tabu*, p. 59, *Semanário Sol*, nº 57, 13 de Outubro de 2007.

¹⁰ Cf. CRISTÃO, Catarina, Entrevista a Mário Machado – “Preferimos a morte à desonra”, in *Tabu*, p. 36 - 43, *Semanário Sol*, nº 61, 10 de Novembro de 2007.

¹¹ Cf. VILELA, António José, ESTEVES, Fernando, “As ligações poderosas da organização que não quer aparecer – A Maçonaria por dentro”, in: *Sábado*, Nº 161, 31 de Maio a 6 de Junho de 2007, p. 43.

Convenhamos, no entanto, que se a Maçonaria não tem poder oficialmente, pelo menos está representada em vários órgãos do poder. Por exemplo, Rui Pereira, o actual Ministro da Administração Interna, já foi director do Serviço de Informações de Segurança (SIS), entre 1997 e 2000, mantendo, desde então, relações próximas com o mundo da espionagem portuguesa. Rui Pereira é também olhado como uma ponte entre o Grande Oriente Lusitano e a Grande Loja Regular de Portugal (G.L.R.P.), através do seu grande amigo José Manuel Anes. Além de Grão-Mestre honorário da G.L.R.P., Anes dirige a revista maçónica *Aprendiz*, bem como a publicação *Segurança e Defesa*, lançada em Outubro de 2006 pela editora Diário de Bordo, onde escrevem elementos ligados aos serviços secretos¹².

Na verdade, os membros da Maçonaria têm marcado presença na definição das opções do país, em especial junto de governos socialistas. Há áreas em que os *irmãos* actuaram desde sempre, como a administração interna e os serviços de informações, e outras em que a sua influência é grande¹³.

O próprio D. António Marcelino, bispo emérito da diocese de Aveiro, acusa o Partido Socialista de estar "(...) publicamente de mãos dadas com a Maçonaria (...) "¹⁴, a fim de "(...) fechar o homem, por via da educação nas escolas e meios de comunicação social, à dimensão do transcendente"¹⁵. Segundo este, "(...) a Maçonaria portuguesa está a aparecer, de novo, com algum espírito de 'carbonária', eivada de um acirrado laicismo, tendo no horizonte os 'valores republicanos', lidos unilateralmente, e empenhando-se por introduzi-los como inspiradores das leis que devem reger o povo"¹⁶. "Impor é matar e destruir"¹⁷, atesta, frisando que aquele movimento está empenhado em "(...) fechar a Igreja na sacristia, ignorar os valores cristãos, fazer

¹² Cf. *loc. cit.*.

¹³ Para mais informações acerca deste assunto *vide* Anexo VI – Alguns Nomes Maçónicos da Actualidade.

¹⁴ MARCELINO, D. António, "Maçonaria República e Poder Governativo", *in: Síntese*, nº 186, Julho – Setembro, 2007, p. 55.

¹⁵ *Op. cit.*, p. 54 - 55.

¹⁶ *Op. cit.*, p. 54.

¹⁷ *Loc. cit.*

tábua rasa de uma cultura milenária, negar a história pátria e secar as suas raízes vitais, mudar o sentido das instituições que dão consistência à sociedade (...)"¹⁸.

No entender de D. António Marcelino, se este "laicismo redutor" corresponder ao programa político actualizado do Partido Socialista, então, da democracia apenas restará um "povo decapitado", sendo o Partido Socialista uma mera "(...) galeria vistosa, com muita gente alienada e encostada (...)"¹⁹, enquanto que a Maçonaria não passará de uma "(...) estratégia táctica de servir e de se servir de um poder sem ideologia"²⁰.

Posto isto, pareceu-nos relevante recuar um pouco na nossa História, com o intuito de analisar e proceder a uma síntese da importância e acção da Maçonaria na preparação, implantação e vigência da Primeira República Portuguesa.

Assim, optámos por dividir o nosso trabalho em três etapas ou capítulos fundamentais, intitulados: "A Maçonaria"; "Os Maçons na História de Portugal"; e "Maçonaria e Republicanismo"; os quais, por seu turno, se encontram subdivididos em vários pontos de interesse no que toca ao presente estudo.

Através do primeiro capítulo procuramos elucidar o leitor acerca da Maçonaria, nomeadamente, no que concerne às suas origens, definições, filosofia, simbologia, rituais e ritos, bem como abordar alguns aspectos essenciais, como o carácter especulativo da Ordem, a regularidade e irregularidade maçónicas, e ainda a questão da mulher e do seu lugar no seio da Maçonaria.

Num segundo capítulo tecemos algumas considerações sobre o surgimento e o papel desta Ordem iniciática na História de Portugal.

Ao longo do terceiro capítulo analisamos as relações entre Maçonaria e Republicanismo em Portugal, desde os antecedentes da implantação da Primeira República até à sua queda, em 1926.

Surgem, neste capítulo, quatro subcapítulos de primordial importância, intitulados: "Portugal – da Monarquia à Primeira República"; "A Implantação da República"; "A Primeira República – Um 'Balanço'; e "O Anticlericalismo".

¹⁸ *Loc. cit.*

¹⁹ *Op. cit.*, p. 55.

²⁰ *Loc. cit.*

No decurso do primeiro aludimos, nomeadamente, às ligações entre a Maçonaria e o Movimento Republicano, à “Republicanização” pelas ideias, ao período compreendido entre o humilhante *Ultimatum* e a malograda revolta de 31 de Janeiro de 1891, à ditadura de João Franco e ao infame regicídio que se lhe seguiu, ao fenómeno do carbonarismo, ao atribulado reinado do jovem e impreparado D. Manuel II, e, ainda, às relações entre maçons, carbonários e o 5 de Outubro de 1910.

No segundo subcapítulo referido discorremos acerca da implantação da República em vigor de 1910 a 1926.

Ao longo do terceiro procuramos realizar um ‘balanço’ da Primeira República portuguesa, e, num quarto, mas não menos relevante, subcapítulo, sublinhamos o seu carácter anticlerical.

Seguem-se as conclusões que retirámos da elaboração deste trabalho, bem como alguns anexos que nos mereceram destaque, e, finalmente, as devidas menções ao nosso *corpus* de referência.

I – A Maçonaria

1.1. A Origem da Maçonaria

“É sabido que a história da Maçonaria tem vindo a fazer-se «ao acaso» com sabor a mito, a lenda e inclusivamente a conto de terror”²¹.

“A [M]açonaria oferece uma via de aperfeiçoamento espiritual que tem características muito próprias, assente numa cultura que vem sendo burilada ao longo de séculos e que se espraia por todo o mundo”²².

Não existe uma opinião única e consensual acerca da origem da Maçonaria. É quase como se esta estivesse envolta na névoa dos tempos, das lendas e dos mitos²³.

Na verdade, segundo A. H. de Oliveira Marques, sobre a origem da Maçonaria “(...) têm-se gasto rios de tinta e escrito as mais fantasiosas histórias (...)”²⁴, sendo que “(...) [d]esde os mistérios de Elêusis ao rei Salomão e à Ordem do Templo, tudo tem servido a maçons, desejosos de exaltar a antiguidade da Ordem, e a profanos²⁵ não menos desejosos de denegrir essa mesma Ordem, para escreverem patranhas e balelas, confrangedoras pela ingenuidade e ignorância que revelam”²⁶.

²¹ MOLLEDA, Maria Dolores Gómez, “Masonería y Democracia en la España Contemporánea”, in: Pedro Alvarez Lázaro (coord.), *Maçonaria, Igreja e Liberalismo – Masonería, Iglesia y Liberalismo*. Actas da Semana de Estudos da Faculdade de Teologia (Porto, 1 a 4 de Fevereiro de 1994). Porto, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, Universidade Católica Portuguesa, Madrid, Universidad Pontificia Comillas, 1996, p. 73. Tradução nossa.

²² Trovão do Rosário, em entrevista conduzida por Inês Cardoso, in *Jornal de Notícias*, Edição Norte, Nº 297 ano 119, Domingo 25 de Março de 2007, p. 11.

²³ Cf. ARNAUT, António, *Introdução à Maçonaria*. 5ª ed.. Coimbra Editora, 2006, p. 23 - 28.

²⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 37.

²⁵ Leia-se “não maçons”.

²⁶ *Loc. cit.*

Por seu turno, W. L. Wilmshurst, por meio da sua obra intitulada *Maçonaria – Raízes e Segredos da sua História*, procura explicá-la sublinhando a sua pretensa relação com os Antigos Mistérios²⁷, dos quais seria “(...) ainda que de forma muito atenuada, directa descendente espiritual”²⁸.

Já para António Carlos Carvalho, embora os antigos oradores e historiadores maçónicos costumassem afirmar quer que a origem da Maçonaria se perdia através dos tempos, quer que esta remontava ao próprio Adão, pretendiam na realidade dizer que desconheciam qual e quando havia sido o verdadeiro ponto de partida da Ordem²⁹.

Ainda de acordo com este autor, o único modo legítimo de tentar chegar a uma conclusão válida será “(...) procurar os elementos comuns, presentes através de toda a História conhecida da Ordem (...)”³⁰, destacando a primordialidade do seu simbolismo, a qualidade da sua Iniciação, bem como a tradicionalidade da sua missão, aspectos que abordaremos mais adiante.

Por ora, e conscientes da pluralidade e diversidade de opiniões a este respeito, ficar-nos-emos pela explicação mais amplamente aceite e segura, que atribui a génese da Maçonaria aos grémios de construtores medievais.

De facto, as corporações dos mesteres conheciam outras preocupações que não as de carácter puramente profissional, preocupações essas de natureza religiosa, iniciática, caritativa e mesmo cultural. Possuíam patronos próprios, os seus mistérios, festas rituais (que remetiam frequentemente para a Antiguidade, não obstante o *disfarce* cristão), e destacavam-se pela sua intensa solidariedade.

Citando A. H. de Oliveira Marques, “[a] corporação dos pedreiros, ligados à nobre arte da arquitectura, incluía-se entre as mais importantes, respeitadas e ricas em simbologia e em segredos. Nela se fundiam princípios, práticas e tradições de construção que remontavam aos Egípcios, aos Hebreus, aos Caldeus, aos Fenícios, aos Gregos, aos Romanos e aos Bizantinos, [enfim], a

²⁷ Cf. WILMSHURST, W. L., *Maçonaria – Raízes e Segredos da sua História*. Lisboa, Prefácio – Edição de Livros e Revistas, Lda., 2002.

²⁸ *Op. cit.*, p. 13.

²⁹ Cf. CARVALHO, António Carlos, *Para a História da Maçonaria em Portugal 1913 – 1935*. Col. Janus, 2ª ed.. Lisboa, Vega Lda., 1993, p. 25.

³⁰ *Op. cit.*, p. 26.

todo o *corpus* da civilização europeia”³¹. No entanto, defende o autor que é nesta medida, e só *nela*, que podemos ligar a Maçonaria a uma remota Antiguidade.

Assim, embora seja notória, como verificaremos, a presença, na cristalização maçónica actual, de todo um conjunto de elementos que lembram a organização das ordens de cavalaria e, sobretudo, o ideário dos Templários, bem como de vocabulário relacionado com o judaísmo bíblico, parece-nos que “(...) esta associação [fica a dever-se] mais à influência que os Templários exerceram na construção civil e religiosa e nas próprias corporações dos pedreiros do que a uma relação directa entre a Ordem do Templo e a Ordem Maçónica”³². Convém referir que grande parte dos Ritos³³, ditos escocês e francês, com a sua complexa emblemática, foi *inventada* no século XVIII nas cortes e salões aristocráticos de países como a Alemanha, a França e a Inglaterra³⁴.

Posto isto, e de modo assaz sucinto, poder-se-ia dividir a História da Maçonaria em três grandes períodos³⁵.

O primeiro, em que a Maçonaria é denominada de *operativa* e que abrange aproximadamente os séculos XIII a XVI, coincide com a edificação das grandes catedrais góticas, correspondendo a uma época em que o centro de união dos colectivos maçónicos gravita em torno do ofício da construção e da arquitectura.

Todavia, embora tal ainda não se verificasse de modo expressivo, já desde o século XV “[a]s corporações dos pedreiros, como muitas outras, podiam aceitar (...) determinadas pessoas que, em rigor, lhes estariam à margem. Era o caso de estrangeiros, de clérigos, de agregados à profissão, de personalidades desejosas de se integrarem numa associação útil que os protegesse ou, pelo contrário, de

³¹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 37.

³² *Op. cit.*, p. 38.

³³ Embora na obra supra-citada Oliveira Marques utilize o termo “rituais”, pensamos que o vocábulo “Ritos” será o mais adequado à ideia que o autor pretende transmitir, pois refere-se a sistemas rituais maçónicos. Porém, sobre esta matéria discorreremos mais adiante.

³⁴ Cf. *Loc. cit.*.

³⁵ Cf. LÁZARO, Pedro Alvarez, “Origen, Evolución y Naturaleza de la Masonería Contemporánea”, in: Pedro Alvarez Lázaro (coord.), *Maçonaria, Igreja e Liberalismo – Masonería, Iglesia y Liberalismo*. Actas da Semana de Estudos da Faculdade de Teologia (Porto, 1 a 4 de Fevereiro de 1994). Porto, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, Universidade Católica Portuguesa, Madrid, Universidad Pontificia Comillas, 1996, p. 33 - 34.

personalidades que pudessem servir de protecção ou de utilidade à corporação”³⁶.

O segundo período, designado como o dos *maçons aceites*, compreende o século XVII, englobando ainda o início do século XVIII, tratando-se de uma época de transição em que as sociedades maçónicas foram, progressivamente, admitindo no seu seio membros honoríficos, que não se dedicavam especificamente à construção.

O terceiro tem início em 1717, estendendo-se até à actualidade. É a época da Maçonaria *especulativa*, composta por membros aceites (essencialmente burgueses, aristocratas e intelectuais³⁷), que se distancia da arte da construção e persegue exclusivamente uma finalidade ética, ainda que conservando a terminologia e símbolos próprios dessa mesma arte.

Em suma, “[l]igação directa com um passado, só a encontramos no que [concerne] ao corporativismo obreiro. Como [afirma] o historiador da Maçonaria Paul Naudon, numa frase concisa e perfeita, «a franco-maçonaria apresenta-se como a continuação e a transformação da organização de mesteres da Idade Média e do Renascimento, na qual o elemento *especulativo* tomou o lugar do elemento *operativo*»”³⁸.

Concluindo, e a propósito do supra-referido, aqui fica uma velha fábula que nos parece esclarecedora:

“Nos tempos recuados da [M]açonaria operativa, três canteiros lavravam uma pedra. Um passante interpelou-os:

- O que fazem vocês?
- Trabalho para ganhar a vida – respondeu o primeiro.
- Talho uma pedra – disse o segundo.
- Construo uma catedral – extasiou-se o terceiro.

É claro que só este era maçom e que os outros não poderiam sê-lo...”³⁹.

³⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 38.

³⁷ Cf. ANES, José Manuel, *Maçonaria Regular*. Lisboa, Hugin Editores, Lda., 2003, p. 18.

³⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 37.

³⁹ ARNAUT, António, *Introdução à Maçonaria*. 5ª ed.. Coimbra Editora, 2006, p. 88 - 89.

1.2. O que é a Maçonaria?

“A palavra [«M]açonaria[»] remete-nos para um mundo obscuro e até mesmo perigoso”⁴⁰.

“Aquele que apenas conhece os temas maçónicos sem ter lido o que os maçons escrevem sobre eles, não conhece a Maçonaria”⁴¹.

A questão da origem da Maçonaria, tratada no ponto anterior, remete-nos já para uma outra questão fundamental e não menos complexa, sobre a qual nos debruçaremos de seguida: afinal, em que consiste a Maçonaria?

Como muito bem referem Bruno Nunes e Frederico de Carvalho, infelizmente temos por hábito repudiar aquilo que desconhecemos, e no caso da Maçonaria repudiamos-la porque, além de não a conhecermos, o que dela ouvimos só alimenta essa desconfiança⁴². Ainda hoje, no norte mais recôndito do nosso país, sempre que se pretende insinuar que uma pessoa é má diz-se comumente “és maçónico!”⁴³.

Consciente disto mesmo, Amando Hurtado não hesita em afirmar: “[h]á quem identifique claramente o nosso trabalho como uma forma de culto «luciferino»”⁴⁴.

Não será, portanto, de espantar que, mais ou menos amiúde, surjam na imprensa declarações depreciativas, ou mesmo “inflamadas” e nada abonatórias

⁴⁰ PIZARRO, Paulo, “Outro Mistério, outro olhar sobre a Maçonaria”, *in: Magazine Grande Informação*, Nº 7, Junho de 2006, p. 31.

⁴¹ Álvaro Carva, Grão-Mestre da Grande Loja Nacional Portuguesa, no prefácio a HURTADO, Amando, *Nós, os Maçons*. Maia, Ver o Verso Edições, Lda., 2006, p. 13.

⁴² Cf. NUNES, Bruno Miguel, CARVALHO, Frederico Bérnard de, *Do Secreto ao Discreto – Maçonaria em Portugal*. Lisboa, Produções Editoriais, Lda., 2006, p. 9.

⁴³ Cf. *op. cit.*, p. 16.

⁴⁴ HURTADO, Amando, *Nós, os Maçons*. Maia, Ver o Verso Edições, Lda., 2006, p. 25. Itálico nosso.

acerca da Ordem, como as recentemente proferidas por Otto Czernin, director da revista *Magazine Grande Informação*:

“[a] [M]açonaria é uma questão de crianças adultas com problemas de infância mal resolvidos, a isto junta-se um fascínio doentio pelo poder, falta de independência de espírito, personalidade fraca e temos o retrato robot do *maçon*.

Quem andou à solta na rua, ou em colégios internos sabe do que estou a falar: o *gang* é tudo, quem está dentro está protegido [,] os que estão de fora, o melhor é não estorvar.

Mais tarde os mais práticos passam a mafiosos, os mais intelectuais a *maçons*, uma espécie de malandro com curso superior e uma cultura acima da média.

A [M]açonaria transforma brincadeiras de crianças em brincadeiras de homens, pequenas ciladas em golpes de [E]stado, mentiras em campanhas de difamação, segredinhos em conspirações, pequenas aldrabices em fraudes, beliscões em assassínios, e por aí fora, tudo isto envolto num manto de espiritualidade e boas intenções, recheado de aventais e martelinhos, simbolismos que fazem lembrar as colecções de soldadinhos de chumbo da nossa infância. (...)⁴⁵.

Não obstante opiniões como a que acabámos de transcrever, e que nos parece francamente exagerada, o facto é que existem actualmente cento e cinquenta e sete organizações de Maçonaria Regular espalhadas por cinco continentes, estimando-se em, pelo menos, dez milhões o número total de maçons no mundo, como pode ler-se no *Jornal de Notícias* de 26 de Junho de 2006⁴⁶. Há mesmo quem aponte para que esse número tenha já sido suplantado em mais de um milhão, o que perfaz um total de mais de onze milhões de Irmãos à escala global⁴⁷.

Portugal não ficou indiferente a esta expansão, sendo que, num espaço de apenas cinco anos⁴⁸, só a Grande Loja Legal de Portugal quase duplicou o número de membros (que ronda agora um milhar) e cresceu substancialmente na faixa dos vinte e cinco aos trinta anos, evidenciando actualidade e uma estrutura

⁴⁵ CZERNIN, Otto, “Soldadinhos de chumbo e jogos de poder”, in: *Magazine Grande Informação*, Nº 7, Junho de 2006, p. 6.

⁴⁶ Cf. CARDOSO, Inês, “Congresso – Maçonaria duplicou membros e ganhou faixas mais jovens”, in: *Jornal de Notícias*, Edição Nacional, Nº 25 ano 119, Segunda-feira 26 de Junho de 2006, p. 15.

⁴⁷ Cf. <http://www.maconaria.net/organizacao.shtml>.

⁴⁸ De 2001 a 2006.

cada vez mais jovem⁴⁹. Desenvolvimento idêntico conheceu o Grande Oriente Lusitano, cujo Grão-Mestre e porta-voz, António Reis, declarou recentemente, em entrevista ao semanário *Expresso*, que a Obediência por si representada duplicou o número de filiados durante a última década, facto que interpreta como sinónimo de abertura e crescimento⁵⁰.

A verdade é que não nos importa aqui emitir quaisquer juízos de valor, pelo que, na tentativa de dar uma resposta séria a esta interrogação (o que é a Maçonaria?), começaremos por analisar etimologicamente o próprio vocábulo.

Assim, e segundo Amando Hurtado⁵¹, a palavra *maçon* é de origem frâncica⁵² e procede do germânico *mattjon*, que deriva para *metze*, em alemão antigo, e para *makyon* em língua franca, para se transformar em *mascun* ou *machun*, em francês antigo. Significava “cortador” ou “talhador”. *Steinmetzer* era, em alemão, o canteiro ou o trabalhador de pedras.

O vocábulo mais próximo no baixo latim medieval seria *massa*, se bem que designando “amassilho”, “massa” ou “maço”. O Dicionário da Real Academia Espanhola recolhe o termo *mazonero* e a palavra *mazonar* aplicados, respectivamente, ao que faz a massa ou argamassa para unir as pedras de uma construção e a acção que realiza. Deste modo, em espanhol, aquele que amassa poderia receber o nome de *mazón* ou *mazonero*.

Com efeito, aludia-se a alguém que trabalhava na construção, mas não a um talhador de pedras. O equivalente espanhol do termo germânico *metzer* e do frâncico *mascun*, ainda que sem relação etimológica com eles, seria “canteiro”, palavra provavelmente céltica que surge em castelhano cerca do século XIII, de acordo com Corominas.

Por outro lado, em latim as pedreiras das quais se extraía a pedra denominavam-se *latomiae* ou *lautumiae*, e daí que “Latomia” seja uma outra forma de designar a Maçonaria.

⁴⁹ Cf. CARDOSO, Inês, “Congresso – Maçonaria duplicou membros e ganhou faixas mais jovens”, in: *Jornal de Notícias*, Edição Nacional, Nº 25 ano 119, Segunda-feira 26 de Junho de 2006, p. 15.

⁵⁰ Cf. LOPES, Isabel, Entrevista a António Reis – “Os maçons ajudam-se uns aos outros como numa família”, in: *Única*, 5 de Maio de 2007, p. 74 - 88, *Expresso*, Nº 1801, 5 de Maio de 2007, p. 84.

⁵¹ Cf. HURTADO, Amando, *Nós, os Maçons*. Maia, Ver o Verso Edições, Lda., 2006, p. 33 - 34.

⁵² A língua germânica dos Francos, antes de ter sido latinizada e convertida em francês.

Hurtado prossegue o seu raciocínio focalizando a sua atenção no prefixo *franco*, que, agregado ao termo *maçon*, parece consolidar-se em Inglaterra no século XIV, para sublinhar a situação social dos maçons que se dedicavam a um tipo de construção qualificado.

Explicita Hurtado que no que respeita à origem desta designação existem, pelo menos, dois critérios: o dos historiadores que defendem o surgimento da palavra *freemason*⁵³ (maçon livre ou franqueado) relacionando-a com o trabalho da *free-stone* (pedra livre ou calcária, de fácil cinzelação), por oposição ao *roughmason* que realizava trabalhos mais elementares (com pedra dura); e a daqueles que consideram, sem dúvida apoiando-se em dados históricos deveras consistentes, que a “franquia” para que remetia a expressão “franco-maçon” ou “maçon franco” era a usufruída pelos artesãos que não se encontravam estritamente sujeitos a regulamentações municipais ou reais, obrigatórias para os praticantes de ofícios na Idade Média⁵⁴.

Oferece ainda mencionar que o termo *maçon* foi introduzido na Península Ibérica durante o século XVIII para designar especificamente os membros da Ordem Franco-maçónica. Por este motivo, em português como em espanhol, o uso do prefixo “franc” (franco, livre) para aludir aos Irmãos maçons torna-se redundante, diferentemente do que ocorre, por exemplo, nas línguas inglesa e francesa, em que os vocábulos *mason* e *maçon*, sem prefixo, designam alvanéis⁵⁵, recebendo o nome de *freemason* ou *franc-maçon* apenas os iniciados como construtores simbólicos, ou seja, os maçons pertencentes à Ordem Maçónica moderna.

Por seu turno, A. H. de Oliveira Marques revela-se bastante mais sucinto nesta matéria. Explica o autor que o termo “Maçonaria” provém do francês

⁵³ Ou *free-mason*. De facto, considerando o nosso *corpus* de referência, esta palavra surge hifenizada em algumas obras, o mesmo não sucedendo noutras, que seguem a tendência que actualmente se verifica na língua inglesa.

⁵⁴ Na Escócia, aqueles que ostentavam o título de “mestre” nas associações corporativas em que se agrupavam os trabalhadores de cada ofício eram “liberados”, isto é, isentos de certas obrigações municipais. Em França, o *Livro dos Ofícios*, redigido por Esteban Boileau em 1286, recompilava e detalhava as normas estatutárias pelas quais se regiam as diversas confrarias parisienses.

⁵⁵ O vocábulo “alvanel” é de origem árabe, procedendo do termo *ballasa* (de *balis*, que significa “tragar”) e designava, entre os muçulmanos espanhóis da época medieval, os poceiros e construtores de encanamentos para esgotos, tendo-se, posteriormente, alargado aos construtores de outras edificações.

“Maçonnerie”, significando uma qualquer construção levada a cabo por um pedreiro, o “Maçon”⁵⁶.

Por conseguinte, “[a] Maçonaria terá (...) como objectivo essencial (...) a edificação de qualquer coisa. O *maçon*, o pedreiro-livre em vernáculo português, será portanto o construtor, o que trabalha para erguer um edifício”⁵⁷.

A referida análise etimológica vai, pois, ao encontro da origem *operativa*, ou de Ofício da Maçonaria.

Porém, como tivemos oportunidade de verificar, esta Maçonaria *operativa* foi, por meio de uma transformação que levou séculos, e em larga medida devida à aceitação de novos membros exteriores ao ofício da construção, assumindo um cariz cada vez mais acentuadamente especulativo, abraçando objectivos éticos. Daí que, no entender de António Arnaut, a palavra “maçon” possa, modernamente, ser traduzida por “livre-pensador”, em nome de uma Maçonaria *filosófica*, ou *especulativa*⁵⁸.

Será, pois, a esta Maçonaria *especulativa* que dedicaremos a nossa atenção ao longo das próximas páginas.

⁵⁶ Em francês *franc-maçon*, em inglês *freemason*, em alemão *freimaurer*, designando sempre o maçon, pedreiro-livre (que tem liberdade de trabalhar por conta própria).

⁵⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 17.

⁵⁸ Cf. ARNAUT, António, *Introdução à Maçonaria*. 5ª ed.. Coimbra Editora, 2006, p. 15 e p. 28.

1.3. A Maçonaria Especulativa

“*Exotérico* é tudo o que é *exterior*, o que aparece ante nós objectivado. Nas antigas escolas iniciáticas eram ministrados aos aspirantes conhecimentos elementares, anteriores à iniciação, que recebiam esse nome. *Esotérico* é o interior, o íntimo, o que não aparece à primeira vista e requer um aprofundamento feito pessoalmente. O conhecimento iniciático é esotérico e secreto neste sentido”⁵⁹.

É na Maçonaria *especulativa* que encontramos as características antropológicas e sociais da Maçonaria actual⁶⁰.

Modernamente fundada em Inglaterra, a 24 de Junho⁶¹ de 1717, com o advento da Grande Loja de Londres, como vimos a Maçonaria reúne actualmente mais de onze milhões de membros em todo o mundo⁶².

Todavia, e segundo Arnaut, “[m]ais do que uma organização, a Maçonaria é uma *ideia*, que só pode ser assimilada pela contínua e interessada participação nos seus trabalhos”⁶³.

Na verdade, refere A. H. de Oliveira Marques, a Maçonaria não possui leis gerais nem livro sagrado que a definam ou “(...) obriguem todo o maçom através do Mundo”⁶⁴. Não sendo uma religião, uma vez que não oferece salvação, não é dogmática.

⁵⁹ HURTADO, Amando, *Nós, os Maçons*. Maia, Ver o Verso Edições, Lda., 2006, p. 85.

⁶⁰ Cf. LÁZARO, Pedro Alvarez, “Origen, Evolución y Naturaleza de la Masonería Contemporánea”, in: Pedro Alvarez Lázaro (coord.), *Maçonaria, Igreja e Liberalismo – Masonería, Iglesia y Liberalismo*. Actas da Semana de Estudos da Faculdade de Teologia (Porto, 1 a 4 de Fevereiro de 1994). Porto, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, Universidade Católica Portuguesa, Madrid, Universidad Pontificia Comillas, 1996, p. 41 - 44.

⁶¹ Assinala-se neste dia a festa de S. João Baptista, patrono da Maçonaria. Cf. ARNAUT, António, *Introdução à Maçonaria*. 5ª ed.. Coimbra Editora, 2006, p. 29.

⁶² Cf. <http://www.maconaria.net/organizacao.shtml>.

⁶³ ARNAUT, António, *Introdução à Maçonaria*. 5ª ed.. Coimbra Editora, 2006, p. 87.

⁶⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 17.

De facto, em cada país e com o decorrer dos séculos, foram promulgados estatutos numerosos que “(...) fizeram fé para comunidades diferentes no tempo e nos costumes”⁶⁵. Contudo, isso não obsta a que a Maçonaria possua um determinado número de princípios básicos, aceites por todos os Irmãos em todas as partes do globo. É, aliás, essa aceitação, que possibilita a “(...) fraternidade universal dos maçons (...)”⁶⁶, bem como a sua “(...) condição de grande família no seio da Humanidade, sem que, no entanto, exista uma potência maçónica à escala mundial nem um Grão-Mestre, tipo Papa, que centralize o pensamento e a acção da Ordem”⁶⁷. Pode, inclusivamente, falar-se de um conjunto de características institucionais comuns a todas as famílias maçónicas que permite a sua identificação⁶⁸.

Entre esses princípios básicos contam-se a **Justiça Social**, o **Aclassismo**, o **Aperfeiçoamento Intelectual**, a **Fraternidade**, o **Internacionalismo**, a **Democracia**, a **Igualdade**, o **Ritual** e a **Iniciação**⁶⁹, sobre os quais teceremos, em seguida, algumas considerações.

Assim, acerca da **Justiça Social** há a referir que o homem, como a própria sociedade, são passíveis de aperfeiçoamento, o qual é aceite e promovido pela Maçonaria.

Todavia, para além da solidariedade e da justiça, a Ordem não define os meios rigorosos pelos quais essa transformação deverá ocorrer, nem os modelos em que ela possa, eventualmente, desembocar.

Com efeito, nada existe no seio da Maçonaria que faça rejeitar uma sociedade de tipo socialista ou de tipo liberal, “[o] que lhe importa é um homem melhor dentro de uma sociedade melhor”⁷⁰.

Neste contexto, podemos dizer que o maçõn pretende construir o seu futuro, tornando-se melhor, da mesma forma que a Maçonaria pretende construir

⁶⁵ *Loc. cit.*.

⁶⁶ *Loc. cit.*.

⁶⁷ *Loc. cit.*.

⁶⁸ Cf. LÁZARO, Pedro Alvarez, “Origen, Evolución y Naturaleza de la Masonería Contemporánea”, in: Pedro Alvarez Lázaro (coord.), *Maçonaria, Igreja e Liberalismo – Masonería, Iglesia y Liberalismo*. Actas da Semana de Estudos da Faculdade de Teologia (Porto, 1 a 4 de Fevereiro de 1994). Porto, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, Universidade Católica Portuguesa, Madrid, Universidad Pontificia Comillas, 1996, p. 53.

⁶⁹ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 18 - 26.

⁷⁰ *Op. cit.*, p. 18.

o futuro da Humanidade tornando-a melhor. Esta premissa está patente nos textos constitucionais da Maçonaria de todo o mundo, ainda que expressa de modos diferentes⁷¹.

Por outro lado, “[d]os ideais de justiça e solidariedade humanas, levados até às últimas consequências, resulta naturalmente o ser a Maçonaria uma **instituição aclassista** e anticlassista, englobando representantes de todos os grupos sociais que, como maçons, devem [procurar] esquecer a sua integração de classe e comportar-se como iguais”⁷².

De facto, dos requisitos para se ser maçom não faz parte qualquer alusão ao estatuto social do candidato. Exige-se antes que este reúna determinadas condições, tais como: haver atingido a maioridade civil⁷³ (com excepções para os emancipados, os estudantes do ensino superior, e os filhos ou tutelados de maçons); ter bom comportamento e reputação; possuir a instrução necessária à compreensão dos princípios e objectivos que norteiam a Maçonaria, bem como a energia moral para os alcançar; e ainda exercer uma profissão honesta, que não só assegure a sua subsistência, mas também lhe permita cumprir as suas obrigações financeiras para com a Ordem (como, por exemplo, o pagamento de quotas), a qual, e convém frisar este aspecto, embora não tendo fins lucrativos, necessita de dispor de meios com vista à concretização de obras e acções em benefício da comunidade em que se insere, ou dos próprios Irmãos⁷⁴.

É certo que “(...) a exigência de se possuir a instrução necessária para compreender os fins da Ordem exclui, desde logo, os analfabetos e grande parte das massas populares (...)”⁷⁵, como é verdade que “(...) a maioria dos maçons proveio e continua a provir dos grupos burgueses”⁷⁶. Contudo, essa constatação deve-se somente às condições históricas em que todas as sociedades têm vivido nos últimos duzentos anos.

⁷¹ Cf. *loc. cit.*.

⁷² *Op. cit.*, p. 19.

⁷³ Outro aspecto em que a Maçonaria difere da Religião.

⁷⁴ É, por exemplo, obrigação dos maçons apoiar os Irmãos incapacitados, bem como as viúvas e os filhos menores dos Irmãos falecidos.

⁷⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 19.

⁷⁶ *Loc. cit.*.

Compreensivelmente, “[à] medida que as classes trabalhadoras vão atingindo mais elevado nível social e cultural, assim o número de maçons delas oriundo tende a aumentar paralelamente”⁷⁷. Por esta mesma razão, na Grã-Bretanha, como na França ou na Holanda, o carácter aclassista da Ordem maçónica é, ainda hoje, bastante mais evidente do que em países como Portugal e Espanha.

Neste sentido, José Manuel Anes, quando questionado sobre o facto de a Maçonaria constituir ou não uma elite, afirma que aquela “(...) é [, na verdade,] uma elite, não económica ou social, mas espiritual. (...) [É] uma elite em todas as profissões, mesmo as mais humildes”⁷⁸, e prossegue salientando que “[o]s maçons devem estar, em todas as profissões entre os melhores; ou, pelo menos, dar o melhor de si na sua profissão. Além disso, o maçom pertence a uma elite ética e espiritual, devendo, através do esforço pessoal e do sacrifício (...) estar em progresso contínuo, quer a nível individual, quer a nível social”⁷⁹.

Às frequentes “acusações” de secretismo, Anes responde que “[é] um direito constitucional dos cidadãos a reserva das suas opções políticas, religiosas, filosóficas ou outras”⁸⁰. Acrescenta ainda que “[a] Maçonaria é uma organização discreta quanto ao seu funcionamento e a sua estrutura, mas mantém um único segredo que é o que tem a ver com a própria natureza da Iniciação maçónica. De facto, a iniciação é da ordem espiritual, é uma experiência muito íntima que, por vezes, é difícil transmitir por palavras comuns. Trata-se, (...) não de um segredo tenebroso mas de um segredo luminoso, de uma iluminação do coração, de uma revelação não religiosa, mas iniciática”⁸¹.

A este respeito explica Hurtado que “(...) os maçons somente se associaram secretamente em tempos e lugares em que isso lhes era indispensável para poderem manter a sua intimidade, a sua liberdade [,] ou a sua vida”⁸².

⁷⁷ *Loc. cit.*

⁷⁸ José Manuel de Morais Anes em entrevista conduzida por Júlio Sequeira. Citado a partir de ANES, José Manuel, *Maçonaria Regular*. Lisboa, Hugin Editores, Lda., 2003, p. 48.

⁷⁹ *Op. cit.*, p. 48 - 49.

⁸⁰ *Op. cit.*, p. 51.

⁸¹ José Manuel de Morais Anes em entrevista conduzida por Júlio Sequeira. Citado a partir de ANES, José Manuel, *Maçonaria Regular*. Lisboa, Hugin Editores, Lda., 2003, p. 52.

⁸² HURTADO, Amando, *Nós, os Maçons*. Maia, Ver o Verso Edições, Lda., 2006, p. 18.

Segundo este, a Maçonaria faz um uso simbólico e filosófico da palavra *segredo*, guardando a tradição dos maçons construtores medievais, que protegiam zelosamente, mediante prestação de juramento, os segredos profissionais do ofício. Aquilo que o método maçónico classifica como “segredos de grau”, nos diferentes sistemas graduais existentes, são determinados *sinais*, *palavras*, e *toques* que simbolizam um “saber fazer” (o que os profissionais do nosso tempo designam de *know how*) que o maçõn há-de alcançar, aprendendo a interpretá-los para, posteriormente, os converter em “valores-guia” pessoais, ou padrões de conduta, que deverá ter presentes ao longo da vida. Nem mais, nem menos⁸³.

Em entrevista recente ao *Jornal de Notícias*⁸⁴, Trovão do Rosário, Grão-Mestre cessante da Grande Loja Legal de Portugal⁸⁵, esclarece, ainda, que cada membro da ordem maçónica é livre de dizer publicamente que o é, mas não deve dizer quem são os outros. “É assim há centenas de anos, por uma questão de discrição”⁸⁶ – conclui.

Já o seu sucessor, Mário Martin Guia, em entrevista concedida à revista *Tabu*, suplemento ao semanário *Sol*, defende a existência de uma relação directa entre a necessidade de secretismo e o estado de consciência de liberdade de um determinado povo, e afirma que “[n]ão basta aprovar liberdades para ter consciência de liberdade e direito à privacidade”⁸⁷, dado que “[h]á sociedades onde ser maçõn tem uma carga pejorativa, em que ser maçõn é ser bandido e traidor”⁸⁸. Referindo-se concretamente ao nosso país, não tem pejo em dizer que muitos *irmãos* só não se assumem publicamente enquanto tal por temerem vir a ser prejudicados, e que “[h]á sítios em Portugal onde [as] pessoas ainda vê[e]m os maçons como ‘mata-padres’”⁸⁹. Teremos de lhe reconhecer alguma razão.

⁸³ Cf. *loc. cit.*.

⁸⁴ Cf. CARDOSO, Inês, Entrevista a Trovão do Rosário – “Influência política da maçonaria não resulta de estratégia”, in: *Jornal de Notícias*, Edição Norte, Nº 297 ano 119, Domingo 25 de Março de 2007, p. 11.

⁸⁵ Maçonaria regular.

⁸⁶ Cf. *loc. cit.*.

⁸⁷ AZEVEDO, Ana Paula, GUERREIRO Catarina, Entrevista a Mário Martin Guia – “Ainda há quem veja os maçons como mata-padres”, in *Tabu*, p. 49, Semanário *Sol*, nº 50, 25 de Agosto de 2007.

⁸⁸ *Loc. cit.*.

⁸⁹ *Loc. cit.*.

A nosso ver, e fazendo uso de uma expressão de Jean-Pierre Bayard, em Portugal, talvez mais do que sucede noutros países, a Maçonaria é uma sociedade relativamente “fechada” e não propriamente secreta⁹⁰.

No que concerne ao princípio de **Aperfeiçoamento Intelectual**, cabe-nos dizer que, para o maçom, a questão do aperfeiçoamento do ser humano e da sociedade não se coloca apenas em termos de melhoria económico-social, põe-se também, e sobretudo, em termos de melhoria intelectual, de afinamento das faculdades de pensar livremente e de enriquecimento adquiridos.

Porém, como verificaremos mais adiante, este livre pensamento não coincide necessariamente com ateísmo. O aprimoramento moral surge a par do intelectual, de modo que a hierarquia maçónica é frequentemente interpretada como a gradual ascensão no afinamento das qualidades morais, do conhecimento e amor ao semelhante e na superação de todo e qualquer preconceito⁹¹.

Os princípios que temos vindo a enunciar implicariam, obrigatoriamente, uma **Fraternidade** de tipo universal, pressuposto este que ultrapassa os limites da teoria, impondo-se como uma norma de prática quotidiana.

No fundo, para os membros da Ordem todos os homens integram a Grande Fraternidade Humana, pelo que se consideram todos Irmãos, independentemente do credo que professem, das suas convicções políticas, da cor da pele, ou de qualquer outro parâmetro susceptível de causar divisão entre os homens.

Nas palavras de Nunes e Carvalho, “[a] Maçonaria é o regaço de uma mãe que distribui carinho aos seus filhos, independentemente das suas diferenças”⁹².

No entanto, e apesar da evolução que tem vindo operar-se no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos das mulheres, convém notar que nem toda a Maçonaria admite a presença feminina no seu seio, o que não deixa de reflectir uma certa contradição, mas a este assunto voltaremos num próximo ponto.

⁹⁰ BAYARD, Jean-Pierre, *La Spiritualité de la Franc-Maçonnerie – De l’Ordre Initiatique Traditionnel aux Obédiences*. Col. «Horizons Ésotériques». St. Jean-de-Braye, Éditions Dangles, 1982, p. 219.

⁹¹ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 20 - 21.

⁹² NUNES, Bruno Miguel, CARVALHO, Frederico Bernard de, *Do Secreto ao Discreto – Maçonaria em Portugal*. Lisboa, Produções Editoriais, Lda., 2006, p. 142.

Por seu turno, o **Internacionalismo** maçónico estabelece-se através das Nações, ou dos Estados politicamente instituídos, o que não significa que a Maçonaria aceite a Nação como realidade última da organização da Humanidade⁹³.

Com efeito, “[t]al equivaleria a contradizer o princípio da fraternidade universal e da existência de uma única família na face do globo. Como tão bem escreveu Fernando Pessoa [num] artigo que a censura não deixou publicar, a Nação é o caminho entre o indivíduo e a Humanidade [:] «A Nação é a escola presente para a super-Nação futura». Em caso de conflitos entre nações o maçom encara sem dúvida problemas de difícil resolução. Mas, se for obrigado, sem quaisquer sofismas nem disfarces, a optar entre a fraternidade com os seus irmãos de outro país e a fidelidade à sua pátria, ele deverá escolher a primeira”⁹⁴.

Democracia e Igualdade figuram também entre os princípios fundamentais da instituição maçónica. Todos os *obreiros* ou maçons são tidos como iguais, possuindo os mesmos direitos e deveres não obstante o seu posicionamento na hierarquia da Ordem: “[n]as Maçonarias de todo o mundo, o Grão-Mestre e os Grão-Mestres adjuntos são eleitos pela totalidade do povo maçónico, variando apenas a forma dessa eleição. Em muitos países qualquer maçom (...) desde que tenha atingido a condição de Mestre (ou seja, maçom perfeito) pode, em teoria, ser eleito Grão-Mestre”⁹⁵, observando-se o mesmo aquando da realização de eleições para os múltiplos cargos de cada Oficina⁹⁶.

Por outro lado, refere Marques que toda a nossa vida se desenrola sob o signo do ritual, dado que praticamente todos os actos de cortesia e de civilidade são ritualistas, embora tenhamos, desde há muito, esquecido o seu sentido

⁹³ Oferece mencionar que os conceitos de Estado e Nação nem sempre se sobrepõem. Relativamente a esta problemática vide SMITH, D. Anthony, *A Identidade Nacional*. Col. Trajectos, Lisboa, Gradiva – Publicações Lda., 1997.

⁹⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 22.

⁹⁵ *Op. cit.*, p. 23.

⁹⁶ Cada Maçonaria Nacional encontra-se estruturada em células autónomas (todas iguais em direitos e honras, e independentes entre si), designadas por *oficinas*. Existem, porém, dois tipos de oficinas: as *lojas* e os *triângulos*. Uma loja é composta por um mínimo de sete maçons perfeitos, não possuindo limite máximo de membros, enquanto que um triângulo é formado por um mínimo de três maçons perfeitos e um máximo de seis, passando a loja quando um sétimo membro se lhe vem agregar. Cf. *op. cit.*, p. 33.

original⁹⁷. Ainda assim, o **Ritual** é “(...) a característica maçónica que mais contribui para afastar e para atrair os profanos, para justificar acusações de arcaísmo, atitudes de mofa e de superior condescendência, ou, pelo contrário, para suscitar interesses pueris de curiosidade e de mistério”⁹⁸. É também ele que não raramente dá azo a adulterações e / ou interpretações erróneas do significado das cerimónias e sinais de reconhecimento que lhe são inerentes.

O uso de rituais prende-se, essencialmente, com dois motivos. Em primeiro lugar, através de cerimoniais formalizados todos ingressam na Maçonaria em situação de igualdade e partilham uma mesma experiência (que não deve ser confundida com a vivência, essa sim, individual e única), independentemente da sua posição exterior à Ordem. Em segundo lugar, porque perpetuando cerimónias onde é incluída uma carga dramática, alegórica e simbólica, os princípios da Maçonaria podem mais facilmente deixar uma marca indelével no espírito do candidato⁹⁹.

A primeira e mais relevante cerimónia na vida de um maçom é a iniciação. Muito brevemente, podemos dizer que esta cerimónia se destina a admitir um profano no seio da Ordem, fazendo-o ver a *luz*, consistindo, portanto, num autêntico baptismo maçónico¹⁰⁰.

Todavia, apesar da sua extrema importância “(...) este cerimonial, outrora muito longo e complicado, tende a simplificar-se e reduzir-se, sobretudo em Maçonarias que sofreram períodos de perseguição e clandestinidade (...)”¹⁰¹, e se viram, por esse motivo, obrigadas a abreviar as reuniões havidas.

⁹⁷ Cf. *op. cit.*, p. 23.

⁹⁸ *Loc. cit.*

⁹⁹ Cf. <http://www.maconaria.net/crencas.shtml>.

¹⁰⁰ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 25.

Esta e outras cerimónias maçónicas vêm sendo descritas e analisadas em diversas obras. Porém, tendo em conta os objectivos centrais da presente dissertação, não nos parece particularmente relevante alongarmo-nos no que concerne a esta matéria. Para esse efeito, indicamos a consulta de:

JEFFERS, H. Paul, *Freemasons – Inside The World’s Oldest Secret Society*. New York, Kensington Publishing Corp., 2005;

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 26;

e WILMSHURST, W. L., *Maçonaria – Raízes e Segredos da sua História*. Lisboa, Prefácio – Edição de Livros e Revistas, Lda., 2002.

¹⁰¹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 26.

Posto isto, a Ordem maçónica pode definir-se também como uma “(...) escola de frequência obrigatória e constante, numa «reciclagem» ou «educação permanente», tão preconizada por todas as sociedades dos nossos dias”¹⁰². Contudo, esse desenvolvimento, as suas formas e a sua identidade devem depender de cada indivíduo, do seu próprio esforço individual. A Maçonaria confere-lhe apenas um enquadramento propício, quer pelas frequentes reuniões de livre discussão das suas Lojas, quer pelo estímulo das promoções hierárquicas, ou ainda pelo desempenho de funções específicas e honrosas¹⁰³.

Nas palavras de Lázaro, “[e]m síntese pode afirmar-se que a [M]açonaria é uma associação humanista e fraternal, que tem como meta imediata o aperfeiçoamento intelectual e moral dos seus membros e como objectivo último a solidariedade do género humano. Baseia-se no princípio da tolerância e declara-se institucionalmente alheia a todo o interesse de confissão religiosa, escola filosófica ou partido político. Está dotada de toda uma inconfundível vocação universalista, lutando contra os preconceitos de todo o tipo que dividem e separam os homens. Por último[,] assume um carácter eminentemente iniciático diferenciando-se[,] assim[,] de outras instituições exclusivamente filantrópicas ou culturais, e transmite os seus ensinamentos através de uma peculiar linguagem simbólica herdada, fundamentalmente, dos construtores medievais”¹⁰⁴.

Com vista a um melhor entendimento do exposto em relação à Maçonaria *especulativa* e dos caminhos que esta vem percorrendo ao longo do tempo há, ainda, duas questões importantes a tratar: a da Filosofia, Simbologia, Ritos e Rituais maçónicos, e a da Regularidade e Irregularidade maçónicas. É o que faremos de seguida.

¹⁰² *Op. cit.*, p. 20.

¹⁰³ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 20.

¹⁰⁴ LÁZARO, Pedro Alvarez, “Origen, Evolución y Naturaleza de la Masonería Contemporánea”, in: Pedro Alvarez Lázaro (coord.), *Maçonaria, Igreja e Liberalismo – Masonería, Iglesia y Liberalismo*. Actas da Semana de Estudos da Faculdade de Teologia (Porto, 1 a 4 de Fevereiro de 1994). Porto, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, Universidade Católica Portuguesa, Madrid, Universidad Pontificia Comillas, 1996, p. 53. Tradução nossa.

1.4. Filosofia, Simbologia, Ritos e Rituais Maçónicos

“(...) [O] verdadeiro Simbolismo não é «inventado» pelo homem: encontra-se na própria Natureza, que é ela também símbolo de realidades transcendentais. A Natureza é realmente símbolo da realidade sobrenatural e esta correspondência constitui o verdadeiro fundamento do Simbolismo – toda a coisa manifestada é símbolo em relação a uma realidade superior”¹⁰⁵.

Face ao que vem sendo referido, facilmente concluiremos que “(...) o sistema Maçónico é algo mais profundo do que um código de moralidade elementar (...)”¹⁰⁶, e que, na realidade, a Filosofia, a Simbologia, os Ritos e os Rituais maçónicos se encontram interligados.

De facto, nem mesmo a construção das Oficinas era deixada ao acaso, devendo obedecer a orientações específicas¹⁰⁷, relacionadas com esses aspectos, às quais Wilmshurst dedica várias páginas na obra intitulada *Maçonaria – Raízes e Segredos da sua História*¹⁰⁸.

Na verdade, segundo Amando Hurtado, a Tradição maçónica recolhe e condensa ensinamentos basilares das tradições iniciáticas clássicas: “[d]esde as pitagóricas, difundidas pelos mestres gnósticos e neoplatónicos, que refundiam e renovavam a experiência iniciática *como método de aprendizagem do transcendente* transmitida pelos egípcios, já nas mais remotas épocas históricas, até às do esoterismo crístico (procedente da mesma fonte e desvirtuada do dogmatismo cristão), incluindo a tradição hermética, a Gaia Ciência, traduzida pelos alquimistas e recolhida na cultura medieval europeia, pelos construtores de

¹⁰⁵ CARVALHO, António Carlos, *Para a História da Maçonaria em Portugal 1913 – 1935*. Col. Janus, 2ª ed.. Lisboa, Vega Lda., 1993, p. 27.

¹⁰⁶ WILMSHURST, W. L., *Maçonaria – Raízes e Segredos da sua História*. Lisboa, Prefácio – Edição de Livros e Revistas, Lda., 2002, p. 55.

¹⁰⁷ Vide Anexo I – Planta de Uma Loja.

¹⁰⁸ Vide *op. cit.*, p. 86 - 90.

catedrais”¹⁰⁹. Hurtado advoga ainda que “[o]s cultos «maçónicos aceites» pós-renascentistas, criadores da Maçonaria simbólica, reactivaram e deram perfil a estas contribuições da Tradição imemorial, que a Ordem assumiu e plasmou na sua metodologia ritualizada ao longo do século XVIII”¹¹⁰.

Explicita Wilmshurst que, “(...) o progresso na Maçonaria de todo o Irmão admitido nas suas fileiras é gradual, por estádios sucessivos, tal como, aliás, a compreensão dos sistemas e doutrina Maçónica é também uma questão de progresso gradual. Dito nos termos mais simples possíveis, a teoria do desenvolvimento Maçónico estabelece que cada [m]embro admitido na Ordem entra num estado de escuridão e ignorância no que respeita ao que a Maçonaria ensina, e mais tarde é suposto ser conduzido até à luz e ao conhecimento. Pondo a questão noutros termos, entra para a Ordem simbolicamente como uma pedra em bruto, sendo a sua tarefa desenvolver tanto a sua personalidade como a sua compreensão, em resultado do que, face ao aprendido e praticado, ele possa ser um cubo perfeito e acabado”¹¹¹.

Neste sentido, podemos depreender que os Graus que compõem os vários Ritos maçónicos constituem como que “degraus” que guiam o maçõn através de uma espécie de “escada” rumo ao aperfeiçoamento intelectual.

Com vista a uma melhor percepção do que acabámos de referir, competem-nos, pois, clarificar os conceitos de Ritual, Grau e Rito no âmbito da Maçonaria.

Assim, o Ritual¹¹² não é mais do que um conjunto de cerimónias (ou rituais) que marcam, cada qual, a progressão do maçõn de um Grau a outro, dentro de um mesmo Rito. Isto equivale a dizer, como Bruno Nunes e Frederico de Carvalho, que em Maçonaria existe uma distinção entre Rito (com letra maiúscula) e rito, sendo que o primeiro define o conjunto dos Graus Maçónicos formando um todo, enquanto que o segundo remete para o conjunto de regras que ditam a forma de trabalhar em Loja num aspecto mais cerimonial¹¹³.

¹⁰⁹ HURTADO, Amando, *Nós, os Maçons*. Maia, Ver o Verso Edições, Lda., 2006, p. 87.

¹¹⁰ *Loc. cit.*

¹¹¹ WILMSHURST, W. L., *Maçonaria – Raízes e Segredos da sua História*. Lisboa, Prefácio – Edição de Livros e Revistas, Lda., 2002, p. 56 - 57.

¹¹² Ou rito (com letra minúscula).

¹¹³ Cf. NUNES, Bruno Miguel, CARVALHO, Frederico Bernard de, *Do Secreto ao Discreto – Maçonaria em Portugal*. Lisboa, Produções Editoriais, Lda., 2006, p. 156.

De entre os vários Ritos maçónicos, salientamos aqueles que adquirem maior relevo no panorama mundial, nomeadamente no território nacional: o Rito Escocês Antigo e Aceite, o Rito Francês e o Rito Simbólico Regular¹¹⁴.

Com efeito, relativamente a esta questão, bem como aos sinais, gestos, toques, palavras, figuras, mitos e objectos simbólicos da Maçonaria, poderíamos citar diversos excertos, mais ou menos extensos, das várias obras que compõem o nosso *corpus* de referência¹¹⁵.

No entanto, uma vez que os objectivos do nosso trabalho não incidem sobre tais aspectos, optámos pela transcrição em anexo (ainda que com algumas supressões devidamente assinaladas) de uma passagem da obra intitulada *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, da autoria de A. H. de Oliveira Marques, que nos pareceu particularmente detalhada e interessante¹¹⁶.

Por ora, e sintetizando, a este respeito ser-nos-á suficiente reter que na Maçonaria simbólica existem três Graus iniciáticos fundamentais que se mantêm, independentemente das variantes inerentes a cada Rito: o de Aprendiz, o de Companheiro e o de Mestre, que ocupam, respectivamente, o primeiro, segundo e terceiro lugares na hierarquia maçónica¹¹⁷.

Em jeito de conclusão, e tendo em mente uma definição de Maçonaria ditada pelo Congresso de Grandes Mestres, celebrado em Estrasburgo em 1952, como sendo esta uma *instituição para a iniciação espiritual através de símbolos*, há a referir que cada um dos graus que compõem um determinado sistema ou Rito maçónico possui uma temática própria, dentro de um denominador comum: a

¹¹⁴ Para informações acerca de outros Ritos aceder a <http://www.maconaria.net/secxix.shtml>.

¹¹⁵ Vide: ANES, José Manuel, *Maçonaria Regular*. Lisboa, Hugin Editores, Lda., 2003, p. 76 - 92.
Diálogos com a Maçonaria, Maia, Ver o Verso Edições, Lda., 2006, p. 75 - 98.
ARNAUT, António, *Introdução à Maçonaria*. 5ª ed.. Coimbra Editora, 2006, p. 45 - 52.
Lyon Carrefour Européen de la Franc-Maçonnerie – Musée des Beaux-Arts de Lyon, 28 Juin – 22 Septembre 2003. Mémoire Active.
HURTADO, Amando, *Nós, os Maçons*. Maia, Ver o Verso Edições, Lda., 2006, p. 89 - 158 ; p. 231- - 249.
MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 26 - 33.
NUNES, Bruno Miguel, CARVALHO, Frederico Bernard de, *Do Secreto ao Discreto – Maçonaria em Portugal*. Lisboa, Produções Editoriais, Lda., 2006, p. 141 - 156.
PIZARRO, Paulo, “Outro Mistério, outro olhar sobre a Maçonaria”, *in: Magazine Grande Informação*, Nº 7, Junho de 2006, p. 36 - 37.

¹¹⁶ Vide Anexo II – Graus e Ritos Maçónicos.

¹¹⁷ Para obter informações mais pormenorizadas acerca deste assunto vide HURTADO, Amando, *Nós, os Maçons*. Maia, Ver o Verso Edições, Lda., 2006, p. 120 - 134.

busca da Verdade, como meta do Dever de aperfeiçoamento em fraternidade. Propõe-se em cada Grau, mediante símbolos, uma possível forma de percepção pessoal do sagrado, do transcendente, como etapa do progresso espiritual, cujo objectivo último é o Conhecimento¹¹⁸.

Posto isto, e uma vez tratado este ponto, passaremos a abordar a questão da *regularidade e irregularidade* maçónicas.

¹¹⁸ Cf. *Op. cit.*, p. 89.

1.5. Regularidade e Irregularidade Maçónicas

“Todas as religiões são boas desde que ensinem o homem a ser bom”¹¹⁹.

“A Maçonaria pretende tão só activar nos homens aquelas forças especiais que os abrem ao mundo espiritual. A partir daí o maçom constrói-se a si mesmo. Ninguém lhe impõe teologia nem dogmática (...), ficando em plena liberdade para decidir nesse sentido ou para renunciar a ela”¹²⁰.

Qualquer das citações anteriores poderia aplicar-se à problemática sobre a qual agora nos debruçamos: a da *regularidade e irregularidade* maçónicas.

Desde a fundação da Grande Loja de Londres, a 24 de Junho de 1717, as muitas Lojas maçónicas espalhadas por todo o mundo têm vindo a organizar-se em Obediências¹²¹, sejam elas Grandes Lojas ou Grandes Orientes.

Em regra, as Grandes Lojas recebem reconhecimento da Grande Loja Unida de Inglaterra¹²², sendo identificadas com a Maçonaria *regular*, de cunho mais teísta, enquanto que os Grandes Orientes são habitualmente reconhecidos pelo Grande Oriente de França, de evidente influência iluminista e caracterizado por uma maior tolerância em determinados aspectos, sendo, por seu turno, identificados com a *irregularidade* maçónica¹²³.

¹¹⁹ Tomas Paine, em *The Rights of Man*. Citado a partir de *Dictionary of Quotations*. London, Brockhampton Press, 1995, p. 221. Tradução nossa.

¹²⁰ HURTADO, Amando, *Nós, os Maçons*. Maia, Ver o Verso Edições, Lda., 2006, p. 75.

¹²¹ Uma Obediência é uma corporação formada por lojas maçónicas que decidem associar-se ou federar-se, elaborando uma Constituição e Regulamentos Gerais, com a finalidade de coordenar esforços e meios. Cf. *op. cit.*, p. 159.

¹²² Instituída aquando da fusão dos “antigos”, cristãos, e dos “modernos”, ecuménicos, por meio de um acordo de compromisso que pôs termo a uma “querela” que provocara uma cisão no seio da Maçonaria Britânica.

¹²³ Esta “irregularidade” maçónica só existe, em Obediências históricas, em França, na Bélgica e em Portugal. Por outro lado, convém notar que existem Grandes Orientes “regulares” e

Todavia, como veremos, esta interpretação não deverá ser encarada de modo “estanque” ou “radical”, sob pena de se tornar incorrecta.

Neste contexto, a Maçonaria Regular ou Tradicional, que abarca cerca de 90% da Maçonaria Universal, será aquela que exprime a sua crença espiritual no Grande Arquitecto do Universo e é consubstanciada nos *Old Charges* (“Antigos Deveres”), nos manuscritos Cook (século XV) e Plot Watson (século XVII) e nos *Landmarks*¹²⁴ da tradição maçónica.

De acordo com José Manuel Anes, o pastor protestante James Anderson e Desaguliers ter-se-ão inspirado nesta tradição para redigirem, em 1723, as chamadas *Constituições* (revistas em 1746 e em 1813), que ficariam conhecidas precisamente como as *Constituições de Anderson*¹²⁵.

Estas *Constituições* enumeram as “regras” da Ordem, já não no contexto do catolicismo maçónico medieval mas numa perspectiva mais ecuménica.

O Grande Oriente de França permanece fiel às referidas *Constituições de 1723*¹²⁶.

Já António Carlos Carvalho mostra-se contrário às *Constituições de Anderson*, advogando que estas terão sido concebidas de forma perniciosa, pois importaria, acima de tudo, cortar quaisquer laços que ainda ligassem a Ordem aos *operativos* e ao que estes representariam de tradicional.

Afirma o autor que seria esse o significado do gesto de Desaguliers e de Anderson, ou daqueles que os apoiavam, ao queimarem documentos antigos a fim de poderem redigir novas *Constituições*, mais de acordo com as suas intenções, e para que ninguém pudesse, posteriormente, estabelecer comparações embaraçosas... Aliás, os documentos queimados, dos quais se terão salvo alguns, conteriam fórmulas incómodas, como as da obrigação de fidelidade a Deus, à Santa Igreja e ao Rei¹²⁷.

importantíssimos, histórica e quantitativamente, tais como o Grande Oriente dos Países Baixos, o Grande Oriente de Itália e o Grande Oriente do Brasil.

¹²⁴ Regras tradicionais que balizam os princípios e a prática maçónica. Vide Anexo III – Os Doze *Landmarks* Maçónicos.

¹²⁵ Vide MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 74 - 80.

¹²⁶ Cf. <http://www.maconaria.net/organizacao.shtml>.

¹²⁷ Cf. Graíña, Manuel Borges, *História da Franco-Maçonaria em Portugal 1733 – 1912*. Col. Janus, 4ª ed.. Lisboa, Vega Lda., s.d., p. 8.

Porém, Katz contrapõe que “(...) [o]s símbolos, as leis, a história, o objectivo da [M]açonaria não excluem nenhuma religião (...)”¹²⁸.

Por outro lado, o mesmo autor chama a atenção para o facto de apesar de a Constituição de Anderson de 1723 transparecer uma certa indiferença para com as chamadas religiões positivas, tal “princípio” viria a revelar-se mais teórico do que prático, dado que não implicou a eliminação dos elementos cristãos positivos nas actividades das Lojas¹²⁹.

Ainda segundo Katz, “[a] novidade da [M]açonaria consistia no facto de esta oferecer a diferentes sectores e classes a oportunidade de se encontrarem em território neutro”¹³⁰, pelo que “(...) a [M]açonaria não era desacreditada em nome das suas acções ou dos seus princípios, mas antes porque reivindicava o direito de fornecer aos seus membros uma elevação espiritual, direito que até então estava exclusivamente reservado à esfera das instituições religiosas”¹³¹.

Por sua vez, Anes defende que, do mesmo modo que os maçons medievais construíam edifícios (catedrais) à Glória de Deus / Grande Arquitecto do Universo, os maçons especulativos constroem o seu “edifício”, que são eles próprios (a construção incessante do maçom, a partir do profano que bateu à porta da Ordem) e, além disso, constroem o “edifício” social, a Sociedade Humana; construção esta que é feita sob a égide e inspiração de princípios éticos e espirituais decorrentes do Princípio dos princípios que é o Grande Arquitecto do Universo, o qual pode ser o Deus das religiões reveladas, mas pode igualmente ser um Princípio espiritual supremo.

Assim, um maçom (mesmo regular) não é obrigatoriamente um religioso praticante de uma religião revelada, mas terá de crer no Princípio superior que é simbolizado pela expressão “Grande Arquitecto do Universo”¹³².

Os pontos de vista expressos por Katz e Anes parecem, portanto, coadunar-se com a opinião manifestada por A. H. de Oliveira Marques:

¹²⁸ KATZ, Jacob, *Juifs et Francs-Maçons en Europe (1723-1939)*. Paris, Les Éditions du Cerf, 1995, p. 192. Tradução nossa.

¹²⁹ Cf. *op.cit.*, p. 325.

¹³⁰ *Op. cit.*, p. 330. Tradução nossa.

¹³¹ *Op. cit.*, p. 331. Tradução nossa.

¹³² Cf. ANES, José Manuel, *Maçonaria Regular*. Lisboa, Hugin Editores, Lda., 2003, p. 18.

“[h]oje, talvez a maioria dos maçons professe um deísmo ou teísmo de conceitos vários e alegóricos, embora não faltem ateus nem crentes de variadas religiões, desde o cristão ao muçulmano. O que todos rejeitam são dogmatismos e exclusivismos confessionais. Os juramentos de iniciação devem ser proferidos sobre um livro sagrado se o iniciado pertencer à fé respectiva e assim o solicitar, ou simplesmente sobre a Constituição maçónica em vigor, nos casos contrários. O conceito maçónico de *Supremo Arquitecto do Universo* que ainda preside às cerimónias e aos juramentos pode interpretar-se de maneiras muito variadas: Deus, a consciência colectiva da humanidade, o princípio director que oriente para o progresso a evolução do mundo e do homem, o princípio de ordem que transformou o caos, etc, etc”¹³³.

Ainda a este respeito, Amando Hurtado salienta que “[a] Maçonaria não é uma religião, nem o pretende, nem é incompatível com nenhuma. Pelo contrário, considera que a capacidade de simbolizar que os seres humanos possuem é o caminho que conduz ao «despertar» da mente, à sua abertura até ao transcendente ou sagrado”¹³⁴.

Em suma, remata Luís Nandin de Carvalho:

"[o]s maçons regulares, também ditos tradicionais ou de via sagrada, são aqueles que trabalham nas suas Lojas sob invocação de Deus, [a Quem consideram o] Grande Arquitecto do Universo, sobre o livro sagrado, o esquadro e o compasso.

Quanto aos outros, ditos maçons irregulares, ou liberais, ou de via substituída, que se reúnem segundo a aparência dos mesmos ritos, decorações e ideais, já dispensam a via espiritual, e trabalham sobre a Constituição de Anderson, a do País da sua nacionalidade, enfim sobre a própria declaração Universal dos Direitos do Homem, e sem necessariamente invocarem Deus (...). Isto é: uns, os regulares, partem de um pressuposto que é o da crença no Criador, os outros partem do postulado da liberdade de crença ou não no Criador, uns e outros, sem se remeterem a uma posição contemplativa, buscam o seu próprio aperfeiçoamento, "não faças aos outros aquilo que não gostavas que te fizessem", mas com efeitos diversos ao nível de intervenção na sociedade.

¹³³ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 20.

¹³⁴ HURTADO, Amando, *Nós, os Maçons*. Maia, Ver o Verso Edições, Lda., 2006, p. 29.

De facto, enquanto os regulares se situam no plano do sagrado, os outros colocam-se no campo do laicismo, e conseqüentemente envolvem-se mais directamente na vida profana que procuram aperfeiçoar, senão mesmo transformar”¹³⁵.

Porém, levanta-se uma outra questão que pode suscitar alguma confusão relativamente ao termo *maçon*, para além da referida distinção entre maçons regulares e irregulares, que é a possibilidade de existirem maçons que trabalhem regularmente mas em situação institucional de irregularidade, e a de maçons institucionalmente irregulares, mas que trabalhem regularmente nas suas Lojas¹³⁶.

De qualquer modo, face ao que temos vindo a averiguar, não nos restam dúvidas ao reiterar o profundo desconhecimento, chamemos-lhe assim, que transparece das declarações de Otto Czernin, que afirma que “[o] *maçon* prescindiu de Deus para tentar construir um mundo perfeito (...)”¹³⁷, e que, “[p]or isso, o Cristianismo é completamente incompatível com a [M]açõnaria, pois esta é uma *falsificação reles, barata e [,] por vezes [,] mal intencionada do primeiro*”¹³⁸.

Um último aspecto digno de nota em relação ao que vem sendo exposto prende-se com a proscricção das mulheres por parte da Ordem, que no caso da Maçonaria Regular é absoluta¹³⁹, enquanto que entre a Maçonaria Irregular podem ser encontradas Obediências estritamente femininas¹⁴⁰, ou mesmo mistas¹⁴¹, cuja prática ritualística não difere, no essencial, das Lojas masculinas.

É, pois, à situação da mulher na Maçonaria que dedicaremos o próximo ponto.

¹³⁵ CARVALHO, Luís Nandin, “A Maçonaria Entreaberta”, em <http://www.maconaria.net/landmarks.shtml>.

¹³⁶ Cf. *loc. cit.*.

¹³⁷ CZERNIN, Otto, “Soldadinhos de chumbo e jogos de poder”, in: *Magazine Grande Informação*, Nº 7, Junho de 2006, p. 6.

¹³⁸ *Loc. cit.*. Itálico nosso.

¹³⁹ Cf. Anexo IV – Regras Para o Reconhecimento das Grandes Lojas Regulares.

¹⁴⁰ Representadas no nosso país pela Grande Loja Feminina de Portugal, criada pela Grande Loja Feminina de França em 1997.

¹⁴¹ Em Portugal representadas desde 1823 pela Obediência Le Droit Humain (O Direito Humano) / Grande Oriente Misto, e, mais recentemente, pela Grande Loja Tradicional de Portugal, criada em 2004.

1.6. A Mulher na Maçonaria

”Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”¹⁴².

Como podemos verificar, existem, actualmente, na Maçonaria dois grandes ramos: o tradicionalista, dito *regular*, que representa a corrente conservadora; e o liberal, a que os Irmãos ortodoxos chamam *irregular*¹⁴³. Por oposição a este, o da Maçonaria Regular, ou de via sagrada, impõe a crença em Deus e na imortalidade da alma, e, além disso, não admite mulheres¹⁴⁴.

Entendemos, tal como António Arnaut, que esta restrição é indefensável à luz das proclamações dos Direitos Humanos (para os quais a Maçonaria contribuiu decisivamente¹⁴⁵), e viola o princípio maçónico e constitucional da Igualdade (artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa).

Já Amando Hurtado manifesta um ponto de vista de cariz mais “filosófico”, segundo o qual cada homem possui uma mesma estrutura física, que se desdobra em homem-mulher, e que está sujeita a variantes circunstanciais que podem condicionar o seu contacto com o mundo, bem como a sua percepção do mesmo. Neste sentido, embora a consciência pessoal de cada indivíduo humano seja constante (porquanto se reporta ao auto-reconhecimento como homem e aos componentes permanentes que a tornam consciência humana individual), esta

¹⁴² Ponto 2 do Artigo 13.º (Princípio da Igualdade) da *Constituição da República Portuguesa – VII Revisão Constitucional [2005]*. Citado a partir de http://www.parlamento.pt/const_leg/crp_port/.

¹⁴³ No entender de António Arnaut tal designação é errada, dado que a regularidade de uma Loja se afere pelo respeito das regras para a sua instalação e funcionamento. Cf. ARNAUT, António, *Introdução à Maçonaria*. 5ª ed.. Coimbra Editora, 2006, p. 30.

¹⁴⁴ Note-se a semelhança com o que sucede, por exemplo, na Igreja Católica, que insiste em recusar o acesso da mulher ao sacerdócio.

¹⁴⁵ Cf. *loc. cit.*.

poderá estar fortemente matizada em cada um, devido a factores de ordem genética, cultural e ambiental¹⁴⁶.

Referindo-se mais concretamente ao “estatuto” da mulher na Maçonaria, Hurtado admite que “(...) ninguém nega hoje a validade da *metodologia* maçónica para criar lojas femininas nas quais as mulheres possam encontrar-se entre si, sem determinações impostas pelo esquema psicológico masculino. De facto existem lojas femininas em todos os países¹⁴⁷, incluídos os de tradição anglo-saxónica”¹⁴⁸. O autor ressalva, no entanto, que aquilo que se opõe realmente à *tradição* maçónica é o regime misto no interior das lojas, com a utilização dos mesmos símbolos simultânea e conjuntamente para as *duas diferentes configurações psicológicas, determinadas pela distinta constituição psicossomática de homens e mulheres*¹⁴⁹.

Amando Hurtado advoga ainda que “[a] iniciação maçónica tradicional, através da simbologia específica da «acção» e da «atitude» masculinas, não se produz somente em função da capacidade de raciocinar, que possuem *todos* os seres humanos. De igual modo, tão pouco é possível iniciar maçonicamente *qualquer* homem só por sê-lo. Existem diversas vias e tradições iniciáticas no mundo e a maçónica é uma delas, com características próprias”¹⁵⁰.

No segundo volume de *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Graça e J. S. da Silva Dias explicam que a exclusão do sexo feminino advém das Constituições de Anderson, onde vem expressamente preconizada a não admissão de servos, mulheres, ou homens sem moralidade ou de conduta escandalosa. Os mesmos referem também que a interdição à entrada de mulheres na Ordem tem sido atribuída ao facto de a Maçonaria inglesa se ter modelado pelo sistema de clubes, já existentes na vida social britânica, nos quais vigorava o regime de separação de sexos, ou ainda ao rigorismo puritanista, que

¹⁴⁶ Cf. HURTADO, Amando, *Nós, os Maçons*. Maia, Ver o Verso Edições, Lda., 2006, p. 73 - 74.

¹⁴⁷ Sobre o caso português *vide*, por exemplo, ALMEIDA, São José, “Mulheres maçons são 300 e estão a aumentar”, *in Público*, Sábado, 19 de Maio de 2007, p. 2 - 3.

¹⁴⁸ HURTADO, Amando, *Nós, os Maçons*. Maia, Ver o Verso Edições, Lda., 2006, p. 163 - 164.

¹⁴⁹ Cf. *op. cit.*, p. 164.

¹⁵⁰ *Loc. cit.*.

nem sequer admitiria a convivência de homens e mulheres em assembleias secretas¹⁵¹.

Porém, é uma verdade histórica que a mulher foi admitida em Lojas da Maçonaria operativa. As corporações de Chester (1327), de York (1350), e a Guilda dos carpinteiros de Norwich (1375) dirigem-se a Irmãos e Irmãs, e os próprios estatutos da Loja de York referem as obrigações de «aquele ou aquela». Havia estucadoras, argamassadoras e pedreiras¹⁵².

Durante os séculos XII, XIII e XIV, a mulher empunhou o cinzel e o malhete nos pórticos das igrejas, ao lado dos seus Irmãos, pelo que o ritual e simbolismo maçónicos lhe eram acessíveis de direito¹⁵³.

Daqui se conclui que a exclusão da mulher da Maçonaria especulativa nada tem a ver com a tradição operativa.

Mais uma vez, subscrevemos inteiramente o ponto de vista manifestado por Arnaut, que afirma que “[a]o manter uma velha regra de [trezentos] anos (...), que teima em não adequar aos valores ético-humanistas do nosso tempo, o ramo tradicional ou anglo-saxónico exclui da dignidade maçónica três quartos da Humanidade”¹⁵⁴.

Observa uma Iniciada (cuja identidade não é revelada ao abrigo do segredo maçónico) que “(...) como disse Maria Deraismes, fundadora, juntamente com Georges Martin, [da Obediência mista] Le Droit Humain, em 18[95]*, a presença da mulher nas Lojas permite que se cumpra, no seio das mesmas, uma obra de elevação geral das consciências, que a presença de apenas um sexo não permite, porque é incompleto”¹⁵⁵.

¹⁵¹ Cf. DIAS, Graça e J. S. da Silva, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Vol. II, Tomo II. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980, p. 803 - 804.

¹⁵² Cf. *op. cit.*, p. 804 - 805. Cf. ARNAUT, António, *Introdução à Maçonaria*. 5ª ed.. Coimbra Editora, 2006, p. 30.

¹⁵³ Cf. DIAS, Graça e J. S. da Silva, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Vol. II, Tomo II. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980, p. 806.

¹⁵⁴ ARNAUT, António, *Introdução à Maçonaria*. 5ª ed.. Coimbra Editora, 2006, p. 21.

¹⁵⁵ Vide <http://www.maconaria.net/entrevista.shtml>.

*Embora a entrevistada refira 1837 como sendo o ano da fundação da Obediência mista Le Droit Humain, verificámos, através do cruzamento de referências bibliográficas, que se trata de uma inexactidão, uma vez que a fundação da Loja mista Le Droit Humain data de 4 de Abril de 1893, sendo constituída em Obediência somente volvidos dois anos, e ganhando dimensões internacionais em 1899.

Esta perspectiva não é, no entanto, partilhada por António Carlos Carvalho, um dos raros autores, de entre os vários que nos serviram de referência, a manifestar uma opinião clara acerca deste assunto. Eis a sua curiosa “justificação” para a proscricção das mulheres no que à Maçonaria Regular diz respeito:

“(…) no Livro dos Provérbios encontramos uma descrição simbólica do que deverá ser a atitude tradicional da Mulher. Salomão diz-nos que todas as obras dela são dirigidas para a sua casa, e a lã e o linho, os tecidos e as vestes, o bordado e a tapeçaria são trabalhados pelas suas mãos engenhosas. (…)

No caso da Maçonaria, por exemplo, temos uma Iniciação apenas masculina até porque o mester de Maçon, de pedreiro, era exercido só por homens.

Mas é próprio das condições cíclicas em que se inscreve o Mundo Moderno que se verifique uma abusiva infiltração feminina («feminista») em todos os campos naturalmente reservados aos homens¹⁵⁶.

No entender do autor, a iniciativa de Maria Deraismes não constituía mais do que uma tentativa de transportar para o domínio iniciático o conceito *igualitário*, pelo que terão toda a razão as obediências maçónicas que rejeitam a Maçonaria feminina, considerando que esta não é, nem poderá ser tomada por regular.¹⁵⁷ O mesmo classifica ainda o ritual maçónico feminino de “(…) pura invenção, artificial em todas as suas peças (…)”¹⁵⁸, não contendo traços de transmissão autêntica, consistindo, assim, apenas num simulacro de Iniciação.

Além disso, Carvalho refere que tanto as mulheres como os homens portadores de certas enfermidades não são aceites pela razão óbvia de que para eles a Iniciação não poderia ser válida, uma vez que os seus efeitos seriam nulos por falta de qualificação, realçando que os impedimentos corporais da Iniciação se

Para esta e outras informações relativas à talentosa Maria Deraismes, indicamos, por exemplo, a consulta de TIMON, Jordane, “1866 – 1973: As Irmãs Conquistam a Independência”, in PIGEARD, Alain, et al., *Os Franco-Mações*. Cascais, Editora Pergaminho, 2003, p. 116 - 123.

¹⁵⁶ CARVALHO, António Carlos, *Para a História da Maçonaria em Portugal 1913 – 1935*. Col. Janus, 2ª ed.. Lisboa, Vega Lda., 1993, p.170.

¹⁵⁷ Este posicionamento, com o qual não poderíamos estar mais em desacordo, afigura-se-nos profundamente primitivo, machista e contrário aos ideais proclamados pelo chamado “mundo ocidental”, mesmo num país latino, como é Portugal.

¹⁵⁸ *Loc. cit.*

sobrepõem na sua quase totalidade àqueles que obstam à ordenação dos sacerdotes na Igreja Católica¹⁵⁹.

Na verdade, perante um tema tão controverso consideramos que as respostas que encontrámos são escassas e, geralmente, bastante esquivas.

Assim, em entrevista ao *Jornal de Notícias*, por ocasião do mais recente congresso internacional maçónico, Jean-Charles Darnier e Jean-Pierre Pilorge, representantes da Grande Loja Nacional Francesa, quando questionados acerca da exclusão de mulheres pela Maçonaria Regular, lembraram a jornalista Inês Cardoso que existem movimentos femininos e mistos, salientando, no entanto, que o essencial é “equilibrar os planos feminino e masculino” presentes em cada ser humano¹⁶⁰.

Idêntica resposta podemos encontrar ao ler a obra *Diálogos com a Maçonaria*¹⁶¹, bem como ao consultar o sítio da Grande Loja Nacional Portuguesa na *web*¹⁶²: “[e]xistem em Portugal Grandes Lojas masculinas, femininas e mistas. A Grande Loja Nacional Portuguesa reconhece total liberdade aos candidatos nas opções pessoais e, em função disso, nas opções da Obediência que venham a escolher”¹⁶³.

Por seu turno, Mário Martin Guia, empossado Grão-Mestre da Grande Loja Legal de Portugal a 24 de Março do corrente ano, parece pretender “fugir à questão”, colocando-a sob um prisma diferente: “[e] as irmãs da [M]açonaria querem lá homens? Se calhar não querem. Homens e mulheres são diferentes; temos processos diferentes de ver as coisas. Elas são mais intuitivas, eles mais ‘massa bruta’”¹⁶⁴. Perante a insistência das jornalistas, que invocam a igualdade de carácter entre géneros, Martin Guia refere que “[a] beleza da instituição maçónica é sermos diferentes”¹⁶⁵. Quando, no seguimento desta afirmação, as mesmas perguntam a Guia se é tradicionalista, este assume-se como *ritualista*. E

¹⁵⁹ Cf. *op. cit.*, p.170 - 171.

¹⁶⁰ CARDOSO, Inês, “Congresso – Maçonaria duplicou membros e ganhou faixas mais jovens”, in: *Jornal de Notícias*, Edição Nacional, Nº 25 ano 119, Segunda-feira 26 de Junho de 2006, p. 15.

¹⁶¹ *Diálogos com a Maçonaria*, Maia, Ver o Verso Edições, Lda., 2006, p. 158.

¹⁶² Vide *Frequently Asked Questions (F.A.Q.)*, em http://www.glnp.pt/index_faq.jsp#.

¹⁶³ O trecho transcrito encontra-se em qualquer dos dois locais anteriormente referidos.

¹⁶⁴ AZEVEDO, Ana Paula, GUERREIRO Catarina, Entrevista a Mário Martin Guia – “Ainda há quem veja os maçons como mata-padres”, in *Tabu*, p. 49, Semanário *Sol*, nº 50, 25 de Agosto de 2007.

¹⁶⁵ *Loc. cit.*

à questão “O que se ganha em ter só homens na [M]açonaria?”¹⁶⁶, Guia responde, finalmente, que “[é] uma questão de tradição. A [M]açonaria evolui devagar, mas evolui e é provável que daqui a muito tempo possam entrar mulheres. Mas agora não. As freiras também não podem dizer a missa”¹⁶⁷ – conclui.

Não obstante, e para finalizar a nossa abordagem a este assunto, gostaríamos de proceder à transcrição de algumas passagens de um texto sobre o papel da mulher na Maçonaria, da autoria de Lilly Armellina Ronzi Rodrigues Alves¹⁶⁸, que, a nosso ver, merecem reflexão:

“(…)

Se olharmos os murais das pirâmides e seus papiros, acharemos sinais claros e evidentes de iniciações de homens e mulheres.

A Maçonaria manteve [,] ao longo dos tempos [,] um peso político e uma capacidade de actuação decisivos.

Porventura, a mulher é inferior ao homem? Evidentemente, não.

Seria porque na [A]ntiguidade a mulher não tinha alma e era considerada no mundo bíblico, jurídico, social e familiar em segundo plano? Não, pois hoje a mulher lidera países como estadista, pilota aviões, sustenta sua família e exerce cargos e funções de altíssimo escalão.

A mulher não votava: hoje ela tem este direito.

(…)

E o [«]matriarcado[»] (do [L]atim *mater-tris* = três vezes mãe), onde a autoridade suprema era a MÃE, a mulher?

Já no tempo dos Druidas, estirpe Celta, as mulheres gozavam de liberdade e direito, incluindo (...) mesmo a participação nas batalhas e o direito ao divórcio.

(…)

Homens e mulheres devem trabalhar em harmonia, não contradizendo a Natureza, que é nosso maior legado.

(…)

Em Portugal (...) já havia prova disto, pois Ana Adelaide Mendanha Temudo Costa (...) foi iniciada em 1904 [,] no Palácio Maçônico, pelo Grão Mestre

¹⁶⁶ *Loc. cit.*.

¹⁶⁷ *Loc. cit.*.

¹⁶⁸ Profunda conhecedora da Maçonaria e membro do Oriente São Paulo – Brasil.

Sebastião de Magalhães Lima, ilustre figura do Movimento Republicano e Socialista, conhecido como renomado jornalista.

Outra mulher destemida foi Adelaide de Jesus Damas Brasão Cabete (1867-1935), destacada do Movimento Republicano Feminista [,] que representou Portugal no Congresso de Roma em 1923; foi iniciada em (...) 1907.

(...)

Nós necessitamos de tudo e de todos para construir um mundo melhor, agradecendo a todo o instante ao GRANDE ARQUITETO DO UNIVERSO.

(...)”¹⁶⁹.

¹⁶⁹ ALVES, Lilly, (sem indicação de título), in NUNES, Bruno Miguel, CARVALHO, Frederico Bérnard de, *Do Secreto ao Discreto – Maçonaria em Portugal*. Lisboa, Produções Editoriais, Lda., 2006, p. 69 - 72. Respeitada a variante brasileira da língua portuguesa.

II – Os Maçons na História de Portugal

2.1. O Surgimento e o Papel da Maçonaria na História de Portugal

“A história da [M]açonaria portuguesa é um calvário sangrento. É a história de inúmeras vítimas, nas prisões[,] nos cárceres, nas câmaras de tortura da [I]nquisição, nos pelourinhos do povo e nas fogueiras dos numerosos autos-de-fé. Outros foram exilados nalguma ilha diabólica”¹⁷⁰.

Foram vários os autores que, ao longo dos tempos, se dedicaram ao estudo e sistematização da História da Maçonaria em Portugal. De entre eles, podemos destacar, por exemplo, Manuel Borges Graíña¹⁷¹, que se debruçou sobre o período de 1733 a 1912, e António Carlos Carvalho¹⁷², que, além de comentar a obra do seu “antecessor”, lhe dá continuidade, abordando o espaço de tempo compreendido entre 1913 e 1935¹⁷³.

Na verdade, *História da Franco-Maçonaria em Portugal 1733 – 1912* e *Para a História da Maçonaria em Portugal 1913 – 1935*, constituem, indubitavelmente, valiosos e pormenorizados documentos, não apenas no que concerne à História da Maçonaria, mas também no que diz respeito à própria História de Portugal, contribuindo, nomeadamente, para o estudo da Primeira República portuguesa (1910 - 1926).

Todavia, não podemos deixar de assinalar algumas divergências de opinião entre os dois autores. Logo no prefácio à obra de Graíña, e sem pôr em causa a sua importância, Carvalho situa aquela “(...) no quadro da luta de esferas de

¹⁷⁰ Vide http://www.gllp.pt/pranchas/hist_da_mac.html.

¹⁷¹ GRAÍÑA, Manuel Borges, *História da Franco-Maçonaria em Portugal 1733 – 1912*. Col. Janus, 4ª ed.. Lisboa, Vega Lda., s.d..

¹⁷² CARVALHO, António Carlos, *Para a História da Maçonaria em Portugal 1913 – 1935*. Col. Janus, 2ª ed.. Lisboa, Vega Lda., 1993.

¹⁷³ Existem outros contributos interessantes, como o de Miguel António Dias, através da obra *Annaes e Codigo dos Pedreiros Livres em Portugal*, datada de 1853, ou o de Luís Falcão da Fonseca, por meio da obra *Anuário Maçónico Português – Fragmentos*, se bem que não deixa de nos parecer algo “estranha”, neste último caso, a ausência de referências directas aos acontecimentos de 1891 e 1910.

influência que decorre, após a implantação da República, entre a Maçonaria e a Igreja (...)”¹⁷⁴, “acusando” o maçom Graíinha de, como fervoroso defensor dos ideais republicanos, estar imbuído de preconceitos inerentes ao seu espírito positivista, entre os quais o anticlericalismo, assunto que desenvolveremos mais adiante.

Carvalho assinala ainda o nascimento da Maçonaria *especulativa*, com a criação da Grande Loja de Londres, em 1717, de início do “desvio moderno”, da “decadência”, causada pelo afastamento da sua “tradição artesanal e católica”¹⁷⁵, referindo mesmo que, em termos gerais, a partir dessa data “(...) a Maçonaria entra em decadência, num processo descendente que vem até hoje”¹⁷⁶.

Com efeito, após a análise de ambas as obras, parece-nos que nenhum dos autores consegue ser imparcial e demarcar-se das suas convicções pessoais. Se, por um lado, Graíinha atribui os grandes males da pátria à Igreja e, sobretudo, aos jesuítas, demonstrando um anticlericalismo algo radical, por outro, Carvalho assume uma postura, a nosso ver, demasiado “clerical” para um historiador, sobrevalorizando a Iniciação nos moldes da tradição católica. Recorde-se, por exemplo, a sua posição perante a admissão de mulheres no seio da Maçonaria (*vide* p. 54 - 55).

Também A. H. de Oliveira Marques oferece um importante contributo para a História da Maçonaria em Portugal, prestando um testemunho rigoroso e mais distanciado no tempo, o que, em nossa opinião, favorece a imparcialidade perante factos históricos e respectivos intervenientes.

Marques defende que a introdução da Maçonaria em solo nacional remonta ao segundo quartel do século XVIII, apontando, em seguida, alguns dos períodos que marcam a sua História, a qual, como observaremos, se encontra intimamente relacionada com a História de Portugal:

“A Maçonaria existe em Portugal desde cerca de 1727, [sobretudo] por influência inglesa e irlandesa. Perseguida a partir da promulgação da bula condenatória do papa Clemente XII (1738), conheceu, não obstante, períodos de

¹⁷⁴ GRAÍNHA, Manuel Borges, *História da Franco-Maçonaria em Portugal 1733 – 1912*. Col. Janus, 4ª ed.. Lisboa, Vega Lda., s.d., p. 14.

¹⁷⁵ Cf. *op. cit.*, p. 5 - 10.

¹⁷⁶ CARVALHO, António Carlos, *Para a História da Maçonaria em Portugal 1913 – 1935*. Col. Janus, 2ª ed.. Lisboa, Vega Lda., 1993, p. 64.

relativa paz e tolerância durante o [século] XVIII e começos do XIX. Desses períodos, o mais dilatado ocorreu durante o governo do marquês de Pombal (1750-77), simpatizante da Maçonaria senão ele próprio maçom^{177, 178}.

Porém, “[c]om a «viradeira», tornaram as perseguições. Inquisição e polícia deram caça à «pedreirada», cujo volume ia avultando e inquietando os defensores da ordem estabelecida”¹⁷⁹.

Em finais do século XVIII, a estadia em Portugal de um contingente britânico onde trabalhavam algumas lojas terá exercido um grande impacto no desenvolvimento da Ordem. Facto é que o número de maçons e de lojas multiplicou-se, o que levou à criação do Grande Oriente Lusitano (1802), reconhecido pela Grande Loja de Londres.

Refere o autor que desde a sua fundação, e mau-grado as sucessivas perseguições de que os seus membros foram alvo (1809-1813; 1817-1820; 1823-1826; 1828-1834), o Grande Oriente Lusitano (que a partir de 1869 passou a denominar-se Grande Oriente Lusitano Unido¹⁸⁰) manteve-se como corpo maçónico representativo da Maçonaria Portuguesa, isto apesar das cisões e divisões que vieram a verificar-se, em especial entre 1834 e 1869 e entre 1914 e 1926¹⁸¹.

Além do pessoal estrangeiro, numeroso e recrutado entre os mercenários do exército, os comerciantes, os industriais, e mesmo o clero, “(...) a comparticipação de cidadãos portugueses tocava (...) variados grupos sociais e ecoava em nomes ilustres nas letras, nas ciências e nas artes (...)”¹⁸².

¹⁷⁷ Segundo António Sardinha, embora não haja documentos que provem a filiação de Pombal na Maçonaria, fortes presunções levam a reputá-lo como filiado, entre as quais o testemunho do padre Delvaux (*Lettres du Portugal*), que no-lo apresenta como instalador de uma loja maçónica por volta de 1750. Cf. FONSECA, Luís Falcão da, *Anuário Maçónico Português – Fragmentos*. Lisboa, Folhas e Letras, 2003, p. 13.

¹⁷⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira, in “Rebeldia”, nº 5, Grémio Rebeldia, Lisboa, Maio de 1989. Citado a partir de http://members.tripod.com/~gremio_fenix/trabalhos/trab_reb010589.html.

¹⁷⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 43.

¹⁸⁰ Os diversos Orientes maçónicos que se haviam estabelecido em consequência de divisões e cisões no seio da Maçonaria portuguesa acabariam por fundir-se em 1869, formando o Grande Oriente Lusitano Unido, proeza resultante dos esforços do conde de Paraty e de Mendes Leal (então ministro da Marinha), Grão-Mestres dos Orientes Lusitano e Português.

¹⁸¹ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, in “Rebeldia”, nº 5, Grémio Rebeldia, Lisboa, Maio de 1989. Consultado a partir de http://members.tripod.com/~gremio_fenix/trabalhos/trab_reb010589.html.

¹⁸² MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 44.

Especifica Marques que o recrutamento para a Maçonaria nacional era feito, essencialmente, entre a oficialidade do exército e da marinha, o professorado, o comércio e a indústria, a burocracia civil e eclesiástica, existindo, em menor percentagem, Irmãos clérigos e aristocratas terratenentes. Era, em suma, a burguesia esclarecida quem sobretudo preenchia os lugares das oficinas¹⁸³.

De facto, e reportando-nos apenas a Irmãos já falecidos, ou, em linguagem maçónica, passados ao “Oriente Eterno”, são muitas as altas figuras nacionais reconhecidas como tendo engrossado as fileiras da Maçonaria Portuguesa.

Há mesmo quem afirme de forma peremptória que “Fernando Pessoa foi o nosso primeiro poeta maçónico¹⁸⁴ e [que] toda a sua obra poética deve ser interpretada como a expressão da viagem iniciática da alma num adepto que não se limita a cumprir os ritos e a estudar o dogma¹⁸⁵, mas desse cumprimento e desse estudo tira todas as consequências nos vários planos de vivência do ser”¹⁸⁶.

António Telmo, que se revela um “discípulo” de António Carlos Carvalho, elabora, posteriormente, uma análise que visa provar que a obra pessoana “(...) vale não só por si, mas também por marcar um comportamento maçónico excepcional no seu tempo”¹⁸⁷, e que, com Pessoa, a Maçonaria regressaria à sua origem ou, pelo menos, surgiria como a legítima continuadora da Ordem do Templo.

¹⁸³ Cf. *loc. cit.*.

¹⁸⁴ Fernando Pessoa declarou não ser maçom num célebre escrito em que se opôs ao decreto que atacava as associações secretas. Todavia, segundo António Telmo, que se baseia em informações de contemporâneos “(...) bem mergulhados nos meios maçónicos (...)”, aquele parece ter sido iniciado no Rito inglês do Royal Arch, não podendo, no mínimo, ser postas em dúvida as suas relações com Alceister Crowley, que Julius Evola considera um alto iniciado. Na opinião do autor, dada a orientação tradicionalista de Fernando Pessoa, há, normalmente, da parte de certos meios, interesse em fazê-lo passar por não maçom. Cf. TELMO, António, *História Secreta de Portugal*. Col. Janus, 3ª ed.. Lisboa, Vega Lda., 1997, p. 113.

¹⁸⁵ “dogma” não será, em nossa opinião, o termo mais apropriado, uma vez que, como vimos, a Maçonaria não é dogmática, mas antes axiomática, partindo do evidente e procurando chegar ao não tão evidente. Salvaguardamos, no entanto, o facto de António Telmo subscrever os pontos de vista de António Carlos Carvalho no que concerne à tradição artesanal e católica da Ordem.

¹⁸⁶ *Op. cit.*, p. 116.

¹⁸⁷ *Op. cit.*, p. 118.

No entender de Telmo, este grande vulto da cultura portuguesa seria, pois, um rectificador da Maçonaria e, através da *Mensagem*, também da História de Portugal¹⁸⁸.

Por seu turno, Oliveira Marques refere que, entre outros, foram maçons o abade Correia da Serra, Filinto Elísio, Ribeiro Sanches, Avelar Brotero, Domingos Vandelli, José Anastácio da Cunha, José Liberato Freire de Carvalho, Domingos Sequeira, Egas Moniz, Gago Coutinho, D. Pedro IV, D. Fernando II, Costa Cabral, José António de Aguiar, Mendes Leal, Passos Manuel, Mouzinho da Silveira, Bernardino Machado, Elias Garcia, José Fontana, António José de Almeida, Norton de Matos, Sidónio Pais, Bocage, Domingos Bontempo, Camilo Castelo Branco, Castilho, Trindade Coelho, Garrett, Alexandre Herculano, Antero de Quental, Bordalo Pinheiro, Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão e Teixeira de Pascoais. Segundo o autor, “(...) todos estes e muitos outros foram obreiros das lojas maçónicas, distribuindo a sua actividade por épocas e localidades diferentes”¹⁸⁹.

Conscientes da importância dessa actividade, reconhecemos que seria interessante proceder à sua exploração, integrando-a nos vários momentos da História da Ordem, bem como de todas as acusações e perseguições que esta sofreu ao longo da História de Portugal, desde a sua fundação em território luso. Por esse motivo, ainda que não haja espaço suficiente nesta dissertação para tal exploração, compete-nos salientar que esse mesmo estudo foi já efectuado em pormenor por A. H. de Oliveira Marques, que no-lo apresenta em várias das suas obras¹⁹⁰, e muito bem sumariado por António Arnaut, que lhe dedica o Capítulo V da obra *Introdução à Maçonaria*¹⁹¹.

Não nos ficaram dúvidas de que a Maçonaria se inscreveu entre as grandes conquistas do progresso do tempo, como, por exemplo, a abolição da pena de morte e da escravatura, e que eram de uma profunda injustiça as

¹⁸⁸ Cf. *op. cit.*, p. 107 - 121.

¹⁸⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 51. Vide Anexo V – Maçons Ilustres.

¹⁹⁰ Vide : *op. cit.*, p. 42 - 61.

MARQUES, A. H. de Oliveira, DIAS, João José Alves, *História da Maçonaria em Portugal*, Vols. I, II, III e IV. Lisboa, Editorial Presença, 1990.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. 2 vols.. Lisboa, Editorial Delta, 1986.

¹⁹¹ Vide ARNAUT, António, *Introdução à Maçonaria*. 5ª ed.. Coimbra Editora, 2006, p. 53 - 67.

acusações de traição à pátria aquando das invasões francesas¹⁹². A própria constituição do Grande Oriente Lusitano, aprovada em 1806, acabou por exercer um papel determinante na Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1822¹⁹³.

Porém, tendo em mente os objectivos do nosso trabalho, cingir-nos-emos uma abordagem da influência da Maçonaria na génese e desenvolvimento do movimento republicano que conduziu à implantação do regime republicano em Portugal, bem como da sua acção no âmbito da Primeira República Democrática (1910-1926), que a fez percorrer os trilhos da irregularidade.

¹⁹² Cf. GRAÍNHA, Manuel Borges, *História da Franco-Maçonaria em Portugal 1733 – 1912*. Col. Janus, 4ª ed.. Lisboa, Vega Lda., s.d., p. 55 - 86.

Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 45 - 50.

¹⁹³ Cf. NUNES, Bruno Miguel, CARVALHO, Frederico Bernard de, *Do Secreto ao Discreto – Maçonaria em Portugal*. Lisboa, Produções Editoriais, Lda., 2006, p. 21.

III – Maçonaria e Republicanismo

3.1. Portugal – da Monarquia à Primeira República

“Na hora de montar, o velho Rei Fernando da Bulgária teve dificuldade em subir para o cavalo. Dom Manuel e Afonso XIII, que estavam por perto, trocaram sorrisos. Apercebendo-se, o Rei dos búlgaros comentou: [«]Meus queridos amigos, com certeza estais mais firmes na sela do que eu, mas qual de nós estará mais firme no trono? [»]”¹⁹⁴.

Com vista a um melhor entendimento do modo como se processou a passagem de um Portugal monárquico para um Portugal republicano, torna-se necessário compreender aquilo que consideramos como momentos essenciais, ou, se preferirmos, episódios-chave que implicaram tal mudança. Assim, optámos por abordar brevemente cada um deles ao longo das páginas que se seguem, tendo sempre presente a inegável influência da Ordem Maçónica enquanto “pano de fundo” para uma massa crítica que foi fundamental para o desenrolar dos acontecimentos.

Nesta análise incluímos o desenvolvimento e afirmação do movimento republicano, o *Ultimatum* de 1890, a revolta de 31 de Janeiro de 1891, o Franquismo, o fenómeno do Carbonarismo, o regicídio, o reinado de D. Manuel II, o 5 de Outubro de 1910, a Primeira República e o anticlericalismo.

¹⁹⁴ Episódio relatado pelo secretário do Rei D. Manuel, decorrido em Londres a 18 de Maio de 1910 por ocasião da cerimónia das sombrias exéquias dedicada ao Rei inglês Edward VII, e que atesta uma forte consciência da precariedade dos tronos europeus face a uma ofensiva republicana generalizada. Cf. MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 45 - 46.

3.1.1. A Maçonaria e o Movimento Republicano

“(…) [S]ou Maçon, e disso não tenho qualquer dúvida; sou Republicano, e disso também não tenho qualquer dúvida. Porém[,] não é pelo facto de ser Maçon que sou [R]epublicano, nem tão pouco é pelo facto de ser [R]epublicano que sou Maçon”¹⁹⁵.

A Maçonaria está intimamente ligada à História de Portugal dos últimos séculos. As suas doutrinas progressistas inspiraram os grandes movimentos liberais, republicanos e democráticos no nosso país. Essa profunda ligação à política trouxe-lhe, inclusivamente, e por diversas vezes, alguns dissabores, como cisões e perseguições, conforme refere António Arnaut, na obra intitulada *Introdução à Maçonaria*¹⁹⁶, e ao que acrescenta que esta “[é] uma lição que deve ser aprendida, pois, congregando a Maçonaria pessoas de todas as ideologias democráticas, não deve, como tal, intrometer-se na vida político-partidária, como [,] aliás, resulta imperativamente da Constituição em vigor”¹⁹⁷.

Este ponto de vista é corroborado por António Barata Pires, Grande Oficial da Grande Loja Nacional Portuguesa, que declara que “[a] Maçonaria, sempre que manteve com a política uma relação de proximidade perdeu o “norte” e, em vez de influenciar a política com a sua visão ética e moral do Homem, pelo contrário, deixou-se influenciar e até (...) invadir pela esfera polític[o] – partidária, importando confrontações e divisões que a abalaram – nalguns casos profundamente”¹⁹⁸, e vai mais longe, afirmando mesmo que “[é] até esta promiscuidade o factor que tem determinado uma relativa perda da sua influência na sociedade”¹⁹⁹.

¹⁹⁵ Bases do discurso proferido no dia 5 de Outubro de 2006 pelo Professor Doutor João Alves Dias, in <http://www.gremiolusitano.pt/?menu=1&submenu=24&idconteudo=172>.

¹⁹⁶ Cf. ARNAUT, António, *Introdução à Maçonaria*. 5ª ed.. Coimbra Editora, 2006, p. 53-58.

¹⁹⁷ *Op. cit.*, p. 53.

¹⁹⁸ PIRES, António Barata, “Maçonaria e Cidadania no Terceiro Milénio”, in *Diálogos com a Maçonaria*. Maia, Ver o Verso Edições, Lda., 2006, p. 45.

¹⁹⁹ *Loc. cit.*

Também António Reis reconhece que, em determinadas ocasiões, houve “uma certa promiscuidade”, como sucedeu, por exemplo, durante a Primeira República e lamenta que, nessa época, ser maçom constituísse “(...) quase uma condição *sine qua non* para uma ascensão profissional ou política (...)”²⁰⁰, explicando que isso foi altamente prejudicial à Ordem, pois, não só fez com que fosse muito mais perseguida durante a ditadura, como, em muitos casos, a tornou mais impura, dado que os interesses políticos se confundiram com os da Maçonaria²⁰¹.

Já António de Oliveira Marques e João Alves Dias preferem salientar que “[a] maior obra maçónica (...) realizada tanto em loja como fora dela, foi a da tolerância e a do convívio”²⁰², e contrapõem que a proibição expressa de tratar assuntos de cariz político ou religioso deriva das *Constituições de Anderson*, sendo constantemente recordada aos “irmãos”, sobretudo no decurso das cerimónias de iniciação.

Todavia, e reportando-se, em particular, ao período anterior a 1820, os autores ressaltam que, *de vez em quando*, se afluíam temas defesos pela organização maçónica, nomeadamente de carácter político, tratando-se, no entanto, de excepções, visto que as conversas deste tipo tinham lugar sobretudo fora das sessões e resultavam do convívio e da solidariedade entre indivíduos política e ideologicamente afins, bem como da penetração de irmãos maçons nos órgãos do poder, admitindo que, embora se torne hoje impossível, sem o reconhecimento perfeito dos nomes de todos os “irmãos”, avaliar com rigor a infiltração maçónica nos vários domínios da administração pública e privada, “(...) sabe-se o bastante para os encontrar por toda a parte, mesmo que minoritários ou em posições secundárias”²⁰³.

Os mesmos autores sublinham ainda que, no mundo “profano”, a Ordem impulsionou a difusão da instrução e da ciência, da beneficência e da entreatajuda,

²⁰⁰ LOPES, Isabel, Entrevista a António Reis – “Os maçons ajudam-se uns aos outros como numa família”, in: *Única*, 5 de Maio de 2007, p. 74 - 88, *Expresso*, Nº 1801, 5 de Maio de 2007, p. 76.

²⁰¹ Cf. *loc. cit.*.

²⁰² MARQUES, A. H. de Oliveira, DIAS, João José Alves, *História da Maçonaria em Portugal*, Vol. I, *Das Origens ao Triunfo*. Lisboa, Editorial Presença, 1990, p. 295.

²⁰³ *Op. cit.*, p. 294.

tanto através das denominadas instituições paramaçónicas²⁰⁴, (como, por exemplo, a Academia Real das Ciências de Lisboa, a Sociedade Real Marítima, as Casas de Conversação, a Sociedade da Rosa, o Conselho Conservador de Lisboa, o Supremo Conselho Regenerador de Portugal e Algarves, as Sociedades de 1817 - 1820, o Sinédrio, entre outras), quanto pela acção individual de cada maçom. Assim, no que concerne às sociedades científicas e literárias, os maçons colocaram-se na vanguarda, pugnando por uma ciência baseada na razão e na experiência, despida de preconceitos autoritários, religiosos e supersticiosos, e em favor da tolerância, da modernidade e da abertura de Portugal ao intercâmbio com o pensamento estrangeiro.

No que diz respeito às associações de carácter político, a obra da Maçonaria visou “sacudir” a opressão francesa e inglesa, e “regenerar” o país. Nas palavras de Oliveira Marques e Alves Dias, “[p]rofundamente patriotas, os maçons viam na continuação dos vícios governativos e administrativos próprios do regime despótico existente [antes de 1820] a causa mais grave da decadência do país e da sua subserviência às potências estrangeiras”²⁰⁵. Por conseguinte, a “regeneração” da pátria passaria por uma mudança de regime, parecendo fora de dúvida que a maioria ou, pelo menos, uma parte significativa dos “irmãos” tenha optado pelas instituições liberais e representativas. Ainda segundo os autores, “[o] Supremo Conselho Regenerador de 1817 e o Sinédrio de 1818-20, organizações controladas pela Maçonaria, foram os motores da grande revolução vintista”²⁰⁶, não lhes parecendo de todo exagerado asseverar que “(...) à Maçonaria se deve a instauração da Liberdade em Portugal”²⁰⁷. Não havia dúvida: Vintismo e Maçonaria identificavam-se.

Francisco Ribeiro da Silva, no entanto, não partilha do supra-referido relativamente ao Sinédrio, embora reconheça esta organização como um corpo

²⁰⁴ Embora fomentadas, criadas, ou até dirigidas por maçons, estas instituições possuem a sua vida própria, desligada da vida maçónica interna. Não é do interesse da Maçonaria que todos os membros destas instituições lhe pertençam, sendo, pelo contrário, preferível que alguns ou muitos lhe sejam alheios, de modo a que as relações entre aquelas e o chamado “mundo profano” se mostrem tão intensas quanto possível. O que importa é zelar para que o espírito de tais instituições se mantenha maçónico e, se possível, assegurar que a orientação geral ou, pelo menos, um certo controlo, permanecem entregues a maçons.

Para informações mais detalhadas acerca das instituições referidas *vide op. cit.*, p. 298 - 308.

²⁰⁵ *Op. cit.*, p. 295.

²⁰⁶ *Loc. cit.*.

²⁰⁷ *Loc. cit.*.

político. Segundo este, “[é] falso olhar o Sinédrio, criado no Porto em 1818, como uma sucursal maçónica. Não há qualquer indício de que fosse criado a partir de qualquer iniciativa do maçonismo dirigido pelo Grande Oriente Lusitano ou até de uma qualquer loja. Nem de que uma Loja o manipulasse ou teleguiasse. (...) É falso que os [treze] elementos do Sinédrio fossem maçons; parece até falso que a maior parte tenha pertencido à Maçonaria”²⁰⁸. Esta sua convicção baseia-se nos depoimentos de Xavier de Araújo e Silva Carvalho, que classifica de “esclarecedores e definitivos”, e em cuja transcrição pode ler-se, a título de exemplo, que a origem da Revolução do Porto não foi maçónica, que António da Silveira não era maçom, e que a Maçonaria do Porto nunca entrou no clube dos conjurados²⁰⁹.

Ainda assim, o autor aceita que é hoje certo que os membros do Sinédrio mantiveram contacto com a Maçonaria madrilena, com vista à garantia de eventuais apoios por parte dos vizinhos espanhóis, e que eram maçons os nomes mais influentes do Sinédrio, como Manuel Fernandes Tomás, João da Cunha Sottomayor, José da Silva Carvalho e, talvez, José Ferreira Borges. Lembra inclusivamente a afirmação de Oliveira Marques de que João Ferreira Viana pertencia à Ordem e que os restantes membros se iniciaram já depois de terem ingressado no Sinédrio²¹⁰. Defende, todavia, que “(...) não se pode daí concluir que o Sinédrio era da Maçonaria”²¹¹.

Pensamos que esta aparente contradição poderá advir do facto de este género de instituições possuir alguma “autonomia”, isto é, uma “vida própria” desligada da vida maçónica interna (conforme procurámos já explicar na nota 204).

Por seu turno, e aludindo especificamente à chamada conspiração de Gomes Freire, em 1817, Graça e Silva Dias declaram que “[n]ão pode negar-se à [M]açonaria o papel de estrutura de apoio dos conjurados – mas fora de Lisboa e

²⁰⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da, “A Maçonaria e o Liberalismo no Porto”, in: Pedro Alvarez Lázaro (coord.), *Maçonaria, Igreja e Liberalismo – Masonería, Iglesia y Liberalismo*. Actas da Semana de Estudos da Faculdade de Teologia (Porto, 1 a 4 de Fevereiro de 1994). Porto, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, Universidade Católica Portuguesa, Madrid, Universidad Pontificia Comillas, 1996, p. 24.

²⁰⁹ Cf. *op. cit.*, p. 25.

²¹⁰ Cf. *op. cit.*, p. 24 - 25.

²¹¹ *Op. cit.*, p. 25.

fora da tropa a Ordem tinha uma escassíssima implantação. E à parte da tropa aquartelada em Lisboa e Santarém, não se fez prova de cumplicidades conspiratórias no próprio seio das [F]orças [A]rmadas²¹². (...) A [M]açonaria funcionou como estrutura de apoio da conspiração, isto é, como aparelho modelador dos conjurados, não (...) como central da própria actividade conspirativa²¹³. Os mesmos sublinham que este é um facto que ressalta até do momento tardio em que Ferreira Soares e Morais Sarmiento foram admitidos nos trabalhos conspiratórios²¹⁴.

Há, porém, um aspecto que reúne um largo consenso: a real e crescente politização da Maçonaria, sobretudo após a vitória definitiva do Liberalismo, podendo mesmo constatar-se “(...) uma elucidativa coincidência entre as dissidências no interior da Maçonaria e as clivagens da sociedade civil”²¹⁵. As Obediências maçónicas multiplicaram-se, tendo-se criado facções correspondentes nas elites que dirigem os destinos do país.

É neste contexto que António do Carmo Reis afiança que “[a] Maçonaria funciona, na prática, como escola de quadros políticos. É, de facto, o laboratório em que os *irmãos* aceitam a hierarquia de competências e a diversificação de graus para o sucesso das ideias. Recusando ser um bloco monolítico, o grémio preserva o exercício da Liberdade: introduz na organização das *lojas* o apreço pelas tendências liberais”²¹⁶. Desta forma, “(...) a instituição converte-se num

²¹² Existiam, no entanto, alguns elos, ainda que soltos, para a distribuição de propaganda e recolha de fundos em Aldeia Galega, Évora e Campo de Ourique. Projectara-se, também, a implantação de núcleos noutras localidades. Cf. DIAS, Graça e J. S. da Silva, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Vol. II, Tomo II. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980, p. 640 - 641.

²¹³ *Loc. cit.*

²¹⁴ Cf. *op. cit.*, p. 641.

²¹⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da, “A Maçonaria e o Liberalismo no Porto”, in: Pedro Alvarez Lázaro (coord.), *Maçonaria, Igreja e Liberalismo – Masonería, Iglesia y Liberalismo*. Actas da Semana de Estudos da Faculdade de Teologia (Porto, 1 a 4 de Fevereiro de 1994). Porto, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, Universidade Católica Portuguesa, Madrid, Universidad Pontificia Comillas, 1996, p. 26.

²¹⁶ REIS, António do Carmo, “Maçonaria e Liberalismo no Porto: tópicos para um debate”, in: Pedro Alvarez Lázaro (coord.), *Maçonaria, Igreja e Liberalismo – Masonería, Iglesia y Liberalismo*. Actas da Semana de Estudos da Faculdade de Teologia (Porto, 1 a 4 de Fevereiro de 1994). Porto, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, Universidade Católica Portuguesa, Madrid, Universidad Pontificia Comillas, 1996, p. 30.

espaço de aprendizagem que se transfere para o exterior e informa o organigrama dos partidos políticos – o [C]artista e o [S]etembrista”²¹⁷.

A imprensa escrita portuense documenta as relações entre a Maçonaria e o Liberalismo, espelhando, simultaneamente, a situação vivida no país. Entre 1840 e 1850, os jornais veiculam as tendências Cartista e Setembrista, sendo que “(...) a [i]mprensa [S]etembrista ataca o Cabralismo com acutilância, denunciando que o Governo tange «a rebate no sino misterioso das associações secretas, e os irmãos terríveis recebem a missão de exterminar os profanos inimigos da luz»”²¹⁸, enquanto que, por seu turno, “(...) as páginas da [i]mprensa [C]artista acusam a militância das lojas maçónicas, traduzida na influência dos «rapazes da moda» que chamam a Deus de «Supremo Architecto» e até dos oficiais de Exército [,] entre os quais «alguns há que estão filiados nas Templárias»”²¹⁹.

No entender do autor, o Porto é, aliás, a “terra da Liberdade”, epíteto que justifica enumerando os vários momentos em que a cidade *invicta* assumiu um papel determinante na História de Portugal: em 1820 vanguardizou o processo revolucionário com vista à implantação do Liberalismo; em 1832 foi o palco de combate para a reconquista do poder, e das reformas estruturais de Mouzinho da Silveira (também ele maçom); em 1846 protagonizou a ofensiva contra a tirania administrativa de Costa Cabral, arriscado desvio do Cartismo; em 1851 proporcionou o arranque do movimento da Regeneração, que veio a consolidar o Regime Constitucional²²⁰.

Compete-nos mencionar que é também no Porto que vinga o anticlericalismo de raiz setembrista (de que o maçom Paços Manuel foi o hierofante) e vai enformar um dos vectores característicos do Republicanismo da geração de 1891. Este segmento anticlericalista prosperará nas lojas maçónicas do vale do Porto e será responsável pela acrimónia de afrontamentos entre a Igreja e a Maçonaria. Mas, dado o relevo que adquiriu, esta será uma temática a aprofundar um pouco mais adiante.

²¹⁷ *Loc. cit.*.

²¹⁸ *Op. cit.*, p. 31, referindo-se o autor especificamente ao jornal *A Coallisão*, nº 7, de 10 de Janeiro de 1843.

²¹⁹ *Loc. cit.*, referindo-se o autor ao jornal *Periódico dos Pobres no Porto*, nº 155, de 4 de Julho de 1843.

²²⁰ *Cf. op. cit.*, p. 30 - 31.

Posto isto, debruçemo-nos sobre o processo de “republicanização”²²¹ da massa crítica nacional (em que se incluem muitos *irmãos*), ou, se preferirmos, do modo como esta deixa de professar um Regime monárquico, passando a bater-se por ideais republicanos.

²²¹ Cf. WHELLER, Douglas L., *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1978, p. 48 - 50.

3.1.2. A “Republicanização” pelas Ideias

“«Eu, meu senhor, não sei o que é a República, mas não pode deixar de ser uma coisa santa. Nunca na Igreja senti um calafrio assim. Perdi a cabeça, como os outros todos. Todos a perdemos. Atirámos as barretinas ao ar. Gritámos então todos: ‘Viva, viva!, viva a República’»”²²².

De acordo com vários autores, de entre os quais se destacam Fernando Catroga, em “Positivistas e Republicanos”²²³ e José Hermano Saraiva, na sua *História Concisa de Portugal*²²⁴, as origens da ideia republicana em Portugal podem rastrear-se até ao tempo dos ideólogos radicais de 1820. Entre 1848 e 1851, esses indícios adensam-se, quer, em larga medida, por influência da Revolução Francesa ocorrida em 1848, quer como forma de protesto contra o modo brutal como a Monarquia liquidara a Patuleia²²⁵ (com recurso à intervenção de tropas estrangeiras).

O facto mais significativo deste primeiro surto republicano é a publicação dos jornais *A República* e o *Eco dos Operários*, e, sobretudo, dos *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, de José Félix Henriques Nogueira (1851), apontados por Oliveira Marques, em *A Primeira República Portuguesa*²²⁶, como “(...) uma espécie de evangelho do Republicanismo português (...)”²²⁷, sublinhando os princípios de República, Municipalismo, Federalismo e Associacionismo,

²²² Soldado rebelde num julgamento de rebeldes republicanos implicados na revolta de 10 de Janeiro de 1891 na cidade do Porto. *In op. cit.*, p. 48.

²²³ Cf. CATROGA, Fernando, “Positivistas e Republicanos”, in TORGAL, Luís Reis, et. al., *História da História em Portugal – Sécs. XIX-XX*. Círculo de Leitores, s.d., p. 111.

²²⁴ Cf. SARAIVA, José Hermano, *História Concisa de Portugal*. Col. Saber, 20ª ed.. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999, p. 345 - 356.

²²⁵ Segundo José Hermano Saraiva, a Patuleia foi uma reacção do Liberalismo doutrinal contra o que apelida de “(...) neoaristocracismo devorista dos barões guindados pelo [C]abralismo (...)”, não chegando a ser um verdadeiro movimento popular, visto que, contrariamente àquela que ficaria célebre como a revolta da “Maria da Fonte”, é, na sua origem, um movimento de políticos e militares, influenciados pela ideologia pequeno-burguesa que em França conduziu à Revolução de 1848 e à Segunda República. Cf. *op. cit.* p. 304.

²²⁶ C.f. MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Primeira República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*. 3ª ed. Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

²²⁷ *Op. cit.*, p. 61.

defendendo uma república descentralizada e aceitando a ideia de Herculano²²⁸ de um neomunicipalismo renovador (socialista à maneira de Fourier e de Louis Blanc), acentuando o associativismo voluntário e federalista, no quadro de uma federação geral dos povos ibéricos. Cria-se que a realização destes princípios traria todas as benesses para Portugal e restauraria a sua glória e o seu prestígio enquanto nação.

Porém, tratar-se-ia ainda de meras simpatias ideológicas de pequenos grupos pioneiros, sem grande repercussão popular, dado que, segundo Fernando Catroga e José Hermano Saraiva, só por volta de 1870 o republicanismo condensou como grande opção para o problema político português, uma vez que apenas nessa altura se acharam reunidas condições internas e externas propícias à sua afirmação, tais como: o exemplo europeu, protagonizado pela proclamação da República em Espanha (1868) e em França (1870); a existência de uma "(...) geração de universitários politicamente preparada, formada num prolongado período de paz, e [,] portanto [,] saturada de paz (...)"²²⁹; e uma pequena classe média em ascensão, principalmente nas grandes cidades.

É precisamente esta geração de universitários (e não só), que ficou conhecida na História portuguesa como a "geração de 70" (por nesta década se ter afirmado), a protagonista da chamada "Questão Coimbrã" (1865): uma querela que envolveu alguns jovens escritores de Coimbra, tais como Antero de Quental (1842 - 1891), Teófilo Braga (1843 - 1924), Vieira de Castro (1838 - 1872), entre outros e alguns literatos ultra-românticos tutelados por António Feliciano de Castilho (1800 - 1875), a qual, se teve uma motivação imediatamente literária, ultrapassou-a em larga escala.

De acordo com Fernando Catroga, é indiscutível que a polémica que estalou em 1865 - 1866 teve motivações predominantemente estéticas. Expõe o

²²⁸ Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo (1810 - 1877) afirmou-se sempre liberal, cartista, mas crítico das teses republicanistas. Religioso, cristão, católico, liberal, tolerante é, porém, anticlerical. O laicismo herculaniano é politicamente anticlerical e intimamente cristão. A religião, como a língua, aparece aos olhos de Herculano como condição de sociabilidade. Ao ultramontanismo Herculano opõe um movimento de laicização do Estado. Ao clero compete, na vida da sociedade e do Estado, como esfera própria da sua acção, o culto e a formação moral das consciências. *Vide* VARGUES, Isabel Nobre, RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, "Os Liberalismos", *in*: José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, Vol. V, *O Liberalismo (1807-1890)*. Ed. nº 2408. Círculo de Leitores, s.d., p. 225.

²²⁹ SARAIVA, José Hermano, *História Concisa de Portugal*. Col. Saber, 20ª ed.. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999, p. 345.

autor que a publicação dos poemas de Antero de Quental (*Odes Modernas*) e de Teófilo Braga (*Visão dos Tempos e Tempestades Sonoras*), bem como os elogios de Castilho ao *Poema da Mocidade*, de Pinheiro Chagas, e o seu apadrinhamento no concurso deste à cadeira de Literatura Moderna (Curso Superior de Letras), levaram o “chefe de fila” da chamada “escola de Coimbra” – o maçom Antero de Quental – a redigir o célebre opúsculo *Bom Senso e Bom Gosto*, precipitando uma das controvérsias que maiores repercussões teve na vida cultural portuguesa. Ora, se se pretender sintetizar o que de imediato estava em causa, ter-se-á de invocar aquilo que o próprio Antero então reivindicava: a Literatura teria de viver com ideias e a Arte teria necessariamente de ser a voz dos imperativos da História, o que, no contexto da formação e das expectativas da “geração nova”, significava que deviam estar ao serviço da revolução.

Dito de outro modo: a contestação da estética ultra-romântica, levada a cabo em nome da revolução, pressupunha uma estratégia de ataque mais global aos valores em que assentavam o Regime monárquico-constitucional e os padrões morais dos seus grupos dirigentes²³⁰.

Catroga explica esta evolução com a crise em que o regime parecia mergulhado, concomitantemente com a expansão do horizonte cultural e do eco dos grandes acontecimentos europeus da época, potenciadas pelo melhoramento das vias de comunicação, o grande legado do Fontismo. Agora mais do que nunca, o ambiente cultural de Coimbra, e em particular o dos seus estudantes intelectualmente mais críticos, estava aberto e permeável às novidades estrangeiras.

Nas palavras de Catroga:

“[n]o fundo, tudo parecia conspirar para a demonstração de um sentido evolutivo do cosmos e da história, que se iria consumir na realização plena do ideal de Justiça. Dir-se-ia que, com um melhor conhecimento das teorias de Lamarck e depois com o eco das ideias de Darwin (*a Origem das Espécies* saiu em 1859), de Herbert Spencer e de Haeckel, esta orientação evolucionista, que as filosofias da história há já muito ensinavam, recebia uma confirmação na própria natureza. A crítica antropológica à essência das religiões (Feuerbach) e as

²³⁰ Cf. CATROGA, Fernando, “Positivistas e Republicanos”, in TORGAL, Luís Reis, et. al., *História da História em Portugal – Sécs. XIX-XX*. Círculo de Leitores, s.d., p. 87.

interpelações históricas e psicológicas do cristianismo (a obra de David Strauss, *Vida de Jesus*, saiu em 1835 e teve tradução francesa em 1839 - 1840; o decisivo estudo de Renan, *Origens do Cristianismo*, veio a lume em 1863 - 1864, e em 1864 já contava com duas edições em português) eram postas ao serviço da crítica ao transcendentismo religioso, em nome da interpretação humanista e secularizada da figura de Cristo. Por outro lado, a epopeia humanista de Victor Hugo, as filosofias da história de Vico e de Michelet, os escritos de Edgar Quinet, bem como a dialéctica serial de Proudhon colocavam a objectivação da essência perfectível da humanidade como o fim último de todo o processo evolutivo, tendência a que um melhor conhecimento do ideário de Hegel (através de traduções ou resumos) conferia, nos casos mais especulativos, um enraizamento metafísico. Em correlação com este optimismo historicista crescia igualmente a confiança apoteótica no futuro triunfo da ciência que as filosofias positivistas, embora com diferenças entre si, sistematizavam (Comte, Littré, Spencer)²³¹.

A luta pela renovação estética era, portanto, a face mais combativa do projecto emancipador, que as filosofias críticas da essência da religião e fundamentadoras das virtudes das ciências da natureza e das ciências sociais justificavam, fazendo crer que estaria para breve a emergência de um “homem novo”, bem como de um tempo novo.

A explicitação deste ideário patenteia-se melhor se connexionarmos a “Questão Coimbrã” com as célebres Conferências Democráticas do Casino (iniciadas em Lisboa, a 22 de Maio de 1871), cuja carta de intenções, lida por Antero de Quental, foi assinada por Adolfo Coelho, Antero, Augusto Soromenho, Augusto Fuschini, Eça de Queiroz, Germano Vieira de Meireles, Guilherme de Azevedo, Jaime Batalha Reis, J. P. de Oliveira Martins, Manuel de Arriaga, Salomão Sáragga e Teófilo Braga. Por esta altura, as intenções dos seus animadores são já de cariz explicitamente político, e a sua realização é inseparável da influência de uma conjuntura internacional que parecia revelar a iminência da revolução (Comuna de Paris), e de uma situação interna de crise político-partidária, que, por seu turno, dava alento a minorias intelectuais activas

²³¹ *Op. cit.*, p. 88.

que, seduzidas pela Internacional, lutavam contra o poder político e cultural dominante, em nome da República Universal, Federativa e Social a edificar²³².

Na verdade, com as Conferências do Casino lisbonense pretendia-se não só agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência modernas, mas também estudar as condições da transformação política, económica e religiosa na sociedade portuguesa. Com vista ao cumprimento de tais objectivos, Antero de Quental, depois da conferência de apresentação, proferiu uma outra intitulada *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, ao que se seguiu a de Augusto Soromenho sobre a Literatura Portuguesa; a quarta conferência foi proferida por Eça de Queiroz e não tardou a ser interpretada como uma espécie de manifesto do realismo estético em Portugal; na quinta conferência, Adolfo Coelho analisou o problema do “ensino”, colocando a tónica na exigência da separação da Igreja e do Estado e reivindicando a liberdade de consciência; a sexta conferência, que seria proferida por Salomão Sáragga, e em que este se propunha discutir a divindade de Jesus, ditou a proibição abrupta da iniciativa, a 26 de Junho, por parte do Governo, sob a batuta do Marquês de Ávila e Bolama.

De entre as várias bandeiras então empunhadas tornou-se dominante aquela que defendia o valor exclusivo e definitivo das ciências naturais e sociais. Convictos da validade da lei dos três estados (teológico, metafísico e científico) definida por Auguste Comte, não raramente articulada com a lei da evolução (Herbert Spencer) e com a apropriação ideológica do evolucionismo de Lamarck e do transformismo de Darwin, os positivistas (Teófilo Braga, Emídio Garcia, Teixeira Bastos, Consiglieri Pedroso, Júlio de Matos, Luciano Cordeiro, Zeferino Cândido, entre outros) acreditavam que a humanidade teria chegado à sua fase de maturação intelectual e moral, isto é, a um período em que seria anacrónico e desnecessário recorrer a explicações de índole religiosa ou metafísica acerca da vida e do mundo. O futuro pertencia às ciências²³³.

²³² Cf. *loc. cit.*.

²³³ Cf. *op. cit.*, p. 90. Sobre o papel da filosofia positiva na modelação do anticlericalismo em Portugal *vide* ABREU, Luís Machado de, *Ensaio Anticlericais*. Lisboa, Roma Editora, 2004, p. 99 - 116.

Comummente, aceita-se que Teófilo Braga, demarcando-se das influências iniciais de Vico, Hegel, Michelet e Victor Hugo, foi o introdutor do Positivismo em Portugal. Contudo, sabe-se que, em Coimbra, foi o lente de Matemática José Falcão que, em 1865, incitou Manuel Emídio Garcia, professor na Faculdade de Direito, a ler o *Cours de Philosophie Positive* (Curso de Filosofia Positiva). No entanto, apesar deste começo, o Positivismo só ganhou alguma representação no nosso meio intelectual quando adquiriu um semblante mais sociologista, alargamento que ficou a dever-se, sobretudo, a Manuel Emídio Garcia em Coimbra, a Teófilo Braga em Lisboa (com particular relevo para a orientação do Curso Superior de Letras) e a Júlio de Matos no Porto.

Porém, foi com a obra de Teófilo Braga, *Tendências Gerais de Filosofia Positiva* (1877), que compilava as suas lições da cadeira de Filosofia dadas no Curso Superior de Letras, que o ideário comtiano foi alvo da primeira sistematização em Portugal e definiu, no essencial, o *corpus* teórico do movimento antimetafísico e antiteológico português, imprimindo-lhe, desde logo, um carácter taxionómico, dado que praticamente toda a obra gira em torno do problema da classificação das ciências, tema maior da filosofia de Comte. Há ainda a referir a grande importância das ideias expendidas nesta obra no que aos estudos literários diz respeito.

Extrema importância na época teve também a revista *O Positivismo* (1878), fundada por Teófilo Braga e Júlio de Matos, que surgiu com o propósito de promover a renovação mental e moral necessária às transformações políticas e sociais. Esta revista, conquanto a maioria dos seus colaboradores fosse de orientação republicana, apostava, sobretudo, na divulgação de teses e de conhecimentos adequados à radicação de um entendimento cientista da natureza, do homem e da sociedade²³⁴.

Não obstante o que vem sendo exposto, a República mais não era do que uma aspiração; não havia um projecto na verdadeira acepção do termo. Os monárquicos sentiam-no e acusavam os republicanos de não terem programa.

²³⁴ Cf. CATROGA, Fernando, "Positivistas e Republicanos", in TORRALBA, Luís Reis, et. al., *História da História em Portugal – Sécs. XIX-XX*. Círculo de Leitores, s.d., p. 90 - 91.

Na realidade, assim era. A maior fragilidade do Movimento Republicano residia precisamente no facto de o seu ideário básico não divergir daquele que a Monarquia professava: capital, propriedade, liberdade, Pátria.

Contudo, havia já quem pensasse de modo diferente. Refere José Hermano Saraiva que “[o] operário suíço José Fontana, que se instalou em Portugal e aqui teve papel importante no primeiro movimento socialista, esalfou-se a explicar que no seu país já havia [R]epública e que isso não tirava nem punha à situação dos trabalhadores”²³⁵. Efectivamente, em 1873 prevenira os seus camaradas socialistas:

“[s]ou suíço, filho dessa República que apontais como modelo. Sou, pois, uma testemunha viva do que ela vale, e todos sabem que não sei enganar os que me escutam. Pois bem, sob minha palavra de honra certifico à assembleia que na Suíça os operários sofrem tanto como em Portugal, que são tão desgraçados, tão miseráveis, tão tiranizados como neste País monárquico, existe o mesmo e grande tirano dos operários – o capital”²³⁶.

Para Fontana, também ele maçom, a questão não era a de mudar o regime político,urgia sim mudar o regime económico. Porém, os republicanos não quiseram enveredar por essa via, verificando-se que, desde o início, a propaganda republicana se alheou de questões estruturais.

Segundo Saraiva, esta não foi uma opção cínica, mas a consequência necessária da força dos factores sociais que estavam na base do movimento: a seara republicana fora semeada pela Regeneração e haviam sido as camadas recém-burguesas ou a caminho de se aburguesar, nascidas dos instrumentos fontistas e da estabilidade prolongada, a servir de meio acústico aos argumentos republicanos, que eram, fundamentalmente, o patriotismo e o já referido anticlericalismo²³⁷.

Sob a influência do Positivismo, os republicanos portugueses centraram a sua acção na questão política, evitando aprofundar a questão económica.

²³⁵ SARAIVA, José Hermano, *História Concisa de Portugal*. Col. Saber, 20ª ed.. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999, p. 346.

²³⁶ *História da Revolta do Porto – João Chagas, Ex-Tenente Coelho: depoimento de dois «cúmplices»*. Ed. fac simile. Lisboa, Assírio e Alvim, 1978, p. XXVII. Citado por António Carlos Carvalho e João Carlos Alvim a partir da notícia assinada por Luís Figueiredo no jornal *O Protesto Operário*, nº 4, 1884.

²³⁷ Cf. SARAIVA, José Hermano, *História Concisa de Portugal*. Col. Saber, 20ª ed.. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999, p. 346.

Pugnavam, essencialmente, pelo derrube da Monarquia, instituição a que atribuíam todos os malefícios, pela separação da Igreja e do Estado (ao culto dos Santos opunham o culto das grandes figuras da pátria, como forma, aliás, de fazer chegar às massas as conclusões da ciência) e pelo estabelecimento de uma democracia formal, assente no sufrágio universal (ainda que com algumas limitações, como veremos), na livre expressão do pensamento e na descentralização administrativa²³⁸.

A primeira grande vaga da propaganda patriótica foi o terceiro centenário da morte de Camões, em 1880. A iniciativa partiu dos republicanos e a ideia de fazerem do Poeta um vulto tutelar da República é reveladora: trata-se de uma ideia erudita, encabeçada pelo maçom e professor da cadeira de Literatura Portuguesa, no Curso Superior de Letras, Teófilo Braga. No entender deste, Camões representava a Pátria e, obviamente, simbolizava a República. Além de Teófilo Braga, integraram a comissão organizadora outras figuras de destaque, como Sebastião de Magalhães Lima e Ramalho Ortigão, por esse tempo muito chegado aos ideais republicanos.

As comemorações tiveram eco em todo o país, sendo que a cerimónia mais solene foi a da homenagem da Nação à estátua do Poeta, representada por carros alegóricos, que nos é descrita por José Hermano Saraiva com algum detalhe:

“[à] frente vinha o carro dos bombeiros voluntários, com o seu material reluzente; a abnegação dos bombeiros, que com risco da vida impediam que o fogo devorasse as propriedades, justificava bem a primazia. A seguir, um grande galeão dos [D]escobrimentos, com cruces de Cristo e velas ao vento. Depois, o carro do comércio e da indústria (um para [os dois]); não mostrava nem máquinas nem operários, mas um alto e urbano arco do triunfo. Já o da agricultura era de outro gosto: diz a notícia que tinha «um encantador aspecto campesino e agrário». O mais sensacional de todos era, porém, o carro das colónias: «troféus de armas africanas e asiáticas, ídolos selvagens de atitudes estranhas e extravagantes, de um pitoresco originalíssimo [(...)]»[.] A realização tinha sido de Columbano, o maior pintor da época. Seguia-se um grande castelo gótico, homenagem «à nossa

²³⁸ Cf. Manuel Roque de Azevedo, no prefácio a BRAGA, Teófilo, *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa, Vega, Lda., s.d., p. 10.

antiga cavalaria», e logo depois desses egrégios avós vinham os heróis do futuro: alunos da Escola Militar, com um carro militarmente enfeitado. Mais nenhum estudante ou escola foi admitid[o] ao cortejo. O desfile terminava com a imprensa: «a estátua de Gutenberg erguia-se orgulhosa entre ornatos»²³⁹.

O autor sublinha a ausência de conceitos como Povo, Progresso, Máquina, Ciência e Obras Públicas, que justifica por ser aquela, e não outra, a linguagem simbólica do público a quem o espectáculo se dirigia: Camões, galeões, troféus, colónias, negros, soldados, heróis, encanto da vida agrária. Compreensivelmente, convinha ao partido comunicar através de uma linguagem que pudesse ser facilmente entendida²⁴⁰.

O anticlericalismo era o outro elemento basilar da propaganda. No entanto, contrariamente ao patriotismo, o anticlericalismo não atraía adeptos, diminuía-os; prejudicava a aceitação do movimento na província, e entre as mulheres, fossem elas da província ou da cidade. Todavia, para os republicanos, esse foi um percurso inevitável. Tratava-se, por um lado, da herança do jacobinismo de 1820 e, por outro, de uma consequência da atitude filosófica dos mentores do movimento.

O principal representante do Positivismo em Portugal, Teófilo Braga, foi o presidente do primeiro Governo republicano. E o anticlericalismo é o Positivismo militante; os apóstolos do *estado positivo* viam nos representantes do *estado metafísico*, isto é, no clero, adversários perigosos. Foi essa contradição teórica, mais do que a necessidade prática, que levou ao grave conflito da República com o clero católico, logo em 1910.

Valorizando a tradição histórica, defendendo o municipalismo como força política e fazendo da liberdade “a carta de lei do cidadão português”, o Partido Republicano foi estendendo a força doutrinal na década de oitenta, sendo que os comícios e a propaganda surtiram maior efeito junto da classe operária. Adiado toda e qualquer solução revolucionária, o novo partido entendia agir dentro da legalidade por meio de uma perseverante doutrinação. Em 1881 foram eleitos deputados Alves da Veiga e Emídio Garcia pelo círculo do Porto e Elias Garcia

²³⁹ SARAIVA, José Hermano, *História Concisa de Portugal*. Col. Saber, 20ª ed.. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999, p. 347. Saraiva não refere a fonte da notícia citada.

²⁴⁰ Cf. *loc. cit.*.

pelo de Lisboa, ficando Teófilo Braga e Magalhães Lima a escassos votos de o serem também. No ano seguinte chegaria a vez de Manuel de Arriaga representar o círculo do Funchal e, em 1884, de Elias Garcia e Consiglieri Pedroso vencerem as eleições na capital. Ainda nesse ano saiu a *Cartilha do Povo*, da autoria de José Falcão, publicação que teve larga divulgação nos meios populares²⁴¹.

A via revolucionária só seria adoptada já em finais do século, com o aproximar da década de noventa. Para tal, muito contribuiu a deterioração da vida política e parlamentar, um dos maiores trunfos na difusão do ideal republicano. Conta o Mestre maçom A. M. Gonçalves que em 1886 só em Lisboa havia mais de trinta clubes republicanos²⁴². Em 1887 Elias Garcia e Consiglieri Pedroso foram reeleitos deputados pela capital, e passados dois anos, com a notícia da proclamação da República no Brasil, um novo alento de esperança animou os adversários da Monarquia. Todavia, a “cartada” que maior força deu aos republicanos veio de Inglaterra, em 1890, com o *Ultimatum*. Daí à revolução de 1891 foi um pequeno passo. É, pois, a estes eventos que dedicamos as próximas páginas.

3.1.3. Do *Ultimatum* ao 31 de Janeiro de 1891

²⁴¹ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. X. Lisboa, Verbo, 1989, p. 17.

²⁴² Cf. <http://www.freemasons-freemasonry.com/arnaldoG.html>.

“[O] 11 de Janeiro de 1890 ficará sendo para ela (a pátria portuguesa) uma data memorável. Este dia valeu séculos”²⁴³.

Na época que ficou conhecida como a “corrida para África”, e que teve como ponto alto a Conferência de Berlim (1884 - 1885), as principais potências europeias procuraram garantir a exploração do maior território possível naquele continente. Portugal, pioneiro na descoberta da costa africana tinha, no entanto, apenas uma incipiente ocupação junto ao litoral na Guiné, em Angola e em Moçambique. Não obstante, o Governo de Barros Gomes (1889) elaborou um ambicioso projecto que ficou conhecido como o Mapa Cor-de-rosa, pelo qual se reivindicavam para Portugal todas as terras compreendidas entre Angola e Moçambique.

O problema é que, para além das dificuldades que enfrentaríamos ao procurar estabelecer uma ocupação efectiva do terreno, o Mapa Cor-de-rosa colidia com o ainda mais ambicioso projecto do africanista britânico Cecil Rhodes (1853 - 1902), que consistia em unir sob a *Union Jack*²⁴⁴ toda a África Oriental, do Cabo ao Cairo.

Aquilo que foi entendido como uma provocação portuguesa teve resposta imediata: o Governo do Primeiro-Ministro Salisbury apresentou ao Embaixador

²⁴³ Basílio Teles, citado por António Carlos Carvalho e João Carlos Alvim, em *História da Revolta do Porto – João Chagas, Ex-Tenente Coelho: depoimento de dois «cúmplices»*. Ed. fac simile. Lisboa, Assírio e Alvim, 1978, p. XXVIII.

Basílio Teles (1866 - 1923), professor e activista republicano, participou na revolta de 31 de Janeiro de 1891 e exilou-se. Foi o primeiro Ministro da Fazenda a ser nomeado após a instauração da República. Não chegou, porém, a tomar posse, sendo o cargo ocupado pelo maçom José Relvas.

²⁴⁴ Nome da bandeira do Reino Unido (Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte), formada a partir de elementos das bandeiras das nações que o constituem: Inglaterra, Escócia, País de Gales, (que juntos compõem a Grã-Bretanha), e Irlanda do Norte. Ainda hoje está presente nas bandeiras de alguns dos países que fizeram parte do Império Britânico e que, embora sejam estados soberanos, integram a Commonwealth (que tem a Rainha Elizabeth II como chefe suprema), como, por exemplo, a Austrália e a Nova Zelândia. A bandeira do Reino Unido é, por vezes, erroneamente confundida com a bandeira de Inglaterra.

Para informações acerca da Commonwealth *vide* http://en.wikipedia.org/wiki/Commonwealth_of_Nations.

português Luís de Soveral um *Ultimatum* ameaçando com a guerra caso Portugal não retirasse todas as tropas estacionadas no território em causa²⁴⁵.

Eis o polémico texto que haveria de marcar a nossa História:

“[o] que o Governo de Sua Majestade deseja e em que insiste é o seguinte: que se enviem ao [G]overnador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas, actualmente no Chire e nos países dos Macololos e Machonas, se retirem. O Governo de Sua Majestade entende que, sem isto, as seguranças dadas pelo Governo português são ilusórias.

Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa com todos os membros da sua delegação, se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade “Enchantress” está em Vigo esperando as suas ordens.

Legação Britânica, 11 de Janeiro de 1890²⁴⁶.

Em 1890, a comoção provocada por este infame ultimato ditou uma nova etapa na popularização do ideal da República. Para Basílio Teles, activista republicano, o *Ultimatum* foi mesmo o acontecimento mais considerável que, desde as invasões napoleónicas, abalou a sociedade portuguesa²⁴⁷.

O patriotismo optimista sofria um enorme revés. Pode dizer-se que a crise provocou uma chaga profunda na alma portuguesa, como se a nação se encontrasse, de repente, à beira do abismo²⁴⁸. O Governo, e em especial o rei, foram responsabilizados por isso.

Na realidade, o elenco governativo de Serpa Pimentel enfrentava um grave dilema: embora a opinião pública fosse fortemente hostil à Grã-Bretanha, não faltando vozes a defender o uso da força contra o brutal aliado, a posição do Governo tinha de ser cautelosa nos meios a utilizar e digna perante a humilhação sofrida. O corte de relações com a Grã-Bretanha, que para muitos se impunha,

²⁴⁵ Cf. FERNANDES, Ferreira, FERREIRA, João, *Frases que Fizeram a História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 184.

²⁴⁶ Tradução de Basílio Teles, citada por António Carlos Carvalho e João Carlos Alvim, em *História da Revolta do Porto – João Chagas, Ex-Tenente Coelho: depoimento de dois «cúmplices»*. Ed. fac simile. Lisboa, Assírio e Alvim, 1978, p. XXI.

²⁴⁷ Cf. MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 19.

²⁴⁸ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. X. Lisboa, Verbo, 1989, p. 13.

podia redundar na perda de Angola e Moçambique, uma vez que não dispúnhamos de um exército forte, nem de material bélico que nos permitisse defrontar os ingleses de igual para igual. Mas esta conjuntura era algo que ultrapassava o entendimento da opinião pública.

A forçosa e humilhante cedência ao poderio de Inglaterra foi, deste modo, considerada um acto de traição nacional nascida da corrupção: eram o rei e a sua camarilha que estavam combinados com os ingleses. A força calorosa do patriotismo passou então a ser o “(...) grande vento que enfunou a vela do Partido Republicano”²⁴⁹, ao mesmo tempo que se adensa uma fortíssima indignação antibritânica.

É neste contexto que o maçom Henrique Lopes de Mendonça (1856 - 1931) escreve a letra para a marcha patriótica *A Portuguesa*, composta pelo seu irmão Alfredo Keil. Após a implantação da República, em 1910, *A Portuguesa* viria a tornar-se, por lei de 1911, o Hino Nacional português. É de salientar que a letra deste hino se mantém inalterada até à actualidade, com excepção de um dos versos do refrão: as palavras de ordem “contra os bretões, marchar, marchar!” dão lugar, embora não antes de 1957, a um mais lato “contra os canhões, marchar, marchar!”²⁵⁰.

Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, pode afirmar-se que o Partido Republicano era ao tempo uma formação de intelectuais, praticamente todos de tendência liberal e agnóstica, que viviam o sonho da regeneração da pátria. Todavia, para o autor “(...) impõe-se reconhecer a extrema cautela dos republicanos no tratamento que concediam ao rei D. Carlos. Pondo em causa a degradação dos partidos monárquicos, evitavam atingir a pessoa do soberano, por terem a consciência de a quase totalidade da população ser católica e fiel à família real. Não hostilizar esses sentimentos era a palavra de ordem que vinha do partido, embora os sectores mais jovens ardessem em desejos de militância, com o apoio de uma imprensa onde se destacavam *O Protesto* (1878), órgão dos

²⁴⁹ SARAIVA, José Hermano, *História Concisa de Portugal*. Col. Saber, 20ª ed.. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999, p. 348.

²⁵⁰ Vide Anexo VII – O Hino Nacional.

socialistas, e *O Século* (1881), fundado por Magalhães Lima que, antes disso, já criara *A República Portuguesa* (1872)”²⁵¹.

Logo no ano seguinte ao do ultimato estalou no Porto a revolta de 31 de Janeiro, cuja repressão foi sangrenta e deu à causa da República os primeiros mártires. A História desta revolta encontra-se bem documentada por diversos autores, mas podemos indicar como referência particularmente interessante e completa a obra intitulada *História da Revolta do Porto – João Chagas, Ex-Tenente Coelho: depoimento de dois «cúmplices»*²⁵². A morte de líderes históricos como Elias Garcia e Latino Coelho em 1891 e José Falcão em 1892 haveria de alterar a estratégia militante do Partido Republicano, mas não ainda com a aspiração revolucionária que apenas se concretizou no tempo da ditadura franquista.

Não obstante o desfecho da sublevação, Alexandre Cabral defende que “(...) desde a primeira hora, o malogro da revolta não foi encarado como um desastre político irremediável para o movimento democrático, antes pelo contrário, se considerou como representando um factor de grande valor subjectivo e objectivo na escalada pela implantação da República”²⁵³.

Cabral traz até nós um documento curiosíssimo no que concerne ao modo como muitos dos nomes sonantes da sociedade e política portuguesas da época, e que eram, na sua maioria, comuns à Maçonaria (Magalhães Lima, Teófilo Braga, o Bispo de Betsaida, entre outros), encaravam e “julgavam” a instituição monárquica; referimo-nos, tão somente, à obra intitulada *Os Crimes da Monarquia*²⁵⁴, que trata, nada mais nada menos, que do julgamento realizado em 1891 no supremo tribunal da “Justiça” (jornal académico republicano de Lisboa). Explica Alexandre Cabral que “[a]s peças que constituem o Julgamento de *Os Crimes da Monarquia*, que decorreu no cenário fantasioso do Supremo Tribunal d’ *A Justiça* (de facto, ao que presumimos, numa modesta sala de redacção do «jornal académico de Lisboa» que tinha por título *A Justiça*), correspondem aos

²⁵¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. X. Lisboa, Verbo, 1989, p. 18 - 19.

²⁵² *História da Revolta do Porto – João Chagas, Ex-Tenente Coelho: depoimento de dois «cúmplices»*. Ed. fac simile. Lisboa, Assírio e Alvim, 1978.

²⁵³ CABRAL, Alexandre, *Os Crimes da Monarquia*. Col. Seara Nova, Lisboa, Seara Nova, 1973, p. 13 - 14.

²⁵⁴ *Vide op. cit.*

[catorze] artigos que sobre o extraordinário Julgamento a folha académica de Lisboa inseriu nas suas colunas de honra de 4 a 21 de Julho de 1891²⁵⁵. O mesmo acrescenta que os trabalhos deste “juízo” foram abruptamente interrompidos por acção repressiva policial²⁵⁶.

No que concerne à revolta republicana de 31 de Janeiro há ainda outro aspecto a apurar: qual o papel da Maçonaria na insurreição, nomeadamente da Maçonaria do Porto.

Fernando de Sousa declara que têm sido desenvolvidas numerosas especulações quanto à intervenção da Maçonaria neste evento histórico, especulações essas que, no seu entender, não correspondem àquilo que foi a realidade²⁵⁷. Referindo-se concretamente ao Grande Oriente Lusitano, o autor afirma que esta instituição “(...) não apadrinhou e muito menos incentivou o movimento de 31 de Janeiro de 1891, o que ajuda a explicar, se não o fracasso, pelo menos o isolamento dos revoltosos e a efémera duração daquele fenómeno revolucionário”²⁵⁸.

Fernando de Sousa fundamenta o seu posicionamento argumentando que não eram maçons João Chagas, redactor do jornal *República Portuguesa*, Basílio Teles, Sampaio Bruno e Júlio de Matos, todos eles republicanos com importantes responsabilidades na preparação do movimento, o mesmo se aplicando a Santos Cardoso, proprietário, editor e redactor do jornal *A Justiça Portuguesa*, que atçou durante longos meses a violência contra a Monarquia, e constituiu o elemento preponderante no aliciamento dos militares que participaram na revolta. Além disso, segundo o autor, exceptuando Alves da Veiga, nenhum dos sete membros anunciados para integrarem o Governo Provisório pertencia à Maçonaria, o mesmo sucedendo com todos os soldados, sargentos e oficiais revoltosos, e com os numerosos advogados que defenderam os presos em Conselho de Guerra.

Reportando-se especificamente aos membros da Maçonaria portuense, Fernando de Sousa menciona que apenas foram detectados seis *irmãos*

²⁵⁵ *Op. cit.*, p. 11.

²⁵⁶ *Cf. loc. cit.*

²⁵⁷ *Vide* SOUSA, Fernando de, “A Maçonaria do Porto e a Revolta Republicana de 1891”, *in*: Humberto Baquero Moreno... [et al.], *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte, 1991, p. 391 - 409.

²⁵⁸ *Op. cit.*, p. 403.

envolvidos na insurreição: Alves da Veiga, que se expatriou; Aurélio dos Reis, da loja *Honra e Dever*, julgado em Conselho de Guerra e absolvido; Miguel Verdial, da loja *Independência*, julgado em Conselho de Guerra e condenado; Adriano Pimenta, também da loja *Honra e Dever*; António Pinto de Almeida e Francisco Sousa Paula, ambos da loja *Independência*, que não chegaram, todavia, a ser detidos.

O autor acrescenta que, “[d]as lojas maçónicas situadas fora do Porto, apenas temos conhecimento da participação do republicano Heliodoro Salgado nos acontecimentos de 31 de Janeiro de 1891, um recém-chegado à Ordem, uma vez que tinha sido admitido em 1890, na loja *Obreiros do Trabalho*, ao Vale de Lisboa”²⁵⁹, sublinhando, no entanto, que tal não significa que a Maçonaria lisboeta ignorasse o movimento do Porto: “[é] claro que os maçons republicanos de Lisboa não só tinham conhecimento da revolta como se esforçavam por a secundar na capital. (...) Elias Garcia, principal figura do Partido Republicano Português e Grão-Mestre da Maçonaria, estava perfeitamente ao corrente do andamento da insurreição nortenha, sem todavia comprometer institucionalmente naquela, quer o Partido Republicano quer a Ordem”²⁶⁰, relata.

Neste sentido, as reuniões conspiratórias que se desenrolaram na capital, e nas quais participaram, além de Elias Garcia, outros republicanos e maçons como Constantino de Oliveira, Feio Terenas, Gomes da Silva, Higinio de Sousa, Tomás Cabreira, etc., tiveram sempre lugar no domicílio de António Carlos de Magalhães.

Contudo, em inícios do ano de 1891, quando se encontrava já substituído interinamente das funções de Grão-Mestre, Elias Garcia foi obrigado a abandonar o directório do Partido Republicano, por motivos de saúde, vendo, desta forma, a sua influência política drasticamente reduzida. Apesar disso, Alves da Veiga continuou a manter estreitas ligações com o velho General, inteirando-o da evolução dos acontecimentos. Na antevéspera da insurreição, Elias Garcia, já bastante debilitado pela doença que alguns meses mais tarde o vitimou, recebeu uma missiva de Alves da Veiga, entregue por um *irmão* da loja *Independência*, na qual o advogado portuense lhe comunicava que, contrariamente à sua vontade, o dia em que a revolta devia ocorrer havia sido antecipado, pedindo-lhe, por essa

²⁵⁹ *Op. cit.*, p. 401.

²⁶⁰ *Loc. cit.*

razão, que interviesse de imediato, a fim de Lisboa secundar o movimento, bastando para tal, garantia Alves da Veiga, o levantamento de um ou dois regimentos da capital.

Ora, conta Fernando de Sousa que Elias Garcia e outros maçons republicanos que com ele se encontravam se limitaram a enviar ao Porto um sargento que levava instruções para impedir a insurreição, mas que se deparou já com as tropas na rua... “A tal diligência parece ter-se reduzido a intervenção de Lisboa, quer ao nível da Maçonaria, quer (...) do Partido Republicano, a demonstrar a ausência de um verdadeiro plano a nível nacional, e a precipitação dos revoltosos do Porto”²⁶¹, refere.

O autor prossegue o seu raciocínio declarando que, se a intervenção da Maçonaria não foi determinante no desenrolar da insurreição, a posição do Grande Oriente Lusitano no rescaldo dos acontecimentos não se fez esperar, quer através do seu Grão-Mestre interino, quer através do Supremo Conselho, condenando firme e peremptoriamente, logo em inícios de Fevereiro, o movimento do Porto como contrário aos princípios veiculados pela instituição, ordenando a suspensão de Alves da Veiga, bem como de todos os *irmãos* acusados ou que fossem indiciados como estando implicados na revolta, e repudiando qualquer conivência naquele “desgraçado facto”.

A semelhança do que sucedeu com o Partido Republicano, a Ordem maçónica apressou-se na sua demarcação da aventura revolucionária portuense, a fim de preservar a sua integridade e continuidade.

Fernando de Sousa está convencido de que, enquanto membro de ambas as instituições, Alves da Veiga terá actuado à revelia dos poderes constituídos, provocando, tanto no seio da Maçonaria, como no Partido Republicano, uma temporária cisão entre o Porto e Lisboa, cisão esta que, no caso da Maçonaria, tivera já antecedentes no século XIX. Afirmar ainda que a dissidência atingiu também a família maçónica do Vale do Porto, uma vez que apenas um escasso número dos seus *irmãos* tomou parte na revolta.

O autor advoga que as reuniões havidas nas instalações do grémio *Independência* devem ser entendidas à luz da referida cisão, bem como a uma

²⁶¹ *Op. cit.*, p. 402.

certa impunidade de que Alves da Veiga desfrutava pelas suas funções de venerável, ciente de que os seus *irmãos*, muitos deles monárquicos, não denunciariam as suas acções, ilegais, sem dúvida, tendo em conta a Constituição e regulamentos da Ordem.

Assim, a intervenção da Maçonaria do Porto nos acontecimentos de 31 de Janeiro de 1891, salvo, naturalmente, as personalidades já indicadas, ter-se-á limitado, fundamentalmente, à cumplicidade do silêncio.

Face ao exposto, para Fernando de Sousa, a conhecida consagração do 31 de Janeiro pela Maçonaria do Porto, relaciona-se muito mais com a posterior evolução política nacional e com a “interpretação mítico-simbólica da realidade”, do que propriamente pela sua participação no desenrolar dos acontecimentos.

Este ponto de vista é, na globalidade, partilhado por Fernando Catroga, que frisa que “(...) como a história veio a demonstrar, o 31 de Janeiro não só foi prematuro, como irrompeu no lugar errado”²⁶².

Explica Catroga que, no entender de alguns analistas, o Porto reunia todas as condições para o espoletar de uma revolução de pendor antidinástico. Berço da revolução liberal, possuía uma intelectualidade republicana (em que se incluíam individualidades como Amorim Viana, Rodrigues de Freitas, Alves da Veiga, José Sampaio Bruno, Júlio de Matos e Emídio de Oliveira) que, através do livro, da cátedra, da imprensa ou do comício, há muito agitava a opinião pública da cidade. Por outro lado, o seu comércio era forte, enquanto que um operariado crescente, ao lado de uma actividade artesanal ainda significativa, se mostrava aguerrido na defesa dos seus interesses e, em particular, na reivindicação de medidas protectoras do chamado trabalho nacional. Em simultâneo, a crise cambial brasileira e a falência da casa Baring, principal credora do Estado Português, acentuaram a depressão financeira, situação que se repercutia com grande acuidade numa zona intimamente ligada ao comércio e de muita emigração. Ora, segundo o autor, se tudo isto são argumentos que justificam a génese nortenha da intentona republicana, são também razões que contribuem para o seu insucesso²⁶³.

²⁶² CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal – da Formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2ª ed.. Editorial Notícias, s.d., p. 88.

²⁶³ Cf. *op. cit.*, p. 84.

Refere Catroga que é inegável o peso da memória da revolução vintista nas motivações dos revolucionários da década de 90. Estes sentiam-se igualmente investidos de uma missão que iria inaugurar uma nova era. Daí que, não obstante as resistências dos tecnicamente mais avisados, as reuniões preparatórias da revolta, tal como os procedimentos adoptados em si, denotassem a presença daquela carga mítica, conforme transparece do depoimento do autor:

“[d]iscutiram-se os nomes redentores a dar às ruas e praças da cidade libertada e gizou-se um plano de actuação que quase repetia o percurso dos sublevados de 1820. E, na opinião de Basílio Teles, tal paradigma assentava numa ilusão sobre a história e conduzia a um erro capital. Rejeitando a ocupação dos pontos altos (Batalha) e a tomada imediata do Quartel-General e da estação dos correios e telégrafo, e negligenciando o apoio da artilharia (Pilar e Foz), os revoltosos reuniram-se em Santo Ovídeo e evoluíram nas partes baixas da cidade, zonas em que se expuseram mais à previsível ofensiva das tropas fiéis à Monarquia. Mas, no geral, esse tinha sido o caminho de Sepúlveda. E foi ainda sob o exemplo vintista que alguns «irmãos» da loja maçónica *Independência*, tal como os elementos do *Sinédrio*, escolheram a Câmara Municipal para lerem a proclamação que deveria levantar todo o país, como se, por efeitos mágicos da mera invocação da palavra sagrada (República), o novo regime ficasse plebiscitado. Com isso, esqueciam-se das diferenças históricas e não levavam em conta este pormenor essencial: enquanto em 1820 não houve oposição relevante, em 1891, as boas intenções tiveram de se defrontar com a força armada”²⁶⁴.

Para Catroga, pormenor igualmente importante, e que Basílio Teles também assinalou, é o facto de os conspiradores não terem procurado planificar devidamente o movimento, de modo a conseguirem alargar a sua base de apoio, bem como uma maior capacidade de combate de rua. Contudo, tal imprevidência acaba por não ser surpreendente, se tivermos em conta que, incrivelmente, nem sequer as personalidades escolhidas para o Governo Provisório, com excepção de Alves da Veiga, o proclamador, estavam presentes nos Paços do Concelho, sendo que algumas delas, como Rodrigues de Freitas, até se opunham à insurreição.

²⁶⁴ Cf. *op. cit.*, p. 84 - 85.

Por outro lado, nem militares nem civis tiveram quaisquer contactos prévios com as organizações operárias da cidade, e só quando se desenhava a derrota é que Basílio Teles procurou os dirigentes socialistas locais, com o intuito de lhes solicitar a mobilização dos trabalhadores a fim de se criarem outras zonas de sublevação e de se diminuir a pressão que as tropas monárquicas vinham exercendo sobre os sediciosos no coração da cidade. Debalde e tardio esforço, tanto mais que, com o encerramento das fábricas devido à revolta, o operariado se encontrava disperso. Desta forma, embora se contasse com a conivência de elementos civis, a revolta foi predominantemente militar.

Posto isto, pode dizer-se que “(...) a conspiração progrediu sob um clima feito de ilusões e de equívocos: pensava-se que bastava a convocação dos manes da revolução vintista, quando se pretendia consumir algo que ultrapassava em muito o grau de politização da cidade e do próprio país. E, se os erros de ordem militar podem ser invocados para justificar a derrota, isso não pode escamotear outra evidência: sonhou-se com uma revolução, mas não se conseguiu mais do que uma revolta regional, quase exclusivamente militar (...)”²⁶⁵.

Catroga salienta ainda que os cronistas dos acontecimentos, bem como a tradição, têm assinalado o peso da Maçonaria, quer no fomento, quer na preparação da revolta, mas que subsistem grandes dúvidas quanto ao seu real empenhamento na iniciativa:

“[d]e facto, vários testemunhos fazem-se eco de reuniões efectuadas em lojas maçónicas, reuniões, porém, abertas a conspiradores não mações. E, nas vésperas do 31 de Janeiro, Alves da Veiga terá convocado todos os «irmãos» da oficina *Independência* para servirem de cobertura aos movimentos dos revoltosos. O que não admira, pois sabemos que era o venerável da loja. Mas, significou isto um comprometimento da Maçonaria portuense e do Grande Oriente na rebelião? Ou, ao contrário, este apoio maçónico não ultrapassou o âmbito do empenhamento de alguns (poucos) mações (o que não admira, pois boa parte destes era ainda monárquica)? Para respondermos, precisaríamos de conhecer o que se passou nos bastidores do movimento republicano e nas sessões das oficinas maçónicas; o que, por agora, é manifestamente impossível.

²⁶⁵ *Op. cit.*, p. 85.

O facto de José Elias Garcia ter sido, nesta conjuntura, grão-mestre da Ordem e, simultaneamente, um dos dirigentes de confiança dos republicanos parece tornar crível que as ligações maçónicas não foram inteiramente estranhas a esse conluio. Contudo, Elias Garcia, por doença, encontrava-se praticamente afastado dos trabalhos. Por outro lado, a linha do Grande Oriente, neste período, caracterizava-se por um apartidarismo pluralista inserido no respeito pela ordem constitucional, e ainda não tinha chegado a hora da sua completa republicanização²⁶⁶.

Por conseguinte, Fernando Catroga é de opinião que, apesar da inequívoca participação de alguns maçons, que não terão sido tantos como a tradição faz supor, o Grande Oriente Lusitano, no seu todo, e enquanto instituição, não terá ultrapassado, no contexto da crise provocada pelo *Ultimatum*, os limites de uma actuação de fundo patriótico não partidarizado; ou seja, ter-se-á mantido vigilante na defesa dos valores essenciais do Liberalismo (e do nacionalismo) e atento à ofensiva ultramontana.

Na verdade, por esta altura, a corrente que se opunha à partidarização ou politização excessiva da Maçonaria era ainda muito forte, o que explica a condenação veemente da sublevação por parte do Conselho da Ordem, bem como a suspensão dos direitos maçónicos dos *irmãos* envolvidos. É certo que nem todas as lojas receberam com agrado esta atitude por parte das instâncias superiores, havendo notícias de que em algumas oficinas, e sobretudo na loja *Obreiros do Trabalho*, terão saído decisões de apoio aos maçons revoltosos, e que, por outro lado, as suspensões não terão vigorado por muito tempo. De qualquer modo, convém notar que nesta época, a Maçonaria ainda não estava republicanizada e que será necessário aguardar por novas condições sociais e políticas para que tal venha a suceder, o que só acontecerá decorrida década e meia²⁶⁷.

Para Catroga, bem vistas as coisas, o 31 de Janeiro, se foi um momento precursor, constituiu também o fechar do círculo das lutas políticas de inspiração liberal dinamizadas a partir da *Invicta*. Os pólos de desenvolvimento económico e de crescimento urbano, tal como as características dos projectos que se

²⁶⁶ *Op. cit.*, p. 86.

²⁶⁷ *Cf. op. cit.*, p. 86 - 87.

colocavam como alternativas ao *statu quo* (republicanismo, socialismo, anarquismo) encontravam no Sul do país, com destaque para Lisboa, as condições sociais adequadas ao florescimento republicano²⁶⁸.

O autor sugere, assim, que o republicanismo constituía um projecto pouco acessível a mentalidades rurais, ou ainda debilmente urbanas, e fortemente catolicizadas, como as das gentes do Porto, já que, em última análise, exprimia, essencialmente, aspirações das camadas sociais que estavam em crescimento devido ao desenvolvimento das cidades e que, por isso, mais se distanciavam das formas de comportamento das sociedades tradicionais.

Ora, tal como a Catroga, parece-nos evidente que, por maior que fosse a pujança da economia portuense no princípio dos anos noventa do século XIX, o Porto não possuía uma estrutura social, nem uma evolução cultural propícias à radicação de um ideário predominantemente anticlerical e secularizador. Por esta altura, nem mesmo a capital oferecia semelhantes condições. Logo, não terá sido por mero acaso que o movimento republicano só tenha efectivamente arrancado em força a partir do momento em que as consequências do desenvolvimento capitalista (expressas no crescimento urbano, na intensificação das lutas económicas e políticas, no fomento do associativismo social, cultural e político) se tornaram pertinentes.

O autor tece ainda um reparo: contrariamente ao que poderia pensar-se, o facto de Rodrigues de Freitas ter sido o primeiro deputado republicano (1878) e de, posteriormente, ter garantido sucessivamente a sua reeleição, não significa que os republicanos fossem influentes no Porto. Segundo Catroga, tais vitórias eleitorais ficaram a dever-se mais ao prestígio de que o professor de Economia gozava na cidade do que a qualquer razão ideológica de peso. Com efeito, Rodrigues de Freitas, antes de se declarar republicano, já havia sido eleito deputado reformista (1870, 1871), e não deixa de ser sintomático que, desde 1878 (ano da fundação do Centro Republicano do Porto) até 1899, mais nenhum outro candidato tenha vencido qualquer eleição, mesmo quando Freitas não se apresentou a sufrágio. Só em Janeiro de 1900, dado que o Governo anulou a eleição anterior, o Porto elegeu três deputados republicanos, a saber: Afonso

²⁶⁸ Cf. *op. cit.*, p. 87.

Costa, Francisco Xavier Esteves e Paulo Falcão, sucesso que ficou a dever-se a uma razão conjuntural derivada do descontentamento popular pelo modo como o poder monárquico lidou com uma epidemia que assolara a cidade²⁶⁹.

Uma vez tratada a malograda revolta de 1891, debruçemo-nos sobre a evolução dos destinos do país desde essa altura até ao 5 de Outubro de 1910.

²⁶⁹ Cf. *op. cit.*, p. 87 - 88.

3.1.4. Do Franquismo ao Regicídio

“Por menos do que fez o sr. D. Carlos caiu a cabeça de Luís XVI no patíbulo”²⁷⁰.

“Isto acaba numa revolução ou num crime”²⁷¹.

Desde a crise do *Ultimatum* de 1890, passando pela rebelião de 1891, e até 1910, foi sempre diminuindo o inicial desequilíbrio entre as forças políticas da Monarquia e da República, as primeiras compostas pela hierarquia administrativa, o clero, os proprietários, os oficiais, a gente da província e a alta burguesia das cidades, as segundas por uma *elite* de intelectuais enérgicos e militantes, a maioria dos jornalistas, os estudantes, os sargentos, uma parte das pequenas classes médias urbanas, o operariado. À medida que o desgaste do rotativismo aumentava, o jogo político perdia o crédito. Tornara-se claro para muita gente que o facto de o Ministério passar das mãos dos progressistas para os regeneradores, ou vice-versa, não resolvia nenhum dos problemas que ensombravam a nação. Até quase ao fim, a Monarquia respeitou as regras de um liberalismo muito aberto e manteve a liberdade de imprensa. Os jornais republicanos intensificaram os seus ataques, exercendo um papel decisivo no descrédito e conseqüente derrube do velho regime.

De facto, não é por acaso que, na História da Primeira República Portuguesa, o período compreendido entre 1890 e 1910 é conhecido como “a era da propaganda”, propaganda esta que foi vital para a angariação de apoios entre as camadas populares por parte dos republicanos. As invectivas dos jornais republicanos, panfletos, caricaturas políticas, poemas, canções, conferências públicas e comícios foram mais que muitos e o seu volume prodigioso para um país pequeno, com uma elevadíssima taxa de analfabetismo (cerca de 79% em

²⁷⁰ Frase proferida em plena sessão parlamentar no ano de 1907, pelo então deputado republicano Afonso Costa, a propósito do escândalo financeiro que ficou conhecido como a “questão dos adiantamentos”, as verbas adiantadas à Casa Real, que manchou a Monarquia. In FERNANDES, Ferreira, FERREIRA, João, *Frases que Fizeram a História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 191.

²⁷¹ A dupla profecia certa de Júlio Vilhena, em 1907. In *loc.cit.*

1906), pobre e atrasado em relação à maioria dos países da Europa ocidental. Como salienta Wheller²⁷², entre 1890 e 1910, quase todos os principais jornais de Lisboa e do Porto ficaram abertamente republicanos, ou pró-republicanos, ou neutros, mas hostis à política monárquica, e, sobretudo depois de 1895, mesmo na imprensa da província, que se tornara fortemente conservadora, era notório um aumento da simpatia pelos partidários da República.

Assim, a maioria dos jornais abandonou o apoio aberto aos partidos monárquicos, passando a mostrar-se cínica e ressentida relativamente à sua política. Por seu turno, a imprensa católica pedia que se operassem reformas imediatas, denunciando, também ela, uma tendência crescente para uma neutralidade política que era, claramente, muito vantajosa para a concretização das aspirações republicanas.

No entender de Wheller, tratou-se mesmo de “(...) uma das campanhas políticas mais indignas, mais ridículas, mais desleais, se bem que das mais inteligentes e bem estudadas que alguma vez se fizeram para mover a opinião pública da Europa ocidental”²⁷³, cujo sucesso pode explicar-se pela fraqueza da Monarquia, que se encontrava gravemente fragmentada e desmoralizada desde a crise de 1890, não dando mostras de recuperação. Era evidente que os seus partidos não estavam tão bem organizados como o Partido Republicano Português (P.R.P.), nem eram tão activos, isto apesar da manipulação das eleições pelas autoridades civis, pelo que, gradualmente, foram perdendo o comando da maioria da imprensa, bem como a simpatia do público.

Embora não fossem leais, os ataques republicanos à Monarquia surtiram um efeito corrosivo, especialmente por serem tão ultrajosos. A natureza personalista da política foi, simultaneamente, uma causa e um sintoma do estilo e da forma como os republicanos atacavam a pessoa do monarca. Em Novembro de 1906, numa sessão da Câmara dos Deputados, o recém eleito deputado republicano Afonso Costa conquistou a admiração de muitos republicanos e de alguns monárquicos ao afrontar el-rei D. Carlos por causa dos adiantamentos concedidos à Casa Real pelo orçamento do país. No seu discurso asseverava:

²⁷² Cf. WHELLER, Douglas L., *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1978, p. 52 - 53.

²⁷³ *Op. cit.*, p. 53.

“[p]or crimes muito menores do que os cometidos por D. Carlos a cabeça de Luís XVI rolou no cadafalso em França”²⁷⁴. Quando Afonso Costa recusou retractar-se, o presidente da Câmara censurou-o e ordenou a sua expulsão da sala (por soldados) por um período de um mês. Numa conferência pública, em 1907, o poeta Guerra Junqueiro acusou o rei, que sofria de obesidade, de ser um “porco” que tiranizava o povo. Por proferir esse insulto foi preso, julgado e multado. Finalmente, em 1909, n’ *Os Ridículos*, um jornal de caricaturas, apareceu uma caricatura em que a personagem Zé Povinho urinava sobre uma pedra tumular de alguns políticos monárquicos, na qual estava gravada a inscrição: “[a]qui jaz a vergonha da política portuguesa”²⁷⁵.

Em 1906 / 1907 o rei tentou sustentar a marcha dos acontecimentos entrando pelo caminho da ditadura. O Governo foi então ocupado por João Franco Castelo Branco²⁷⁶, político com ideias progressistas, e que correspondiam ao pensamento do próprio D. Carlos, mas que nem por isso deixava de ser um ditador. Como testemunho e contribuição para uma visão crítica da ditadura de João Franco e de seus métodos de actuação, é interessante proceder à leitura da obra intitulada *A Dictadura*²⁷⁷, da autoria de Sampaio Bruno, dada à estampa em 1909.

Progressivamente, o termo “República” ia emergindo na mente de muitos portugueses como algo de messiânico, condensando esperanças e causando expectativas em tudo equiparáveis às suscitadas séculos antes pelo fenómeno do sebastianismo²⁷⁸. Refere Wheller que, para muitos, a República era o remédio

²⁷⁴ Subsistem versões ligeiramente diferentes relativamente à data e forma exactas em que Afonso Costa proferiu tais declarações, mas que se revelam coincidentes e consistentes em termos do seu conteúdo. Cf. FERNANDES, Ferreira, FERREIRA, João, *Frases que Fizeram a História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 191, e WHELLER, Douglas L., *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1978, p. 54.

²⁷⁵ Cf. WHELLER, Douglas L., *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1978, p. 54 - 55.

²⁷⁶ Dissidente do Partido Regenerador formara o seu próprio partido: o Partido Regenerador Liberal, mais conhecido como Partido Franquista. A sua subida ao poder, pela mão de el-Rei D. Carlos, interrompeu o habitual sistema do rotativismo (alternância do poder) entre os partidos Regenerador e Progressista. João Franco tomou medidas impopulares, como a questão dos aditamentos (pagamento à Casa Real) e a repressão dos republicanos, cuja expressão não cessara de crescer (a par do descrédito da Monarquia) desde o *Ultimatum* de 1891. Cf. *op.cit.*, p. 192.

²⁷⁷ BRUNO, Sampaio, *A Dictadura – Subsídios Moraes para seu Juízo Crítico*. Porto, Lello & Irmão Editores, 1909.

²⁷⁸ Com vista a um esclarecimento sucinto acerca do fenómeno sebastianista, *vide*, por exemplo, AZEVEDO, João Lúcio de, *A Evolução do Sebastianismo*. Lisboa, Editorial Presença, 1984 e

para um país doente, uma nação de quarta classe que aspirava a um lugar mais alto entre os outros países. Para aqueles que pensavam no progresso era um salto em frente numa época de desilusão geral²⁷⁹. Este sentir é evidenciado por personalidades como Sampaio Bruno²⁸⁰ (1857 - 1915) em textos como o excerto que a seguir transcrevemos:

“[e] não teriam direito de queixumes aquelles que fôsem dispensados por haverem gozado ‘té’lli do favoritismo que vive, parasitariamente do trabalho nacional. Pois que só esses é que receio possam nutrir de que os prejudique o advento da Republica. Visto como a Republica não é o governo d’um partido nem o monopolio de tal ou tal casta de gente. A Republica é, pelo contrario, o governo de todos, por todos e para todos. A causa da Republica comprehende todo o paiz e, no fim e ao cabo, a Republica é a Nação.

Se, pois, a Republica se implantasse em Portugal, o povo portuguez adquiriria a consciencia da soberania e ganharia as virtudes politicas que fundamentam a dignidade civica. Elle tomar-se-hia a sério. Respeitar-se-hia, e o verdadeiro patriotismo faria pulsar os corações. Se a Republica se implantasse em Portugal, o progresso da civilização portugueza seria ininterrupto e logo de inicio se assignalaria pelo timbre de grandissimos avances effectuados. Se a Republica se implantasse em Portugal, o povo portuguez viria novamente a contar na historia do mundo, onde hoje, quando não é desprezado, passa despercebido.

Se a Republica se implantasse em Portugal, Portugal deixaria de ser aquella «sitio onde cinco milhões de egoismos se exploram reciprocamente e se aborrecem em commum», consoante da definição preterita de Eça de Queiroz. Portugal, porque reaparecesse um vinculo colectivo, voltaria a ser uma Patria. E essa Patria novamente se integraria na Civilização.

BESSELAAR, José Van Den, *O Sebastianismo : história sumária*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

²⁷⁹ WHELLER, Douglas L., *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1978, p. 53.

²⁸⁰ A obra de José Pereira de Sampaio Bruno situa-se, temporalmente, na transição entre os séculos XIX e XX. Do ponto de vista filosófico foi um dos marcos do pensamento heterodoxo português, escrevendo toda a sua vida profundamente marcado pelo sentido da diferença, ao mesmo tempo que lutava arduamente pelo fim da Monarquia e pelo advento do regime republicano, luta que dele fez um dos exilados do 31 de Janeiro.

Para mais informações acerca de Sampaio Bruno, *vide*, por exemplo, o texto de Pedro Calafate, disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/CVC/filosofia/rep6.html>.

Consequentemente, hontem como hoje, hoje como hontem, ainda e sempre uma só palavra havia, uma só palavra há: – *Republica!*²⁸¹.

No decurso de todo o processo de oposição ao franquismo, o Partido Republicano articulou os seus esforços com os da Maçonaria e os da Carbonária, organização que se constituíra como uma espécie de “braço armado maçónico” e que desenvolveu um vasto e metódico programa de aliciamento dentro dos quartéis e estabelecimentos militares²⁸².

Os republicanos e os dissidentes do Partido Progressista, chefiados por José de Alpoim, não tardaram a aliar-se com o intuito de eliminarem João Franco e derrubarem o Regime, mas o movimento gorou-se e os dissidentes de primeira plana foram presos (a 28 de Janeiro de 1908), estando-lhes destinado o desterro²⁸³.

Todavia, poucos dias volvidos, um facto que nenhum dos partidos organizados parecia prever alterou completamente a marcha dos acontecimentos: a 1 de Fevereiro, um grupo de activistas carbonários preparou uma cilada e abateu a tiro o rei e o príncipe D. Luís Filipe, herdeiro do trono, no Terreiro do Paço, junto à esquina para a Rua do Arsenal. Sobreviveram ao atentado a Rainha Dona Amélia e o Infante D. Manuel.

Na verdade, segundo o professor e investigador Joaquim da Silva Gomes, este tipo de crime não era inédito em solo português; sucede, porém, que “[a]s tentativas de assassinato foram, de uma forma ou de outra, superadas pelos reis de Portugal. Só o [R]ei D. Carlos não [o] conseguiu. Foi no dia 1 de Fevereiro de 1908, faz agora cem anos”²⁸⁴.

Contudo, neste caso concreto, reza a História que, inicialmente, o alvo dos carbonários era João Franco. Os vários autores que consultámos atestam que os conspiradores haviam decidido assassinar o Primeiro-Ministro, mas que, não o encontrando em casa e desconhecendo o seu paradeiro, ou por outras razões de

²⁸¹ BRUNO, Sampaio, *A Dictadura – Subsídios Moraes para seu Juízo Crítico*. Porto, Lello & Irmão Editores, 1909, p. 292 - 293. Respeitada a redacção da época.

²⁸² Cf. HOMEM, Amadeu Carvalho, *Da Monarquia à República*. Viseu, Palimage Editores, 2001, p. 25.

²⁸³ Vide MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 36 - 37.

²⁸⁴ GOMES, Joaquim da Silva, “As tentativas de regicídio em Portugal”, in: *Correio do Minho*, Terça-feira, 22 de Janeiro de 2008, p. 3. Neste artigo, o professor disserta sobre as várias tentativas de regicídio que ocorreram no nosso país ao longo da História.

ordem logística ou tática, optaram por apontar armas à Família Real, que regressava a Lisboa após umas férias passadas nas propriedades da Casa de Bragança, em Vila Viçosa.²⁸⁵ De qualquer forma, D. Carlos parecia estar consciente de que a sua vida poderia correr perigo, pois, ainda em Vila Viçosa, enquanto assinava um decreto condenando ao degredo os responsáveis por delitos políticos graves, terá murmurado entre dentes: “[e]stou a assinar a minha sentença de morte”²⁸⁶.

De entre os membros do grupo, ficariam para a posteridade os nomes de Alfredo Luís da Costa e Manuel dos Reis Buíça como os perpetradores do regicídio. Ambos os assassinos foram abatidos no local do crime, mas outros conspiradores que se sabia estarem implicados neste acto deplorável conseguiram evadir-se e a investigação criminal, misteriosamente, nunca ficou completa²⁸⁷.

Este regicídio desferiu um profundo golpe na instituição monárquica nacional, se bem que a simpatia pública pela Família Real fosse bem mais expressiva do que posteriormente se admitia. Nos funerais oficiais incorporaram-se milhares de portugueses e, num momento de confusão e pânico, houve correrias e atropelos que provocaram a morte a muitas pessoas.

As circunstâncias e responsabilidades do ataque nunca foram completamente esclarecidas, mas, segundo José Hermano Saraiva, é quase certo que a Carbonária (que só depois do regicídio teve importante papel político) agiu

²⁸⁵ Esta é igualmente a tese defendida pelo antigo carbonário, e também maçom, Aquilino Ribeiro, aliás padrinho de registo de um filho do regicida Manuel dos Reis Buíça. Segundo Aquilino, os autores do atentado esperaram João Franco junto a sua casa, na Rua Alexandre Herculano, mas sem êxito; e, não tendo conseguido tampouco tê-lo na mira das armas no Terreiro do Paço, decidiram, à última da hora, alvejar a Família Real. Todavia, está ainda por demonstrar que assim tenha sucedido de facto. Por outro lado, investigadores como o reputado jornalista Armando Baptista-Bastos admitem que o próprio Aquilino fosse um dos regicidas (a “terceira espingarda”) do Terreiro do Paço. Vide MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 38.

²⁸⁶ Cf. SARAIVA, José Cabrita, “D. Carlos – Aqui d’el Rei” in *Tabu*, p. 40 - 46, Semanário *Sol*, nº 72, 26 de Janeiro de 2008.

²⁸⁷ Cf. HOMEM, Amadeu Carvalho, *Da Monarquia à República*. Viseu, Palimage Editores, 2001, p. 25, e MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 37 - 38.

por conta própria, sem aprovação do directório do Partido Republicano, que se opunha a acções violentas²⁸⁸.

Por outro lado, Jorge Morais afiança que ainda hoje subsistem debates quanto à inspiração, organização e execução do regicídio, embora alguns depoimentos, “coevos e certificados”, afirmem que o mesmo foi discutido em Lojas do Grande Oriente Lusitano Unido e amadurecido em choças carbonárias²⁸⁹, o que se torna perfeitamente plausível se tomarmos em atenção as declarações de João Pedro Ferro na obra intitulada *Maçonaria e Política no Século XIX*:

“[é] evidente que uma loja maçónica não vive isolada. Ela é também um produto do seu tempo, reflectindo a conjuntura e os interesses vividos pelos seus membros. (...) [A] oficina é igualmente o centro de preparação de acções práticas ou intelectuais (...) a serem lavadas a cabo pelos respectivos membros (...) nos seus locais de trabalho, nas assembleias políticas e nas assembleias maçónicas. E a loja pode ainda ser vista sob um aspecto pedagógico, de preparação e desenvolvimento ideológico e de caracterização dos indivíduos que a constituem”²⁹⁰.

Coincidência ou talvez não, o certo é que Jean Pailler, recente biógrafo do rei, nota sem contestação: “[n]enhum dos [Primeiros-Ministros] nomeados por D. Carlos depois de 1890 era maçom, não obstante todos o terem sido sem excepção nos [trinta] anos precedentes”²⁹¹.

Posto isto, parece-nos relevante discorrer um pouco acerca da organização que temos vindo a referir – a Carbonária –, bem como das suas relações com a Ordem Maçónica.

²⁸⁸ Cf. SARAIVA, José Hermano, *História Concisa de Portugal*. Col. Saber, 20ª ed.. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999, p. 349.

²⁸⁹ Cf. MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 37.

²⁹⁰ FERRO, João Pedro, *Maçonaria e Política no Século XIX: A Loja «Liberdade» (Coimbra, 1863 – 1864)*. Lisboa, Editorial Presença, 1991.

²⁹¹ Vide MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 38.

3.1.5. O Carbonarismo

“A Carbonária tem a sua história e a sua fama. É um dos movimentos que se podem dizer universais e de processos mais correntes em todas as grandes organizações políticas, sociais e religiosas. Suscita desconfianças aqui e além. Sobre a sua actuação se tecem lendas e se adensa sobremodo o secretismo, quase o mistério, em torno dela”²⁹².

“Sob a forma arcaica, dum romantismo irrisório, o que era melhor que nada, e talvez se não tivesse inventado melhor, a República passou a ter a sua milícia secreta”²⁹³.

Como vimos, a revolução de 5 de Outubro teve a enquadrá-la maçons, mas foi essencialmente executada pela Carbonária, já que, em geral, e pelo menos em teoria, não cabe à Maçonaria, como instituição, a execução de movimentos revolucionários.

Por outro lado, no entender de António Faria, subsiste a confusão teórica que se instalou no período da Primeira República relativamente aos “conceitos” de Maçonaria, Carbonária e republicanismo²⁹⁴.

Posto isto, parece-nos importante proceder a um breve apontamento acerca do carbonarismo, bem como da sua acção em solo nacional e interacção com a Ordem maçónica.

Começemos por apurar quais as origens da Carbonária.

Não oferece hoje dúvida que a Carbonária Italiana serviu de figurino à Carbonária Portuguesa. Efectivamente, foi em Itália que nasceu a Carbonária,

²⁹² Raúl Rêgo, no prefácio a BRANDÃO, José, *Carbonária – O Exército Secreto da República*. Lisboa, Publicações Alfa, S.A., 1990, p. 9.

²⁹³ RIBEIRO, Aquilino, *Um Escritor Confessa-se. Memórias*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1972, p. 222.

²⁹⁴ Cf. FARIA, António, *O Cilindro de Crisipo – Maçonaria e Política*. Col. Documenta Historica. Lisboa, Nova Vega, 2006, p. 28.

também chamada Maçonaria Florestal, onde a primeira foi recolher os seus princípios.

Segundo alguns autores, esta associação secreta remonta ao século XIII, época em que apareceram em Itália os primeiros carbonários, ligando-se à continuação das lutas que se haviam travado na Alemanha entre os Guelfos, partidários do Papa e os Gibelinos, partidários do imperador. Aqueles não queriam a interferência de estrangeiros nos destinos de Itália; estes, defendiam o poder do império germânico. A luta durou até ao século XV. Os Guelfos reuniam no interior das florestas, nas choças dos carvoeiros, daí a designação de carbonários (“*carbonaro*” = carvoeiro)²⁹⁵. No entanto, outros autores situam a origem desta sociedade secreta em épocas mais recentes.

A verdade é que foi, sem dúvida, em Itália que a Carbonária ganhou contornos, consubstanciada com o aparecimento da “Jovem Itália” de Mazzini, fundada em 1831, em Marselha. No entanto, apesar dos esforços de Garibaldi, Cavour e Mazzini, a Carbonária não conseguiu proclamar a República. Ainda assim, dois enormes trunfos foram alcançados: a unificação da Itália e a abolição do poder temporal do Papa.

No que ao nosso país diz respeito, não obstante o secretismo da organização e o “desaparecimento” de muita documentação relevante acerca da sua acção e funcionamento, é hoje possível encontrar escritos interessantes e algo desenvolvidos sobre a Carbonária e as várias fases que atravessou, nomeadamente os da autoria de Joel Serrão²⁹⁶, Borges Grainha²⁹⁷, Fernando Catroga²⁹⁸, José Brandão²⁹⁹ e António Ventura³⁰⁰, entre outros. Não podemos igualmente ignorar a informação disponibilizada na *web*, oriunda de fontes

²⁹⁵ A título de curiosidade, refira-se que foram os carbonários os inventores do famoso prato a que chamamos “esparguete à carbonara”. Cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carbon%C3%A1ria>.

²⁹⁶ Vide SERRÃO, Joel, *Da “Regeneração” à República*. Col. Horizonte Histórico. Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 170 - 221.

²⁹⁷ Vide GRAÍNHA, Manuel Borges, *História da Franco-Maçonaria em Portugal 1733 – 1912*. Col. Janus, 4ª ed.. Lisboa, Vega Lda., s.d., p. 135 - 143.

²⁹⁸ Vide CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal – da Formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2ª ed.. Editorial Notícias, s.d., p. 88 - 233.

²⁹⁹ Vide BRANDÃO, José, *Carbonária – O Exército Secreto da República*. Lisboa, Publicações Alfa, S.A., 1990.

³⁰⁰ Este último realiza um estudo pormenorizado acerca da Carbonária em Portugal entre 1897 e 1910, apresentando inclusivamente documentação importante em anexo. Vide VENTURA, António, *A Carbonária em Portugal – 1897-1910*. Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

credíveis. E, como valioso testemunho, embora com uma visão pouco imparcial, da actividade carbonária na época da Primeira República, indicamos a consulta de um artigo firmado pelo jornalista inglês F. Britten Austin, publicado ao longo de vários números da revista *ABC*³⁰¹.

³⁰¹ AUSTIN, F. Britten, “A mão oculta em Portugal – A carbonaria secreta, cuja influencia misteriosa se tem feito sentir em todas as revoluções portuguesas”, in: *ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 350. Lisboa, 31 de Março de 1927, p. 19 - 21.

_____, “Os segredos da Carbonária”, in: *ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 351. Lisboa, 7 de Abril de 1927, p. 21.

_____, “Os segredos da Carbonária – As origens da Carbonária em Portugal: As Primeiras Carbonárias Portuguesas – O assassinio dos lentes no Cartaxinho – Quem eram os «Divodis» ou «Divodignos» - Uma cilada no descampado – A seita e os seus crimes – O assalto ao dinheiro dos assassinados – Carbonária e Grande Oriente – Um Padre carbonário – Iniciações no Cemitério dos Prazeres – A Carbonária do Além – Luz de Almeida e as sociedades secretas – Os homens dos balandraus”, in: *ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 353. Lisboa, 21 de Abril de 1927, p. 10 - 11.

_____, “Os segredos da Carbonária – As origens da Carbonária em Portugal: A seita e os seus crimes – O assalto ao dinheiro dos assassinados – As forcas do Cais do Sodré – Os mistérios da Maçonaria – Carbonária e Grande Oriente – Um Padre carbonário – Os Grã-Mestres maçónicos – Iniciações no Cemitério dos Prazeres – A Carbonária do Além”, in: *ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 354. Lisboa, 28 de Abril de 1927, p. 18 - 19.

_____, “Os segredos da Carbonária – As origens da Carbonária em Portugal: Um carbonário na vala comum – Onde aparece uma Carbonária de estudantes – As secções «Futuro e Justiça» - Luz de Almeida e as sociedades secretas”, in: *ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 355. Lisboa, 5 de Maio de 1927, p. 14 - 15.

_____, “Os segredos da Carbonária – Da Carbonária dos idealistas ao início da acção terrível: Os segredos da associação secreta – Máscaras e balandraus – Uma amante do secretário de Alpoim e as bombas do Carrião – A explosão da bomba do Castelo e os seus cúmplices – Protectores dos bombistas”, in: *ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 357. Lisboa, 19 de Maio de 1927, p. 14 - 15.

_____, “Os segredos da Carbonária – Da Carbonária dos idealistas ao início da acção terrível: Intervenção dos republicanos na Carbonária – Os idealistas carbonários – Opiniões do comerciante Grandella – Os chefes da Alta Venda – Onde se fala do crime de Cascais”, in: *ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 358. Lisboa, 26 de Maio de 1927, p. 14 - 15.

_____, “Os segredos da Carbonária – Grandesa e decadência da Carbonária: O assassinio de Nunes Pedro – Os autores e os cúmplices – Como se cala um denunciante – O crime da Carbonária”, in: *ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 359. Lisboa, 2 de Junho de 1927, p. 14 - 15.

_____, “Os segredos da Carbonária – Grandesa e decadência da Carbonária: A Carbonária e o fabrico de bombas – Comerciantes agentes de destruição – Os denunciante carbonários – Fuga de Luz de Almeida – Mais provas carbonárias”, in: *ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 360. Lisboa, 9 de Junho de 1927, p. 14 - 15.

_____, “Os segredos da Carbonária – Grandesa e decadência da Carbonária: Como se desmoronava a Carbonária – Nomes e profissões de alguns denunciante e denunciados – Singularidades da associação secreta”, in: *ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 361. Lisboa, 16 de Junho de 1927, p. 10 - 11.

_____, “Os segredos da Carbonária – Grandesa e decadência da Carbonária: Como se desmoronava a Carbonária – Nomes e profissões de alguns denunciante e denunciados – Singularidades da associação secreta”, in: *ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 362. Lisboa, 23 de Junho de 1927, p. 14 - 15.

_____, “Os segredos da Carbonária – Como ela se desmoronava – Nomes e profissões de alguns denunciante e denunciados – Singularidades da associação secreta”, in: *ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 363. Lisboa, 30 de Junho de 1927, p. 16.

Deste modo, acerca da evolução da Carbonária em Portugal, verificámos que, inicialmente, Fernandes Tomás, José Ferreira Borges, Borges Carneiro e Silva Carvalho, entre outros, fundaram, em 1818, uma sociedade secreta (uma pequena Carbonária) a que chamaram Sinédrio, que preparou e fez eclodir a revolução liberal de 1820. Depois, em 1828, um reduzido número de estudantes da Universidade de Coimbra organizou um núcleo secreto, de cariz carbonário, sob a designação de "Sociedade dos Divodignos", com a finalidade de combater a monarquia absoluta de D. Miguel. A 29 de Maio de 1848, fundou-se em Coimbra a Carbonária Lusitana. Foi seu "patrono" António de Jesus Maria da Costa, um padre anti-jesuíta, de nome simbólico Ganganelli. Por volta de 1850 - 1851, teve sede em Lisboa uma Carbonária com o nome de "Portuguesa", dividida em secções chamadas choças, ou "lojas-carbonárias". Pela segunda metade do século XIX, surge em Portugal a Maçonaria Académica, que irá transformar-se em Carbonária. As Lojas Independência, Justiça, Pátria e Futuro passaram a Choças, sendo os seus membros divididos em grupos de vinte. Cada um desses grupos ou choças adoptou um nome diferente. Foram assim criadas vinte choças, presididas por uma Alta Venda provisória.

Em breve, esta Carbonária foi integrada por elementos populares que foram sendo iniciados na antiga rua de S. Roque, 117, último andar, em Lisboa, sede provisória da Carbonária Portuguesa. A primeira Choça popular teve o nome República, seguindo-se-lhe a Marselhesa, a Companheiros da Independência, a Mocidade Operária e a Amigos da Verdade, entre outras.

As diferentes secções da Carbonária tinham as seguintes denominações: Choças, Barracas, Vendas e Alta Venda. Os *bons primos*, que pertenciam às Choças, possuíam os graus primeiro e segundo (Rachadores e Carvoeiros) e eram presididos por um carbonário decorado com o terceiro grau: o de Mestre. Às Barracas e Vendas só pertenciam os Mestres, presidentes dum certo número de Choças ou Barracas.

Com efeito, tanto a Carbonária Lusitana (antiga e moderna) como a Carbonária Portuguesa, foram geradas no seio dos estudantes universitários. Na Carbonária encontravam-se *primos* de todas as classes sociais: médicos, engenheiros, advogados, professores de todos os ramos de ensino, estudantes,

oficiais e sargentos das forças armadas, funcionários públicos, proprietários, lavradores, administradores de concelho, actores, lojistas, comerciantes, polícias, operários, etc.. Havia de tudo, de Norte a Sul do País. No Algarve, os núcleos mais importantes encontravam-se em Silves, Faro e Olhão. O seu rosto visível – embora o não fosse aos olhos de profanos – eram os centros republicanos.

Havendo já bastantes Mestres, fundou-se a Venda Jovem Portugal. A Loja maçónica Montanha, fundada por *bons primos*, foi o veículo da Carbonária dentro da Maçonaria. Seguiram-se-lhe outras Lojas maçónicas com o mesmo pendor.

Os carbonários ou *bons primos*, tratavam-se por tu e davam-se a conhecer por meio de sinais de ordem, senhas, contra-senhas, apertos de mão e cumprimentos especiais com o chapéu. Usavam distintivos e possuíam armas de fogo. Os rachadores e os carvoeiros usavam uma folha de carvalho na lapela; os mestres, cintos com as cores do seu grau em aspa, e punhal; os mestres sublimes usavam além do cinto, um colar de moiré e com as cores carbonárias do último grau, tendo pendente um pedaço de carvão cortado em aspa; o símbolo solar com trinta e dois raios, era o distintivo superior da Ordem, sendo unicamente usado nas várias sessões magnas pelo Grão-Mestre. A estrela de cinco pontas representava o *bom primo*³⁰².

Somente o Grão-Mestre Sublime e a Alta Venda conheciam toda a organização sem desta serem conhecidos, o que garantia o secretismo desta organização, reforçado pela rígida hierarquia e pelo ritual iniciático que contemplava o uso de balandraus e de capuzes, caveiras, tíbias, etc..

Desde a sua criação até ao seu fim, a Carbonária Portuguesa teve oito Altas Vendas, tendo sido seu Grão-Mestre em todas elas, Luz de Almeida. De todas, a mais importante foi a sexta, pois foram os seus elementos que participaram decisivamente no 5 de Outubro de 1910, na ausência de Luz de Almeida, então exilado em França.

As iniciações tinham lugar em alguns Centros Republicanos (onde, aliás, se encontrava grande parte dos *bons primos*), mas de preferência em escritórios e

³⁰² São notórias as semelhanças entre as simbologias maçónica e carbonária. Por exemplo, no que concerne ao triângulo, tão utilizado em abreviaturas nos documentos escritos, os maçons usam três pontos dispostos em forma de triângulo, com o vértice para cima, enquanto que os carbonários recorrem ao mesmo sistema, simplesmente invertendo o vértice.

casas particulares, quando temporariamente desabitadas, ou ainda, em armazéns, caves e até em cemitérios a altas horas da noite. Os que presidiam às iniciações vestiam-se de balandrau com orifícios no capuz. O venerável carbonário que presidia era assistido pelos seguintes *bons primos*: primeiro secretário (*primo* Olmo); o segundo secretário (*primo* Carvalho); o primeiro vogal (*primo* Choupo) e o segundo vogal (guarda externo). Era a este último que incumbia o secretismo das sessões, alertando ao mínimo movimento suspeito nas imediações. O neófito era vendado à entrada pelo *bom primo* Choupo, depois do interrogatório e após o juramento, no caso de ser aceite assinava o seu compromisso de honra, muitas vezes com o próprio sangue, como se segue: "juro pela minha honra de cidadão livre guardar absoluto segredo dos fins e existência desta sociedade, derramar o meu sangue pela regeneração da Pátria, obedecer aos meus superiores e que os machados dos rachadores de cada canteiro se ergam contra mim se faltar a este solene juramento". Quanto ao *bom primo* Carvalho, lia os estatutos, em que referia que: "(...) os associados deviam obedecer cegamente às ordens que lhes fossem dadas; guardar segredo tão absoluto que nem às próprias famílias podiam revelar tudo quanto se passasse nas assembleias; que deviam ser astuciosos, perseverantes, intrépidos, corajosos, solidários, destemidos e valentes (...)". Era também terminantemente proibido aos *bons primos* pertencerem a qualquer outra "organização política de carácter mais ou menos secreto, salvo à Maçonaria"³⁰³, aspecto que, ousamos dizer, fala por si.

Com a revolução triunfante, a Carbonária dissolve-se em bandos e clientelas políticas, sobretudo na busca de empregos, desfazendo-se assim, o espírito igualitário e fraterno cimentado por anos de luta³⁰⁴.

Em suma, e de acordo com Joel Serrão³⁰⁵, como em quase toda a parte, também em Portugal a Carbonária foi muitas vezes uma associação paralela à Maçonaria, embora nem todos os maçons fossem carbonários.

³⁰³ ABC – *Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 357. Lisboa, 19 de Maio de 1927, p. 14 - 15.

³⁰⁴ Cf. <http://sopadenabos.blogspot.com>, onde é possível encontrar vasta informação sobre o carbonarismo, inclusivamente rituais e juramentos diversos.

³⁰⁵ Cf. SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, 4 vols., (ed. lit.), 1ª edição, Vol. I. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963 – 1971, p. 481 - 482. Vide http://www.citi.pt/cultura/literatura/poesia/j_g_ferreira/carbonar.html.

Enquanto sociedade secreta, essencialmente política, adversa ao clericalismo e às congregações religiosas, e tendo por objectivo as conquistas da liberdade e a perfectibilidade humana, a Carbonária impunha que os seus filiados possuíssem ocultamente "(...) uma arma com os competentes cartuchos", comprada a expensas próprias³⁰⁶, ao mesmo tempo que contribuía directa e indirectamente para a educação popular e assistência aos desvalidos.

Como vimos, no seio da Carbonária havia uma hierarquia própria, em certos aspectos semelhante à da Maçonaria, e os seus filiados tratavam-se por *bons primos*. Estes recebiam treino militar e defendiam o recurso às armas. Os centros de reunião e aglomerações de associados chamavam-se, por ordem crescente de importância, "choças", "barracas" e "vendas", sendo que a chefia competia à "Alta Venda". A Carbonária Portuguesa, à qual pertenceram pessoas da mais elevada categoria social, parece ter sido estabelecida em 1822 (ou 1823) por oficiais italianos que procuravam, por meio de sociedades secretas, revolucionar toda a Europa Meridional. Até 1864 a sua intervenção fez-se sentir em muitos momentos críticos da vida nacional, pois todos os partidários políticos possuíam a sua carbonária. Depois de longo marasmo, desapareceram completamente.

Todavia, a indignação nacional suscitada pelo afrontoso ultimato da Inglaterra (1890) e as desastrosas consequências da revolta de 31 de Janeiro de 1891, com o seu cortejo de prisões, deportações e perseguições de toda a espécie, arrastaram a mocidade académica para as sociedades ditas secretas. É neste contexto que surge, em 1896, a última Carbonária portuguesa, divergindo das suas antecessoras, tanto ao nível da organização, como do ritual, e até dos processos de combater³⁰⁷. Foi seu fundador o Grão-Mestre Artur Duarte Luz de Almeida (1867-1939). A sua influência exerceu-se de maneira intensiva em quase

³⁰⁶ Cf. GRAÍNHA, Manuel Borges, *História da Franco-Maçonaria em Portugal 1733 – 1912*. Col. Janus, 4ª ed.. Lisboa, Vega Lda., s.d., p. 135.

³⁰⁷ Em Portugal, a Carbonária foi estabelecida por volta de 1822 - 1823. Nas suas primeiras décadas, teve um âmbito restrito e, sobretudo, localizado: surgiram várias associações independentes, sem ligação orgânica entre si e com pouca capacidade de intervenção social. De modo geral, estas associações não duraram muito tempo nem tiveram realce histórico. Cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carbon%C3%A1ria>.

todos os acontecimentos de carácter político-social ocorridos no país, nomeadamente naqueles que tinham em vista defender as liberdades públicas ameaçadas e combater o poderio do clero.

Segundo o modelo italiano, a organização terá mobilizado cerca de trinta mil *primos*, dois quais apenas cerca de quatrocentos caíram nas malhas da polícia entre 1908 e 1910. Com o governo de João Franco, a Carbonária deu um salto mobilizador que lhe permitiu atingir cerca de dez mil membros, com oito mil em Lisboa e cerca de dois mil na margem Sul, ao mesmo tempo que admitia a integração de anarquistas e promovia a constituição de uma “artilharia civil” com várias *oficinas* dedicadas ao fabrico de bombas. Em 1909, a organização, apoiada pelo próprio Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, lançou-se na “catequetização” de quartéis, nomeadamente pela difusão d’ *A Cartilha do Cidadão – Diálogo entre o Médico Militar Ribeiro e o João Magala*, da autoria de Luz de Almeida, tendo obtido apetecidos frutos de aliciamento³⁰⁸.

Tendo participado ostensivamente nos preparativos do movimento revolucionário de 28 de Janeiro de 1908, que abortou, a acção da Carbonária, também vulgarmente conhecida na época por “canalha” e entendida por Sampaio Bruno como a “esperança da Pátria”³⁰⁹, viria a tornar-se decisiva para a queda da Monarquia, mais acentuadamente a partir de 14 de Junho de 1910, quando, com o intuito de apressar a Revolução (em perigo pelo número crescente de civis presos e militares transferidos), a Maçonaria nomeou uma Comissão de Resistência encarregada de coadjuvar a implantação da República por meio de uma colaboração mais activa entre *irmãos* e *bons primos*, conforme veremos adiante.

Posteriormente, a fragmentação do Partido Republicano, sobrevinda ao advento do novo Regime político nacional, tornou inevitável a extinção da Carbonária portuguesa, tendo-se revelado infrutíferas todas as tentativas feitas para o seu ressurgimento até 1926.

308

Cf.

http://www.iscsp.utl.pt/cepp/indexfro1.php3?http://www.iscsp.utl.pt/cepp/regimes_politicos/crepusculo_da_monarquia_1900-1910_1.htm.

³⁰⁹ Cf. BRANDÃO, José, *Carbonária – O Exército Secreto da República*. Lisboa, Publicações Alfa, S.A., 1990, p. 16.

Por seu turno, Oliveira Marques³¹⁰ sublinha que a Carbonária apresentava características genuinamente populares. Nela estavam filiadas dezenas de milhar de pessoas, de todas as classes sociais, desde camponeses e operários até bibliotecários e intelectuais, passando por soldados e marinheiros. Segundo o autor, enquanto a Maçonaria era mais elitista, pela dificuldade de compreensão do seu ideal e do seu rito, bem como pelas provas e exigências morais que prescrevia, a Carbonária era, por assim dizer, acessível a todos e a todos acolhia, desde que lhes encontrasse ânimo e crença republicana³¹¹.

Sucedo, porém, que o carbonário do 5 de Outubro – e nele está espelhada a grande massa da população portuguesa de então – era pouco instruído e pouco evoluído politicamente. Seguiu com devoção os seus chefes, idolatrava-os, papagueava os seus slogans, chegando a dizer e repetir palavras que nem sequer entendia. Para ele, como aliás para muitos republicanos já mais instruídos, a República era o Messias, era o milagre, bastando a sua proclamação para libertar o País de toda a injustiça e de todos os males; era como que uma nova religião. Muitos interpretavam, errónea e abusivamente, as promessas feitas pelos dirigentes republicanos durante a fase da propaganda, supondo que poucos meses ou até dias depois de proclamado o novo Regime estariam resolvidos todos os problemas económicos, sociais e políticos: os pobres seriam ricos, os empregados, patrões, os subalternos, dirigentes. Para esses, infelizmente a grande massa, República foi sinónimo de desilusão. Deles iria sair a matéria-prima para futuras querelas e revoluções intestinas, para aventuras demagógicas do pior estofado, para o derrubar final do Regime que haviam ajudado a implantar e no qual haviam perdido a fé.

Já o *irmão* António Arnaut salienta que a Carbonária é uma criação da Maçonaria, ou melhor, de maçons radicais, embora incluísse muitos profanos, destacando, entre os seus membros, Luz de Almeida, Bissaya Barreto e Aquilino Ribeiro, todos maçons³¹².

³¹⁰ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, *Ensaio de História da I República Portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p.36.

³¹¹ Machado Santos reconhece também que a Maçonaria não era “para todos os bolsos”. Cf. BRANDÃO, José, *Carbonária – O Exército Secreto da República*. Lisboa, Publicações Alfa, S.A., 1990, p. 16.

³¹² Cf. ARNAUT, António, *Introdução à Maçonaria*. 5ª ed.. Coimbra Editora, 2006, p. 69 - 70.

Na verdade, a Carbonária e os seus métodos pouco “ortodoxos” continuam a inspirar sentimentos de diversa ordem e declarações que, por vezes, denotam um toque de ironia. Atentemos, por exemplo, nas palavras de Ana Sá Lopes, no artigo provocatoriamente intitulado “Filhos da Carbonária”:

“Cavaco Silva lançou um aviso curioso sobre a comemoração do centenário da República: ‘[n]ão cabe ao Estado patrocinar versões oficiais ou oficiosas da História’. Para o Presidente, ‘as comemorações não devem servir de pretexto para dividir os portugueses em torno de polémicas velhas de décadas, destituídas de sentido no nosso tempo’. Cavaco Silva ficou-se por aqui e não concretizou quais as ‘polémicas velhas de décadas’ que não quer ver a ‘dividir os portugueses’. A comissão liderada por Vital Moreira fica, desde já, sob vigilância presidencial: Cavaco prometeu ontem que fiscalizará cuidadosamente se o Estado acaba ou não ‘a patrocinar versões oficiais ou oficiosas da História’. É duvidoso que a República ainda hoje se preste a um conflito histórico-político do género do que acontece em Espanha, a propósito da Lei de Memória Histórica e da guerra civil. A principal dicotomia (República – [M]onarquia) não existe, ou quase não existe. A ‘bondade intrínseca’ do [R]egime republicano tem vindo a ser posta em causa por vários historiadores e dificilmente causará qualquer ‘cisma’ nacional. É provável que o país já consiga conviver tranquilamente com a génese do [R]egime, filho legítimo do terrorismo da Carbonária (é à força da Carbonária que se deve a implantação da República, e não aos discursos do institucional Partido Republicano Português, que se manteve mais ou menos à margem da revolução do 5 de Outubro). A Carbonária (a nossa mãe) não era propriamente recomendável – era uma organização terrorista. Agora, foi aos pés de um dos seus homens – Machado Santos, herói e vítima da República, que se barricou na Rotunda até a monarquia cair – que devemos o sucesso do 5 de Outubro. Foi com a Carbonária que o famoso (porque todas as cidades do país lhe dedicaram uma rua) Almirante Cândido dos Reis preparou a revolução – que não viu vencer porque, sem comunicações com a Rotunda, e convencido de que os revoltosos tinham sido derrotados, se suicidou nesse 5 de Outubro. Deve ser por causa do terrorismo carbonário que o PR está preocupado com as ‘divisões entre portugueses’. Mas pode-se sempre não falar nisso”³¹³.

³¹³ LOPES, Ana Sá, “Filhos da Carbonária”, in *Diário de Notícias*, Sexta-feira, 6 de Outubro de 2006. Vide <http://jacarandas.blogspot.com/2006/10/filhos-da-carbonaria.html>.

Com esta reflexão em mente, voltemo-nos agora para uma breve análise do reinado de D. Manuel II, sempre ensombrado pela acção, mais ou menos discreta, de *irmãos e bons primos* até à eclosão da República.

3.1.6. O Reinado de D. Manuel II

“É inegável que, sem a conivência da [M]açonaria inglesa e da Casa Real Britânica, a República não teria sido implantada em Portugal”³¹⁴.

“Por uma coisa que ouvi o Rei Eduardo dizer ao [Marquês de] Soveral depois do jantar, perdi esperanças do casório (...). Quem é que vae dar uma filha ao Rei d’um paiz insubordinado?”³¹⁵.

A morte de D. Carlos, considerado “(...) uma das mais belas expressões de [H]umanista na Europa do seu tempo (...)”³¹⁶, teve consequências políticas decisivas. O rei, o seu prestígio no exército e a sua popularidade junto de grande parte da população eram já o único esteio da Monarquia, e o atentado veio deixar os meios políticos paralisados de assombro e medo. Subiu ao trono D. Manuel II, com apenas dezoito anos de idade e escassa preparação para o cargo. João Franco, considerado o grande culpado do regicídio, foi demitido. A linha adoptada foi a da *acalmção*, isto é, a de uma acção descompressora baseada na cooperação e reconciliação dos partidos monárquicos. Contudo, depressa se voltou à agitação anterior, e D. Manuel, durante os dois anos em que reinou, viu-se obrigado a mudar sete vezes o Ministério.

A conjuntura então vivida encontra-se bem documentada por Jorge Morais. O autor refere que, em entrevista a Joaquim Leitão, o Embaixador Luís de Soveral

³¹⁴ Jorge Morais em entrevista a Paulo Pizarro. Vide PIZARRO, Paulo, “Outro Mistério, outro olhar sobre a Maçonaria”, in: *Magazine Grande Informação*, Nº 7, Junho de 2006, p. 38.

³¹⁵ Anotação constante no *Diário* do monárquico Thomaz de Mello Breyner, a propósito do tão desejado casamento de D. Manuel II com qualquer das filhas do Duque de Fife. Respeitada a redacção da época. Vide MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 43.

³¹⁶ Assim o classifica João Mendes Rosa, Historiador da Universidade de Salamanca, num texto que data de 1 de Fevereiro de 2006, disponível para consulta em http://jacarandas.blogspot.com/2006_02_01_archive.html. Por considerarmos este texto particularmente interessante optámos pela sua transcrição no Anexo VIII.

contará que o rei inglês Edward VII, que nutria grande estima por D. Carlos, sofreu com a notícia do seu assassinio um desgosto que chegou a ser pessoal, “[o] maior desgosto da sua vida”³¹⁷. Também o Marquês do Lavradio recordará:

“[p]assados anos, quando a Monarquia já tinha deixado de existir, contou-me [o Marquês de Soveral], em Londres, que tendo, depois do Conselho de Estado, regressado ao seu posto, logo que chegou à capital inglesa foi visitar o Rei Eduardo e este disse-lhe: «[q]ue país é esse onde matam um Rei e um Príncipe e a primeira medida que se toma é demitir o Ministério? A revolução triunfou, não é verdade?». Foi só então, acrescentou Soveral, que compreendi o erro que tínhamos cometido”³¹⁸.

Na verdade, Edward VII nunca aceitará a complacência oficial portuguesa perante o regicídio, cujos autores materiais eram alvo, dias depois, da homenagem pública dos apologistas da República. Em Novembro de 1909, numa longa conversa privada com o Conde de Mafra, o soberano inglês lamentá-lo-á ainda. Regista Thomaz de Mello Breyner no seu *Diário*:

“[o] grande Rei inglez com os seus olhos azuis húmidos (parecidos com os d’ El Rei D. Carlos) mostrou-me uma moldura de oiro com os retratos dos dois mortos queridos (...) e disse-me: [«] estes retratos acompanham-me para toda a parte. Fazem parte do meu sacco de viagem [»]. Depois [,] franzindo a testa e levantando a voz [,] acrescentou: [«] matam-se dois Cavaleiros da Jarreteira como se fossem dois cães e ninguém se importa no paiz d’Elles! [»]”³¹⁹.

Duas semanas após o regicídio, a 19 de Fevereiro de 1908, D. Manuel deixa o Paço das Necessidades rumo ao seu primeiro acto oficial – a inauguração da estátua do Duque de Saldanha, para a qual fora convidado pelo Presidente da Edilidade, o Conselheiro António Castelo-Branco. “Está a vereação em peso, republicanos incluídos – e o Rei a todos cumprimenta”³²⁰.

Em Abril, o maçom Magalhães Lima é autorizado a reunir em Lisboa o I Congresso Nacional do Livre-Pensamento, a que atrai activistas espanhóis e

³¹⁷ MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 38.

³¹⁸ ALMEIDA, D. José Luís de (Coord.), *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio*. Lisboa, 1993. Citado a partir de MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 39.

³¹⁹ Vide MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 39.

³²⁰ *Op. cit.*, p. 40.

franceses. Decorrem eleições legislativas “(...) em que os republicanos conquistam [sete] especiosos lugares num Parlamento de [cento e cinquenta e cinco]”³²¹, sendo constituído, sob Francisco Ferreira do Amaral, um Ministério de Coligação, a chamada “Acalmação”, incluindo regeneradores, progressistas e “independentes”. A Monarquia Constitucional aparenta, desta forma, regressar à normalidade.

Todavia, logo a 1 de Novembro de 1908 o Partido Republicano vence a eleição para o Município de Lisboa e para várias outras câmaras³²² sitas no Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, enxovalhando os dois principais partidos da facção monárquica: o Regenerador e o Progressista. Refere Jorge Morais que “[c]om lágrimas calculadas, a Imprensa republicana carpe a triste sorte de um Rei imberbe rodeado de incapazes e subordinado a uma mãe ‘beata’”³²³.

Assim, em Dezembro de 1908 cai, sem surpresa, o Gabinete Ferreira do Amaral, dando lugar a uma longa série de Governos que, de fracasso em fracasso, se sucederão até à instauração da República.

Apesar de tudo, pensamos, como Morais³²⁴, poder considerar que a sobrevivência das instituições, a par da relativa ordem burguesa das ruas daria a um observador mais desatento / incauto a ilusão de que a Monarquia portuguesa, velha de setecentos e cinquenta anos recuperara de apenas mais um sobressalto.

Porventura interessado em aparentá-lo também, D. Manuel II parte para Inglaterra em finais de 1909. Na verdade, o Rei vai em busca de noiva, bem como da confirmação do apoio de Edward VII, ferido ainda pela apatia de Lisboa aquando do regicídio. Para grande indignação da imprensa republicana, esta visita de D. Manuel II a terras de Sua Majestade vai orçada em sessenta contos de réis. Porém, para o Chefe da Casa Real Portuguesa, cada centavo seria bem empregue³²⁵.

De facto, se tivermos em conta o “aperto” em que o Regime monárquico se via, um casamento de Estado com um rebento da Nobiliarquia real do “mais

³²¹ *Loc. cit.*.

³²² A saber: Moita, Montijo, Alcochete, Vila Franca, Benavente, Grândola, Santiago do Cacém e Lagos. *Vide loc. cit.*.

³²³ *Loc. cit.*.

³²⁴ *Vide loc. cit.*.

³²⁵ *Cf. op. cit.*, p. 40 - 41.

antigo aliado” surgia, indubitavelmente, como um instrumento político de alta potência. Segundo o Marquês do Lavradio, que integrou a comitiva de D. Manuel II nesta empresa na qualidade de seu secretário particular, as esperanças da corte lisboeta estavam depositadas em três jovens de sangue real em “idade útil”: as duas filhas do Duque de Fife – Alexandra (1891 - 1938) e Maud (1893 - 1945) – e Victoria Patricia (1886 - 1938), filha do Duque de Connaught. Um enlace com qualquer delas seria visto em Portugal como um reforço da aliança luso-britânica, e às pressões nesse sentido não era alheia a Rainha Dona Amélia, defensora confessa das vantagens políticas da “operação”.

Também, e em qualquer dos casos, o Rei Edward e a Rainha Alexandra viam o casamento com simpatia. Todavia, depressa se compreenderá que Edward VII, que tão dedicado fora a Portugal e ao seu rei, se encontrava “de mãos atadas” no âmago e no foco das necessidades dos seus vassalos expressas pelos ministros, enquanto que os dirigentes dos seus Governos encaminhavam como “conveniências de instante” o que poderia haver de generoso nas suas intenções. Deste modo, a Edward VII restava refrear a vontade de interceder com o intuito de conseguir de imediato o ambicionado pelo “moço rei de Portugal” e aguardar por ocasião “mais oportuna”³²⁶.

Na realidade, por então já a conspiração republicana portuguesa passara por Inglaterra e fizera os seus estragos: abordado por Óscar Araújo³²⁷, o *Manchester Guardian* iniciara uma campanha contra D. Manuel II. O Marquês do Lavradio assinala-o nas suas *Memórias*: “[u]m jornal liberal escrevia mesmo que o casamento do Sr. D. Manuel com uma filha do Duque de Fife podia ser considerado como uma intervenção da Inglaterra nos negócios de Portugal, e, como este país desejava a República não havia direito de intervir”³²⁸.

Estava por demonstrar que este país desejasse a República... mas os trabalhos da propaganda republicana na sabotagem do casamento real não se ficaram por Londres. Ainda em Novembro de 1909, a própria imprensa portuguesa dá conta do rompimento das negociações para o casamento do monarca com

³²⁶ Cf. *op. cit.*, p. 41 - 42.

³²⁷ Agente em Londres do Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, Óscar Araújo detém um papel fulcral nos contactos dos republicanos portugueses com o Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico.

³²⁸ *Vide op. cit.*, p. 42.

uma inglesa: “[d]iz-nos de Londres pessoa de absoluta confiança que o casamento de Sua Majestade El-Rei não pode realizar-se por ora com princesa daquela nação. Nada disto nos surpreende. Lá fora é bem conhecido o estado interno do nosso país”³²⁹.

Contudo, as esperanças na concretização do matrimónio não haviam ainda desvanecido por completo e, se a dúvida atormentava a Realeza, tampouco tranquilizava os republicanos. Alguns activistas menos informados, desconhecendo as *démarches* da Maçonaria portuguesa nos subterrâneos da imprensa e da política britânicas, e cientes dos esforços monárquicos empreendidos na obtenção de um casamento, desesperavam, como era o caso de Guerra Junqueiro.

Conta Raúl Brandão nas suas *Memórias* que, já em Novembro de 1909, conversara com um Junqueiro “desalentado”. Lamentava este: “[i]sto está liquidado, a ocasião passou. Agora o rei casa com uma inglesa e vem aí um caixeiro qualquer da Inglaterra, que manobra por trás da cortina (...). A ocasião passou, a [R]epública passou”³³⁰.

No mesmo mês, porém, o melhor informado Augusto Fuschini, antigo dirigente da Liga Liberal³³¹ e ex-colega de Bernardino Machado num dos Governos da Monarquia, confidenciava ao mesmo Brandão: “[o Marquês de Soveral] obrigou agora o rei a ir a Inglaterra fazer uma figura triste. Pois posso garantir-lhe que há dois meses [em Setembro de 1909] estive em Lisboa um correspondente do *Daily Mail*, que contou (...) que o próprio Duque de Fife mandara ao jornal o seu secretário desmentir a notícia do casamento”³³².

Não obstante, em Janeiro de 1910 ainda D. Manuel mantinha a esperança de vir a desposar uma princesa de sangue inglês, dado que recebera uma missiva do Marquês de Soveral em que este se mostrava muito animado e lhe garantia estar bastante esperançado relativamente a esse assunto. E a 5 de Março desse

³²⁹ *Vide loc. cit.*

³³⁰ *Vide op. cit.*, p. 43.

³³¹ Órgão criado em Julho de 1894, juntando republicanos e monárquicos progressistas, de que Fuschini foi inspirador e dirigente. Não confundir com a chamada Junta Liberal, de inspiração carbonária, criada em 1909 por Miguel Bombarda, Egas Moniz, Cândido dos Reis, Avelino Lopes Cardoso, Marinha de Campos, pelo Visconde de Ribeira Brava, entre outros.

³³² *Vide op. cit.*, p. 44.

ano ainda Dona Amélia se deixava iludir: “[o] Soveral chega daqui a pouco. Veremos se ele traz alguma notícia boa”³³³. Mas a boa nova nunca chegou.

Em finais de Abril de 1910, o Partido Republicano volta a reunir em Congresso, desta feita no Porto (no ano anterior a escolha havia recaído em Setúbal), e aí toma uma “(...) decisão que há-de torcer o curso dos acontecimentos e precipitar a queda da Monarquia (...)”³³⁴: dos trabalhos sai nomeada uma comissão que viajará por França e Inglaterra com vista à angariação de apoios para a revolução.

Mas a D. Manuel II não é sequer dado tempo para reflectir, pois, logo na primeira semana de Maio, morre em Sandringham Edward VII, “(...) que desde o reinado de D. Luís amara Portugal e [,] com discrição mas firmeza [,] protegera a Casa de Bragança”³³⁵. Nas palavras do Marquês do Lavradio, era “(...) um verdadeiro desastre para a Monarquia portuguesa e, conseqüentemente, para Portugal”³³⁶. Por seu turno, o Conde de Maфра anota no seu *Diário* que não seria uma grande asneira afirmar que Edward fazia mais falta a Portugal do que à própria Inglaterra³³⁷.

Neste contexto, Lord Granard é enviado a Lisboa, encabeçando uma Embaixada extraordinária e, recebido na Ajuda pelo monarca português, comunica formalmente a subida de George V ao trono inglês (devido à morte prematura do seu irmão mais velho, o Príncipe Albert Victor). O Rei George V acabará por confirmar-se como o elo mais fraco da cadeia de relações anglo-portuguesas do início do século XX³³⁸. Com Edward VII no poder dificilmente se tocaria na Coroa Portuguesa. Porém, três escassos meses após a sua morte, o

³³³ *Vide loc. cit.*.

³³⁴ *Op. cit.*, p. 45.

³³⁵ *Loc. cit.*.

³³⁶ *Vide loc. cit.*.

³³⁷ *Cf. loc. cit.*.

³³⁸ Jorge Morais refere que George V (George Frederick Ernest Albert – 1865 - 1936 –) é igualmente questionado em vários outros aspectos do seu reinado, marcado por um estilo que os seus biógrafos, talvez devido à grande paixão intelectual do monarca – a filatelia –, classificam de “doméstico”. De facto, mesmo sendo primo dos Bragança, Portugal pouco ou nada significava para o Rei inglês e, oito anos mais tarde, aquando do cativo e brutal homicídio da Família Imperial russa (que, aliás, lhe era muito mais chegada), George, primo-direito de Nicolai II (suas mães eram irmãs), não conseguirá erguer um dedo para salvar a vida dos Romanov. Por outro lado, em 1917, para não melindrar a opinião pública de uma Inglaterra em guerra com a Alemanha, aboliu o *rule* da Casa de Hannover, substituindo-a pela mais inglesa Casa de Windsor, ainda hoje reinante. *Cf. op. cit.*, p. 53.

seu irmão, Duque de Connaught, permitirá, enquanto Grão-Mestre da Maçonaria inglesa³³⁹, que seja dada carta branca aos revolucionários republicanos portugueses para que avancem com os seus propósitos.

Este percurso e teia de cumplicidades são descritos sucintamente por Jorge Morais numa entrevista concedida a Paulo Pizarro³⁴⁰. Explica Morais que a conspiração republicana tinha, fundamentalmente, três problemas para resolver: França, Espanha e Grã-Bretanha.

A França estava indexada aos ingleses, uma vez que ao Governo francês não interessava romper a “Entente Cordiale”³⁴¹. Por sua vez, a Espanha era um caso grave, dado que o Rei Afonso XIII não queria de todo ficar “ensanduichado” entre duas repúblicas, pelo que ponderava uma intervenção armada em socorro dos Bragança, embora jamais avançasse sem o aval de Londres. Quanto a Inglaterra, a sua fama de protectora da Casa Real portuguesa fazia recear uma intervenção anti-republicana.

No entender do autor, o “golpe de génio” do Grão-Mestre Magalhães Lima residiu em perceber que, “(...) cativando Londres para a sua causa (...) matava três coelhos com uma cajadada, pois nem Paris nem Madrid iriam mexer uma palha para socorrer os Braganças”³⁴².

Assim, em 1909, Magalhães Lima terá viajado rumo a Londres e garantido a cumplicidade dos altos graus da Maçonaria inglesa. Em 1910 obteve acesso ao Governo, assegurando, por essa via, uma “neutralidade cooperante” da parte do novo Rei, George V, sobrinho do Grão-Mestre Connaught.

³³⁹ O Duque de Connaught sucedeu a Edward no Grão-Mestrado da Maçonaria inglesa quando este ascendeu ao trono, em 1901. Até então, e desde que fora eleito Grão-Mestre, em 1875, Edward logrou desenvolver em muito a Maçonaria inglesa, sendo que, quando abandonou o cargo para se tornar Rei, a Grande Loja de Inglaterra contava com 2413 Oficinas maçónicas em pleno funcionamento, contra as 654 herdadas do seu antecessor. Ao resignar, e à semelhança de George IV, Edward (também carinhosamente chamado de Bertie) reservara para si o título de “Protector da Maçonaria”. Cf. *Op. cit.*, p. 52 - 53.

³⁴⁰ Vide PIZARRO, Paulo, “Outro Mistério, outro olhar sobre a Maçonaria”, in: *Magazine Grande Informação*, Nº 7, Junho de 2006, p. 38.

³⁴¹ “Entente cordiale” é o nome dado às boas relações existentes entre a França e a Inglaterra, no início do século XX. Esta expressão divulgou-se após a assinatura de um tratado entre os dois países a 8 de Abril de 1904, sob proposta de Eduardo VII. Por meio deste tratado, as duas potências acabavam definitivamente com as suas quezílias e desavenças coloniais (algumas delas com largos anos de existência), tendo em vista a prossecução de uma política comum. Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Entente_cordiale.

³⁴² PIZARRO, Paulo, “Outro Mistério, outro olhar sobre a Maçonaria”, in: *Magazine Grande Informação*, Nº 7, Junho de 2006, p. 38.

Por outro lado, na capital inglesa tudo era propício aos republicanos: a Grande Loja Unida de Inglaterra; o Governo liberal de Asquith (com a pasta dos Negócios Estrangeiros a cargo do maçom Edward Grey); e a imprensa radical e a City coincidiam numa análise negativa ou céptica sobre a Monarquia portuguesa.

Em suma, era uma oportunidade única e Magalhães Lima foi exímio em aproveitá-la. Dois meses depois do seu regresso de Londres a República estava instaurada em Portugal³⁴³.

A 27 de Maio de 1910, terminadas as exéquias de Edward VII, o até então “apagado” soberano português regressa a Lisboa decidido a mostrar a sua fibra.

Assim, em Junho, D. Manuel II chama a Lisboa o pioneiro francês da Sociologia Léon Poincard para que estude as reivindicações operárias e dite soluções para os problemas sociais.

Na realidade, não era a primeira vez que o Rei manifestava interesse pela questão operária e pelas condições de vida dos trabalhadores. Já em 1908 essa preocupação o levava a estabelecer um contacto comprometedor com o Partido Socialista, que, contrariamente ao Partido Republicano, se mostrava bem mais interessado em reformas sociais do que propriamente numa eventual mudança de regime político.

No seu estudo, Jorge Morais dá-nos conta da existência de correspondência directa e informal trocada entre D. Manuel II, Azedo Gneco e Alfredo Aquiles Monteverde, estes últimos respectivamente ideólogo e principal organizador dos socialistas no período pré-republicano³⁴⁴. Numa dessas cartas, Monteverde confessa depositar no Rei uma confiança que se inspira na predilecção de Sua Majestade pelas classes laboriosas³⁴⁵.

Alentado pelo patrocínio do jovem monarca, e a seu pedido, Azedo Gneco elabora, no início de 1909, um *memorandum* sobre as prioridades da política

³⁴³ Na verdade, Magalhães Lima contou com a ajuda José Relvas, Bernardino Machado e Alves da Veiga para o sucesso da viagem. Juntos constituíam a “respeitável embaixada” que visava a instauração da República em solo nacional. Todo o processo da viagem, desde a sua preparação, é pormenorizadamente descrito e analisado por Jorge Morais em MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 68 - 156.

³⁴⁴ Vide *op. cit.*, p. 48 - 49.

³⁴⁵ Cf. *op. cit.*, p. 48.

social portuguesa, defendendo a construção de bairros populares / operários “higiênicos”, bem como a criação de Caixas de assistência, pensões e reformas.

Pouco tempo depois, D. Manuel II escreve ao Primeiro-Ministro, Wenceslau de Lima, recomendando-lhe que proceda à leitura do *memorandum* de Gneco, de alguns recortes do jornal *O Trabalho* e ainda do *Programa do Partido Socialista Portuguez*, que junta no mesmo envelope. Depois de reconhecer que Aquiles Monteverde prestara “muitíssimos serviços”, o Rei solicita ainda ao seu “querido Presidente do Conselho” que mande chamar Monteverde e converse com ele.

Wenceslau de Lima, que “(...) não está, ele próprio, virgem de contactos com os socialistas (...)”³⁴⁶, responde afirmativamente.

Nos bastidores, Aquiles Monteverde é informado da diligência e escreve a D. Manuel II, agradecendo e mostrando-se “reconhecidíssimo” pelo bilhete, a carta e o interesse que Sua Majestade continua a dedicar aos operários: “[m]al sabem êles do alto patrocínio que tam eficazmente os está auxiliando (...)”³⁴⁷, e declara, sem margem para dúvidas, a feição positivamente monárquica (intervencionista) do movimento e a grande conveniência de não se desprezar essa “(...) poderosíssima força proletária, que tam bem orientada se mostra”³⁴⁸.

Em Portugal, para onde viajou a expensas pessoais de D. Manuel II, Léon Poincard estabelece um quadro sociológico das várias regiões do país, estuda a agricultura, a mineração, as pescas e analisa o Ensino. As suas conclusões confirmam, em muitos aspectos, o teor do *memorandum* de Gneco e adoptam propostas do próprio monarca português sobre a criação de cooperativas de consumo. Porém, nenhuma das medidas chegaria a ser implementada: passados quatro meses, El-Rei estaria a caminho do exílio e os socialistas à beira do ostracismo³⁴⁹.

Obviamente, a referida perspectiva de colaboração entre o trono e as forças socialistas não podia ser do agrado do Partido Republicano. Desde Antero de Quental, o movimento socialista português, apesar de crítico em relação a

³⁴⁶ *Loc. cit.*.

³⁴⁷ *Loc. cit.*.

³⁴⁸ *Loc. cit.*.

³⁴⁹ Cf. *op. cit.*, p. 48 - 49. A este respeito, o Conde de Maфра assinala premonitoriamente no seu *Diário* a 8 de Agosto: “[c]omo se calculava, os monarchicos declararam ódio ao Monarca por Elle ter ido para a esquerda e portanto adeus monarchia”. *Vide op. cit.*, p. 49.

alguns aspectos da instituição monárquica, vinha dando especial relevo à colisão entre os interesses do proletariado e as conveniências da burguesia e reclamando reformas de profundidade.

Nas palavras de Morais:

“[d]esinteressando-se das pequenas operações de propaganda grandiloquente e das pugnas eleitorais em que os republicanos se consumiam, os socialistas faziam ponto de honra nas questões económico-sociais e em fórmulas solidárias de repartição da riqueza – o que em nada seduzia a burguesia urbana, que se encontrava [,] aliás [,] em fase de capitalização. Dificilmente se veria um comerciante da Baixa erguer o punho pela Comuna³⁵⁰. Precisamente (...) pelo contrário essa burguesia urbana aderiu, desde o 31 de Janeiro de 1891, em magotes crescentes, ao Partido Republicano, ao ponto de este se transformar, de uma organização de intelectuais e pensadores de vanguarda, numa ruidosa amálgama de lojistas à espera da (...) sua vez (...) no (...) radioso dia da libertação (...)”³⁵¹.

Cativo da urgência, o Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido promove, a 14 de Junho de 1910, a criação de uma “Comissão de Resistência”, encarregada de estabelecer a ligação entre a Maçonaria, a Carbonária, o Partido Republicano e as comissões militares do Exército e da Marinha, com vista à constituição de uma “força” que derrubasse a Monarquia e instaurasse a República.

Segundo José Magalhães Godinho³⁵², por essa altura o Grão-Mestre Magalhães Lima encontrava-se a residir em França, pelo que foi o seu substituto, José de Castro, quem tomou a iniciativa de reatar as relações entre a Maçonaria e a organização revolucionária (a Carbonária), a pedido do Directório do Partido Republicano. “Sem surpresa ou contestação, a Comissão de Resistência ficou

³⁵⁰ A Comuna de Paris e as construções teóricas de Saint-Simon e Proudhon, as grandes referências socialistas anteriores a Marx e Engels, passam praticamente despercebidas aos olhos dos republicanos portugueses, que se concentram nas formulações do “iberismo” e da “República”. Cf. *loc. cit.*

³⁵¹ *Loc. cit.*

³⁵² Magalhães Godinho, jurista, maçom decorado com o 33º Grau do Rito Escocês Antigo e Aceite, foi colaborador do Primeiro-Ministro republicano e dirigente maçónico e carbonário António Maria da Silva, de quem se tornou genro. Tomou parte na primeira revolta contra a Ditadura Militar (Fevereiro de 1927), combateu o Estado Novo, foi co-fundador do novo Partido Socialista, e viveu para participar na reorganização do Grande Oriente Lusitano, após a restauração das liberdades, em 1974. Cf. *op. cit.*, p. 51.

sendo esmagadoramente dominada por carbonários³⁵³: José de Castro, Grão-Mestre Adjunto do Grande Oriente Lusitano Unido, ocupava o cargo de Presidente; integravam-na Miguel Bombarda (Loja José Estêvão), Machado Santos (Loja Montanha), José Cordeiro Júnior (Loja Acácia), José Simões Raposo (Loja Solidariedade), Martins Cardoso (Loja Acácia), António Maria da Silva (Loja Solidariedade) e o tesoureiro Francisco Grandela (Loja Futuro); em representação formal do Partido Republicano, entraram ainda Cândido dos Reis e António José de Almeida (ambos da Loja Montanha). É de sublinhar que mais de metade dos membros da Comissão pertencia às Lojas Montanha e Solidariedade, que constituíam o estado-maior carbonário no seio do Grande Oriente Lusitano Unido³⁵⁴.

A 16 de Junho de 1910, um dia depois do fracasso de mais uma revolta militar de inspiração carbonária, D. Manuel II inicia diligências para constituir um novo Governo. Será o último do seu reinado, bem como da Monarquia Constitucional portuguesa.

Conta Morais que Teixeira de Sousa forma gabinete e que, por recomendação do Conselho de Estado, é decretada a dissolução das Cortes e agendada para Setembro a primeira reunião da nova Câmara, a eleger em Agosto.

O Rei, adoentado, parte rumo ao Bussaco, onde se mantém “(...) aparentemente alheio a que, menos de três meses depois, estará destronada a Casa de Bragança”³⁵⁵. É também ali que recebe Soveral, que deita definitivamente por terra as ilusões que o monarca ainda pudesse ter quanto a um eventual casamento na realeza britânica. No seu discurso de abertura das Cortes, a 23 de Setembro, D. Manuel esforça-se por mostrar que tem do seu lado a força imperial do Reino Unido da Grã-Bretanha, mas era demasiado tarde para fantasias.

Na verdade, desde a *Entente Cordiale*, de Abril de 1904, que algo de profundo mudara na velha Albion. Um novo xadrez na partilha das matérias-primas e o advento de novos mercados e novos espaços para mercar

³⁵³ *Loc. cit.*.

³⁵⁴ *Loc. cit.*.

³⁵⁵ *Op. cit.*, p. 52.

determinavam alterações estruturais no mapa político; além disso, a Europa preparava-se para um inevitável confronto militar. Os conservadores haviam perdido o Governo, em 1905, em favor dos liberais; e, após o breve consulado de um Henry Bannerman doente, em 1908 chega a vez de Herbert Henry Asquith (1852 - 1928), que logo fere os direitos ancestrais da aristocracia; e a Câmara dos Lordes vê restringida a sua capacidade de veto às leis dos Comuns. Com Asquith no Governo estão os “falcões” do liberalismo, determinados a marcar o mundo do seu tempo, a saber: Edward Grey, o “homem de carácter” dos radicais liberais; John Burns, sindicalista e panfletário, a quem sintomaticamente chamavam o “bandeira vermelha”; Winston Churchill, o maçom trãnsfuga que em 1904 se passara dos Conservadores para os Liberais e que, com Asquith, será sucessivamente Presidente da Câmara do Comércio, Ministro do Interior e Primeiro Lord do Almirantado³⁵⁶; e David Lloyd George (1863 - 1945), o combatente galês que se notabilizara já enquanto líder da ala radical do Partido Liberal³⁵⁷.

Este contexto, associado ao falecimento do Rei Edward VII e à conseqüente subida ao trono de George V – acontecimentos referidos anteriormente – era claramente desfavorável à coroa portuguesa. Não será, portanto, exagero concordarmos com Jorge Morais quando o autor afirma que “[d]o Império Britânico chegavam, sem que o Trono português pudesse soprá-las para longe, as nuvens negras da tempestade”³⁵⁸.

De facto, à indiferença temerosa do novo rei, George V, e à “neutralidade empenhada” da Maçonaria inglesa, já sob Connaught, juntavam-se agora o forte empresariado colonial, as praças financeiras, o *lobby* liberal, os “falcões” do Governo de Asquith, e a imprensa radical, convergindo para o fim da Monarquia Constitucional em Portugal.

Como se tal não bastasse, Morais alerta ainda para a existência de um pouco divulgado, porém importantíssimo *Memorandum* secreto inglês intitulado “Atitude a ser observada pelo Governo de Sua Majestade na eventualidade de uma República ser instaurada em Portugal e uma terceira Potência intervir para

³⁵⁶ O equivalente a Ministro da Marinha.

³⁵⁷ Cf. *op. cit.*, p. 52 - 53.

³⁵⁸ *Op. cit.*, p. 54.

restaurar a Monarquia”³⁵⁹. Neste documento, ficava bem claro que Inglaterra não “levantaria um dedo” perante o que sucedesse em Lisboa, excepto para ajudar a República ou travar Afonso XIII de Espanha, que insistia na necessidade de auxiliar os Bragança, pois temia a ocorrência de uma revolução no seu país num curto espaço de tempo, caso a República vingasse em Portugal. De modo algo extraordinário, os responsáveis ingleses consideravam este postulado como um exercício de “estrita neutralidade” e não, como na prática se veio a verificar, uma forma indirecta de decisão e ingerência³⁶⁰.

Não se sabe se o Partido Republicano tinha, em Julho de 1910, conhecimento directo do conteúdo deste documento, demolidor para a Monarquia portuguesa e tão tranquilizador para os conspiradores; se o tinha, iludiu sagazmente, e durante muitos anos, a opinião pública em Portugal, pretendendo ter sido ele a “convencer” a diplomacia inglesa da “justeza” da sua causa.

É provável que somente Magalhães Lima soubesse previamente da sua existência, através das ligações maçónicas estabelecidas graças ao Venerável Mestre Alfred Robbins. Sem dúvida o Grão-Mestre português conhecia, desde Setembro do ano anterior, a tendência de opinião que se formara no Partido Liberal, no Governo britânico e no Grão-Mestrado de Connaught / Amptill sobre a queda “inevitável” da Dinastia de Bragança e a instauração de um Regime alternativo em Lisboa. Por esta razão preparou caminho à embaixada do Partido, tendo sido oportunamente indicado para chefiá-la. Contudo, na hora de celebrar os resultados prodigiosos da missão, quando tudo faria do Grão-Mestre da Maçonaria portuguesa o arauto mais autorizado, este deixou o palco a José Relvas (que não era – ainda – maçom e representava, aos olhos de muitos, um testemunho “isento”), enquanto ele próprio se diluía em Paris nas suas tarefas conspirativas, saboreando de longe um triunfo que “só entre colunas” podia ser reivindicado pela Fraternidade.³⁶¹

³⁵⁹ O Documento nº 19708, arquivado nas Pastas FO 371-971/972 dos National Archives, em Kew, é constituído por onze páginas manuscritas e encontra-se dividido em oito capítulos. No frontispício, sob a indicação “Secreto”, surge o inequívoco título: “Atitude a ser tomada pelo Governo de Sua Majestade na eventualidade de uma República ser instaurada em Portugal e uma terceira Potência intervir para restaurar a Monarquia”. Cf. *op. cit.*, p. 157.

³⁶⁰ *Vide op. cit.*, p. 157 - 168.

³⁶¹ Cf. *op. cit.*, p. 161 - 162.

Provavelmente, o nosso país deixara de ser vantajoso para as contas britânicas e para aquilo que Cunha Leal designou por “Sua Majestade a Libra, rainha do Universo”³⁶². Citando Jorge Morais:

“(…) o cúmplice de outrora tornara-se pesado a ponto de se desejar a sua dissolução. O Regime monárquico de Lisboa, requerendo para mais uma solidariedade cara e cansativa, era agora um fardo. Do ponto de vista cru dos interesses ingleses, uma República Portuguesa talvez pudesse ainda – desde que devidamente posta no seu lugar – tornar suportável esse ‘mais antigo aliado’, sempre a pedinchar do alto do seu pergaminho histórico”³⁶³.

Por outro lado, em África mal poderia falar-se de uma efectiva soberania portuguesa, dado que os sectores estratégicos se encontravam quase exclusivamente sob domínio britânico, ou submetidos à sua influência. A situação vivida em Moçambique é disso um claro exemplo. Segundo Oliveira Marques³⁶⁴,

“[à] empresa Nacional de Navegação faziam vantajosa concorrência a Union Castle Co., a British Indian Stream Navigation Co., a Harrison Rennie Line, a Natal Direct Line e outras companhias só de carga. Nos [caminhos-de-ferro], 339 dos 539 Kms de vias existentes eram explorados pela The Beira and Mashonaland & Rhodesia Railway Co. (...). O cabo submarino estava nas mãos da Eastern Telegraph Co.. Outras companhias inglesas dedicavam-se à agricultura (Incomatti Sugar Estates Ltd., Mutamba Sugar Estates, Sena Sugar Co., etc.), à mineração (Mozambique Macequece Ltd., por exemplo), às técnicas comerciais e portuárias (The Mozambique Agencies Ltd.). Em Lourenço Marques³⁶⁵, os ingleses tinham na mão o abastecimento de água e luz à cidade, a rede de eléctricos (todos concedidos à Delagoa Bay Development Corporation Ltd.), o serviço de estivadores (Delagoa Bay Stevedoring Co., The Lourenço Marques Forwarding Co. Ltd., Delagoa Bay Agency Co. Ltd.), à moagem (Lourenço Marques Milling Co.)”³⁶⁶.

Ainda de acordo com o autor, passava pelo porto de Lourenço Marques 57% do comércio do Transval. Tudo isto tornava deveras evidente o papel

³⁶² Vide *op. cit.*, p. 54.

³⁶³ *Op. cit.*, p. 54 - 55.

³⁶⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira, “O Império Africano 1890 - 1930”, in *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. XI. Lisboa, 2001.

³⁶⁵ Actual Maputo. Nota nossa.

³⁶⁶ Vide MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 55.

subalterno de Portugal numa colónia que, afinal, lhe pertencia, denotando igualmente uma indesmentível “(...) dependência generalizada, da lã aos vinhos, dos portos às matérias-primas, dos telefones à tinta de caneta, do Minho a Lourenço Marques”³⁶⁷.

Crescera, entretanto, um outro conflito de consideráveis proporções entre ingleses e portugueses: o caso da mão-de-obra usada na colónia portuguesa de São Tomé, ou, como era designado pela imprensa radical inglesa, “o caso do cacau escravo”. Foi seu principal protagonista William Cadbury³⁶⁸, neto de John Cadbury, o negociante de chás e cafés de Birmingham que em 1831 criara um empório chocolateiro que chegou aos nossos dias. Financiadores do Partido Liberal e ligados à Religious Society of Friends (o movimento puritanista radical cristão Quaker) e à Temperance Society, os Cadbury consideravam ser seu dever estimular campanhas em favor da justiça, da igualdade e da reforma social, pondo fim à pobreza e ao infortúnio.

Vendo-se a si mesmos como pioneiros sociais, os Cadbury integravam-se numa poderosa rede Quaker a que pertenciam também os Fry, de Bristol (que viriam a fundir os seus negócios com os Cadbury), os Rowntrees, de York (igualmente ligados à indústria alimentar, e que no século XX criariam os primeiros “Smarties”), os Sampson Lloyd, de Birmingham (fundadores do Lloyd’s Bank), e outras famílias de grandes negociantes que “(...) equilibravam a tonelagem da sua consciência capitalista com o contra-peso cândido das boas obras”³⁶⁹.

Explica Jorge Morais que, desde finais do século XIX, muito do cacau usado pelos Cadbury nas suas manufacturas era originário da América do Sul e das ilhas portuguesas de São Tomé e Príncipe, ao largo da costa ocidental africana. William Cadbury já ouvira referências à existência de trabalho escravo em São Tomé, nomeadamente no decorrer de uma viagem de negócios a Trinidad, em 1901, mas só em 1902 teve a confirmação: foi-lhe proposta a compra

³⁶⁷ *Op. cit.*, p. 56.

³⁶⁸ William Cadbury (1867 - 1957) viverá para presidir à Câmara de Birmingham (1919 - 1921), fundar o Queen Elizabeth Hospital e gerir a sua própria Fundação de caridade, que ainda hoje existe. Aos Cadbury se deveu, nomeadamente, a campanha contra o uso de menores como limpa-chaminés na cidade de Birmingham e a fundação, no Reino Unido, da Animals Friend Society, bem como da Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals. Cf. *loc. cit.*.

³⁶⁹ *Loc. cit.*.

de uma roça na colónia portuguesa, cujo preço incluía algumas centenas de trabalhadores que, juntamente com os hectares de terra, seriam vendidos a tanto por cabeça.

Indignado, Cadbury desloca-se propositadamente a Lisboa, com o intuito de obter pormenores e lavrar o seu protesto. Porém, as autoridades nacionais rejeitam taxativamente as acusações, alegando tratar-se de trabalhadores angolanos que haviam aceite, de sua livre vontade, ir trabalhar para São Tomé. Inconformado, o chocolateiro inicia uma campanha de denúncia que perdurará para além da instauração da República em Portugal³⁷⁰.

Entre 1908 e 1909, Cadbury envia à ilha um seu delegado, o activista Quaker Joseph Burt, enquanto o fundamentalista cristão Charles Swan é encarregue de conseguir provas da contratação escravagista no interior de Angola, que conhecia como missionário. O relatório final é implacável: as condições de vida descem a um ponto tão degradante que metade dos trabalhadores morre durante o primeiro ano de trabalho.

Na sequência deste relatório, o próprio William Cadbury visita São Tomé e anuncia, a 15 de Março de 1909, que os fabricantes de chocolate ingleses e alemães não voltarão a importar cacau são tomense até que lhes sejam dadas garantias reais de que não havia recurso a mão-de-obra escrava³⁷¹.

Por seu turno, o Governo inglês faz saber em Lisboa que perante a evidência de que a mão-de-obra contratada para São Tomé era escrava, só lhe restaria juntar-se ao Parlamento e à opinião pública contra um abominável crime social.

Em 1909, Cadbury faz publicar em Londres (e, meses depois, em Lisboa) o relatório de Burt, bem como as suas próprias conclusões.³⁷² A 19 de Julho, sem, todavia, reconhecerem oficialmente razão ao persistente chocolateiro, os portugueses suspendem a contratação de pessoal em Angola, intensificando-a em Moçambique. Por sua vez, Cadbury cessa as suas compras em São Tomé e

³⁷⁰ Esta campanha teve início em 1903, em três publicações britânicas: *Harper's Magazine*, *Moonshine* e *Punch*. Cf. *op. cit.*, p. 56 - 57.

³⁷¹ Os produtores americanos, apesar de instados, não se associaram ao boicote.

³⁷² Vide CADBURY, William, *Labour in Portuguese West Africa*. London, 1909. Edição portuguesa: CADBURY, William, *Os Serviços de S. Thomé*. Lisboa, 1910.

passa a abastecer-se no Gana, arrastando consigo dois outros fabricantes de cacau e chocolates do *lobby* Quaker: Fry e Rowntree³⁷³.

Aparentemente, a crise estava ultrapassada, mas, como de resto seria de esperar, o caso de São Tomé apaixonou uma “Lisboa em camisa”³⁷⁴. Lisboa é, aliás, um vocábulo excessivamente vasto para designar o diminuto perímetro citadino onde tudo se passa³⁷⁵.

Com efeito, a demografia portuguesa no início do século XX explica, em boa parte, como um “levantamento” de dimensões paroquiais pôde pôr fim, a 5 de Outubro de 1910, a um Regime com praticamente oito séculos de vida. Lisboa era o maior dos quatro centros de uma relativa dimensão, à frente do Porto, Coimbra e Setúbal. Tudo o resto, mesmo que a uma curta milha de distância, era remota província.

Em 1910 viviam na Grande Lisboa cerca de 570 mil pessoas (10% da população portuguesa residente), 65% das quais nas freguesias da própria capital e 35% nos “arrabaldes”. O Grande Porto contava 390 mil pessoas, habitando na cidade cerca de 42%. Crescendo contra o espartilho de uma ordem estratificada, as principais cidades vêm desenvolver-se, neste período, um formigueiro de novas oportunidades, economias e profissões. Despontam e “engordam”, grão a grão, uma gente nova, com alguma escolaridade e instalada nos grandes centros, que, embora sem meios financeiros, através de muito trabalho e de poupanças se tornaria uma nova classe industrial e comercial, até então inexistente. Era, em última análise, a ascensão de uma burguesia média, que em muitos casos, e com o passar dos anos, se tornou grande burguesia.

Neste campo “caçava” o Partido Republicano, atraindo “trepadores” das profissões liberais, oficiais descontentes, intelectuais, agentes de comércio e transportes, o politizado pessoal dos arsenais. O célebre escritor e maçom Eça de Queiroz (1845 - 1900) assinalara já em 1871, n’ *As Farpas*, o crescimento da conspiração republicana, na época circunscrita aos “clubes”, ironizando: “Que há-de fazer um pobre major a quem a [M]onarquia conserva major, senão conspirar

³⁷³ Cf. MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 56 - 58.

³⁷⁴ *Op. cit.*, p. 58.

³⁷⁵ *Vide op. cit.*, p. 58 - 59.

pela [R]epública que o faça coronel?”³⁷⁶. Mais tarde, perto do fim da vida, Eça vaticinará à República um destino de “balbúrdia sanguinolenta”, sem que pudesse sequer prever que a matriz do Regime republicano viria a constituir-se sobre o homicídio do Rei e do Herdeiro.

Mas não era necessário ser-se republicano para perceber que a lei eleitoral carecia actualização, que a agricultura e o ensino clamavam por reformas e que num quadro em que as “leis de excepção” apenas beneficiavam o infractor, os processos de imprensa tinham de passar à alçada dos tribunais comuns (problemas, aliás, partilhados por várias democracias europeias da época); e tanto não era preciso ser-se republicano para vê-lo que o próprio Teixeira de Sousa tudo isso inscreveu no seu Programa e levou ao Parlamento em nome do Governo e de El-Rei D. Manuel II.

Porém, tampouco era necessário ser-se monárquico para reconhecer que, a 4 de Abril de 1910, havia em Portugal um Regime Constitucional, com um sistema democrático de eleição parlamentar e um Governo submetido ao Direito. Numa constatação monárquicos e anti-monárquicos estavam de pleno acordo: a influência do Partido Republicano na imprensa, na oficialidade subalterna e no rumorejar do formigueiro lisboeta ultrapassava largamente os 10% que, por meio do voto, detinha no Parlamento³⁷⁷.

Um último aspecto que convém mencionar nesta fase do nosso trabalho prende-se com os rumores de que D. Manuel II terá pertencido à Maçonaria. Questionado por Paulo Pizarro a esse respeito, Jorge Morais mostra-se convicto de que o último rei de Portugal nunca terá integrado a Ordem. O autor explica que o tio de D. Manuel, o infante D. Afonso (o famoso “Arreda”) “(...) esse sim fora membro do Grande Oriente (...)”³⁷⁸, quanto ao malogrado D. Manuel, “[a] ‘fama’ ficou-lhe, mas nunca teve [o] proveito”³⁷⁹.

Segundo Morais, a sua fama de maçõn resulta de uma campanha de desgaste mantida durante anos por facções “tradicionalistas” que responsabilizavam os dois últimos reis de Portugal (D. Carlos e D. Manuel II) pelo

³⁷⁶ Vide *op. cit.*, p. 60.

³⁷⁷ Cf. *op. cit.*, p. 60 - 61.

³⁷⁸ Vide PIZARRO, Paulo, “Outro Mistério, outro olhar sobre a Maçonaria”, in: *Magazine Grande Informação*, Nº 7, Junho de 2006, p. 38.

³⁷⁹ *Idem.*

colapso da Monarquia; campanha essa em que se chegou ao ponto de mandar imprimir um postal em que, através de uma grosseira montagem fotográfica, D. Manuel de Bragança surge envergando balandrau e avental³⁸⁰. “Na minha investigação, ainda admiti que, depois da instauração da República, já no exílio³⁸¹, D. Manuel se tivesse feito iniciar na Grande Loja Unida de Inglaterra, de que [,] tradicionalmente [,] são obreiros os homens da Casa de Windsor. Mas não encontrei traço de filiação sob qualquer dos nomes ou títulos que usava (...) [,] nomeadamente o de [C]onde de Ourém”³⁸² – esclarece.

³⁸⁰ Cf. *loc.cit.*.

³⁸¹ Após o capitular da Monarquia em Portugal, D. Manuel II exilou-se em Inglaterra, decidido a afastar-se da vida pública. Aí viria a casar, a rejeitar a ajuda de Afonso XIII para que a Monarquia fosse restaurada no nosso país, bem como a aconselhar a intervenção de Portugal na Primeira Grande Guerra. Vide MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 170 - 178.

³⁸² PIZARRO, Paulo, “Outro Mistério, outro olhar sobre a Maçonaria”, in: *Magazine Grande Informação*, Nº 7, Junho de 2006, p. 38. Para mais pormenores acerca deste assunto vide MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 178 - 180.

3.1.7. Maçons, Carbonários e o 5 de Outubro

“A realeza estava agora pouco segura nos seus palácios e a rainha D. Amélia evitava falar pelo telefone com os seus ministros, pois julgava que até o telefonista fosse da Carbonária”³⁸³.

“«Avante Lusitanos! / Largai a servidão! / Unir! Unir! Contra os tiranos! / Salvemos a Nação!»”³⁸⁴.

A revolução que pôs termo à Monarquia em Portugal começou na noite de 3 para 4 de Outubro de 1910, se bem que, como vimos, há muito que a mesma vinha sendo preparada. Nela estavam envolvidos tropas do exército e da marinha e numerosos civis recrutados pela Carbonária Portuguesa, cuja colaboração o directório do Partido Republicano acabara por aceitar com dificuldade e relutância. Mas a verdade é que essa intervenção foi decisiva para o êxito do movimento, dado que a maior parte dos militares comprometidos não compareceu³⁸⁵.

Com efeito, às primeiras horas da madrugada do dia 4 de Outubro, tudo parecia perdido, e as tropas que tinham chegado a sair dos quartéis consideravam-se isoladas no alto da Rotunda. Desesperado, o almirante Cândido dos Reis, único oficial general comprometido e que chamara a si a responsabilidade superior da revolta militar, suicidou-se. Os oficiais das forças da Rotunda, depois de um conselho em que concluíram não haver qualquer outra solução, deram ordem para a debandada e eles próprios procuraram refúgio. Só

³⁸³ Vide WHELLER, Douglas L., *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1978, p. 60.

³⁸⁴ Versos de um hino revolucionário, em vésperas da República. In FERNANDES, Ferreira, FERREIRA, João, *Frases que Fizeram a História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 197.

³⁸⁵ Para mais detalhes acerca deste assunto vide SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. XI. Lisboa, Verbo, 1989, p. 26 - 33.

ficou o Comissário Naval Machado Santos, com alguns sargentos, algumas dezenas de soldados e um elevado número de civis.

Na realidade, Machado Santos era, simultaneamente, maçom e membro da Alta Venda da Carbonária, e os homens que com ele ficaram na Rotunda eram militantes da organização³⁸⁶. Sabia que, ao contrário do que os oficiais julgaram, não estava sozinho: a cidade estava nas mãos de grupos de civis que impediam as tropas de sair dos quartéis. Quando alguns navios da esquadra começaram a manobrar para desembarcar marinheiros republicanos no Terreiro do Paço, as tropas do Governo sentiram-se perdidas. O rei, que tinha saído de Lisboa para Mafra, recebeu ali a notícia da proclamação da República e embarcou para o exílio. Refere Saraiva que “[e]m nenhum lugar a instalação do novo [R]egime deparou com dificuldades; segundo um dito da época, a República foi proclamada pelo telégrafo”³⁸⁷.

Deixamos agora um depoimento que nos parece esclarecedor acerca dos acontecimentos decorridos entre 2 e 5 de Outubro de 1910 e que, depois de uma “gravidez atribulada”, fizeram, finalmente, nascer um novo Regime político em Portugal – a República:

“[n]o dia 2 de Outubro Cândido dos Reis reúne-se com Oficiais Republicanos, com a Alta Venda Carbonária e com o [D]irectório do [Partido Republicano Português] ficando marcada a Revolução para a noite seguinte. Horas depois houve uma nova reunião (sem o Directório) para acertar os detalhes do plano de Sá Cardoso e Hélder Ribeiro que tinha em conta a acção militar e a acção civil dos carbonários.

Como Miguel Bombarda (uma das principais personagens da conspiração) tinha sido baleado e tinha falecido, na reunião do dia três (na Rua da Esperança) puseram-se [dois] problemas: um era a sua morte e o outro consistia em que ele, sendo uma grande figura, é que detinha alguns dos segredos da conspiração. Novas hesitações surgem mas acabaram por continuar com a revolução, pois[,] se não o fizessem os marinheiros sairiam sozinhos.

³⁸⁶ Para um relato detalhado e na primeira pessoa acerca deste assunto *vide* SANTOS, Machado, *A Revolução Portuguesa: 1907 - 1910* (Relatório de Machado Santos). Lisboa, (1ª ed.: Typographia Liberty, 1911), ed. facsimilada: Arquimedes Livros, Abril de 2007 (tiragem de 80 exemplares).

³⁸⁷ SARAIVA, José Hermano, *História Concisa de Portugal*. Col. Saber, 20ª ed.. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999, p. 350.

Entre os monárquicos a preocupação crescia e Teixeira de Sousa foi avisado de que algo podia acontecer. Puseram a [guarnição] de prevenção. Nessa noite o Rei jantava com Hermes de Sousa, Presidente da República Brasileira. Este jantar foi abreviado devido ao aviso de Teixeira de Sousa.

Marcada a Revolução para a 1 da manhã, Machado dos Santos dirigiu-se a Infantaria 16 para tomar o Quartel, mas este já estava tomado pelos soldados com a morte de [dois] oficiais. Os seus homens dirigiram-se a Artilharia 1, onde esperavam encontrar o mesmo, mas era diferente. A entrada não estava aberta como se tinha combinado, mas Afonso Pala estava lá dentro e tinha organizado os revolucionários. A porta foi arrombada e Sá Cardoso assumiu o comando formando duas colunas. De acordo com o plano, os alvos eram o Quartel-general e o Palácio das Necessidades. Uma das colunas tem um confronto com a Guarda Municipal, na Rua Ferreira Borges. Teve de voltar para trás e encontrou-se com a coluna de Afonso Pala, no Rato. Juntas têm recontros aí e na Rua Alexandre Herculano. O plano é abandonado e os republicanos fixam-se na Rotunda, onde organizaram a defesa. Foram atacados pela Guarda Municipal, mas repeliram o ataque. Amanhecia. Em muitos pontos não se verificou a sublevação. Dos civis também só foi bem sucedida a missão na zona oriental lisboeta. Mas a Marinha era um "feudo" carbonário e à 1 da manhã no Quartel da Marinha a vitória foi dos republicanos. Tomaram os navios "Adamastor" e "S. Rafael". O Comando não atacou os revoltosos.

De madrugada as forças monárquicas atacaram a Rotunda. Soube-se do suicídio de Cândido dos Reis o que desanimou alguns republicanos. Sá Cardoso convoca os conspiradores; a maioria quer terminar a tentativa de golpe. No entanto, Machado Santos e a Carbonária decide[m] continuar. A revolução está nas mãos dos civis. Aumenta a adesão popular e constroem-se barricadas.

Ao fim da manhã as forças leais ao Rei, comandadas por Paiva Couceiro, atacam a Rotunda quer pelo Rossio quer pelo lado da Penitenciária, mas sem grande sucesso. Couceiro retira com dificuldade. Entretanto os navios "Adamastor" e "S. Rafael" bombardeiam as Necessidades, chegando a destruir com um tiro o Pavilhão Real. Assustada [,] a Família Real foge para Mafra. Os mesmos barcos vão encurralar as forças leais no Rossio.

Na madrugada do dia 5, porém, Paiva Couceiro leva as suas tropas para o Jardim de Torel, donde podia atacar a Rotunda. Contudo [,] tinha poucas munições e o depósito destas em Beirolas estava nas mãos dos republicanos. As

tropas estavam divididas. Além disso [,] muitos confundiram a bandeira branca levantada pelo Encarregado de Negócios da Alemanha, com a rendição do Rei e destroçaram. A Monarquia ficou sem soldados. Às 11 horas da manhã José Relvas proclama [,] por fim, da varanda da Câmara Municipal, a República em Portugal. Havia a lamentar 76 mortos, dos quais 51 civis, 186 feridos civis e 122 militares. A Família Real partiria nessa tarde para o exílio³⁸⁸.

Como mencionámos anteriormente, o triunfo do movimento ficou a dever-se, com toda a evidência, às forças da Carbonária, que pertenciam a estratos sociais muito diferentes dos que eram representados pelo directório do Partido Republicano. Não obstante, foi o Directório quem formou o Governo Provisório, e, desde o início, a Primeira República teve a miná-la a contradição interna, que opunha um republicanismo conservador e ordeiro a um populismo revolucionário, com implantação na população de Lisboa, mas sem verdadeira chefia política. Esse conflito explica, em grande medida, a agitação e instabilidade política da primeira fase da história do regime republicano em Portugal. É precisamente a essa análise que nos dedicaremos de seguida.

³⁸⁸ Vide <http://www.di.uminho.pt/~lsb/lena/historia/dias.html>.

3.2. A Implantação da República

“«A República está perdida. A República afunda-se»³⁸⁹.

“«O Partido Republicano Português tem a obrigação de defender o povo mesmo contra a vontade do próprio povo»³⁹⁰.

Uma vez proclamada a República, o poder foi assumido por um Governo Provisório, presidido por Teófilo Braga, Governo esse que assegurou a governação enquanto a nova Constituição não foi elaborada e, entre outras reformas, decretou a lei da família, a lei do divórcio, a lei da separação da Igreja e do Estado, e criou as Universidades de Lisboa e do Porto.

³⁸⁹ Logo em 1910, o escritor Raul Brandão (1867 - 1930) fazia um diagnóstico precoce, mas certo. De facto, poucos meses depois da implantação do novo Regime começaram as divisões no interior do Governo Provisório e do Partido Republicano Português, que em breve se cindiria. Este passou a ser conhecido por Partido Democrático, dominado pela ala jacobina radical de Afonso Costa (1871 - 1937), enquanto que os mais moderados António José de Almeida (1866 - 1929) e Brito Camacho (1862 - 1934) formariam as suas próprias organizações, respectivamente Partido Evolucionista e União Republicana. Sucederam-se Governos efémeros e até golpes bonapartistas, sendo a instabilidade política uma constante na Primeira República. O Regime, tal como foi implantado em 1910, republicano e parlamentar, seria substituído pela ditadura em 1926, através de um golpe militar. Só em 1974 voltaria a ser multipartidário e democrático. Cf. FERNANDES, Ferreira, FERREIRA, João, *Frases que Fizeram a História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 198.

³⁹⁰ O maçom Afonso Costa convencido de que o povo é dissolúvel caso não seja razoável, tal era a sua convicção anticlerical. No seu entender, a forte influência do clero no grosso da população portuguesa era nefasta, senão mesmo um entrave ao progresso e à concretização dos ideais republicanos.

A ala radical dos republicanos já “armadilhara” a lei eleitoral de modo a que a maioria do povo – analfabetos e mulheres, mais permeáveis à influência eclesiástica – ficasse impedida de votar (o Código Eleitoral de 1913 exclui todos os analfabetos, o que não acontecia com a lei de 1911, segundo a qual os analfabetos chefes de família podiam exercer o direito de voto). Em 1914, por ocasião do Congresso do Partido Republicano Português, correntemente conhecido como Partido Democrático, que dominou os primeiros anos da República, o seu líder, Afonso Costa, proferiu o “discurso dos iluminados”: “O Partido Republicano Português tem a obrigação de defender o povo mesmo contra a vontade do próprio povo”. Se a causa era justa, os meios estavam certos... Passados três anos, na Rússia, os bolcheviques iriam sofrer as consequências desta forma de pensar. Cf. *op. cit.*, p. 201 - 202.

Citando David Ferreira:

“[d]a obra do Governo Provisório destacamos, de acordo com a Mensagem do Governo Provisório à Assembleia Nacional Constituinte, o que se segue: restabelecimento de parte do Código Administrativo de 6 de Maio de 1878, considerado o mais liberal e democrático dos que tinham existido em Portugal; a regulação da «administração das Províncias Ultramarinas, preparando-lhes uma autonomia que por largo tempo e inutilmente reivindicaram, e que é a condição indispensável da sua prosperidade, sem a qual ficaria incompleta a nossa missão civilizadora»; «reformas da instrução superior, curso médico, das faculdades de letras, da assistência e da protecção à infância»; estabelecimento da liberdade de consciência, pela Lei da Separação do Estado e das Igrejas; «reforma do Código de Justiça Militar e plano integral da organização do exército; criação do Crédito Agrícola; reforma do Instituto de Agronomia e Veterinária; criação do regime industrial para o aproveitamento das quedas de água do País»; lei do Divórcio; lei da Família; lei de Imprensa; lei do inquilinato; lei concedendo o direito à greve dos operários e o direito ao *lock-out* aos patrões; Código do Registo Civil. «Na gerência das finanças não se recorreu a empréstimos, e, saldando compromissos do antigo [R]egime, aumentaram as receitas no [primeiro] semestre do Governo Provisório, comparadas com igual período da administração monárquica; diminuiu-se o imposto de consumo em benefício das classes pobres e acudiu-se à terrível crise agrícola do Douro, isentando os vinhateiros da taxa predial; transformou-se o sistema de arrecadação da receita eventual e transformou-se o Tribunal de Contas em uma Inspeção Superior da Fazenda, extinguindo assim os vícios e apatia daquele Tribunal»; «e não foram esquecidos os Portugueses espalhados por longes terras, fora da Pátria, para cujos filhos amavelmente se criaram escolas de Português».

Logo em seguida à implantação da República tomara o Governo Provisório providências para garantir a segurança do rei deposto e de sua família³⁹¹, além de outras providências impostas pelo transcendente momento histórico da vida portuguesa, e apressaram-se a decretar, a par de algumas disposições já em parte mencionadas, mais as seguintes: proscricção para sempre da Família de Bragança, que constituía a dinastia deposta pela revolução republicana; revogação das leis de excepção que submetiam quaisquer indivíduos a juízos criminais excepcionais; revogação da lei repressiva da liberdade de imprensa de

³⁹¹ Condição, aliás, imposta pelos ingleses em troca do seu apoio. Nota nossa.

Abril de 1907; extinção do ensino da doutrina cristã nas escolas primárias e normais primárias; abolição do juramento religioso; abolição dos títulos nobiliárquicos; reposição em vigor das leis de 3 de Setembro de 1759, 28 de Agosto de 1767 e 28 de Maio de 1834, sobre a expulsão de jesuítas e encerramento de conventos, e anulação do decreto de 18 de Abril de 1901, que autorizara a constituição de congregações religiosas; extinção das Guardas Municipais de Lisboa e Porto e nomeação de uma comissão encarregada de «estudar a organização de um corpo de segurança pública para todo o país, que terá a denominação de Guarda Nacional Republicana»³⁹².

A este respeito, convém frisar a ampla evidência do envolvimento da Maçonaria no Programa da República. Segundo Jorge Morais, ainda antes da implantação do novo Regime, a generalidade das Lojas maçónicas de Lisboa e do Porto havia-se lançado em campanhas muito pouco espirituais, patrocinadas pelo próprio Conselho da Ordem e efusivamente recomendadas pelo Grão-Mestre. Dessas derivas profanas da primeira década do século XX deixou inconfundível rasto o advogado e *irmão* Fausto de Quadros (1879 - 1956), que por largo tempo foi Grande Secretário-Geral da Ordem. As suas cartas-circulares registam, a par e passo, a agenda profana que foi, nesse período, o programa de trabalhos da Maçonaria portuguesa.

Assim, em Setembro de 1906, na circular número 7 dirigida “a todas as Respeitáveis Lojas e Triângulos da Obediência”, escreve Quadros: “[t]enho a honra de vos enviar juntamente as considerações da Loja Montanha sobre o Programma d’Instrução Primaria, brilhante trabalho, digno de toda a atenção e estudo (...). Remeto-vos também listas, distribuídas pela mesma [Respeitável Oficina], para recolherdes assignaturas pedindo à Câmara dos Deputados a derrogação da lei de 18 de Abril (Hintze Ribeiro). Escusado é encarecer-vos as vantagens e o alcance d’este empreendimento”³⁹³.

³⁹² Vide MARQUES, A. H. de Oliveira, “História de Portugal: Desde os Tempos mais Antigos até à Presidência do Sr. General Eanes – Manual para uso de estudantes e outros curiosos por assuntos do passado pátrio”, in *História de Portugal*, Vol. III, *Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. Lisboa, Palas Editores, s.d., p. 226 - 227.

³⁹³ *Portugal, Grand Lodge / Files I and II*, The Library and Museum of Freemasonry, United Grand Lodge of England. Vide MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 65.

Na circular nº 102, de Novembro de 1906, Quadros define desta forma o “programa” do Conselho da Ordem: “1.º - Campanha contra a lei de 13 de Fevereiro; 2.º - Propaganda a favor do Registo Civil obrigatório; 3.º - Propaganda a favor d’um programa laico de ensino nas escolas primárias; 4.º - Desenvolvimento da educação cívica; 5.º - Serviços gerais de Estatística [Maçónica] e correlativamente da [Profana]; 6.º - Cadastro das forças reaccionárias em todas as suas múltiplas manifestações; 7.º - Estudo do problema religioso em Portugal; 8.º - Cumprimento das leis do Marquez de Pombal, Aguiar e Loulé; 9.º - Campanha a favor da remodelação do systema tributário em ordem a torná-lo mais equitativo e fazendo desaparecer os impostos mais vexatórios e iníquos; 10.º - Abolição do Juízo de Instrução Criminal”³⁹⁴.

A questão religiosa, “cavalo de batalha” da Maçonaria portuguesa desses dias, estava invariavelmente presente. Quando, em Julho de 1909, Fausto de Quadros pede às Lojas que lhe enviem o respectivo historial, pois fora incumbido por decreto de escrever a História da Maçonaria portuguesa, recomenda expressamente que seja mencionado o rol de trabalhos efectuados no âmbito da propaganda anti-jesuítica.

Denuncia Morais que “[o] Grande Oriente não temia já intervir, directa e abertamente, nos centros políticos, nos quartéis e na vida social, numa acção incansável de desgaste e erosão – um trabalho que a Maçonaria Regular (de que a Grande Loja de Inglaterra se constituíra matriz) vedava aos seus membros em Loja e constituía, formalmente pelo menos, motivo de excomunhão da Ordem Maçónica (...). Mas isso era o que estipulavam Constituições e Regulamentos; coisa bem diferente era a prática, tanto em Portugal como em Inglaterra”³⁹⁵.

Com efeito, entre as novas autoridades abundavam os maçons, a começar pelo Governo Provisório, do qual faziam parte os *irmãos* Teófilo Braga, António José de Almeida, Afonso Costa, Correia Barreto e Bernardino Machado, isto é, metade do elenco ministerial. Por todo o país o panorama era semelhante: nas comissões administrativas das câmaras municipais, nos governos civis, nos diversos cargos de nomeação governamental, muitos membros da Maçonaria, e

³⁹⁴ *Idem.*

³⁹⁵ MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 66.

que eram, simultaneamente, republicanos de projecção regional ou local, passaram, naturalmente, a ocupar aqueles lugares³⁹⁶. Oliveira Marques afirma mesmo que mais de metade dos ministérios da Primeira República foi presidida por maçons e que a totalidade do seu tempo de governo se elevou a mais de 65% do período completo da República Democrática³⁹⁷.

De facto, uma das consequências mais sensíveis da mudança de Regime para a Maçonaria foi o rápido aumento das Lojas e Triângulos em todo o território nacional, incluindo as colónias, bem como do número de iniciações.

O recrutamento sofreu um incremento exponencial nos meses que se seguiram ao 5 de Outubro de 1910 e, se compulsarmos a relação de membros dos poderes maçónicos federais, encontramos algumas das figuras gradas do novo Regime. No Grande Conselho da Ordem, por exemplo, tomavam parte Carlos Olavo, Feio Terenas, Agostinho Fortes, Faustino da Fonseca, António Aurélio da Costa Ferreira, Luz de Almeida, Machado Santos e António Maria da Silva. Também no plano externo a Maçonaria portuguesa impulsionou a consolidação do Regime republicano, novamente através do Grão-Mestre Magalhães Lima, que torna a partir em missão ao estrangeiro em 1911, saindo de Lisboa a 6 de Setembro desse ano para visitar várias cidades italianas (Ravena, Génova, Faenza, Florença, Roma e Turim), onde assistiu, dos dias 20 a 23, ao Congresso Maçónico Internacional. Deslocou-se, depois, a Paris (3 de Outubro), Lausana (27 de Outubro), Genebra (28 de Outubro), onde colaborou na fundação da Fraternidade Maçónica Internacional, regressando a Paris a 8 de Novembro. Após uma breve paragem em Madrid, Magalhães Lima chega a Lisboa a 27 de Novembro. Na mensagem dirigida à Grande Loja, em 1912, o Grão-Mestre descreverá a viagem, concluindo que todas as demonstrações deverão servir de estímulo aos republicanos para que prossigam na sua obra.

A acção da Maçonaria portuguesa nessa época conheceu também um grande desenvolvimento no que diz respeito ao auxílio a obras de assistência e a organismos de instrução. Um pouco por todo o país multiplicaram-se os apoios a

³⁹⁶ Cf. VENTURA, António, "A Maçonaria e a República", in: João Medina (dir.), *História de Portugal – Dos Tempos Pré-Históricos Aos Nossos Dias*. Amadora, Clube Internacional do Livro, 1998, p. 320 - 321.

³⁹⁷ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 136.

creches, cantinas e escolas, e a criação de novas associações. Outra das frentes em que a Ordem estava empenhada era a do livre-pensamento³⁹⁸.

Porém, não se pense que a vida da Maçonaria portuguesa durante a Primeira República foi um rosário de êxitos e consagrações, bem pelo contrário. Não obstante a influência que muitos dos seus membros exerciam nos mais variados níveis do poder, problemas internos de diversa ordem começaram a entenebreecer os horizontes daquela organização. Uma das razões que justificavam as divisões internas era, sem dúvida, o reflexo das disputas políticas profanas, resultantes do desaparecimento do velho Partido Republicano Português. Além disso, nem todos os maçons viam com bons olhos o desvio da espiritualidade que se vinha verificando no seio da Ordem, cada vez mais interventiva na vida política nacional, sendo ainda motivo de discórdia o facto de o grande aumento da população maçónica ter, de certo modo, promovido a iniciação de muitas pessoas que não possuíam as qualidades tidas como necessárias para ser um *irmão*.

Por outro lado, apesar do êxito da “conspiração” maçónica na implantação do novo Regime, a verdade é que o reconhecimento oficial da República constituirá um processo complexo e moroso, que ocorreria em três vagas distintas e se arrastaria por dez longos meses, com consequências graves sobre a situação internacional do país e a política interna em Portugal.

A primeira vaga é praticamente imediata e vem das Repúblicas sul-americanas, com o Brasil e a Argentina em primeiro lugar.

A segunda vaga, entre Junho e Agosto de 1911, provém da República dos Estados Unidos da América e da República Francesa. O atraso no reconhecimento tinha causas diferentes num e noutro caso: Washington procurava assegurar-se da legalidade constitucional do Regime, no sentido de guardar alguma reserva diplomática relativamente ao reconhecimento das múltiplas ditaduras latino-americanas, quebrando, assim, a doutrina Monroe, cuja tradição era o reconhecimento dos regimes “de facto”; já a França, ligada à Inglaterra pela *Entente Cordiale*, pautava-se pelas posições desta última e fez

³⁹⁸ Cf. VENTURA, António, “A Maçonaria e a República”, in: João Medina (dir.), *História de Portugal – Dos Tempos Pré-Históricos Aos Nossos Dias*. Amadora, Clube Internacional do Livro, 1998, p. 319 - 327.

depende o seu reconhecimento de todas as garantias político-institucionais que o Governo londrino exigiu ao regime republicano.

O reconhecimento de ambas as potências dá-se quando todas as garantias formais exigidas estavam cumpridas pela República portuguesa, mas o reconhecimento inglês, curiosamente, continuava a tardar, o que não deixa de nos parecer algo contraditório, tendo em conta o real contributo dos ingleses para a instauração do novo Regime em Portugal. É, pois, e mais uma vez, notória a diferença entre a tomada de posição formalmente assumida e os chamados “bastidores” da política.

A última vaga de reconhecimentos vem, portanto, da monarquia inglesa e, com ela, de todas as grandes monarquias europeias, a 11 de Setembro de 1911. Conforme o referido, Londres condicionou o reconhecimento da República a múltiplas exigências: a realização de eleições e o normal funcionamento de uma Assembleia Constituinte; posteriormente, a eleição do Chefe de Estado; e, já com o Presidente eleito e em exercício de funções, continuou a adiar o reconhecimento, invocando o contencioso entre a República portuguesa e a Igreja Anglicana em território nacional, na sequência da Lei de Separação das Igrejas e do Estado, problema que só conhece solução à data do tão esperado reconhecimento³⁹⁹.

Todavia, alerta Nuno Severiano Teixeira que este importante primeiro passo não significou, de forma alguma, a aceitação internacional do Regime. A implantação da República não alterou a orientação da política externa nem as opções estratégicas do Estado português: a aliança inglesa e o projecto colonial africano. Mas não alterou, igualmente, as ameaças e os desafios, visto que a República continuará a enfrentar os mesmos problemas com que a Monarquia se deparara, mas desta feita com maior gravidade, como veremos mais adiante⁴⁰⁰.

A Bandeira Nacional actual foi adoptada a 30 de Junho de 1911. É constituída por um rectângulo dividido verticalmente num campo de cor verde para a haste (2/5 do comprimento da bandeira) e num campo de cor vermelha

³⁹⁹ Acerca do reconhecimento internacional da República portuguesa *vide* TEIXEIRA, Nuno Severiano, “A Política Externa da Primeira República 1910-1926”, *in*: Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinho (coord.), *A Primeira República Portuguesa – Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 170 - 171.

⁴⁰⁰ Cf. *op. cit.*, p. 171.

(3/5) para o externo. Centrado na divisão das duas cores, está presente o emblema Nacional que consiste numa esfera armilar, à qual é sobreposto o tradicional escudo português.

Acerca desta escolha subsistem várias teorias. O verde e vermelho têm sido associados ao Positivismo, ao Federalismo Ibérico, à esperança e à coragem. De facto, Paulo Pizarro refere que foi discutida na Assembleia a manutenção da bandeira azul e branca sem a coroa real, solução que agradava à grande maioria dos deputados, mas que, todavia, houve um grupo de chamados maçons integralistas ou ibéricos que, advogando a união com o país vizinho, forçaram a bandeira vermelha e verde, simbolizando o rectângulo verde Portugal e a parte vermelha, que é bastante maior, a Espanha, solução que acabou por vencer⁴⁰¹.

Há igualmente especulações em como a Bandeira poderia derivar daquela da Cruz da Ordem de Cristo, vermelha sobre o campo verde, que fora usada durante a revolução de 1640, quando o país se libertou do domínio Espanhol; ou ainda a combinação desta hipótese com a malograda revolta de 1891, altura em que os republicanos adoptaram estas cores. Com efeito, o vermelho e o verde eram as cores emblemáticas do Partido Republicano Português⁴⁰².

Não falta também quem defenda que a bandeira verde e vermelha da Carbonária, com ligeiras alterações de caracteres, é a que ainda hoje simboliza Portugal; nem quem contraponha que as cores da bandeira nacional não têm relação alguma com a Carbonária, dado que esta possuía uma bandeira tricolor: azul, preta e vermelha⁴⁰³. Porém, durante a nossa pesquisa, encontrámos ambas as bandeiras como pertencentes à Carbonária...⁴⁰⁴

⁴⁰¹ Vide PIZARRO, Paulo, "Outro Mistério, outro olhar sobre a Maçonaria", in: *Magazine Grande Informação*, N° 7, Junho de 2006, p. 37.

⁴⁰² Cf. http://www.ponto.altervista.org/Lugares/Bandiere/portogallo_pt.html.

⁴⁰³ Cf. <http://abarracadacarbonaria.blogspot.com>;
<http://abarracadacarbonaria.blogspot.com/2006/05/bandeira-carbonria.html>;
<http://ocanhoto.blogspot.com/2006/10/assuntos-no-urgentes-letra-do-hino.html>.

⁴⁰⁴ Vide http://images.google.pt/imgres?imgurl=http://bp1.blogger.com/_9Hs6UDWWUQM/RvXR9CMixXII/AAAAAAAAOw/fflXBHS1eg4/s320/fratellanzacarbonaria7.0.jpg&imgrefurl=http://domcarlosprimeiro.blogspot.com/2007/09/luz-de-almeida-e-carbonria-portuguesa.html&h=212&w=320&sz=2&hl=pt-PT&start=1&tbnid=EMbQz7KsPLRPEM:&tbnh=78&tbnw=118&prev=/images%3Fq%3Dbandeira%2Bcarbon%25C3%25A1ria%26gbv%3D2%26svnum%3D10%26hl%3Dpt-PT e ABC – *Revista Portuguesa*. Ano VII – N° 359. Lisboa, 2 de Junho de 1927, p. 14 - 15.

De entre as alterações a curto prazo introduzidas na vida do país, Oliveira Marques destaca algumas medidas de carácter simbólico, que ajudaram a diferenciar das antigas as novas gerações, cavando um fosso entre o velho e o novo Regime: a supra-referida mudança de bandeira; o hino nacional, *A Portuguesa* em vez do *Hino da Carta*; a moeda, adoptando-se o escudo em lugar do real; e a reforma ortográfica, simplificando a escrita numa aproximação à fonética.

No entender do autor, “[e]mbora consideradas por muitos, então como hoje, como pormenores de somenos importância, aquelas alterações exerceram grande impacto na construção de uma barreira psicológica entre o passado monárquico e o presente republicano. E a intervenção portuguesa na [Primeira] Grande Guerra veio impor definitivamente as cores vermelha e verde como símbolos da Pátria, minorando ou de todo impedindo futuras congregações emocionais em redor da bandeira azul-e-branca”⁴⁰⁵.

A Assembleia Constituinte reuniu pela primeira vez a 19 de Julho de 1911 e a 21 de Agosto tinha a Constituição concluída. A primeira Constituição republicana é, com as mudanças impostas pelo novo Regime e novos tempos, um regresso ao espírito da Constituição de 1822, regresso que resultou de um anticartismo tradicional do movimento republicano. O órgão básico de toda a política era o Congresso da República, constituído pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Senadores e deputados eram eleitos por sufrágio universal e directo e a duração dos mandatos era de seis anos para os primeiros e de três anos para os segundos. Ao Congresso competia eleger e destituir o Presidente da República. Quanto à administração local, consagrou-se o princípio da descentralização, outra noção grata ao ideário republicano. Todavia, como a cobrança de receitas continuou centralizada, a independência das autarquias foi sempre precária. Embora nenhum artigo o estabelecesse, introduziu-se a praxe constitucional de fazer depender a permanência dos governos no poder da

⁴⁰⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira, “História de Portugal: Desde os Tempos mais Antigos até à Presidência do Sr. General Eanes – Manual para uso de estudantes e outros curiosos por assuntos do passado pátrio”, in *História de Portugal*, Vol. III, *Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. Lisboa, Palas Editores, s.d., p. 226.

Para uma descrição pormenorizada de todo este percurso de vicissitudes, ocorrido entre 1910 e 1926 vide, por exemplo, *op. cit.*, p. 71 - 260.

confiança parlamentar, porque esta confiança estava na base do mandato presidencial. Esta situação facilitou a acção de outras forças geradoras de instabilidade política. Em escassos dezasseis anos, o Regime republicano conheceu oito presidentes e quarenta e cinco Governos de diversos tipos: dezassete de um só partido, três de natureza militar, e vinte e um de coligação⁴⁰⁶!

Os primeiros anos do Regime são, do ponto de vista político, marcados pela luta entre as correntes em que o Partido Republicano se dividiu logo que conquistou o poder. Até à implantação do novo Regime, o movimento republicano dispôs de um objectivo suficientemente forte para lhe assegurar a unidade: derrubar a Monarquia. Porém, logo que a Monarquia caiu fizeram-se sentir as consequências da falta de um programa concreto.

Formaram-se, assim, duas correntes de opinião: uma exigia reformas radicais impostas por métodos igualmente radicais, apoiava-se num activo sector de opinião popular, era agressivamente anticlerical e pretendia agir depressa; a outra mostrava-se mais branda, defendia uma linha de transigência e conciliação com muitos interesses criados e tinha o apoio dos mais altos níveis da burguesia republicana. A primeira destas tendências levou à formação do Partido Democrático, encabeçado pelo *irmão* Afonso Costa; a segunda, dos Partidos Evolucionista, de António José de Almeida, e Unionista, de Brito Camacho⁴⁰⁷.

Para além da oposição das ideias e das classes, funcionou o conflito entre individualidades. O chefe do Partido Democrático tinha um talento vigoroso e uma capacidade de agir que o colocavam muito acima da generalidade do pessoal político do novo Regime, superioridade essa que fez recair sobre si os ódios políticos. Em 1913, Afonso Costa presidiu ao Governo e conseguiu dominar temporariamente a anarquia administrativa e equilibrar o orçamento, quebra-

⁴⁰⁶ Cf. PINTO, António Costa, "A Queda da Primeira República", in: Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinho (coord.), *A Primeira República Portuguesa – Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 30.

⁴⁰⁷ Para informação detalhada acerca dos partidos e grupos políticos da Primeira República, bem como das lutas político-partidárias travadas durante esse período *Vide*, por exemplo, LEAL, Ernesto Castro, "Partidos e Grupos Políticos na I República", in: João Medina (dir.), *História de Portugal – Dos Tempos Pré-Históricos Aos Nossos Dias*. Amadora, Clube Internacional do Livro, 1998, p. 287 - 318; e MARQUES, A. H. de Oliveira, SERRÃO, Joel, (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. *Portugal – Da Monarquia para a República*. Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 368 - 438.

cabeças herdado da Monarquia. A partir de então, a oposição dos outros partidos acentuou-se, ao mesmo tempo que a adesão popular se tornava mais forte.

Uma segunda fase do percurso político da Primeira República relaciona-se com a Primeira Grande Guerra, entre 1914 e 1918, que “(...) teve um natural efeito desestabilizador sobre o frágil edifício político erigido pela República”⁴⁰⁸. As forças políticas portuguesas dividiram-se. O Partido Democrático defendia a participação directa de Portugal no conflito, argumentando que era esse o único caminho para defender as colónias. Afinal, era sabido que, em 1913, chegara a estar pronto para assinatura um pacto secreto entre a Inglaterra e a Alemanha, pelo qual as duas potências dividiam o ultramar português, metade para cada uma.

A guerra suspendera a execução de tal pacto, mas o seu vencedor, fosse um ou outro, haveria de tentar apoderar-se de ambos os quinhões da nossa pátria de além-mar. A par dessa razão, havia o desejo de fazer alinhar o país no contexto europeu, o que se entendia ser exigido pelo progresso nacional. Porém, na base dos debates estavam irreduzíveis elementos ideológicos: as “esquerdas” eram pelos Aliados, que diziam representar a causa da Liberdade, enquanto que as “direitas” eram pelos Alemães, que se identificavam como a autoridade e a ordem.

No entender de Nuno Severiano Teixeira, para explicar a participação de Portugal na guerra europeia é imprescindível perceber que se tratava também de uma questão de política interna, devido ao défice de consolidação política e legitimidade nacional do Regime republicano: “(...) perante as clivagens sociais e a instabilidade política da República, só uma ameaça externa e uma intervenção militar no teatro central, com os grandes e entre os grandes, poderia justificar a unidade nacional em torno do Regime e conquistar não só os objectivos externos, mas ao mesmo tempo, a consolidação e legitimidade democrática para a República”⁴⁰⁹. Acabaríamos, pois, por alinhar com Aliados.

⁴⁰⁸ PINTO, António Costa, “A Queda da Primeira República”, in: Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinho (coord.), *A Primeira República Portuguesa – Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 34.

⁴⁰⁹ TEIXEIRA, Nuno Severiano, “A Política Externa da Primeira República 1910-1926”, in: Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinho (coord.), *A Primeira República Portuguesa – Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 174.

Espantosamente, a implantação popular do Partido Democrático era tão forte que nem o projecto de entrar numa guerra no estrangeiro provocou grandes resistências. Na opinião de José Hermano Saraiva, foram inclusive mais os entraves externos do que internos: os ingleses não admitiam que Portugal invocasse a tradicional aliança com a Inglaterra como motivo para a participação na guerra. “Se quiséssemos fazer a guerra, seria por causa nossa, não por causa da aliança”⁴¹⁰. O assunto viria a ser resolvido em 1916 com o apresamento dos barcos alemães. Conta o autor que “[a]o começar a guerra, cerca de setenta navios mercantes, surpreendidos no mar, vieram refugiar-se no Tejo, porto neutro, onde contavam escapar ao apresamento pela esquadra inglesa. Mas a Inglaterra precisou dos navios e pediu-nos que nos apoderássemos deles para depois os colocar ao seu serviço. Assim fizemos e, como se esperava, a Alemanha declarou-nos a guerra”⁴¹¹.

No início de 1917, Portugal enviou duas divisões com cinquenta e cinco mil homens para França, que ali se mantiveram até ao Armistício, em Novembro de 1918. Outras forças foram enviadas para Angola e Moçambique, que faziam fronteira com colónias alemãs e foram invadidas. A guerra assumiu aí os aspectos mais graves para o país, com cerca de cinco milhares de mortos. Isso deu-nos o direito de, na conferência da paz, alinhar entre os vencedores e obter o reconhecimento das nossas posições africanas, além de comparticipação nas pesadas indemnizações de guerra (as denominadas *reparações*) que os alemães tiveram de pagar aos Aliados.

Com a entrada na guerra, os partidos inimigos deram-se as mãos para um governo interpartidário (União Sagrada), mas a acalmia não durou muito. Em finais de 1917, as forças que se opunham à participação portuguesa na guerra (de um modo geral, os sectores da direita) desencadearam a revolução de Sidónio Pais⁴¹², que estabeleceu a ditadura. Um decreto ditatorial modificou a forma de

⁴¹⁰ SARAIVA, José Hermano, *História Concisa de Portugal*. Col. Saber, 20ª ed.. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999, p. 352.

⁴¹¹ *Op. cit.*, p. 352 - 353.

⁴¹² Sidónio Pais é, na verdade, uma das personagens mais fascinantes e, simultaneamente, enigmáticas e controversas da História Portuguesa, dada a aparente contradição da sua actividade ao longo do último ano em que viveu. Membro da Maçonaria e democrata desde que lhe é conhecida actividade política (os 15 anos de idade), seria acusado de ser ditador; republicano de primeira hora, seria acusado de favorecer os monárquicos e a restauração; militante do Partido

eleição do chefe de Estado e o maçom Sidónio foi eleito Presidente da República por sufrágio universal e directo.

Porém, essa primeira experiência presidencialista foi, também ela, efémera⁴¹³. No final de 1918, Sidónio Pais foi assassinado em Lisboa. Na agitação que se seguiu, sidonistas e monárquicos tentaram conquistar o poder. Contrariando o fracasso duas incursões levadas a efeito pelas forças monárquicas

Republicano Português e do Partido Unionista, seria acusado de pretender criar um Regime contra os partidos; dirigente de um país em guerra ao lado dos Aliados, seria acusado de germanófilo; militar, matemático e positivista, seria adorado como Messias salvador e como um novo D. Sebastião, e odiado como se de um demónio se tratasse pelos partidários da situação deposta. Ninguém melhor que Fernando Pessoa conseguiu condensar numa expressão o peculiar destino deste “meteoro político”, quando o baptizou de “Presidente-Rei”. Para uma melhor compreensão do seu percurso *vide* TELO, António José, “Sidónio Pais – A Chegada do Século XX”, *in*: Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinho (coord.), *A Primeira República Portuguesa – Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 11 - 24.

⁴¹³ Conhecido diversamente como “Sidonismo”, “Dezembrismo”, ou “República Nova”, o regime de Sidónio Pais marcou um interlúdio na Primeira República: de 7 de Dezembro de 1917 a 14 de Dezembro de 1918, Portugal experimentou uma forma de presidencialismo, estando o Parlamento subordinado ao Executivo.

O Regime de Sidónio Pais começou por ser uma união / aliança conservadora-moderada, em oposição a alguns males da República. O Portugal político estava dividido sobre o esforço de guerra e desencorajado com a crise económica, mas não estava preparado para uma reacção monárquica, nem para um presidencialismo em larga escala. Apesar de tentar a conciliação, Sidónio não podia satisfazer muitos republicanos e monárquicos, e, simultaneamente, trazer paz e união. A única instituição funcional do Dezembrismo era o próprio Presidente, sendo que as outras, ou funcionavam mal, ou, simplesmente, não funcionavam. Mais uma vez, a conspiração substituiu a participação política como actividade principal, tanto dos amigos como dos inimigos do sistema.

Para os contemporâneos, assim como para os historiadores mais modernos, os resultados da República Nova foram medíocres. Exceptuando áreas como as da produção de trigo, do abaixamento da emigração, algumas medidas e ideias de beneficência e repressão de greves, o Governo não conseguiu resolver capazmente os problemas mais importantes, tais como o défice da balança de pagamentos, a inflação, a falta de géneros alimentícios e a dívida pública. Mesmo no ramo das nomeações para a administração, Sidónio Pais esteve sempre dependente de um círculo cada vez menor de oficiais do Exército.

No fim, Sidónio teve a oposição de muitos republicanos que o abandonaram, foi ignorado e traído pelos monárquicos, que pretendiam a volta de um rei, e contrariado pelos independentes como Machado Santos, sobre as questões de trabalho. O isolado Chefe de Estado viu-se forçado a governar só, num constante estado de sítio. Fumando sem cessar, bebendo café e dormindo pouco ou nada, aos 46 anos, Sidónio ia esgotando a sua energia. Com o passar do tempo, mesmo sem as balas do assassino, seria provavelmente vítima de colapso físico ou mental, resultante do esforço para tentar reconciliar muitas repúblicas em conflito e os sonhos dos monárquicos.

A sua morte repentina e trágica forneceu material para lendas e cultos, entre esperanças, valores e ilusões estilizados. Sidónio Pais ficou sendo objecto de adoração das massas de cidadãos vulgares e, sobretudo, das mulheres, que nutriam pela sua pessoa especial devoção. Era comum a exibição da fotografia do “Presidente-Rei” em muitos lares e, segundo um proeminente dirigente do Estado Novo, Sidónio Pais era o único herói nacional republicano passível de ser comparado favoravelmente com o Dr. Salazar.

Cf. WHELLER, Douglas L., *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1978, p. 157 - 173.

em 1911 e 1912⁴¹⁴, desta vez, a Monarquia chegou mesmo a ser proclamada no Porto, a 19 de Janeiro de 1919, e é a esse breve episódio que se chama Monarquia do Norte. A tentativa monárquica provocou um reavivamento do sentimento republicano que levou ao triunfo das forças democráticas (*República Velha*, por oposição à *República Nova*, designação que os sidonistas atribuíam ao seu Regime).

O período compreendido entre 1920 e 1926 constituiu, no entender de José Hermano Saraiva, a fase mais agitada da História da Primeira República. Só em 1920 passaram pelo governo oito Ministérios. Logo no ano seguinte teve lugar a noite sangrenta de 19 de Outubro, em que foram assassinados alguns políticos de grande destaque, entre eles, António Granjo, o presidente do Ministério que nesse mesmo dia havia sido derrubado por uma revolução democrática. Os partidos imputaram-se mutuamente a responsabilidade ou a cumplicidade no crime, que teve imensa e indignada repercussão nacional.

Com o término da guerra, as questões económicas, financeiras e sociais haviam-se agravado muito e a permanente crise política impedia a sua solução. A moeda desvalorizou-se: a libra valia 7\$50 em 1919 e 127\$40 em 1924. A inflação

⁴¹⁴ As incursões monárquicas efectivadas foram apenas duas, mas a preparação de outras, que se malograram, preocupou os Governos e a opinião pública republicanos. A preceder a primeira incursão registou-se no Porto, a 28 de Setembro de 1911, uma tentativa de insurreição militar, prontamente sufocada. A primeira incursão teve lugar poucos dias depois, a 5 de Outubro. Sob o comando de Paiva Couceiro, uma coluna de três companhias e 950 homens, mas com apenas 240 armas de fogo (espingardas e pistolas), entrou em Portugal por Cova da Lua, Espinhosela e Vinhais (distrito de Bragança). Após um recontro com forças republicanas junto àquela vila, a coluna, falha de armas e munições e receando um ataque de cavalaria e artilharia, recuou para a fronteira, via Salgueiros, voltando a Espanha na madrugada do dia 7. Seguiu depois para ocidente, ao longo da fronteira entrando ainda em território nacional (Pinheiro Velho) no dia 8, saindo dele no mesmo dia, de forma completamente desorganizada.

A segunda incursão, precedida igualmente de intentonas em Barcelos (29 de Junho de 1912), Azóia, Fafe e Caldelas, registou-se de 6 a 9 de Julho de 1912. Três colunas, comandadas respectivamente pelo Tenente da Marinha Vítor Sepúlveda e pelos Capitães Mário de Sousa Dias e Paiva Couceiro, atacaram o território português. A primeira, de 142 homens, tentou assaltar Valença (6 de Julho), sendo repelida pelas metralhadoras republicanas. A segunda, de 187 homens, entrou em Portugal no dia 7 por Vila Frade e Vila Verde da Raia (concelho de Chaves). Atacada pelas forças republicanas, retirou para a fronteira. No dia imediato, regressou a Vila Verde mas teve de retirar de novo, deixando prisioneiros. A terceira, de 500 homens, com duas peças de artilharia e algumas metralhadoras, entrou por Sindim e Soutelinho da Raia (concelho de Chaves) no mesmo dia 7 de Julho, passou Sanjurje e quis entrar em Chaves (8 de Julho). Mas a cidade foi defendida pelas forças republicanas e Paiva Couceiro viu-se obrigado a retirar para a fronteira, que cruzou no dia 9, deixando mortos e prisioneiros.

Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, "História de Portugal: Desde os Tempos mais Antigos até à Presidência do Sr. General Eanes – Manual para uso de estudantes e outros curiosos por assuntos do passado pátrio", in *História de Portugal*, Vol. III, *Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. Lisboa, Palas Editores, s.d., p. 229 - 230.

galopante subverteu as pequenas economias, que em grande parte estavam capitalizadas em títulos de crédito do Tesouro, os *papéis do Estado*. Estes passaram a não valer nada e o crédito do Estado, bem como as possibilidades de recorrer ao empréstimo interno ficaram diminuídas. Em 1924, o Governo recorreu à venda da prata, que até então representara parte importante da moeda em circulação. As receitas públicas não foram actualizadas na medida da desvalorização, o que criou enormes dificuldades de tesouraria e o empobrecimento das remunerações⁴¹⁵. As consequências ao nível da organização e estratificação sociais não se fizeram esperar.

Como resultado das circunstâncias anormais causadas pela conflagração e pelos negócios irregulares, de toda a ordem, por ela incentivados, foram numerosos os pequeno-burgueses que ascenderam socialmente, ingressando na média e até na grande burguesia. Surgiram, assim, os famosos “novos-ricos”, caricaturados sem dó nem piedade na literatura e no teatro ligeiro da época. Entre aqueles que lucraram com a guerra contam-se também muitos banqueiros, industriais e comerciantes, que souberam tirar partido da situação e aproveitaram as especulações para aumentarem os seus capitais e ampliarem os seus investimentos, quer no comércio, quer na indústria, quer na propriedade fundiária.

Mas, se por um lado, houve aqueles para quem a guerra trouxe vantagens e / ou foi sinónimo de boas oportunidades, por outro, muitos mais houve para quem o conflito significou uma degradação do nível de vida, ou mesmo o declínio social. Formou-se, assim, uma outra “categoria”, por sinal bastante abrangente: os “novos-pobres”, onde se incluíam todos aqueles que viviam de rendimentos pecuniários fixos ou de difícil modificação, como os pensionistas, os juristas, os funcionários públicos, os oficiais do exército, os professores, a maioria dos empregados comerciais, e algumas categorias de operários menos favorecidos.

Na realidade, as estatísticas dos ordenados públicos, apresentadas por Oliveira Marques em *A Primeira República Portuguesa* mostram, sem sofismas, essa situação descendente: “[n]os altos quadros, o poder de compra baixou, em grandes sacões, de 100 (1914), até 22 (1921), subindo depois, mas levemente, até 44 - 45 (1925) [; n]os quadros médios, a quebra do poder de compra veio de

⁴¹⁵ Cf. SARAIVA, José Hermano, *História Concisa de Portugal*. Col. Saber, 20ª ed.. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999, p. 353 - 354.

100 (1914) para 25,6 (1920), e para 45 (1925) [; n]os escalões de baixo desceu-se de 100 (1914), para 36,2 (1919) e para 55 (1925)”⁴¹⁶.

Deste modo, a burguesia burocrática perdeu todas as características de relativa independência e altivez que uma condição de mediania ou até de bem-estar lhe emprestava nos primeiros anos da República. Abatida economicamente, prostrada enquanto grupo social, forçada a mendigar favores, a acumular empregos que lhe permitissem remediar uma situação próximo de desesperada, passou a evidenciar feições de “(...) clientela esfomeada e suplicante, disposta a vender a alma por um aumento de ordenado, sensível a toda e qualquer miragem de futuro risonho e próspero”⁴¹⁷.

Já a estratificação do chamado “povo miúdo” revela-se mais complexa. Nas cidades, sobretudo em Lisboa e no Porto, havia um pequeno núcleo de autênticos proletários, operários fabris, na sua maioria pouco instruídos, ou mesmo analfabetos, pouco conscientes da sua classe e da generalidade dos seus interesses, facilmente recrutáveis pelos outros grupos e dispostos a segui-los cegamente. Era, no entanto, entre eles que subsistia um pequeno grupo de socialistas activos, de anarquistas (mais numerosos), e até de comunistas a partir de 1918. Irmanados com eles estavam os empregados subalternos das grandes companhias de comércio e de transportes (só nos caminhos-de-ferro contavam-se cerca de 25 mil), e o baixo funcionalismo público, embora uns e outros fizessem muitas vezes figura de burgueses e compartilhassem com frequência dos interesses da classe média.

Os operários, enquadrados por organizações sindicais predominantemente anarquistas, usaram então insistentemente a greve como instrumento de luta pela melhoria do salário; muitas vezes as greves eram acompanhadas de violentas confrontações com as forças do Governo, sendo a bomba uma arma utilizada frequentemente. Apesar de tudo, genericamente, é legítimo dizer-se que o movimento operário triunfou em vários aspectos, conseguindo uma certa melhoria do nível de vida, não obstante todas as perturbações económicas, sociais e políticas que resultavam das greves. Refere Oliveira Marques que “[o] cónsul da

⁴¹⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Primeira República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*. 3ª ed.. Lisboa, Livros Horizonte, 1980, p. 44.

⁴¹⁷ *Loc. cit.*.

Grã-Bretanha em Lisboa podia escrever com alguma verdade que «não havia praticamente desemprego e que o operário nunca estivera tão bem como então». Fora ganha a batalha das oito horas de trabalho [diárias] – a lei de 1919 não foi cumprida por todos antes de 1922 – começando desde logo os sindicatos a batalha a favor do dia de seis horas, o que a quase todos parecia então utópico⁴¹⁸.

O vasto mundo dos camponeses, para além de alguns pequenos proprietários, formava uma massa amorfa, quase totalmente analfabeta, vivendo frugalmente, quando não miseravelmente, exígua em ambições, “(...) reagindo às vezes e por vagas contra a exploração pelas cidades (...)”⁴¹⁹; uma “(...) massa reduzida à condição servil e praticamente colonizada, clerical e supersticiosa na sua maioria, presa fácil da influência do padre, do senhor da terra, do cacique político e do demagogo”⁴²⁰. Era neste grande mundo – extensivo também aos pescadores – que se encontravam os mais infelizes, os mais miseráveis, os que forneceram à emigração o quase total contingente.

Tudo o que temos vindo a apontar alarmou bastante a consciência pequeno-burguesa, que era o alicerce do Regime. O Partido Democrático entrou em crise e cindiu-se em grupos rivais. Afonso Costa, desgostoso, retirou-se da actividade política directa e passou a viver no estrangeiro. A actividade dos partidos aparecia a um grande sector da opinião não como um processo de realização de uma política progressiva, mas como um obstáculo a essa mesma política. «Só a ditadura nos pode salvar» era uma opinião corrente em 1924, como se lê num artigo da *Seara Nova* desse ano. «Não se diz tal ditadura, a ditadura de tais homens, a ditadura com tal finalidade e tais processos, a ditadura apoiada em tal ou tal força nacional superior às classes, às casernas e aos partidos. Diz-se, muito simplesmente, a ditadura»⁴²¹.

O Governo do Partido Democrático, do maçon António Maria da Silva, estava já no poder havia vinte e dois meses. Era uma longevidade inadmissível para os outros partidos, ansiosos por se revezarem no Governo. As dissidências

⁴¹⁸ *Op. cit.*, p. 50.

⁴¹⁹ *Op. cit.*, p. 51.

⁴²⁰ *Loc. cit.*

⁴²¹ SARAIVA, José Hermano, *História Concisa de Portugal*. Col. Saber, 20ª ed.. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999, p. 354. Saraiva não indica a fonte exacta da notícia.

mais avançadas do Partido Democrático decidiram, portanto, recorrer a um golpe militar. A 28 de Maio de 1926, o general Gomes da Costa, um dos poucos generais que combateram na Flandres e que, por isso, tinha prestígio no exército, proclamou a revolta em Braga e depressa conseguiu a adesão de todas as tropas do Norte. O plano previa que a revolução estalaria ao mesmo tempo em Lisboa, comandada por um oficial de marinha muito embrenhado na Maçonaria e na vida política: o comandante Cabeçadas.

Na verdade, em Lisboa a intentona fracassou devido à falta de adesões, mas, em face da situação vivida no Norte, o Presidente da República chamou o comandante Cabeçadas, nomeou-o presidente do Ministério e, no dia seguinte, renunciou ao mandato presidencial. Mantinha-se, desse modo, a ficção da legalidade constitucional, porque era o Ministério no seu conjunto quem substituíra o Presidente quando este cessasse funções (por isso Cabeçadas foi nomeado ministro de todas as pastas, ou seja, foi investido na qualidade de conjunto do Ministério).

A oposição partidária não era, porém, a única parte interessada na revolução. As forças da direita também o eram e, como tal, trataram de agir imediatamente sobre os chefes militares com o intuito de que estes pusessem termo não só à hegemonia do Partido Democrático, mas também ao próprio governo dos partidos, quaisquer que eles fossem. As tropas continuaram a avançar rumo a Lisboa, já depois da renúncia do Presidente, isto é, já depois de atingido o objectivo inicial. O pretexto era uma parada nas ruas da capital, mas a verdade é que depois da parada ficaram acampadas em redor da cidade e, a 17 de Junho, voltaram a entrar em Lisboa, desta feita para impor a demissão do Presidente do Ministério, em quem viam o último representante do antigo Regime. Assim teve início a ditadura militar que vigorou de 1926 a 1933.

Posto isto, parece-nos pertinente proceder a uma espécie de 'balanço', ou, se preferirmos, a uma 'avaliação' da Primeira República, considerando as diversas opiniões existentes acerca deste assunto, das quais daremos conta em seguida.

3.3. A Primeira República – Um ‘Balanço’

“A política é a arte do possível”⁴²².

“Pode dizer-se que em vez de se ensinar a História aprendendo com as vitórias, uma nação aprenderia muito mais se estudasse as suas derrotas”⁴²³.

A obra da Primeira República (1910 - 1926) foi julgada de formas diferentes⁴²⁴. Para uns, foi um período totalmente negativo, repleto de radicalismo, que substituiu a autoridade pela demagogia, desorganizou o aparelho do Estado, tornando-o incapaz de resolver problemas reais, empobreceu o país, retardou o progresso económico, agravou a dependência semicolonial em relação à Inglaterra, e se resumiu a uma “(...) irresponsável palradeira parlamentar entrecortada por páginas sangrentas (...)”⁴²⁵. Para outros, foi uma época de agitação fecunda e criadora que fez a primeira experiência de governação democrática, interessou o povo no processo político, deu passos definitivos e inovadores na legislação relativa à família e ao ensino, proporcionando, ainda que de modo limitado, alguma equidade de direitos e oportunidades a homens e mulheres, defendeu os domínios ultramarinos da avidez das grandes potências da época pelo corajoso preço da participação na Primeira Grande Guerra e permitiu a formação da mentalidade política civilizada e progressiva revelada pelos intelectuais da *Seara Nova*⁴²⁶.

⁴²² Otto von Bismarck (1815 - 1898), in MARTINS, Miriam, *Citações Famosas para Todas as Ocasões*. 3ª ed., Cruz Quebrada, Editorial Notícias, 2005, p. 13.

⁴²³ Edward de Bono (N. 1933), in *op. cit.*, p. 62.

⁴²⁴ Cf. SARAIVA, José Hermano, *História Concisa de Portugal*. Col. Saber, 20ª ed.. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999, p. 355 - 356.

⁴²⁵ *Op. cit.*, p. 355.

⁴²⁶ Acerca das reformas levadas a efeito pelo grupo Seara Nova vide SERRA, João B., “O Sistema Político da Primeira República”, in: Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinho (coord.), *A*

Conforme referimos anteriormente, de entre os pontos essenciais que o Partido Republicano inscrevera no seu Programa, o da família constituía um dos mais importantes. Defendia alguma liberdade para a mulher e a protecção legal para os filhos. Proclamava alguns dos princípios mais avançados que pela Europa e pela América se advogavam então no discurso e na prosa, quando não já na lei.

A condição da mulher portuguesa, como da de todos os países mediterrâneos era de profundo atraso. Em 1911, 77,4% das portuguesas maiores de sete anos eram analfabetas. Imersas em ignorância, as mulheres representavam “(...) presa fácil para padres fanáticos, bruxas, videntes, charlatães e demagogos”, constituindo, no entender dos republicanos, uma “(...) força perigosa actuando nos bastidores com sua influência sobre maridos e filhos, um veículo de resistência ao progresso”.⁴²⁷

Assim o entendiam os reformadores sociais e educacionais que, mediante uma lenta, mas persistente campanha, procuravam promover uma gradual emancipação feminina. Contaram com a preciosa ajuda de um pequeno grupo de mulheres, inteligentes e instruídas, que pugnavam pelo mesmo fim ainda com mais determinação e conhecimento de causa. A “Liga Republicana das Mulheres Portuguesas”, fundada em 1909, e dirigida por mulheres enérgicas e cultas (como Ana de Castro Osório e Adelaide Cabete – ambas membros da Maçonaria –, Maria Veleda, entre outras) desempenhou um notável papel na persecução desse objectivo, mau grado o escasso número das suas filiadas (inferior a quinhentas em 1910). A Liga batia-se por novas leis sobre a mulher, a esposa e a criança, tais como a igualdade de direitos entre o marido e a mulher, a autonomia económica da esposa, a igualdade de direitos perante a lei, o estabelecimento do divórcio, além de todo um programa educativo destinado ao sexo feminino. Proclamada a República, a Liga lutou também pela concessão do direito de voto à mulher, e houve até quem preconizasse o serviço militar obrigatório para ambos os sexos.

Primeira República Portuguesa – Entre o Liberalismo e o Autoritarismo. Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 127 - 129.

⁴²⁷ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Primeira República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*. 3ª ed.. Lisboa, Livros Horizonte, 1980, p. 51 - 52.

Como vimos, o novo Regime trouxe consigo algumas medidas muito interessantes e altamente progressivas. Por exemplo, a Lei de 3 de Novembro de 1910 estabeleceu o direito ao divórcio para todos, sem curar da forma do casamento, considerando marido e mulher iguais no que respeita aos seus efeitos, e duas leis promulgadas no dia de Natal do mesmo ano (que a República denominara Festa da Família) tornaram o casamento civil obrigatório, concederam direitos iguais a ambos os sexos no casamento e protegeram os direitos legais dos filhos (nos casos de legitimidade, ilegitimidade e adopção).

Em 1911 foi nomeada a primeira mulher professora universitária, Carolina Michaellis de Vasconcelos. A lei eleitoral de 1911 era ambígua relativamente à concessão do direito de voto ao sexo feminino, visto não especificar o sexo dos “cidadãos” eleitores, o que levou uma médica a solicitar ingresso nos cadernos eleitorais, a ser inscrita como votante e a votar efectivamente nas eleições de 1911. Contudo, a lei eleitoral de 1913 negou o direito de voto às mulheres, que só muito mais tarde, já no Estado Novo, lhes seria concedido, mas ainda de forma limitadíssima.

Como refere Saraiva, o antagonismo radical destas interpretações reflecte conflitos ideológicos insuperados, impeditivos da formação de uma imagem integradora e explicativa, independente de preconceitos valorativos. É, aliás, tendência geral, em relação aos períodos recentes da História, usar-se mais o sentimento do que a aritmética e preferir-se a reacção emotiva, que vai da hipérbole pueril ao insulto primário, aos juízos baseados nos factos, isentos, serenos e informados.⁴²⁸ De qualquer modo, parece-nos inegável que em Maio de 1926 o sistema parlamentar mais desregrado da Europa acabava de dar à luz o regime autoritário mais longo da Europa⁴²⁹.

Afinal, por maiores que tivessem sido as perturbações causadas pela acção dos monárquicos com vista ao desgaste da República, tanto em manobras de conspiração, como em campanhas doutrinárias, essa realidade não é

⁴²⁸ Cf. SARAIVA, José Hermano, *História Concisa de Portugal*. Col. Saber, 20ª ed.. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999, p. 356.

⁴²⁹ Cf. WHELLER, Douglas L., *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1978, p. 17.

suficiente para justificar a instabilidade política e social em que a Primeira República se viu mergulhada.

Aliás, parece-nos, tal como a Joaquim Veríssimo Serrão⁴³⁰, que a imagem de uma oposição monárquica que minou o edifício da República, impedindo a obra de regeneração nacional que esta se propunha concretizar não tem hoje cabimento à face da História. Com as incursões de 1911 e 1912 foi precisamente o fenómeno inverso que ocorreu, devido aos receios da iminência de uma guerra civil, que se fizeram sentir em muitas camadas da população e que concorreram para o alargamento da base de apoio do Regime vigente. O mesmo sucedeu aquando da proclamação da Monarquia do Norte, no início de 1919, em que a adesão à Monarquia de muita gente dos distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu não correspondeu a um movimento capaz de pôr em causa as instituições republicanas.

Por outro lado, o facto de muitos sectores leais à Coroa terem apoiado a experiência governativa de Sidónio Pais, bem como os golpes que precederam o 28 de Maio, também não prova a força como alternativa dos que aspiravam à restauração do Trono em Portugal, mas antes a fraqueza das instituições a que cumpria defender os ideais do 5 de Outubro.

Na verdade, para além de Afonso Costa, foram vários os dirigentes que se afastaram da vida pública ou da actividade partidária quando sentiram os seus ideais desfeitos ou adulterados pelo populismo das massas seguidoras do Regime. O Presidente Arriaga viu-se obrigado a resignar para evitar a humilhação de ser deposto. Depois do 5 de Outubro, o vencedor da Rotunda fundou um jornal para defender a República das máculas que principiavam a atingi-la. O Comandante Carlos da Maia não escondia o desalento: “[u]ma [R]evolução pode mudar as instituições, mas em nada alterou o *carácter* dos homens. Eles continuarão a ser o que eram: perversos e imbecis”⁴³¹. O Dr. Eduardo de Abreu, deputado republicano no tempo da Monarquia, seguiu Manuel de Arriaga e

⁴³⁰ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. XI. Lisboa, Verbo, 1989, p. 18 - 19.

⁴³¹ Carta a João Chagas, Lisboa, 17 de Junho de 1911, publicada em *Correspondência Literária e Política com João Chagas*, Vol. I, Lisboa. 1957, p. 204. Em Fevereiro de 1912, Carlos da Maia escrevia ao nosso primeiro ministro em Paris: “[r]aios partam a Revolução e a República e os homens que a fingem servir”. Idem, Vol. II, p. 77 - 78. Vide SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. XI. Lisboa, Verbo, 1989, p. 19.

afastou-se, desgostoso, da vida partidária. Integraram o primeiro elenco do Governo sidonista dois fundadores da República: o médico António Aresta Branco na pasta da Marinha e o engenheiro Francisco Xavier Esteves na do Comércio e, mais tarde, na das Finanças.

Um dos mais flagrantes casos de desilusão foi o do Dr. José Jacinto Nunes (1839 - 1931), advogado e proprietário em Grândola, que gozava de grande prestígio social e político no Baixo Alentejo. Companheiro de Arriaga, era em 1910 o decano dos membros do Partido Republicano Português. Fora, em 1870, candidato pelo círculo de Setúbal e, em 1893, eleito deputado por Lisboa, vindo a integrar um dos Directórios. Pessoa de grande tolerância, a ele ficou a dever-se, em 1921, um projecto de amnistia aos monárquicos abrangidos pelas leis da República. Antes de falecer declarou ter as “ilusões perdidas” quanto ao projecto reformista que sonhara para Portugal⁴³².

De amargura foram, igualmente, os últimos anos de João Chagas (1863 - 1925), activo propagandista do novo Regime e que fora o primeiro ministro na Legação de Paris. A um ano da sua morte confessava o desejo de dizer aquilo que realmente pensava “(...) das coisas e dos homens da nossa terra”⁴³³, na sentida frustração de quem não tinha quaisquer ilusões no que concerne ao fracasso da República.

A desilusão pela marcha acidentada da República verificou-se noutros republicanos históricos, alguns dos quais membros do Directório que preparou o 5 de Outubro. O Dr. Eusébio Leão deixou o Governo Civil de Lisboa para, em 1912, ir ocupar a Legação Portuguesa no Quirinal, onde “(...) preferiu ser um espectador magoado da erosão que atingia o Regime”⁴³⁴. O Professor Inocêncio Camacho Rodrigues foi nomeado governador do Banco de Portugal, cargo que manteve até depois do 28 de Maio e sem que o seu republicanismo sofresse qualquer mancha.⁴³⁵ O honesto camachista José Barbosa, embora continuando na actividade partidária, mostrou-se cada vez mais céptico em relação ao futuro do

⁴³² Cf. *op. cit.*, p. 19 - 20.

⁴³³ *Op. cit.*, p. 20.

⁴³⁴ *Loc. cit.*

⁴³⁵ Cf. *loc. cit.*. Sobre a actuação de Inocêncio Camacho à frente do Banco de Portugal veja-se a excelente análise de João de Sousa da Câmara, na obra intitulada *República, Heróis e Ídolos*. Lisboa, 1980, p. 63 - 71.

Regime.⁴³⁶ Por seu turno, Porfírio Rodrigues, um dos responsáveis militares pelo golpe republicano de 5 de Outubro de 1910, declara, logo em 1912, a Joaquim Madureira⁴³⁷: “[s]e eu soubesse que a República que tinha idealizado era a porca que me saiu, não me tinha sacrificado”⁴³⁸.

De entre tantos outros testemunhos de desalento, não pode omitir-se o de Guerra Junqueiro, em finais de 1911: “[j]á hoje, se fosse possível fazer um plebiscito ao país, não com papéis mas dentro da consciência de cada um, na escuridão do seu quarto, a maioria monárquica era esmagadora. Havia menos republicanos do que antes do 5 de Outubro”⁴³⁹. Para o poeta, em 1920, “(...) a República, à força de tanto rabujar, aos dez anos já estava uma velha! (...) [e] já que o [R]egime não podia ser uma [R]epública heróica, fosse ao menos uma mercearia ordenada”⁴⁴⁰. Junqueiro chega mesmo ao ponto de afirmar que “os piores bandidos não estão na cadeia, estão na política (...)”⁴⁴¹.

Refira-se, enfim, Anselmo Braancamp Freire, aristocrata que aderira à República em 1908, fora o primeiro Presidente do Congresso e veio a falecer em 1921, angustiado com a trajectória do Regime para cuja implantação contribuíra⁴⁴².

Segundo Serrão, poderia colocar-se aqui a questão da “adesivagem”, tão argutamente estudada por João Medina, que atribuiu grande parte das maleitas da República à adesão maciça de antigos monárquicos ao jovem Regime⁴⁴³.

⁴³⁶ José Barbosa (1859 - 1923) era perito em questões financeiras e ultramarinas. Fora deputado às Constituintes, integrou o Partido Evolucionista e foi ministro das colónias no segundo Gabinete de Domingos Pereira, em 1920. Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. XI. Lisboa, Verbo, 1989, p. 21.

⁴³⁷ Autor de *Na Ferosa Estrivaria*, livro publicado em 1912 e que deve o seu título à forma como Francisco Xavier de Oliveira, o Cavaleiro de Oliveira, escritor contemporâneo do Marquês de Pombal, definiu Lisboa, enquanto cidade bonita mas desordenada. Esta estranha escolha de título denota também a desilusão que a República constituía já para Madureira. Cf. FERNANDES, Ferreira, FERREIRA, João, *Frases que Fizeram a História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 200.

⁴³⁸ *Vide loc. cit.*

⁴³⁹ BRANDÃO, Raul, *Memórias*, 2ª ed., Vol. II. Lisboa, s. d., p. 145. *Vide* SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. XI. Lisboa, Verbo, 1989, p. 20.

⁴⁴⁰ BRANDÃO, José, *Carbonária – O Exército Secreto da República*. Lisboa, Publicações Alfa, S.A., 1990, p. 111.

⁴⁴¹ *Loc. cit.*

⁴⁴² Cf. BRANDÃO, Raul, *Memórias*, 2ª ed., Vol. II. Lisboa, s. d., p. 145. *Vide* SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. XI. Lisboa, Verbo, 1989, p. 20.

⁴⁴³ A este respeito *vide* MEDINA, João, “O Fenómeno da Adesivagem às Novas Instituições”, *in* *História contemporânea de Portugal*, Dir. João Medina, Vol. I, p. 85 - 124.

De facto, logo após o 5 de Outubro deu-se a filiação nos novos grupos políticos, bem como a iniciação nas sociedades ditas secretas⁴⁴⁴, de centenas de pessoas que haviam servido a causa real, o que não repugnava os republicanos. Citando Machado Santos: “[é] preciso não praticar injustiças. Ninguém possui a pretensão estulta de querer que a República seja unicamente para os republicanos. Só os dementes poderiam conceber tal propósito”⁴⁴⁵. Porém, o fenómeno que, na época, se chamou dos “adesivos”, atingiu tal envergadura que não tardariam a ouvir-se sérios queixumes contra “(...) esse bando de abutres que vêm para a República trazendo em suas malas todos os vícios de oitenta anos de constitucionalismo”⁴⁴⁶.

De acordo com Joaquim Veríssimo Serrão, se o processo de transmigração ideológica suscita, no âmbito da história das mentalidades, múltiplos reparos de aviltamento moral, não pode, todavia, deixar de merecer um rápido exame quanto à natureza de quem o praticou e à dimensão social que atingiu. Explica o autor que “[a]ceitar um novo [R]egime não é desonra para quem serve funções públicas ou não tem recursos para assumir o protesto da dignidade ferida”⁴⁴⁷, sendo que o vilipêndio advém apenas de, com a nova opção, se negarem vínculos com o passado, tanto nas convicções expressas, como nos serviços que a causa vencida mereceu. “A filiação adrede feita em organizações partidárias ou o repúdio de um ideal de que se colhera proveito (...) só confirmam a vileza da alma humana, fenómeno corrente em 1910 [,] como nos nossos dias. Foi incontável o número de antigos monárquicos que assim procederam e que tanto se inseriam ao nível do povo comum, como no quadro dos dirigentes da República”⁴⁴⁸. O que não pode aceitar-se é que os novos aderentes quisessem sabotar o novo

⁴⁴⁴ Relativamente a este assunto vide DIAS, João José Alves, “A República e a Maçonaria (O Recrutamento Maçónico na Ecloração da República Portuguesa)”, in *Nova História, 1ª República Portuguesa*, nº 2, Dezembro de 1984, p. 31 - 73.

⁴⁴⁵ *O Intransigente*, Dir. Machado Santos, nº 14. Lisboa, 25 de Novembro de 1910, p. 1. Vide SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. XI. Lisboa, Verbo, 1989, p. 20.

⁴⁴⁶ “Aderentes e Adesivos” in *O Intransigente*, Dir. Machado Santos, nº 22. Lisboa, 4 de Dezembro de 1910, p. 1. Vide SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. XI. Lisboa, Verbo, 1989, p. 20.

⁴⁴⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. XI. Lisboa, Verbo, 1989, p. 20 - 21.

⁴⁴⁸ Os casos de Ferreira do Amaral, João Arroio, José de Alpoim e Teixeira de Sousa, que, clara ou encobertamente, aderiram à República, foram estudados por António Cabral, em *Os Culpados da Queda da Monarquia*. Lisboa, 1946, p. 69 - 204.

[R]egime, porque [,] com a dupla traição [,] deixavam de receber benefícios de uma República que tão generosamente os acolhera”⁴⁴⁹.

No entanto, o facto de assinalarmos a triste realidade de quem, depois do 5 de Outubro ou perante a sua inevitabilidade, trocou um figurino por outro, não deve permitir-nos olvidar a integridade e a atitude de grande nobreza de personalidades gradas à Monarquia que se retiraram da vida pública ou não renegaram o seu ideal. Seria uma tarefa hercúlea enumerar tantas afirmações de carácter da parte de antigos Ministros, de aristocratas, de elementos do Exército e da Marinha, de homens de letras, e até de funcionários públicos que solicitaram a aposentação. Limitamo-nos, portanto, a apontar alguns exemplos: o Comandante Paiva Couceiro recusou o convite para o cargo de Inspector na província de Angola; o escritor Ramalho Ortigão mandou entregar as chaves da Biblioteca da Ajuda a Teófilo Braga e informou Henrique Lopes de Mendonça da sua demissão de sócio da Academia das Ciências; o antigo Ministro Conde de Paçô Vieira instalou-se na sua quinta em Fafe, onde passou a viver no mais absoluto isolamento, entregue aos filhos e às flores; os Conselheiros Aires de Ornelas e João de Azevedo demitiram-se das Forças Armadas; e o Tenente Júlio da Costa Pinto, que se cobrira de louros na campanha dos Dembros, quebrou ostensivamente a espada⁴⁵⁰.

Havia também quem buscasse justificação para os problemas da República na sua curta vigência. Assim, o renomado jornalista Acácio de Paiva defendia, em 1918, que as grandes convulsões políticas levavam tempo a estabilizar nos organismos sociais, e que Portugal não pudera escapar a essa natural evolução, visto o programa de 1910 não haver ainda produzido os frutos do reajustamento proposto. Sucedia, porém, que o equilíbrio entre nós demorava em demasia, devido à mistura dos ideais sinceros com as ambições incontidas, fenómenos que Paiva considerava não serem mais do que “(...) exteriorizações supérfluas, espécie de detritos dum organismo que se depura e que os há-de repelir para sempre (...)”⁴⁵¹. A dúvida vinha apenas de, ao lado dos verdadeiros idealistas, empenhados no triunfo da República, surgirem os chamados “aproveitadores” do

⁴⁴⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. XI. Lisboa, Verbo, 1989, p. 21.

⁴⁵⁰ Cf. *op. cit.*, p. 21 - 22.

⁴⁵¹ *Vide op. cit.*, p. 22.

Regime, que eram os culpados dos graves tumultos que o atingiram; o fenómeno do clientelismo tornara-se habitual nos diversos órgãos do Estado, elevando-se ao ponto de os responsáveis não poderem actuar sem a cobertura, frequentemente indesejável, dos grupos que se arrogavam a posse da soberania popular.

Passados dois anos, o mesmo jornalista atribuía à “crise de incompetências” as razões da instável situação política com que o país se debatia. Era de opinião que os homens da República não tinham qualquer experiência dos assuntos do Estado, pelo que não poupava os seus responsáveis: “[e]nfim, se consultarmos isoladamente os cidadãos, não há nenhum que não aponte imediatamente uma panaceia eficaz, julgando-se habilitado a sobraçar uma pasta ministerial: *Ah!, se eu fosse [G]overno!...*”⁴⁵² – para seguidamente se mostrar implacável na crítica: “[e] chega às vezes a ser [G]overno, mas então dá-se um fenómeno inesperado: não põe em prática o que tanto preconizou, e dá, dentro de pouco tempo, a impressão da tal incompetência que criticava nos outros (...) [.] À força do palavreiro, os salvadores da Pátria esgotaram todas as energias. E se pallassem menos?”⁴⁵³. Foi precisamente o vazio político, com a falta de um programa pedagógico, que, a partir de 1921, os mentores da *Seara Nova* denunciaram repetidas vezes como sendo um dos germes destruidores do Regime.

Terá de concluir-se do exposto que a Primeira República não deixou um legado de administração em muitos pontos válido? De modo algum! Impõe-se reconhecer que as vicissitudes políticas e as carências financeiras não impediram o Regime de alterar a fisionomia do país com algumas medidas sãs em benefício da população. Assim, aumentou a rede de estradas, de saneamento básico, de iluminação eléctrica, de comunicações postais, telegráficas e telefónicas; fortaleceu-se a Marinha de Guerra, necessária para a defesa da nossa soberania dispersa pelo mundo; ampliou-se a frota mercante, tendo em vista o desenvolvimento das relações comerciais com outros países; promoveram-se novas fontes de energia, foram construídas pontes e valorizou-se o subsolo; os municípios obtiveram apoio estatal para a valorização das condições urbanas; e

⁴⁵² *Ilustração Portuguesa*, nº 730, Lisboa, 16 de Fevereiro de 1920, p. 121. Vide SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. XI. Lisboa, Verbo, 1989, p. 22.

⁴⁵³ *Idem*.

os meios rurais, graças também ao valimento dos chefes políticos regionais, viram melhoradas as condições de subsistência e de trabalho⁴⁵⁴.

Por outro lado, a reforma do ensino levada a cabo em 1911, mérito do *irmão* António José de Almeida, concretizou-se na melhoria da instrução pública, bem como no seu alargamento a amplos sectores populacionais, enquanto que a legislação relativa à família constituiu um enorme progresso. De igual modo, cumpre referir a obra financeira realizada pelo também maçom Afonso Costa, em 1913, que permitiu reequilibrar as contas do Estado.

Não obstante a implementação destas medidas, pode afirmar-se que a participação na Primeira Guerra Mundial, com as obrigações decorrentes das hostilidades em África e na França, fez abrandar o ritmo da actividade governativa, quando não a paralisou por completo com Executivos de curta duração. Por mais louváveis que fossem as intenções dos Ministérios posteriores ao sidonismo, a partir de 1920 o projecto reformista do período compreendido entre 1910 e 1916 sofreu uma grave quebra, com as condições menos propícias para a obra de Administração Pública em que alguns estadistas estavam empenhados. E, verdade seja dita, o pós-guerra trouxe aos principais Estados europeus problemas sérios ao nível político-social, que se reflectiram em Portugal quer na manutenção da ordem, quer no campo financeiro, ou ainda no que concerne às relações entre o capital e o trabalho⁴⁵⁵.

É indiscutível que a Primeira República tinha-se imbuído do sonho de regenerar a vida portuguesa, pelo que é justo reconhecer “(...) a onda de idealismo que animava os seus principais mentores”⁴⁵⁶. No entanto, não logrou sobreviver, imersa nas contradições que ela própria gerou.

De entre essas contradições, assume especial relevo o anticlericalismo exacerbado, ou, se preferirmos, o jacobinismo, um dos maiores erros em que incorreram os republicanos. Numa sociedade profundamente catolicizada como a portuguesa, a expulsão das ordens religiosas souo a intolerância e exagero.

⁴⁵⁴ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. XI. Lisboa, Verbo, 1989, p. 21 - 22.

⁴⁵⁵ Para uma visão de conjunto *vide*: FERRÃO, Carlos, *A Obra da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, 1966; FERREIRA, David, *História Política da Primeira República Portuguesa (1910 - 1915)*, partes I e II. Lisboa, 1973; FERREIRA, David, *História Política da Primeira República Portuguesa (1915 - 1917)*, Lisboa, 1981; e REGO, Raul, *História da República*, vols. II a V, Lisboa, 1986 - 1987.

⁴⁵⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. XI. Lisboa, Verbo, 1989, p. 23.

Tratou-se de um acontecimento infeliz, doloroso, sem precedentes. Será, pois, sobre esta importante dimensão político-cultural da Primeira República que reflectiremos de seguida.

3.4. O Anticlericalismo

“Na questão religiosa, o erro de ambos [Afonso Costa e Bernardino Machado] é formidável”⁴⁵⁷.

“Era uma Senhora vestida de branco, mais brilhante que o Sol...”⁴⁵⁸.

A riqueza da temática anticlerical tem vindo a ser o motor de amplos e importantes estudos desenvolvidos por diversos autores e investigadores,

⁴⁵⁷ José Relvas, em 1911, criticando o radicalismo anticatólico vigente sobretudo na primeira fase da Primeira República. Nas suas *Memórias Políticas* (publicadas apenas em 1977), Relvas, o proclamador do novo Regime, denota um sentimento de desilusão perante a deriva radical da República, provocada pelo anticlericalismo extremo de Afonso Costa e Bernardino Machado: “[o] desengano foi cruel para os velhos e sinceros republicanos, como o foi também para os partidários da Monarquia inspirados em sentimentos profundamente patrióticos. Aqueles dois homens [Bernardino Machado e Afonso Costa] fizeram uma obra de divisão, atacaram crenças, costumes e tradições, que eram e são inseparáveis do sentimento nacional; radicaram um regime faccioso, proclamando uma República privativa duma parte da Nação e foram assim os maiores agentes da obra liberticida que veio a ser a característica da República, na sua pior fase! (...) [o] clero tornou-se um dos maiores inimigos da República”. Vide FERNANDES, Ferreira, FERREIRA, João, *Frases que Fizeram a História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 199.

⁴⁵⁸ A pastorinha Lúcia, em 1917, descrevendo o que vira no cimo de uma azinheira. A 13 de Maio de 1917, três pastorinhos apascentavam ovelhas na Cova da Iria, em Fátima. Lúcia, de dez anos, e os seus primos Francisco e Jacinta, de nove e sete anos respectivamente, afirmam ter visto uma Senhora sobre uma azinheira, Senhora essa vinda do céu. Lúcia vê, ouve e dialoga. Jacinta vê e ouve, mas não fala. Francisco apenas vê. As crianças garantem que as aparições se sucedem.

Portugal vivia há sete anos em República, Regime que atingira, por vezes de forma brutal, os interesses da Igreja Católica. As “aparições de Fátima” rapidamente assumem impacto nacional, tornando-se uma questão política. A 13 de Outubro de 1917, uma multidão avaliada por alguns em setenta mil pessoas reúne na Cova da Iria onde Lúcia prometera um milagre público, para que não a tomassem por intrujona. É o “Milagre do Sol”: “(...) o sol tremeu, descrevendo súbitos movimentos incríveis, feitos fora de qualquer lei cósmica – o sol ‘dançou’, de acordo com a expressão típica das pessoas”, escreveu, no dia seguinte, o jornalista Avelino de Almeida, enviado do jornal *O Século*. O seu testemunho será sempre invocado pelos defensores dos milagres de Fátima, já que ele era apresentado como um descrente. Todavia, não era bem assim. Almeida era um antigo seminarista que começara a sua actividade jornalística na imprensa católica, e, se nos últimos anos da Monarquia fundara o semanário *A Lanterna*, que criticava a hierarquia eclesiástica, com os excessos anti-religiosos da República reaproximara-se da Igreja.

Os pastorinhos tiveram destinos diversos. Os irmãos Marto foram vítimas da *influenza*, a epidemia de gripe que assolou a Europa desde 1918: Francisco faleceu em 1919, e Jacinta no ano seguinte. Ambos seriam beatificados no ano 2000, pelo Papa João Paulo II, um crente fiel de Fátima (acreditava ter sido miraculado por Nossa Senhora de Fátima quando foi baleado na Praça de São Pedro e se salvou). Já Lúcia, depois de ter entrado para um convento de Doroteias, em Tuy, na Galiza, em 1925, regressou a Portugal, onde se recolheu no Carmelo de Santa Teresa, em Coimbra. Aí morreu, em Fevereiro de 2005, poucas semanas antes de João Paulo II.

Cf. *op. cit.*, p. 202 - 203.

nomeadamente na Universidade de Aveiro, através do grupo de Estudos Culturais do Departamento de Línguas e Culturas, que desde há vários anos se dedica ao estudo da História e Discurso do Anticlericalismo Português. Destaque-se, a título de exemplo, os trabalhos da autoria do Professor Doutor Luís Machado de Abreu, ou aqueles realizados sob a sua coordenação⁴⁵⁹.

É também de salientar o produto da investigação levada a cabo por Maria Lúcia de Brito Moura, no âmbito da sua tese de Doutoramento, que constitui um valioso e completíssimo documento acerca da “guerra religiosa” que se verificou no nosso país, não só durante a Primeira República, mas também ao longo das décadas que a precederam⁴⁶⁰. Ora isto é por demais importante se, como Abreu, levarmos em conta que é entre 1850 e 1926 que decorre o ciclo mais agitado, mais intenso e textualmente mais produtivo da história anticlerical portuguesa⁴⁶¹.

Foram, na verdade, inúmeros os autores que, de modo mais ou menos aprofundado e com maior ou menor distanciamento temporal, se debruçaram sobre a questão anticlerical durante este período. Por outro lado, estamos conscientes de que este assunto mereceria, por si só, uma nova dissertação, pelo que não ousamos pretender “esgotá-lo” nesta nossa breve abordagem, procurando apenas contribuir com alguns elementos essenciais para uma melhor compreensão do protagonismo que o fenómeno anticlerical adquiriu no cenário da Primeira República, nas suas conexões com a Ordem maçónica.

Com efeito, julgamos poder afirmar que a temática em causa desde cedo suscitou “paixões” relativamente “inflamadas” e que não se dissipariam no tempo, emergindo com novo fulgor em períodos mais ou menos intercalados. Assim, já em 1913 a questão religiosa na recém-criada República era amplamente discutida por autores como Bazilio Telles e Abúndio da Silva⁴⁶². Ambos rejeitam o

⁴⁵⁹ Vide, entre outros trabalhos, ABREU, Luís Machado de, *Ensaios Anticlericais*. Lisboa, Roma Editora, 2004; ABREU, Luís Machado de, “Viagem à Volta da Noção de Anticlericalismo”, in Luís Machado de Abreu (coord.), *Variações Sobre Tema Anticlerical*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2004, p. 9 - 18; e LEANDRO, Sandra, “Um Riso Fácil? A Caricatura Anticlerical de Rafael e Gustavo Bordalo Pinheiro”, in Luís Machado de Abreu (coord.), *Incidências Anticlericais*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2006, p. 115 - 132.

⁴⁶⁰ Vide MOURA, Maria Lúcia de Brito, *A Guerra Religiosa na Primeira República*. Cruz Quebrada, Editorial Notícias, 2004.

⁴⁶¹ Cf. ABREU, Luís Machado de, *Ensaios Anticlericais*. Lisboa, Roma Editora, 2004, p. 42.

⁴⁶² Vide SILVA, Manuel Abúndio da, *Política Religiosa – Resposta a uma Crítica*. Braga, Cruz & C.^a – Livreiros-Editores, 1913; e TELLES, Bazilio, *A Questão Religiosa*. Porto, Livraria Moreira – Editora, 1913.

radicalismo característico da época, sendo que este último reitera, em resposta a uma crítica, a sua posição relativamente à postura a adoptar pelos católicos perante o jovem Regime: a da aceitação do poder constituído. Abúndio Silva defende a sua tese apoiando-se no exemplo francês e na política implementada pelo Papa Leão XIII. Ainda no mesmo ano, Sílvio Pélico de Oliveira Neto dissertava acerca do catolicismo e do seu papel no progresso das sociedades humanas, enquanto que, em 1921, Cunha e Costa tecia rasgados elogios a Sidónio Pais e às políticas por este seguidas (que, como veremos, trouxeram uma certa acalmia à Igreja portuguesa), fazendo o contraponto com Afonso Costa, que surge como uma figura praticamente “diabolizada”⁴⁶³.

A propósito do que entendia como “phobia religiosa da Republica Portuguesa”, vocifera Cunha e Costa a determinada altura:

“[o] *dádá* da grande maioria dos republicanos portuguezes, desde os chamados tempos da propaganda, foi o odio a todas as religiões e, em especial, á Religião Catholica.

Assim, com excepções rarissimas, os donos d’esta republica são atheus ou, como elles dizem, *livres-pensadores*, mentalidade que consiste em pensar inteiramente o contrario do que a Nação pensa desde Raymundo e Henrique de Borgonha.

São atheus ou *livres-pensadores*, e, mercê da sua espantosa ignorancia de todo o movimento de ideias posterior a 1789, atheus como o foram os grandes demagogos do terrorismo francez. (...) Quem se tiver dado ao trabalho de compulsar a Lei da Separação e demais diplomas expedidos pelo Ministerio da Justiça e Cultos desde a proclamação do novo regimen, quem tiver acompanhado, na imprensa diaria, os debates parlamentares e a attitude das auctoridades administrativas quanto ás relações entre o Estado e a Egreja, facilmente verificará que, embora decorrido mais de um seculo sobre a Revolução Franceza, a mentalidade dos nossos jacobinos é a dos homens do Terror, chegando até á copia servil das medidas por elles promulgadas. Em mais de um caso nem a redacção varia. De um modo geral, em materia religiosa (e no resto!) a Republica Portugueza é a primeira Republica Franceza, traduzida em lingua de preto e interpretada por curiosos.

⁴⁶³ Vide NETO, Sílvio Pélico de Oliveira, *O Catolicismo e o Progresso das Sociedades Humanas*. Coimbra, França & Arménio, 1913; e COSTA, Cunha e, *A Egreja Catholica e Sidonio Paes*. Coimbra, Coimbra Editora Lda., 1921.

Como expoente d'essa mentalidade designaremos o snr. dr. Affonso Costa (o seu a seu dono!) que, depois de (...) ter submettido o projecto da lei da separação do Estado e das Igrejas a uma comissão revisora composta de sua esposa e do proprietario dos Armazens Grandella (...) fez, em sessão magna do Grande Oriente Lusitano Unido, de 8 de março de 1911, as seguintes sensacionaes declarações, relatadas pelo jornal «*O Tempo*», de 26 do mesmo mez e anno, então dirigido pelo fallecido Antonio Macieira e órgão do Antichristo de Ceia: «Invocou o sr. Dr. Affonso Costa a memoria de Miguel Bombarda, a alma do movimento anti-clerical, e **declarando orgulhar-se da sua qualidade de maçom**, annuncia aos seus irmãos a lei da separação da Igreja do Estado (...)» (...)⁴⁶⁴.

Mais adiante, o mesmo autor exclama: “[a]h, quantos catholicos o furor anti-clerical dos demagogos fez!”⁴⁶⁵ – para depois acusar:

“[n]a perseguição ao clero catholico, sempre inspirada quando não directamente ordenada por Affonso Costa, distinguiram-se especialmente este e os ex-ministros da Republica Antonio Macieira, Diogo Tavares de Mello Leotte e Alvaro de Castro. A Affonso Costa e Antonio Macieira coube, principalmente, a «caça grossa», como elles lhe chamavam; aos outros, a «caça meuda»⁴⁶⁶.

Por seu turno, Machado Abreu dá-nos conta da existência de um curioso “argumento terapêutico” patente no anticlericalismo de autores como Júlio de Matos, Miguel Bombarda e Teófilo Braga⁴⁶⁷. Segundo Abreu, na qualidade de médicos, os dois primeiros inscrevem o comportamento religioso na esfera das patologias, falando a esse propósito de “monomania religiosa”. Júlio de Matos apresenta no seu *Manual das Doenças Mentais* as duas formas que a “loucura religiosa” pode revestir: a “demonomania” e a “teomania”. A demonomania é uma forma depressiva e melancólica que se traduz como delírio parcial dos que se julgam condenados ao inferno e possuídos por forças demoníacas. A teomania é uma patologia expansiva ou maníaca dominada por sentimentos opostos; o doente vive em íntima felicidade, e considera-se em comunhão total com Deus, com O qual se identifica. Em ambos os casos, as possibilidades de cura são

⁴⁶⁴ COSTA, Cunha e, *A Igreja Catholica e Sidonio Paes*. Coimbra, Coimbra Editora Lda., 1921, p. 29. Respeitada a redacção da época.

⁴⁶⁵ *Op. cit.*, p. 41.

⁴⁶⁶ *Op. cit.*, p. 45 - 46.

⁴⁶⁷ Vide ABREU, Luís Machado de, *Ensaios Anticlericais*. Lisboa, Roma Editora, 2004, p. 65 - 66.

remotas. Miguel Bombarda cataloga entre as formas de monomania religiosa o que apelida de “loucura jesuítica”, que resultaria de um cérebro “congenitamente tarado”. Ganha, assim, clareza o valor sanitário atribuído por Júlio de Matos aos conventos. No seu inequívoco entendimento, o convento é, tal como as prisões e os manicómios, um meio de eliminação de muitos degenerados, um instrumento de segregação daqueles que não podem, por inferioridade mental, adaptar-se às condições de vida comum.

Por seu lado, depois de analisar a questão jesuítica sob diversas perspectivas, nomeadamente a histórica, a política e a jurídica, Teófilo Braga recapitula os aspectos abordados como elementos de um historial clínico, chamados a contribuir para o diagnóstico de um caso de doença individual e social. A situação teria atingido proporções tais de gravidade e de contágio, que Teófilo não hesita em qualificá-la de “pandemia religiosa”. Como terapêutica, propõe que o caso seja estudado pelos médicos fisiologistas e alienistas, que deverão analisar os processos de sugestão empregados pela Companhia de Jesus na sua propaganda, bem como pôr a nu todas as modalidades de “deformação cerebral e as perversões do sentimento humano e da vontade”⁴⁶⁸. Como estaria em causa uma doença social, o cumprimento da prescrição médica só poderia sanar a vida da sociedade se criminalistas, legisladores e polícias colaborassem na repressão e castigo dos que disseminam o mal. “Curiosíssima utilização de um argumento terapêutico em que a doença, afinal, é crime e caso de polícia! Perigosíssimo erro de diagnóstico em que demasiadas vezes incorreu o olho clínico anticlerical!”⁴⁶⁹.

Abreu denuncia igualmente a presença de estereótipos na prática discursiva do anticlericalismo, ainda muito antes da implantação da República. Essa estereotipia é evidente na animalização do clero, na sua conotação com a gula, luxúria e ócio, na sua identificação com profissões ou ofícios funestos, etc. Eis alguns exemplos: os padres e, sobretudo, os jesuítas surgem como “coveiros” da Pátria e do Povo; Alexandre Braga afirma, em 1885, que a Companhia de Jesus é o “exército negro que nos cerca já por todos os lados”; enquanto que Delfim Gomes defende, em 1890, a extinção das ordens e congregações

⁴⁶⁸ *Op. cit.*, p. 66.

⁴⁶⁹ *Loc. cit.*.

religiosas, ao mesmo tempo que ridiculariza os frades – “Entre o frade mais o burro / Vê-se tal conformidade / Que ou o frade é pai do burro / Ou o burro é pai do frade”⁴⁷⁰.

De facto, a problemática do clericalismo *versus* republicanismo jacobinista e de influência maçónica – se é que nos é permitido usar esta imagem algo simplista – mantém-se tão actual, que o cidadão comum não se coíbe de exprimir o seu ponto de vista, num saudável exercício da sua liberdade de expressão. Assim, ainda há poucos dias tivemos oportunidade de ler, num jornal diário local, o artigo de opinião que a seguir transcrevemos:

“[n]a revista *Focus* de 3 de Outubro último, veio uma entrevista do Dr. António Reis, actual grão-mestre do Grande Oriente Lusitano da Maçonaria, em que são abordados vários assuntos da vida nacional, sobretudo política e religiosa.

Igualmente, na TVI do dia 13 de Outubro, num programa de horário nobre, António Reis mostrou um pouco da vida interna dos maçons.

Segui esse programa, não por admiração duma sociedade que possui raízes antigas em Portugal e em vários países do mundo, mas principalmente para conhecer a sua orientação actual e a influência que exerce no panorama nacional.

António Reis declara na citada revista que a Maçonaria «é uma espécie de alta escola de valores éticos e cívicos». Teoricamente, esta afirmação está de harmonia que lhe é dada pela Grande Enciclopédia Universal: «[s]ociedade secreta cuja doutrina tem como rótulo a fraternidade e a filantropia universais e que usa como símbolo os instrumentos do pedreiro e do arquitecto (o triângulo e o compasso)».

Por essas afirmações, diríamos que é uma associação útil à sociedade. Mas, a sua prática leva-nos a duvidar desses princípios.

Com efeito, no nosso País esta organização tem estado ligada a uma acção nefasta à Igreja Católica. O seu período florescente foi de 1834, ano em que o Liberalismo se impôs em Portugal, até 1926, ano em que terminou a I República.

⁴⁷⁰ Cf. *op. cit.*, p. 135 - 143.

Joaquim António de Aguiar, ministro da Justiça, maçom, decretou em 1834 a extinção das ordens religiosas em Portugal, ordenando que todos os seus bens fossem integrados na Fazenda Nacional.

Recordo o que afirmava Almeida Garrett, em *Viagens na minha terra*, ele também político liberal, de que tinha pena de tanto religioso abandonado e faminto à procura dum lugar ou família que lhe desse acolhimento, depois dessa acção discricionária e injusta.

No princípio do século XX, a Maçonaria virou Carbonária, «alavanca decisiva» da Revolução de 5 de Outubro de 1910. Encarnava então o ideal republicano contra o monárquico.

Afirma a citada enciclopédia que «no governo provisório (1910-11), 50 por cento dos ministros eram maçons, percentagem que, *grosso modo* continuou a existir nos muitos governos republicanos até 1926».

Igualmente, presidentes da República como Bernardino Machado, António José de Almeida, Sidónio Pais, eram maçons.

À maneira do que fizera Joaquim António de Aguiar, no século anterior, também os republicanos e maçons saídos da revolução atacaram ferozmente a Igreja Católica: «assaltaram conventos, expulsaram os Jesuítas, extinguiram as ordens religiosas, proibiram o ensino católico nas escolas e confiscaram os bens eclesiásticos».

Durante a vigência do Estado Novo, a Maçonaria viu restringida a sua acção e várias lojas maçónicas foram encerradas.

Com o início da III República, em 1974, os maçons puderam de novo organizar-se e fundar lojas. Foi-lhes restituído o Palácio Maçónico, assim como lhes foi paga uma indemnização oficial.

António Reis, na citada entrevista, nega que a Maçonaria seja um «Estado dentro do Estado», mas admite que, na actualidade, no aparelho do Estado, há maçons em posições importantes.

Esta situação permite-nos compreender melhor algumas atitudes governativas, como a retirada de crucifixos das escolas e restrições à acção de capelanias católicas nos hospitais e cadeias.

Os símbolos que esta sociedade usa, inclusivamente a Bíblia, não abonam a favor do ideal que se propôs e, sobretudo, a acção feroz contra uma instituição secular, benemérita da sociedade, como é a Igreja Católica.

Assim se justificam as condenações que vários Romanos Pontífices lhe aplicaram, nomeadamente Clemente XII, Bento XIV, Pio VII e Leão XIII.

Cristo afirma que a árvore conhece-se pelos seus frutos... e os filósofos alegam: «Contra facta non valent argumenta», e os factos, na verdade, não são bons⁴⁷¹.

Posto isto, impõe-se uma breve reflexão sobre os momentos mais marcantes da acrimónia entre a Igreja e o Estado durante a Primeira República. Para essa análise em muito contribuíram os depoimentos de autores como António Costa Pinto⁴⁷², Arnaldo Madureira⁴⁷³, Douglas L. Wheeler⁴⁷⁴, Oliveira Marques⁴⁷⁵, Richard Robinson⁴⁷⁶ e Vítor Neto⁴⁷⁷, que tratam com eloquência e minúcia a polémica anticlerical no decorrer desse período particularmente conturbado da nossa História, bem como o testemunho emocionado da Irmã Teresa de Saldanha (1837 - 1916), fundadora da Congregação das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena, através das sua correspondência pessoal⁴⁷⁸.

⁴⁷¹ FONSECA, Manuel, “A Maçonaria e a sua expressão”, in: *Diário do Minho*, Quarta-feira, 2 de Janeiro de 2008, p.16.

⁴⁷² PINTO, António Costa, “A Queda da Primeira República”, in: Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinho (coord.), *A Primeira República Portuguesa – Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 25 - 44.

⁴⁷³ Vide MADUREIRA, Arnaldo, *A Questão Religiosa na I República – Contribuições Para Uma Autópsia*. Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

⁴⁷⁴ Vide WHELLER, Douglas L., *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1978, p. 72 - 109.

⁴⁷⁵ Vide MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Primeira República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*. 3ª ed.. Lisboa, Livros Horizonte, 1980; MARQUES, A. H. de Oliveira, “História de Portugal: Desde os Tempos mais Antigos até à Presidência do Sr. General Eanes – Manual para uso de estudantes e outros curiosos por assuntos do passado pátrio”, in *História de Portugal*, Vol. III, *Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. Lisboa, Palas Editores, s.d.; e MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

⁴⁷⁶ Vide ROBINSON, Richard A. H., “Os Católicos e a Primeira República”, in: Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinho (coord.), *A Primeira República Portuguesa – Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 91 - 105.

⁴⁷⁷ Vide NETO, Vítor, “O Estado e a Igreja na 1ª República”, in *A Igreja e o Estado em Portugal – Da 1ª República ao limiar do Século XXI*. Actas dos Encontros de Outono (21-22 de Novembro de 2003). Col. Cadernos Museu Bernardino Machado – 7. Vila Nova de Famalicão, Editora Ausência, 2004, p. 15 - 28.

⁴⁷⁸ Vide SALDANHA, Teresa de, *Cartas de Teresa de Saldanha na Primeira República 1910 – 1915*. Cartas Selecionadas pelas Irmãs Rita Maria Nicolau e Maria Cecília Campos. Lisboa, Irmãs Dominicanas de Sena e Alêtheia Editores, 2006.

Reúne hoje largo consenso que “[a] primeira clivagem política aberta pela Revolução de 1910 foi a clivagem religiosa”⁴⁷⁹. Uma vez proclamada, a República identificou-se com a luta contra a Igreja. Tradicionalmente vista como aliada da Monarquia e factor impeditivo do progresso desejado, a Igreja era tida como o único perigo real para o novo Regime, uma vez que os partidos monárquicos se haviam auto-dissolvido e nenhuma outra força organizada a ele se opunha⁴⁸⁰.

Neste contexto, logo em 1910 foram expulsas todas as ordens religiosas, humilhando-se em particular os jesuítas, que não raramente foram tratados como criminosos. Num espaço de poucos meses, praticamente todos os frades e freiras se viram forçados a deixar o país ou a abandonar o hábito; foram encerradas as casas religiosas, os colégios e os centros de caridade dirigidos pelas congregações, revertendo todos os seus bens a favor do Estado. A este respeito escrevia a Irmã Teresa de Saldanha a 6 de Novembro:

“[m]inha querida Irmã Maria Dominic⁴⁸¹, querida filha em Jesus Cristo

Fiat é a única palavra que eu consigo pronunciar, debaixo do peso desta tremenda Cruz. São para nós incompreensíveis os desígnios do nosso bom Deus, mas, Ele sabe o que é melhor para nós. As nossas nove casas estão fechadas; as irmãs espalharam-se por aqui e ali, e depois de tantos anos de grande trabalho, as nossas casas, todas a prosperar e a fazerem tanto bem, Deus permite esta grande prova. Incompreensíveis para nós são os Seus santos desígnios. *Fiat!* (...)

Eu não consigo descrever a dor e a angústia que sinto, impossibilitada de seguir a nossa tão santa vida religiosa conventual. Reze por mim. (...)

Adeus. Tenha cautela quando escrever, cartas curtas, poucas notícias, as cartas ainda são abertas.

Sempre, muito querida, sua afectuosa, e dedicada mãe,

⁴⁷⁹ PINTO, António Costa, “A Queda da Primeira República”, in: Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinho (coord.), *A Primeira República Portuguesa – Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 33.

⁴⁸⁰ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, “História de Portugal: Desde os Tempos mais Antigos até à Presidência do Sr. General Eanes – Manual para uso de estudantes e outros curiosos por assuntos do passado pátrio”, in *História de Portugal*, Vol. III, *Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. Lisboa, Palas Editores, s.d., p. 230.

⁴⁸¹ Mary Murphy foi a primeira irlandesa a professar na Congregação das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena. Expulsa de Portugal em 1910, regressou ao seu país, de onde partiu rumo aos Estados Unidos da América, prosseguindo aí com a sua vida religiosa. Veio a falecer em Kenosha, em 1928. Cf. SALDANHA, Teresa de, *Cartas de Teresa de Saldanha na Primeira República 1910 – 1915*. Cartas Seleccionadas pelas Irmãs Rita Maria Nicolau e Maria Cecília Campos. Lisboa, Irmãs Dominicanas de Sena e Alêtheia Editores, 2006, p. 18.

Irmã Teresa Catarina⁴⁸².

Todavia, consciente da importância das missões católicas na europeização dos indígenas, a República não impôs ao ultramar a política anticlerical seguida na metrópole, ou, pelo menos, não o fez com o mesmo rigor⁴⁸³.

Numa outra missiva, desta vez dirigida a Madre Maria Catarina⁴⁸⁴, Teresa de Saldanha lamentava:

“[t]enho o coração despedaçado de dor e tudo me parece ainda um sonho mau. O trabalho de tantos anos destruído, ver todas as irmãs separadas sem meios para viver, as nossas casas fechadas, temendo que o governo confisque toda a propriedade de Benfica. Tudo isto lhe deve fazer compreender a minha dor, a minha angústia nestes momentos de cruel provação.

Que fazer? Submeter-me à santa vontade de Deus. Ele sabe o que faz. Lágrimas amargas correm dos meus olhos muitas vezes.

Receando sempre que abram as minhas cartas, não ousou escrever longamente. (...)”⁴⁸⁵.

De teor idêntico é a quase totalidade da sua correspondência até 1915, quando já se encontrava próxima da morte.

As medidas implementadas pelo Governo Provisório afectaram também o clero secular. Seguindo de muito perto as leis francesas de 1905, Afonso Costa decretava, em 1911, a separação da Igreja e do Estado, por meio de um texto que “(...) mais do que qualquer outra lei, mais do que a própria abolição da [M]onarquia, se tornaria a grande questão da República Portuguesa”⁴⁸⁶.

⁴⁸² *Loc. cit.*

⁴⁸³ Para informações detalhadas acerca deste assunto *vide* MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Primeira República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*. 3ª ed.. Lisboa, Livros Horizonte, 1980, p. 114 - 115.

⁴⁸⁴ A Irmã Maria Catarina Roth, de nacionalidade alemã, professou nas mãos de Teresa de Saldanha, em São Domingos de Benfica, a 9 de Junho de 1886. Era Procuradora Geral em 1910 e desafiou Afonso Costa, aquando da expulsão da Casa Mãe. Repatriada para a Alemanha, juntou-se às Irmãs irlandesas e foi eleita Superiora da fundação nos Estados Unidos. Aí desenvolveu e expandiu a Congregação ao abrir hospitais e escolas em zonas inóspitas, como os estados de Oregon e da Califórnia. Faleceu em Ontário, em 1926. Cf. SALDANHA, Teresa de, *Cartas de Teresa de Saldanha na Primeira República 1910 – 1915*. Cartas Seleccionadas pelas Irmãs Rita Maria Nicolau e Maria Cecília Campos. Lisboa, Irmãs Dominicanas de Sena e Alêtheia Editores, 2006, p. 18.

⁴⁸⁵ *Op. cit.*, p. 19.

⁴⁸⁶ MADUREIRA, Arnaldo, *A Questão Religiosa na I República – Contribuições Para Uma Autópsia*. Lisboa, Livros Horizonte, 2003, p. 47.

É muito interessante proceder à leitura do discurso proferido por Afonso Costa, enquanto chefe do Governo republicano, na sessão parlamentar de 10 de Março de 1914, sobre a chamada “Lei

Este documento declarava igualmente livres todos os cultos (até então ainda impedia um certo número de restrições sobre as religiões não católicas), proibía o ensino do cristianismo nas escolas (embora permitisse a abordagem da História das religiões) e o ensino em geral aos clérigos, nacionalizava a propriedade da Igreja (incluindo as próprias igrejas, capelas e respectivas pertenças) e introduzia uma supervisão apertada nas manifestações do culto. Criaram-se por todo o território nacional comissões cultuais, incumbidas de organizar e fiscalizar o culto católico. Foi proibido aos clérigos o uso de vestes talaes no exterior das igrejas (que, aliás, não tinha tradição em Portugal e resultava apenas das influências espanhola e italiana), da mesma forma que terminaram as procissões e outras quaisquer manifestações religiosas susceptíveis de provocar alteração pública. Para efeitos de culto, o Estado emprestava ao clero todas as igrejas e capelas, isentas de ónus. Provisoriamente, autorizava também bispos e párocos a residir nas suas moradas tradicionais, que agora passavam ao domínio público. Deixavam-se à Igreja apenas cinco dos seminários previamente existentes e eram suprimidas todas as despesas oficiais com o culto religioso, bem como com a manutenção do clero, tanto ao nível central como municipal, ainda que a lei estabelecesse pensões permanentes para os padres que as requeressem.

Por último, restabelecia-se o antigo beneplácito régio, não podendo quaisquer bulas e demais documentos vindos da Cúria pontifícia ou da Igreja portuguesa ser publicados sem aprovação do Governo.

Não obstante, a Lei da Separação de 1911, "(...) por muitos considerada a pedra angular do novo [R]egime (...)"⁴⁸⁷, fora precedida de várias outras leis que transpareciam a política anticlerical da República. Assim, foram abolidos os juramentos e invocações de pendor religioso, inclusive as das escolas, suprimidos

da Separação", visando a independência e separação funcionais entre os poderes da Igreja e do Estado. Este texto encontra-se hoje difundido e pode ser consultado na obra intitulada *Grandes Discursos Políticos – Discursos e Textos Políticos de Grandes Protagonistas da História (primeira série)*. Col. Memória(s) da Memória - I. Selecção, Organização, Prefácio e Notas de Leopoldino Serrão. Vila Nova de Gaia, Editora Ausência, 2005, p. 67 - 86. Neste discurso, Afonso Costa defende, essencialmente, os princípios maçónicos e republicanos da separação da Igreja e do Estado, o fim do domínio do clero em matéria de educação e a liberdade religiosa como indispensáveis ao progresso da nação.

⁴⁸⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Primeira República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*. 3ª ed.. Lisboa, Livros Horizonte, 1980, p. 57.

os feriados católicos, e decretada a obrigatoriedade do registo civil de casamentos, nascimentos e óbitos.

Estas e outras leis, como, por exemplo, a relativa ao divórcio, causaram um descontentamento generalizado nas fileiras do clero, que não tardaram a manifestar-se contra tais imposições, por meio de uma pastoral colectiva. A reacção governamental consistiu na proibição da leitura da pastoral nas igrejas. Porém, muitos padres houve que ousaram desafiar a interdição, sobretudo na região Norte, tradicionalmente mais conservadora. O bispo do Porto foi considerado culpado do incitamento dos párocos à desobediência e imediatamente deposto.

A questão religiosa prosseguiu durante os anos de 1911, 1912 e 1913. A maioria dos padres renunciou ao seu direito a pensões estatais, sendo que apenas 20% as requereram. O Governo acusou os bispos de exercerem pressão sobre os párocos, no sentido de estes recusarem as pensões e, ainda, boicotarem as suas funções religiosas. Por todo o país se defrontavam católicos e anticlericais, por vezes roçando os limites da violência.

Violando o beneplácito e resistindo às ordens do Governo, os prelados caíam sob a alçada da lei. O patriarca de Lisboa, o arcebispo-bispo da Guarda e o governador da diocese portuense (que sucedera ao bispo deposto) foram punidos com dois anos de banimento, fora dos distritos a que pertenciam as respectivas dioceses (1911). Seguiram-se-lhes, com idêntica penalidade, os bispos do Algarve, de Viseu, Braga, Portalegre, Lamego, Bragança e Évora, bem como o governador do bispado de Coimbra (1912). O bispo de Beja viu-se obrigado a sair do país, sendo mais tarde também deposto. Em meados de 1912, todos os prelados de Portugal continental haviam sido compelidos a abandonar as respectivas dioceses.

O Papa Pio X procurou intervir através da bula *Jamdudum in Lusitania* (escrita em 1911 e confirmada no ano seguinte), cuja publicação e difusão foi prontamente proibida pelo Governo. Consequentemente, foi suprimida a Legação no Vaticano e quebraram-se as relações diplomáticas com a Santa Sé (1913). Contrastando com esta realidade, em Outubro de 1913, reunia solenemente em

Lisboa, e com retumbante publicidade, o Congresso Internacional do Livre-Pensamento⁴⁸⁸.

As medidas anticlericais foram recebidas com desagrado pela larga maioria da população, especialmente no Norte do país. No entanto, Oliveira Marques explica que, neste caso, o número pouco significado tinha, uma vez que a maior parte da população estava “(...) inerte, passiva, mergulhada em analfabetismo e em subdesenvolvimento económico (...)”⁴⁸⁹, enquanto que “(...) [a] população activa, a população das cidades, sobretudo (com destaque para Lisboa), recebeu a política anti-religiosa como manifestação sua. Fora ela que fizera a República e que a sustentava. Era ela que justificava o anticlericalismo governamental e que o tornava tão popular entre as massas urbanas. Uma vez mais a cidade opunha-se ao campo e impunha-lhe a sua força”⁴⁹⁰.

Apesar de tudo, havia quem reconhecesse a necessidade, ou mesmo a urgência, de uma situação diferente, que suavizasse as relações entre a República e a Igreja. Bernardino Machado, na sua primeira presidência do Ministério, em 1914, pronunciou-se a favor de um entendimento e actuou nesse sentido. Assim, reintegrou o bispo do Porto e concedeu uma amnistia a todos os sacerdotes considerados culpados de se oporem às ordens do Governo. Simultaneamente, principiou a discussão da Lei da Separação em sede parlamentar, com vista à sua revisão.

Por seu turno, os católicos organizaram-se melhor e tomaram consciência da inutilidade da luta aberta e violenta contra o Regime. Por volta de 1912, revivera em Coimbra o Centro Académico de Democracia Cristã, esboço de partido católico, que já existira em tempos da Monarquia. Outros núcleos católicos foram surgindo. A imprensa católica aumentou, passou a ser melhor orientada e a saber combater com mais inteligência. As eleições de 1915 trouxeram ao Parlamento os primeiros representantes católicos, e, a partir de 1916, algumas

⁴⁸⁸ A reunião do Congresso Internacional do Livre-Pensamento decorreu em Lisboa, de 5 a 8 de Outubro de 1913. Nela participaram Tomás da Fonseca, António Aurélio da Costa Ferreira, João Camoesas, Ana de Castro Osório, Teófilo Braga e Augusto José Vieira. Para mais informações *vide* http://www.iscsp.utl.pt/cepp/cronologias/1913_cr..htm.

⁴⁸⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Primeira República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*. 3ª ed.. Lisboa, Livros Horizonte, 1980, p. 58.

⁴⁹⁰ *Loc. cit.*.

ordens religiosas começaram a regressar a Portugal, ainda que disfarçadamente⁴⁹¹.

A eclosão da primeira Grande Guerra e a intervenção portuguesa no conflito promoveram um inequívoco renascimento da influência religiosa. Foi concedida assistência religiosa aos militares em campanha e Bernardino Machado, agora na qualidade de Presidente da República, patrocinou o restabelecimento de relações diplomáticas com o Vaticano. Também a Igreja procurou novos trunfos. Deste modo, no plano político, em vez de se manter intransigentemente contra o Regime, optou por se aliar aos elementos mais conservadores do republicanismo (sem que, para isso, tivesse de abandonar a aliança tradicional com a Monarquia e os aristocratas), explorando habilmente todo e qualquer descontentamento perante medidas impopulares e crises económicas, ainda que as mesmas fossem passageiras. Muitos políticos católicos (entre eles o jovem Salazar) declararam secundária a questão do Regime, refugiando-se numa “(...) espécie de neutralidade política ao nível superior, que lhes permitia (...) uma propaganda mais eficiente junto das várias camadas da população”⁴⁹². No plano económico, a Igreja assegurou e desenvolveu ligações importantes com os representantes da alta finança, do comércio, da indústria e da agricultura. Na esfera religiosa, procurou novos meios para estimular a fé e reconquistar as almas, recaindo a sua predilecção no culto mariano.

Relativamente à veneração da figura de Maria, Oliveira Marques refere que terá sido o rebentar da guerra a suscitar a “voga de «aparições»”⁴⁹³ em várias localidades do país, fenómeno que se registou também no estrangeiro.

Nas palavras do autor, “[e]m Maio de 1917, a Igreja [(]ou alguns dos seus elementos locais[)], possivelmente organizou – e certamente explorou – as chamadas aparições de Fátima, que depressa exerceram uma influência grande sobre as massas, preparando um renascimento da devoção popular. Em Outubro desse ano tinha lugar a última das «aparições», precisamente no momento em que os anticlericais desencadeavam nova vaga de perseguições e castigos. A Igreja sentira-se forte para desafiar o Governo uma vez mais. Como

⁴⁹¹ Cf. *op. cit.*, p. 59.

⁴⁹² *Loc. cit.*.

⁴⁹³ *Op. cit.*, p. 60.

consequência, os bispos do Porto, Lisboa, Braga e Évora foram temporariamente banidos”⁴⁹⁴.

Porém, o triunfo do sidonismo, em Dezembro de 1917, “(...) com a subida ao Poder de uma situação conservadora e pró-clerical (...)”⁴⁹⁵ trouxe a tão ambicionada paz à Igreja portuguesa. Os bispos depostos foram reintegrados, a Lei da Separação foi finalmente revista (tendo sido limadas algumas arestas, tais como a composição e atribuições das comissões culturais), e restabeleceram-se as relações diplomáticas com o Vaticano (1918). Cinco deputados católicos tomaram assento nas Câmaras, sendo que o regresso ao poder por parte dos Democráticos, em 1919, não alterou a situação.

Na verdade, tendia-se agora para um compromisso entre Estado e Igreja, numa era que pendia para um renascer cristão e um declinar do anticlericalismo. O Presidente da República António José de Almeida terá ido ao ponto de impor o barrete cardinalício ao núncio apostólico, à maneira dos reis (1923). Pela mesma época, o Ministro da Instrução Leonardo Coimbra, um democrático, cometera a audácia de propor ao Congresso a reintrodução do ensino religioso nas escolas. As congregações continuavam a regressar a Portugal, inclusive os Jesuítas. Aumentava o número de deputados católicos. Foram criados novos bispados em Leiria e Vila Real (1920). Manifestamente, a conjuntura havia mudado⁴⁹⁶.

Isto mesmo assinala Cunha e Costa, na obra intitulada *A Igreja Católica e Sidónio Paes*:

“[a] exemplo (...) do que em França ocorrera com a phobia religiosa da primeira e da terceira republica, a montaria ao congreganista e ao padre (...) promovida pela Republica Portuguesa, desde os primeiros dias do Governo Provisório, provocou em todo o paiz um intenso e salutar ressurgimento religioso.

Operou-se, no clero, uma selecção que, pouco a pouco, foi affastando da vida sacerdotal os maus pastores, cujo exemplo muito contribuia para tresmalhar as ovelhas. Muitos membros das chamadas *elites*, que só intermitentemente e mais por habito do que por convicção frequentavam os sacramentos, (...) voltaram com sinceridade e até altivez para o gremio da Igreja. (...) Os catholicos praticantes tornaram-se legião, affirmando, sem vergonha do mundo, as suas

⁴⁹⁴ *Loc. cit.*.

⁴⁹⁵ *Loc. cit.*.

⁴⁹⁶ *Cf. loc. cit.*.

crenças. As cerimónias da Semana Santa foram tendo, de anno para anno, maior concorrência de devotos, e outro tanto diremos das primeiras communhões, do mez de Maria, e até das festas populares tradicionaes. O paiz, apesar da opposição desesperada de um regimen essencialmente maçónico, elegeu deputados e senadores catholicos. A Republica, se quiz manter no paiz um simulacro de ordem, e commemorar condignamente alguns successos nacionaes de vulto, outro remédio não teve senão recorrer à Egreja. Parallelamente, as chamadas festas civicas ficavam ás moscas, no meio do desprezo e execração do paiz. E a homenagem aos soldados desconhecidos só foi possível, e ainda assim sem a pompa que deveria ter, depois que a Republica, em desespero de causa, se resolveu a apellar para S. E. o Cardeal Patriarcha de Lisboa.

Esse apello teria, porém, ficado sem écho, se annos antes, na fase mais acesa da incompatibilidade entre a Egreja e o Estado, Sidonio Paes não tivesse lançado as bases da reconciliação entre Deus e Cesar. Elle foi, n'este regimen que até alli só conhecera pygmeus, o primeiro homem sufficientemente grande para comprehender que a Egreja Catholica tem 21 séculos, e a Republica Portugueza... dez annos!⁴⁹⁷.

É, pois, com este depoimento efusivo que damos por terminada a nossa abordagem ao presente capítulo do nosso trabalho, esperando ter contribuído para a compreensão da dimensão que o anticlericalismo assumiu na Primeira República portuguesa.

⁴⁹⁷ COSTA, Cunha e, *A Egreja Catholica e Sidonio Paes*. Coimbra, Coimbra Editora Lda., 1921, p. 50 - 51.

CONCLUSÃO

“Se eu soubesse que a República que tinha idealizado era a porca que me saiu, não me tinha sacrificado”⁴⁹⁸.

“No que diz respeito à [Primeira] República, qualquer investigador que se ocupe das suas estruturas e eventos há-de encontrar, entre as bases mais relevantes e mais impenetráveis, nos campos político e social, a Maçonaria”⁴⁹⁹.

A República, “(...) implantada em 1910 por meio de um golpe de força levado a cabo por uma vanguarda revolucionária civil e militar (...)”⁵⁰⁰ teve à partida um enorme capital de esperança. No entanto, esse crédito foi rapidamente “desbaratado”, tendo-se ela transformado no regime parlamentar mais instável de toda a Europa ocidental⁵⁰¹.

Sucedo que, uma vez conquistado o poder, os dirigentes republicanos desentenderam-se. A política radical levada a cabo pelo maçom Afonso Costa, um dos protagonistas do novo regime, elegeu como principal inimigo a Igreja, mesmo sabendo que o Catolicismo continuava a ser uma referência fundamental para a esmagadora maioria dos portugueses. Dividida, a classe política governante isolou-se do país real, recusando o direito de voto às mulheres e aos analfabetos, que considerava serem manietados pelo clero: “[o] [P]artido [R]epublicano [P]ortuguês tem a obrigação de defender o povo, mesmo contra a vontade do próprio povo”⁵⁰², sentenciava Afonso Costa em 1914.

⁴⁹⁸ Declaração proferida pelo republicano Porfírio Rodrigues, que, logo em 1912, denota amargura, desilusão e um pleno arrependimento. In FERNANDES, Ferreira, FERREIRA, João, *Frases que Fizeram a História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 200.

⁴⁹⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 15.

⁵⁰⁰ FERNANDES, Ferreira, FERREIRA, João, *Frases que Fizeram a História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 195.

⁵⁰¹ Cf. WHELLER, Douglas L., *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1978, p. 279.

⁵⁰² FERNANDES, Ferreira, FERREIRA, João, *Frases que Fizeram a História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 201.

Com efeito, há que reconhecer que a circunstância de o Estado se proclamar laico não era motivo para a guerra sem quartel que muitas facções partidárias moveram ao sentimento religioso. Tratou-se, a nosso ver, de um erro lamentável que nunca deveria ter-se praticado, ou consentido sequer.

Nas palavras de Aprígio Mafra, “[q]uanto mais se apregoava a liberdade, mais se tiranizava a consciência dos crentes; quanto mais se bradava a tolerância, mais ferozmente o sectarismo imperava; quanto mais se impunha o respeito pelas convicções alheias, mais se exercia sobre as ideias de cada um uma pressão que chegou a ser afronta, que chegou a ser vilipêndio (...)”⁵⁰³.

As fortes medidas anticlericais macularam a reputação da jovem República, mesmo aos olhos dos seus simpatizantes, e a sua condenação pelo ataque oficial à Igreja retirou o brilho às muitas obras válidas realizadas.

Além disso, segundo Wheller, a imprensa europeia foi, na sua generalidade, desfavorável à nascente República e, não obstante os esforços diplomáticos desenvolvidos pelo Governo, a questão religiosa manteve-se de tal modo embaraçosa, que nem os diplomatas dos estados democráticos e seculares podiam desculpar a perseguição à Igreja⁵⁰⁴.

Para enegrecer ainda mais o cenário, a duração dos Governos da Primeira República media-se em semanas ou dias, havendo mesmo Executivos que, apesar de nomeados, nem chegaram a tomar posse.

É verdade que a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial constituiu um momento de rara unidade, espelhada no Governo chamado da União Sagrada. Mas não bastou para fazer da República um regime em que a maioria dos portugueses se revisse. Passado o episódio sidonista, “(...) precursor do tempo das ditaduras na Europa (...)”⁵⁰⁵ regressou a instabilidade.

E esta havia de manter-se até 1926, quando o golpe chefiado pelo General Gomes da Costa instaurou uma ditadura militar que abriu caminho ao Estado Novo, a Segunda República.

⁵⁰³ MAFRA, Aprígio, *Ilustração Portuguesa*, nº 868. Lisboa, 7 de Outubro de 1922, p. 337.

⁵⁰⁴ Cf. WHELLER, Douglas L., *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1978, p. 87.

⁵⁰⁵ FERNANDES, Ferreira, FERREIRA, João, *Frases que Fizeram a História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 195.

É neste contexto que a Primeira República é apontada por alguns como sendo o “prólogo” de uma ditadura que havia de durar quarenta e oito longos anos, e que tão profundamente marcou a memória colectiva nacional⁵⁰⁶.

Ao iniciarmos a nossa dissertação propusemo-nos reflectir acerca das relações entre Maçonaria e República em Portugal, tendo-nos deparado com a existência de toda uma “teia” de cumplicidades e influências entre ambas as instituições.

Assim, em princípios do século XX, a aproximação entre Maçonaria e republicanismo foi crescendo. É certo que havia obreiros monárquicos, mas a maioria dos maçons abraçava o ideal republicano.

Este facto em si não constituiria nada de extraordinário se se tivesse evitado a identificação entre Maçonaria e Partido Republicano. Enquanto força de vanguarda, era natural que a Ordem adoptasse a causa da vanguarda. Afinal, tal já se verificara em 1820. Porém, o que aconteceu foi recair-se precisamente no erro dos *irmãos* dos primórdios do período liberal. Deste modo, a Maçonaria portuguesa tendeu a constituir um grupo elitista enquadrante de um partido político.

Por outro lado, a Ordem patrocinou a organização da Carbonária, alavanca decisiva da Revolução de 5 de Outubro de 1910, à qual “emprestou” alguns dos seus mais ilustres membros. Machado Santos, maçom, carbonário, e um dos maiores do 5 de Outubro, conhecedor dos bastidores deste e de outros movimentos, pôde legitimamente escrever que “[a] grande revolução franceza, foi obra da [M]açonaria. (...) As revoluções de julho e de 1848, também em França, foram obra dos carbonarios (...); comtudo é a **[M]açonaria a grande mãe das revoluções, porque os principaes elementos carbonarios n’ella estão filiados**. A obra da Revolução Portugueza também á Maçonaria se deve, *unica e exclusivamente*”⁵⁰⁷.

Não podemos ainda deixar de salientar a importância das viagens que, em vésperas da revolução, o Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido,

⁵⁰⁶ Cf. WHELLER, Douglas L., *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1978, p. 18.

⁵⁰⁷ SANTOS, Machado, *A Revolução Portugueza: 1907 - 1910* (Relatório de Machado Santos). Lisboa, (1ª ed.: Typographia Liberty, 1911), ed. facsimilada: Arquimedes Livros, Abril de 2007 (tiragem de 80 exemplares), p. 34. Respeitada a redacção da época. Negrito nosso.

Magalhães Lima, efectuou a Londres, com o intuito de obter a aquiescência expressa do Governo de Sua Majestade à instauração da República em Portugal; bem como o papel preponderante do Duque de Connaught, primo do Soberano português, decano varão da Família Real britânica, tio do Rei George V e Grão-Mestre da Maçonaria inglesa, na queda da Monarquia Constitucional em Lisboa.

Com efeito, em Julho de 1910, o Grão-Mestre da Maçonaria portuguesa e um membro do Directório do Partido Republicano chegavam a Londres com a missão de conseguirem, da parte das autoridades britânicas, garantias da sua não intervenção em caso de derrube do Trono em Portugal, e, lateralmente, garantias de que a Monarquia espanhola não interviria no sentido de manter ou restaurar a Coroa portuguesa. Quando Magalhães Lima e José Relvas, embaixadores da conspiração maçónico-republicana, desembarcaram em solo britânico, nos templos da Igreja Anglicana encomendava-se ainda a alma de Edward VII: "(...) o Soberano inglês, protector notório da Casa de Bragança, acabara de falecer – deixando a pairar no vácuo uma agenda de cumplicidades com Portugal que o seu segundo filho e seu sucessor, o reservado e inexperiente George V, não saberia como manter"⁵⁰⁸. É, pois, neste pano de fundo que decorre a astuciosa missão republicana, que regressa a Lisboa de mãos cheias.

Segundo Jorge Morais, torna-se hoje evidente que, sem a cumplicidade expressa do Governo britânico, a República não poderia ter sido instaurada na capital portuguesa em Outubro de 1910. Do ponto de vista do autor:

“[p]odemos conjecturar sobre o que poderia e o que não poderia ter sido diferente se o Governo de Sua Majestade britânica tivesse permanecido leal ao seu ‘mais antigo aliado’, negando aos republicanos aquilo que eles procuraram, e, por fim, obtiveram em Londres – autorização para instaurar a República. Sem recorrer à adivinhação retrospectiva, apenas nos é lícito verificar, perante a eloquência dos documentos, que os republicanos não estariam em condições de pôr fim à Monarquia na manhã de 5 de Outubro de 1910 – se, meses antes, em Londres, o Grão-Mestre da Maçonaria portuguesa não tivesse obtido a cumplicidade dos altos hierarcas da Grande Loja Unida de Inglaterra, de dois

⁵⁰⁸ MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 10.

membros proeminentes da Família Real e de dois Ministros de primeira linha do Governo de Sua Majestade. E obteve-a”⁵⁰⁹.

Esta inegável politização da Maçonaria resultou numa multiplicação das iniciações, não raras vezes dirigidas a finalidades pouco espirituais. Com a proclamação da República, a Ordem passou a ser olhada como algo de útil, de pragmaticamente necessário no *curriculum* do candidato a ministro, a deputado ou a simples funcionário público. Assim, não será de surpreender que os seus efectivos tenham duplicado em poucos anos, de dois mil para quatro mil associados, com um correspondente aumento no número de lojas e de triângulos.

Do mesmo modo, metade, ou mesmo a maioria dos representantes do povo no Parlamento integrava a Ordem. Cinquenta por cento dos ministros do Governo Provisório (1910 - 1911) eram maçons, percentagem que, *grosso modo*, continuou a existir nos sucessivos governos republicanos até 1926. Quanto às presidências, mais de metade dos Ministérios foram presididos por maçons e a totalidade do seu tempo de governo elevou-se a nove anos e sete meses, ou seja, mais de 65% do período completo de vigência da República Democrática⁵¹⁰. Três presidentes da República – Bernardino Machado, Sidónio Pais e António José de Almeida – pertenciam à Ordem Maçónica. Tal como durante a Monarquia Constitucional, algumas das medidas mais progressivas adoptadas pelo Regime republicano tiveram a participação das lojas e foram subscritas por ministros maçons.

Posto isto, no nosso entender, e de acordo com Oliveira Marques, não parece exagerado afirmar que a História das duas instituições – Maçonaria e República – apresenta paralelos do maior interesse e que o declínio de uma correspondeu ou foi, em grande parte, causador do declínio da outra⁵¹¹.

Ora, a aproximação, e mesmo uma certa promiscuidade, entre a Maçonaria e o Partido Republicano, acentuada desde a proclamação da República, acabou por reflectir igualmente no seio da primeira as dissensões dentro daquele Partido.

⁵⁰⁹ *Op. cit.*, p. 11.

⁵¹⁰ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 53.

⁵¹¹ Cf. *loc. cit.*.

O Grão-Mestre da Maçonaria eleito em 1907, Magalhães Lima, era amigo pessoal e devotado admirador de Afonso Costa, também este maçom, simpatizando com a ala esquerda do Partido Republicano Português. Outro tanto se diria do Grão-Mestre adjunto, José de Castro, figura de relevo dentro do Partido. Aquando da cisão entre Afonso Costa e outros dois dirigentes do Partido Republicano Português – António José de Almeida e Brito Camacho – se consumou, em Outubro de 1911, o Grande Oriente Lusitano foi arrastado na órbita do primeiro. Maçonaria (neste caso, Grande Oriente Lusitano) e democráticos intensificaram a sua união. Por conseguinte, a política da maioria das lojas tendeu a seguir a política radical do Partido Democrático. Acentuava-se, assim, e num sentido perigosamente divisionista e sectário, a politização da Maçonaria, que já vinha de longe. E, se as divisões entre grupos republicanos eram de tal ordem que punham em perigo a existência da própria República, não parecia difícil profetizar que, mais cedo ou mais tarde, a Maçonaria portuguesa se cindiria também.

O “divórcio” consumou-se em 1914. Como não surgiram motivações aparentes, claro está, de natureza política (nem poderiam surgir, pelo menos oficialmente, visto que à luz das Constituições de Anderson os *irmãos* não devem imiscuir-se em contendas políticas ou religiosas), alegaram-se antes questões de rito e de formalidade, em nossa opinião, um pretexto conveniente.

Assim,

“(…) entre o Executivo e o Legislativo do Grande Oriente, por um lado – Grão-Mestre, Grão-Mestre-Adjunto, Conselho da Ordem e Grande Dieta – e o Supremo Conselho do Grau 33, na sua maioria, pelo outro, surgiram problemas de tal ordem que levaram à cisão declarada. Parte do Supremo Conselho do Grau 33 considerou contrário aos acordos de 1869 o texto da Constituição maçónica de 1914 e separou-se do Grande Oriente. Com o apoio e o reconhecimento de grande número de potências maçónicas estrangeiras, constituiu a sua própria Obediência (profanamente designada por *Grémio Luso-Escocês*), que veio a ter uma das sedes na Rua de S. Pedro de Alcântara, em Lisboa. Para dirigente supremo – Soberano Grande Comendador – elegeu o antigo Grão-Mestre, general Luís Augusto Ferreira de Castro. A este novo Grémio aderiram várias dezenas de lojas e triângulos com mais de um terço do povo maçónico português. Na verdade,

as estatísticas do Grande Oriente Lusitano mostram que, de 1913 para 1914, o número de maçons baixou de 4341 para 2800 e o de oficinas, de 198 para 147. A diminuição não foi [totalmente] devida ao cisma, mas é possível dizer que cerca de 1500 obreiros seguiram desde logo a dissidência, agrupados em cerca de meia centena de lojas e triângulos⁵¹².

Todavia, nem todos os maçons dissidentes tinham consciência plena das razões profundas que explicavam a cisão. Muitos seguiram as *luzes* da sua oficina, por respeito ou por obediência, mas sem questionarem a validade da separação. Como é habitual neste género de situações, por detrás de muitas atitudes estiveram motivações de ordem pessoal. Contudo, parece-nos não subsistirem dúvidas de que as divergências políticas entre radicais e conservadores, com a sua expressão social no conflito entre grupos burgueses, se haviam introduzido na família maçónica, levando o grupo mais à direita a constituir-se autonomamente. Foi, aliás, este mesmo grupo que apoiou Sidónio Pais em 1917-1918, enquanto o Grande Oriente foi perseguido e a sua sede assaltada durante o mesmo período.

A identificação do Grande Oriente com o radicalismo republicano prosseguiu. A revolução de 14 de Maio de 1915, dirigida contra a Ditadura conservadora de Pimenta de Castro, teve a chefia-la quase só maçons: Norton de Matos, Sá Cardoso, Freitas Ribeiro e António Maria da Silva, com Afonso Costa nos bastidores. No Ministério que se lhe seguiu, a Maçonaria estava representada por, entre outros, nada menos do que o seu Grão-Mestre, Magalhães Lima, e o seu Grão-Mestre Adjunto, José de Castro, respectivamente Ministro da Instrução e Presidente do Ministério. Na década de vinte, o novo Grão-Mestre Adjunto e Chefe do Partido Democrático, António Maria da Silva, bateu o *record* da permanência no poder como Primeiro-Ministro, constituindo seis vezes Ministério, perfazendo um total de dois anos e quatro meses de administração.

Este carácter politizado da Maçonaria portuguesa descontentou, todavia, muitos obreiros. De acordo com Oliveira Marques, profundo conhecedor dos meandros maçónicos, o número de filiados no Grande Oriente foi baixando, de ano para ano, até 1919, data em que atingiu apenas 1807, agrupados em 88

⁵¹² *Op. cit.*, p. 53 - 54.

oficinas. Voltou depois a subir um pouco, embora por volta de 1922 se mantivesse abaixo daquilo que fora em 1914, já depois da cisão, com 105 lojas e triângulos apenas.

No que concerne ao Grémio Luso-Escocês o panorama não era mais animador. O seu contingente de filiados vinha-se rarefazendo, com a saída de muitos, a entrada de poucos, e o regresso sucessivo de oficinas à obediência do Grande Oriente. Em 1919 cabiam-lhe somente trinta oficinas e, em 1922, este número baixara para vinte e três⁵¹³.

Não obstante, em 1925, os perigos que ameaçavam a República e a sociedade portuguesa em geral pressionaram os dissidentes a um acordo com a casa-mãe. Os maçons reconheciam, finalmente, a necessidade de se reunirem, a fim de lutar com redobrado esforço contra o ressurgimento da reacção.

Em finais desse mesmo ano foi possível chegar a uma plataforma de entendimento, a partir da qual se efectivou a união, em Março de 1926. Ferreira de Castro e alguns outros permaneceram de fora, mas a esmagadora maioria voltou a integrar-se no Grande Oriente Lusitano Unido.

Era tarde, porém, para conseguir vencer. Passados dois meses sobrevinha o movimento militar de 28 de Maio e a instauração da ditadura. Para a Maçonaria portuguesa era o começo de uma longa agonia. Identificada com a Primeira República, caía agora com ela.

Damos, assim, por concluído o nosso trabalho, esperando ter contribuído para um esclarecimento e reflexão acerca da temática em estudo: as relações entre a Maçonaria e a Primeira República. Quanto a nós, para além de termos contactado com e cogitado sobre vários episódios de grande interesse no que respeita a este período, fica-nos a absoluta consciência da existência, em toda esta história, de uma inegável trama de afinidades e parentescos, amiúde diversos e contraditórios: primos eram os monarcas português e inglês; por *bons primos* se tratavam os revolucionários da Carbonária, a executora do 5 de Outubro; *irmãos* em Maçonaria eram muitos dos intervenientes no processo que, a partir de 1891, havia de minar a Dinastia de Bragança e, em 1910, instaurar a República; e camaradas em ideias eram praticamente todos eles, em Lisboa e em

⁵¹³ *Op. cit.*, p. 54.

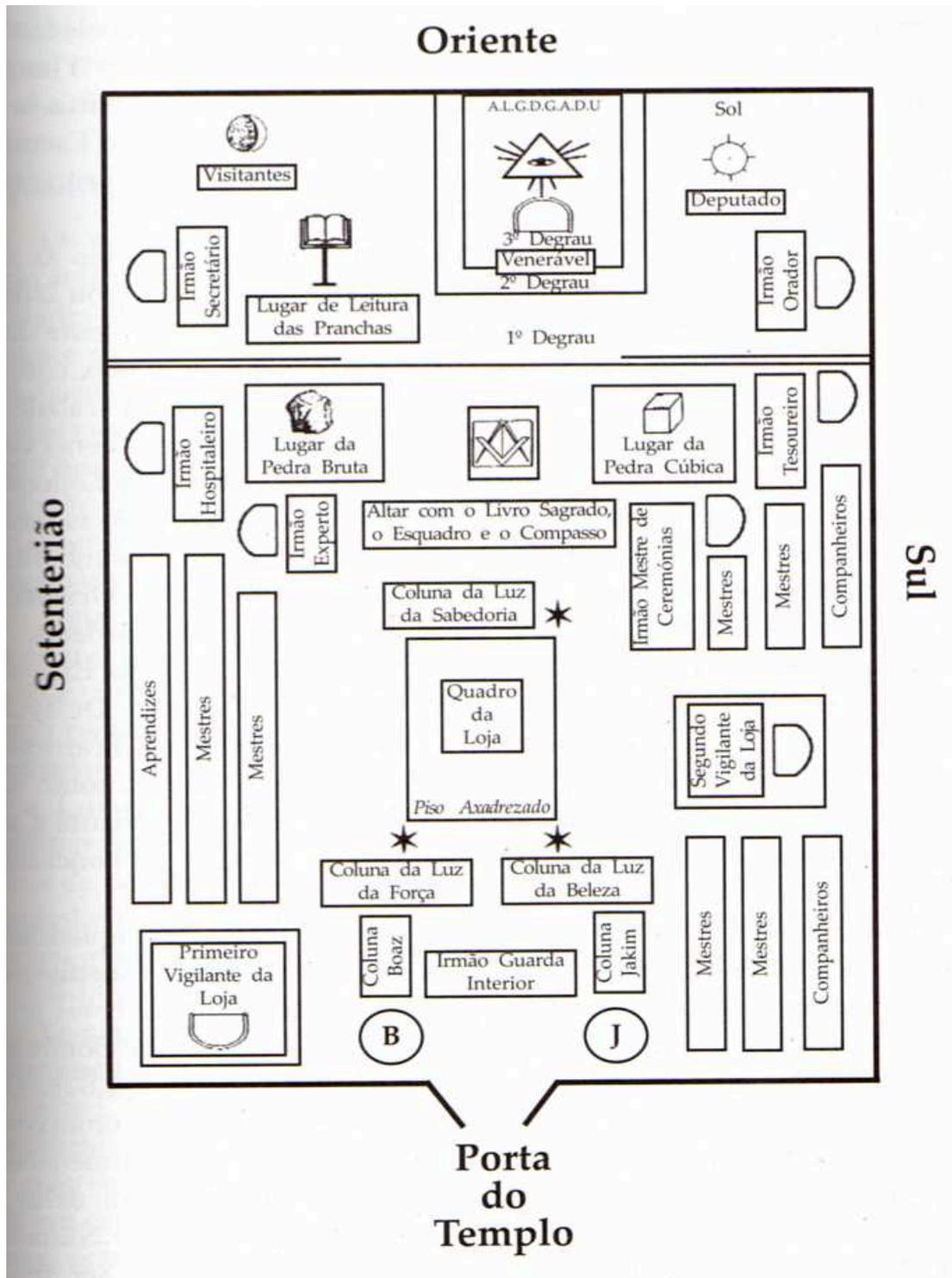
Londres – “(...) formigas incansáveis carreirando [por] entre os formigueiros liberais, radicais e republicanos que prometem (...) salvar o mundo e forjar o ‘homem bom’. Simplesmente, cem anos depois, os papéis dos arquivos falam ainda”⁵¹⁴.

⁵¹⁴ MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005, p. 11.

ANEXOS

Anexo I

Planta de Uma Loja¹



¹ Fonte: HURTADO, Amando, *Nós, os Maçons*. Maia, Ver o Verso Edições, Lda., 2006, p. 109.

Anexo II

Graus e Ritos Maçónicos

“Teoricamente, deveria haver cerimónias de iniciação em cada um dos graus da hierarquia maçónica. Na prática, e sobretudo no que respeita ao Rito Escocês, com os seus 33 graus, essas cerimónias só se efectuam nos mais importantes – por exemplo no 2.º, no 3.º, no 4.º, no 9.º, no 14.º, no 15.º, no 18.º, no 25.º, no 30.º e no 33.º - , processando-se a passagem pelos outros graus por decisão (*comunicação*) das autoridades supremas da Maçonaria. Pode ainda tal elevação ser feita com dispensa dos chamados *interstícios*, ou seja, de graus intermédios.

O Rito Escocês Antigo e Aceite, predominante em Portugal, compõe-se, como foi dito, de 33 graus, cuja ascensão, para cada obreiro, simboliza o gradual aperfeiçoamento no conhecimento dos homens e de si próprio. Esses 33 graus têm nomes simbólicos, ligados a uma tradição remota e fixada no século XVIII:

Conhecimento de si próprio

- 1 – Aprendiz
- 2 – Companheiro
- 3 – Mestre

Conhecimento filosófico

- 4 – Mestre Secreto
- 5 – Mestre Perfeito
- 6 – Secretário Íntimo ou Mestre por Curiosidade
- 7 – Preboste e Juiz ou Mestre Irlandês
- 8 – Intendente dos Edifícios ou Mestre em Israel
- 9 – Mestre Eleito dos Nove
- 10 – Ilustre Eleito dos Quinze
- 11 – Sublime Cavaleiro Eleito
- 12 – Grão-Mestre Arquitecto
- 13 – Cavaleiro do Real Arco (de Enoch)

14 – Grande Eleito da Abóbada Sagrada de Jaime VI ou Grande Escocês da Perfeição ou Grande Eleito ou Antigo Mestre Perfeito ou Sublime Maçon

Conhecimento Universal pelo Amor

15 – Cavaleiro do Oriente ou da Espada

16 – Príncipe de Jerusalém

17 – Cavaleiro do Oriente e Ocidente

18 – Cavaleiro ou Soberano Príncipe Rosa-Cruz

Realização da Ordem Humana em harmonia com o Universal

19 – Grande Pontífice ou Sublime Escocês de Jerusalém Celeste

20 – Venerável Grão-Mestre de todas as lojas ou Soberano Príncipe da Maçonaria ou Mestre *ad Vitam*

21 – Noaquita ou Cavaleiro Prussiano

22 – Cavaleiro do Real Machado ou Príncipe do Líbano

23 – Chefe do Tabernáculo

24 – Príncipe do Tabernáculo

25 – Cavaleiro da Serpente de Bronze

26 – Escocês Trinitário ou Príncipe da Mercê

27 – Grande Comendador do Templo ou Soberano Comendador do Templo de Salomão

28 – Cavaleiro do Sol ou Príncipe Adepto

29 – Grande Escocês de Santo André da Escócia ou Patriarca dos Cruzados ou Grão-Mestre da Luz

30 – Grande Eleito Cavaleiro Kados ou Cavaleiro da Águia Branca e Negra

Graus Administrativos

31 – Grande Inspector Inquisidor Comendador

32 – Sublime Príncipe do Real Segredo

33 – Soberano Grande Inspector Geral

O Rito Francês, muito mais simples, inclui apenas sete graus, a saber:

1 – Aprendiz

2 – Companheiro

3 – Mestre

4 – Eleito

5 – Escocês ou Grande Eleito Escocês ou Eleito Sublime

(corresponde ao grau 14 do Rito Escocês)

6 – Cavaleiro do Oriente (corresponde ao grau 15 do Rito Escocês)

7 – Príncipe Rosa-Cruz (corresponde ao grau 18 do Rito Escocês)

O Rito Simbólico Regular, seguido em geral pelas Maçonarias inglesa e norte-americana, pratica apenas os três graus tradicionais, de aprendiz, companheiro e mestre. Teísta e judaico-cristão, exige para o maçom uma religião profunda, e a aceitação indiscutível dos chamados *landmarks* (...)².

Cada Grau tem as suas insígnias próprias, que o maçom deve usar em cerimônias da sua oficina. Essas insígnias consistem num avental, símbolo do trabalho e adereço único de Aprendizes e Companheiros, e numa fita colocada ao pescoço ou transversalmente sobre o corpo, da qual pende uma jóia alegórica. A decoração destas insígnias é tanto mais complexa e rica quanto mais elevado for o grau.

Os graus 1 e 2 representam o período de aprendizagem (...). Com a iniciação no grau 3 atinge-se a condição de maçom perfeito, passando-se a gozar de todos os direitos e deveres de um membro da Ordem. Estes três graus compõem a chamada *Maçonaria Azul (Lojas Simbólicas)*, onde se inclui a maioria dos maçons de todo o mundo.

Com a passagem ao grau 4 entra-se na chamada *Maçonaria Vermelha (Lojas de Perfeição e Capítulos* propriamente ditos), destinada somente àqueles que demonstram qualidades excepcionais de dedicação, de trabalho e de compreensão dos fins da Maçonaria. Está-se no domínio dos *graus superiores*, ou de cúpula, oposto aos *graus inferiores*, ou de base. Do grau 19 ao grau 30 percorre-se a *Maçonaria Negra*, com seus *Areópagos*. Finalmente os maçons dos

² Regras tradicionais que balizam os princípios e a prática maçônica. Vide Anexo III. (nota nossa)

graus 31, 32 e 33 compõem a chamada *Maçonaria Branca*, com os *Tribunais*³, *Consistórios* e *Supremo Conselho*.

As cerimónias no seio da Maçonaria não se limitam às iniciações. Cada reunião formal de oficina deve obedecer a um pequeno ritual – desde a colocação dos lugares até à ordenação dos trabalhos – cujo objectivo consiste, não só em habituar o obreiro a uma disciplina e ordem permanentes, como também em lembrar-lhe os seus deveres (e direitos) e a sua condição histórica e internacionalista. Um dos preceitos que as oficinas devem seguir nas suas reuniões respeita à posição do obreiro quando se acha no uso da palavra: de pé e à *ordem*, ou seja, com os pés e as mãos numa determinada posição, a qual, prolongada, se torna cansativa. Este preceito tem por fim obrigar o orador à brevidade e à concisão, evitando as longas retiradas retóricas, impeditivas do andamento dos trabalhos. Outras cerimónias maçónicas ocorrem em momentos festivos, em ocasiões fúnebres, em sessões de eleição para cargos, em repastos de confraternização (os chamados *banquetes* []), etc.].

Sinais, toques e palavras

Sinais, toques e palavras entram em dois grandes grupos: os que são comuns a todos os maçons (...) e os que pertencem exclusivamente a um grau hierárquico. Entre os primeiros encontram-se sinais, toques e palavras de reconhecimento geral (...), de saudação, o extenso vocabulário maçónico (...) (como *levantar colunas* para designar uma oficina que voltou a funcionar (...), etc.), o *corpus* de abreviaturas que se utiliza na correspondência e outros textos da Maçonaria, etc.. Entre os segundos contam-se sinais toques e palavras que só devem ser conhecidos com rigor dos iniciados nos vários graus, mas que servem propósitos idênticos.

Quanto a paramentos e objectos, há-os igualmente de carácter geral e de carácter grádico (...).

A Maçonaria serve-se ainda de um sistema de abreviaturas muito original, em que as palavras de sentido litúrgico ou maçónico genérico se escrevem com

³ Quando recaem acusações sobre a conduta dos maçons (ao que já temos assistido), uma vez provada a sua culpabilidade nos tribunais “profanos”, estes são julgados nos tribunais maçónicos, que podem decidir pela sua expulsão da Ordem. (nota nossa)

uma sigla ou as primeiras letras, seguidas por três pontos, em forma de triângulo. Pertence-lhe também um calendário próprio, extraído do judaico, mas hoje praticamente posto de parte. (...)

Em alguns países (entre os quais (...) Portugal) cada obreiro escolhe um nome simbólico, quer entre as figuras históricas que mais o impressionaram quer entre as mitológicas. Por esse nome deve ser conhecido e com ele deve assinar os documentos maçónicos (...).

Objectos simbólicos

O leitor terá interesse em conhecer alguns dos objectos e símbolos que distinguem a Ordem Maçónica e tanta interpretação errada têm suscitado. Demos, pois, exemplos dessa rica e complexa emblemática:

- Acácia – acácia mimosa, a planta símbolo por excelência da Maçonaria; representa a segurança, a certeza, e também a inocência ou pureza.
- Avental – símbolo do trabalho maçónico; branco, e de pele, para os Aprendiz e Companheiros, branco orlado de vermelho, para os Mestres.
- Cinzel – símbolo do discernimento, dos conhecimentos adquiridos; é inseparável do malhete.
- Colunas – símbolos dos limites do mundo criado, da vida e da morte, do elemento masculino e do elemento feminino, do activo e do passivo.
- Compasso – símbolo do espírito, do pensamento nas diversas formas de raciocínio, e também do relativo (círculo) dependente do ponto inicial (absoluto). Os círculos traçados com o compasso representam as lojas.
- Cordão Nodoso – corda com nós e borla nas extremidades, em volta da parte superior de qualquer templo, ou simplesmente ornamento que se encontra nas lojas. Simboliza a união fraterna entre os maçons, que os liga por uma cadeia indissolúvel.
- Delta – triângulo luminoso, símbolo da força expandindo-se; distingue o rito escocês. Cf. *Triângulo*.

Esfera	– símbolo da universalidade.
Espada	– símbolo do Verbo, isto é, do pensamento activo transmitido pelo iniciado.
Esquadro	– resultado da união da linha vertical com a linha horizontal, é o símbolo da rectidão e também da acção do Homem sobre a matéria e da acção do Homem sobre si mesmo.
Estrela flamejante	– derivada do pentagrama é o <i>cânon</i> do número de ouro ou proporção dourada ($AB/AC=AC/CB$), ou seja, o símbolo da natureza e do homem que nela está inscrito.
Fio-de-prumo	– símbolo da profundidade e do conhecimento e da sua rectidão.
G	– inicial que tem várias interpretações, sendo a de <i>gnose</i> (conhecimento) a mais generalizada.
Janelas	– símbolos das três portas do Templo de Salomão colocadas a oriente, sul e ocidente.
Lua	– como reflexo do sol, simboliza também a vida e a saúde, mas não tão fortes; como princípio passivo e feminino é igualmente o símbolo da instabilidade, da mudança, da imaginação e da sensibilidade.
Malhete	– pequeno martelo, emblema da vontade activa, do trabalho e da força material; instrumento de direcção, poder e autoridade.
Nível	– símbolo da igualdade social básica e da serenidade imparcial do júizo.
Olho	– símbolo do sol visível, fonte da luz e da vida; é também, símbolo do Verbo, do princípio criador, de Deus para os crentes.
Pavimento em mosaico	– chão em xadrez de quadrados pretos e brancos, com que devem ser revestidos os templos; símbolo da diversidade do globo (...); símbolo também da oposição dos contrários, bem e mal, espírito e corpo, luz e trevas.
Pedra bruta	– símbolo das imperfeições do espírito que o maçom deve procurar corrigir; e, também, da liberdade total do (...) maçom em geral.
Pedra cúbica	– símbolo da obra-prima que o Companheiro deve realizar.
Pentalfa	– figura formada por cinco triângulos; símbolo da paz, da amizade e bom acolhimento, sabedoria e perfeição. Cf. <i>Estrela flamejante</i> .

- Régua – símbolo da rectidão, do método, da lei; e ainda, do aperfeiçoamento em toda a construção.
- Romã – símbolo da unidade entre os maçons, separados na sua individualidade e personalidade mas unidos por um ideal comum.
- Sol – símbolo da vida, da saúde, do equilíbrio, da força.
- Templo – símbolo da construção maçónica por excelência, da paz profunda para que tendem todos os maçons.
- Três pontos;
triângulo – símbolo com várias interpretações, aliás conciliáveis: luz, trevas e tempo; passado, presente e futuro; sabedoria, força e beleza; nascimento, vida e morte; liberdade, igualdade e fraternidade.

(...)⁴.

⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 26 - 33.

Anexo III

Os Doze *Landmarks* Maçónicos⁵

1. A Maçonaria é uma fraternidade iniciática que tem por fundamento tradicional a fé em Deus, Grande Arquitecto do Universo.
2. A Maçonaria refere-se aos "Antigos Deveres" e aos "Landmarks" da Fraternidade, especialmente quanto ao absoluto respeito das tradições específicas da Ordem, essenciais à regularidade da Jurisdição.
3. A Maçonaria é uma ordem, à qual não podem pertencer senão homens livres e de bons costumes, que se comprometem a pôr em prática um ideal de paz.
4. A Maçonaria visa ainda, pelo aperfeiçoamento moral dos seus membros, o da humanidade inteira.
5. A Maçonaria impõe a todos os seus membros a prática exacta e escrupulosa dos ritos e do simbolismo, meios de acesso ao conhecimento pelas vias espirituais e iniciáticas que lhe são próprias.
6. A Maçonaria impõe a todos os seus membros o respeito das opiniões e crenças de cada um. Ela proíbe-lhes no seu seio toda a discussão ou controvérsia, política ou religiosa. Ela é ainda um centro permanente de união fraterna, onde reinam a tolerante e frutuosa harmonia entre os homens, que sem ela seriam estranhos uns aos outros.
7. Os Maçons tomam as suas obrigações sobre um volume da Lei Sagrada, a fim de dar ao juramento prestado por eles o carácter solene

⁵ Fonte: <http://www.gllp.pt/landmarks.html>.

e sagrado indispensável à sua perenidade.

8. Os Maçons juntam-se, fora do mundo profano, nas Lojas onde estão sempre expostas as três grandes luzes da Ordem: um volume da Lei Sagrada, um esquadro, e um compasso, para aí trabalhar segundo o rito, com zelo e assiduidade e conforme os princípios e regras prescritas pela Constituição e os Regulamentos Gerais de Obediência.
9. Os Maçons só devem admitir nas suas lojas homens maiores de idade, de perfeita reputação, gente de honra, leais e discretos, dignos em todos os níveis de serem bons irmãos e aptos a reconhecer os limites do domínio do homem e o infinito poder do Eterno.
10. Os Maçons cultivam nas suas Lojas o amor da Pátria, a submissão às leis e o respeito pelas autoridades constituídas. Consideram o trabalho como o dever primordial do ser humano e honram-no sob todas as formas.
11. Os Maçons contribuem pelo exemplo activo do seu comportamento são, viril e digno, para irradiar da Ordem no respeito do segredo maçónico.
12. Os Maçons devem-se mutuamente, ajuda e protecção fraternal, mesmo no fim da sua vida. Praticam a arte de conservar em todas as circunstâncias a calma e o equilíbrio indispensáveis a um perfeito controle de si próprio.

Anexo IV

Regras Para o Reconhecimento das Grandes Lojas Regulares

Londres, 4 de Setembro de 1929.⁶

1. Regularidade de origem, isto é, que cada Grande Loja tenha sido criada regularmente por uma Grande Loja devidamente reconhecida ou por três ou mais Lojas regularmente constituídas.
2. Que a crença no Grande Arquitecto do Universo e na sua vontade revelada seja condição essencial para admissão dos membros.
3. Que todos os iniciados prestem o seu compromisso sobre o Livro da Lei Sagrada, ou com os olhos fixos nesse Livro, aberto à sua frente, livro pelo qual se exprime a revelação do Ser Supremo, ao qual o indivíduo que acaba de ser iniciado fica, em consciência, irrevogavelmente ligado.
4. Que a composição da Grande Loja e das Lojas particulares seja exclusivamente de homens e que cada Grande Loja não mantenha quaisquer relações maçónicas, seja qual for a sua natureza, com Lojas mistas ou com corpos que admitem mulheres como membros.
5. Que a Grande Loja exerça jurisdição soberana sobre as Lojas submetidas à sua obediência, isto é, que seja um organismo responsável, independente e inteiramente autónomo, possuindo uma autoridade única e incontestada sobre a Arte ou os graus simbólicos (Aprendiz, Companheiro e Mestre) colocados sob a sua jurisdição, e que não esteja de forma alguma subordinada a um Supremo Conselho ou qualquer outra Potência reivindicando controlo ou supervisão sobre esses graus, nem partilhe a sua autoridade com esse Conselho ou essa Potência.

⁶ Fonte: ANES, José Manuel, *Maçonaria Regular*. Lisboa, Hugin Editores, Lda., 2003, p. 152.

6. Que as Três Grandes Luzes da Maçonaria (isto é, o Livro da Lei Sagrada, o Esquadro e o Compasso) estejam sempre expostos durante os trabalhos da Grande Loja ou das Lojas na sua obediência, sendo a principal dessas luzes o Volume da Lei Sagrada.
7. Que as discussões de ordem religiosa e política sejam estritamente proibidas em Loja.
8. Que os princípios dos Antigos Landmarks, costumes e usos da Arte sejam estritamente observados.

Anexo V

Maçons Ilustres

(Relação breve de algumas das figuras mais conhecidas da História)⁷

Nacionais

- Abade Correia da Serra – Fundador e secretário da Academia de Ciências;
- Abel Salazar – Médico, professor e artista (iniciado em 1934);
- Adelaide Cabete – Médica e pedagoga, falecida em 1935. Inspirou Lídia Jorge na peça «A Maçon», estreada no Teatro Nacional em 1997;
- Adelino Palma Carlos – Advogado e professor. Presidente do Governo Provisório (1974);
- Afonso Costa – Ministro da República e Presidente do Ministério;
- Alexandre Herculano – Historiador e escritor;
- Alfredo Keil – Autor da música do Hino Nacional;
- Almeida Garrett – Parlamentar e escritor;
- Alves da Veiga – Advogado e professor. Chefe da Revolta de 31 de Janeiro de 1891;
- Ana de Castro Osório – Escritora (iniciada em 1907);
- Antero de Quental – Poeta e pensador;
- António Aires de Gouveia Osório – Lente da Universidade de Coimbra. Bispo de Betsaida e Arcebispo da Calcedónia;
- António Alves Martins – Político Liberal. Bispo de Viseu (1862 - 1882);
- António Augusto de Aguiar – Político Liberal. Grão-Mestre (1886);
- António José de Almeida – Ministro e Presidente da República;
- António Macedo – Advogado e parlamentar. Presidente do Partido Socialista;

⁷ Cf. ARNAUT, António, *Introdução à Maçonaria*. 5ª ed.. Coimbra Editora, 2006. p. 129 - 134.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, p. 353 - 360.

http://www.universal.pt/scripts/hlp/hlp.exe/artigo?cod=2_403

<http://www.gremiolusitano.pt/?menu=1&submenu=24&idconteudo=172>

- Aquilino Ribeiro – Escritor (iniciado em 1908);
- Avelar Brotero – Cientista, lente de Botânica da Universidade de Coimbra;
- Bernardino Machado – Professor. Presidente da República, Grão-Mestre (1895 - 1899);
- Bissaya Barreto – Médico, professor e filantropo;
- Bocage – Poeta;
- Camilo Castelo Branco – Escritor;
- Camilo Pessanha – Advogado, professor e poeta;
- Cândido dos Reis – teve um papel de relevo na organização militar da revolução, pertencia à Loja José Estêvão e usava o nome simbólico de Pêro de Alenquer. Durante a primeira noite da revolução, de 3 para 4 de Outubro de 1910, apareceu morto, com um revólver na mão;
- Cardeal Costa Nunes – Vice-Camarlengo da Santa Sé;
- Cardeal Saraiva (Frei Francisco de S. Luís Saraiva) – Patriarca de Lisboa (1840 - 1845). Grão-Mestre da Maçonaria do Sul (1837);
- Carolina Beatriz Ângelo – Médica. Foi a primeira mulher portuguesa a exercer cirurgia e também a votar;
- Conde de Paraty (João Inácio Francisco de Paula Noronha) – Grão-Mestre (1859 - 1881);
- Costa Cabral – Político Liberal. Grão-Mestre (1841 - 1846);
- Duque de Lafões – Marechal, primeiro Presidente da Academia das Ciências de Lisboa;
- Eça de Queiroz – Escritor;
- Egas Moniz – Médico e professor. Prémio Nobel da Medicina;
- Fernandes Tomás – Advogado e político. Fundador do Sinédrio (1818) e um dos chefes da Revolução de 1820;
- Fernando II – Rei de Portugal como marido de D. Maria II;
- Ferreira Borges – Jurisconsulto e político liberal. Fundador do Sinédrio (1818) e um dos chefes da Revolução de 1820;
- Gago Coutinho – Almirante e geógrafo. Realizou com Sacadura Cabral a primeira travessia aérea Lisboa – Rio de Janeiro;

- General Gomes Freire de Andrade – Chefe do primeiro movimento liberal (1817). Grão-Mestre (1816 - 1817);
- General Humberto Delgado – Candidato à Presidência da República (1958);
- General Norton de Matos – Militar, político e cientista. Candidato à Presidência da República (1948);
- Henrique Lopes de Mendonça – Autor da letra do Hino Nacional;
- Jaime Cortesão – Escritor e político;
- João de Deus – Poeta. Autor da Cartilha Maternal;
- Joaquim de Carvalho – Professor da Universidade de Coimbra. Vítima da Inquisição;
- José Estêvão Coelho de Magalhães – Parlamentar. Grão-Mestre (1862);
- José Magalhães Godinho – Advogado e Provedor da Justiça;
- José Relvas – Político e filantropo;
- Leonardo Coimbra – Filósofo, professor e escritor;
- Luís I – Antepenúltimo Rei de Portugal;
- Luz de Almeida – maçom que chefiou a Carbonária, integrava a Loja Montanha e tinha como nome simbólico Desmoulins.
- Machado Santos – Chefe da Revolução de 5 de Outubro de 1910, iniciado na Loja Montanha, com o nome simbólico de Championnet;
- Manuel Bento da Silva Rodrigues – Bispo de Coimbra (1851 - 1858) e Cardeal Patriarca de Lisboa (1858 - 1869);
- Marechal Duque de Saldanha – Político Liberal;
- Marquesa de Alorna (D. Leonor de Almeida) – Poetisa. Protectora de Poetas;
- Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo) – Diplomata. Ministro de D. José I;
- Marquês de Sá da Bandeira – Militar e político. Várias vezes Presidente do Ministério;
- Mendes Cabeçadas – Almirante. Um dos chefes da Revolução de 28 de Maio de 1926;

- Miguel Bombarda – Professor e médico alienista. Participou na preparação da Revolução de 5 de Outubro de 1910, mas não assistiu ao triunfo da República, pois fora assassinado dois dias antes;
- Morgado de Mateus – Diplomata e homem de Letras;
- Mouzinho da Silveira – Magistrado e político reformador;
- Nuno Rodrigues dos Santos – Advogado e parlamentar. Presidente do Partido Social Democrata;
- Passos Manuel – Político liberal. Grão-Mestre da Maçonaria do Norte (1834);
- Pedro IV – O Rei liberal. Grão-Mestre da Maçonaria brasileira;
- Rafael Bordalo Pinheiro – Artista plástico e famoso caricaturista;
- Ribeiro Sanches – Médico e cientista;
- Sebastião de Magalhães Lima – Advogado e jornalista. Grão-Mestre (1907 - 1928). Fundador da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem;
- Sidónio Pais – Militar e professor. Chefe do Governo e Presidente da República;
- Silva Carvalho – Político e magistrado. Primeiro Presidente do Supremo Tribunal de Justiça;
- Teixeira de Pascoais – Advogado e poeta;
- Teófilo Braga – Professor e escritor. Primeiro Presidente do Governo Provisório da República e segundo Chefe de Estado;
- Tomás da Fonseca – Escritor, professor e militante republicano;
- Vitorino Nemésio – Professor e escritor (iniciado em 1923);
- Viscondessa de Juromenha (Maria da Luz Silveira) – A primeira mulher portuguesa iniciada na Maçonaria (1814).

Estrangeiros

- Alexandre Fleming – Inventor da penicilina;
- Beethoven – Genial compositor alemão;
- Charlie Chaplin – Génio do cinema;
- Churchill – Primeiro Ministro britânico;
- Eduardo VII – Rei inglês. Recebeu em 1874 o título de Grão-Mestre das Grandes Lojas Unidas de Inglaterra;
- Danton – Advogado. Um dos chefes populares da Revolução Francesa;
- Diderot – Escritor e filósofo. Director e impulsionador da Enciclopédia;
- Garibaldi – Patriota e libertador italiano;
- Goethe – Génio da literatura alemã e universal;
- Guilherme I – Rei da Prússia e Imperador da Alemanha (iniciado em 1840);
- José Fontana – operário suíço que se destacou no movimento socialista;
- Lincoln – Presidente dos Estados Unidos da América. Aboliu a escravatura;
- Marc Chagall – Pintor francês de origem russa;
- Montesquieu – Filósofo do Direito e crítico social;
- Mozart – Genial compositor austríaco e um dos maiores vultos da História da Música;
- Proudhon – Filósofo francês;
- Roosevelt – Presidente dos Estados Unidos da América;
- Salvador Allende – Presidente do Chile;
- Schiller – Poeta e dramaturgo alemão;
- Simon Bolívar – Libertador da América;
- Voltaire – Grande escritor francês;
- Washington – Primeiro Presidente dos Estados Unidos da América (iniciado em 1752).

Anexo VI

Alguns Nomes Maçónicos da Actualidade

(Relação de algumas figuras conhecidas da cena pública portuguesa que integram ou, em algum momento, integraram as fileiras da Maçonaria)⁸

- Abel Pinheiro – Administrador da Grão-Pará;
- Almeida Santos – Ex-Ministro e ex-Presidente da Assembleia da República;
- Amadeu Paiva – Administrador da Unicre;
- Ana Bela Pereira da Silva – Presidente da Associação Portuguesa das Mulheres Empresárias;
- António Arnaut – Ex-Ministro Socialista;
- António Castro Guerra – Actual Secretário de Estado Adjunto da Indústria e Inovação;
- António de Sousa Lara – Ex-Subsecretário de Estado da Cultura de um Governo de Aníbal Cavaco Silva e Professor Universitário, que acabou envolvido no escândalo da Universidade Moderna;
- António Lamego – Advogado;
- António Pinto Pereira – Advogado;
- António Reis – Ex-Deputado Socialista;
- António Vitorino – Ex-Ministro da Defesa, pelo Partido Socialista e ex-Comissário Europeu, entretanto expulso do Grande Oriente Lusitano por falta de pagamento das quotizações;
- Armando Vara – Ex-Ministro Socialista e actual Administrador da Cixa Geral de Depósitos;

⁸ Cf. LOPES, Isabel, Entrevista a António Reis – “Os maçons ajudam-se uns aos outros como numa família”, in: *Única*, 5 de Maio de 2007, p. 74 - 88, *Expresso*, Nº 1801, 5 de Maio de 2007.

PEREIRA, Helena, “O Patrão dos Espiões”, in *Tabu*, p. 24 - 25, Semanário *Sol*, nº 83, 12 de Abril de 2008.

VILELA, António José, ESTEVES, Fernando, “As ligações poderosas da organização que não quer aparecer – A Maçonaria por dentro”, in: *Sábado*, Nº 161, 31 de Maio a 6 de Junho de 2007, p. 40 - 50.

http://www.verbojuridico.net/inverbis/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=533

- Arnaldo João – Advogado;
- Cal Gonçalves – Ex-Chefe de Gabinete de Carmona Rodrigues, cargo exercido enquanto este presidiu à Câmara Municipal de Lisboa;
- Carlos Monjardino – Presidente da Fundação Oriente;
- Carlos Zorrinho – Ex-Secretário de Estado Socialista e Coordenador do Plano Tecnológico;
- Cipriano Justo – Médico e Sindicalista;
- Diamantino Lopes – Ex-Vice-Bastonário da Ordem dos Advogados;
- Dias Baptista – Líder do Partido Socialista na autarquia de Lisboa;
- Emanuel Martins – Líder do Partido Socialista de Oeiras;
- Fausto Correia – Eurodeputado e ex-Secretário de Estado Socialista;
- Fernando Lima Valadas – Gestor da construtora Abrantina;
- Fernando Reino – Diplomata Jubilado;
- Isaltino Morais – Ex-Ministro Social-Democrata e actual Presidente da Câmara Municipal de Oeiras;
- Germano de Sousa – Ex-Bastonário da Ordem dos Médicos;
- Gonçalo Velho – Membro do Partido Socialista – Carnide;
- Guerra da Mota – Advogado;
- Jacinto Simões – Médico e ex-Director do Hospital de Santa Cruz;
- João Cravinho – Ex-Ministro das Obras Públicas, pelo Partido Socialista e actual Administrador do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento;
- João Soares – Ex-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa;
- Jorge Coelho – Ex-Ministro Socialista;
- Jorge Silva Carvalho – Chefe de Gabinete de Júlio Pereira, Director do Serviço de Informações da República Portuguesa;
- José António Barreiros – Advogado;
- José Braga Gonçalves – Ex-Administrador da Universidade Moderna, projecto que acabaria por dar origem a um dos maiores escândalos políticos dos últimos vinte anos, e que em muito prejudicou a imagem da Maçonaria, sobretudo da Grande Loja Regular de Portugal, bem como de

alguns políticos, como Paulo Portas ou Santana Lopes, ex-Gestores da Amostra, a empresa de sondagens da Universidade;

- José Fernandes Fafe – Diplomata;
- José Manuel Anes – Criminalista e Director da revista *Segurança e Defesa*;
- José Miguel Boquinhas – Médico, Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental e ex-Secretário de Estado Socialista;
- José Moreno – Social Democrata e Subdirector do Gabinete de Planeamento do Ministério das Finanças;
- Leonor Coutinho – Integrou o Executivo de António Guterres como Secretária de Estado da Habitação;
- Luís Moitinho de Oliveira – Advogado;
- Maldonado Gonelha – Administrador da Caixa Geral de Depósitos e ex-Ministro da Saúde, pelo Partido Socialista;
- Manuel Pinto – Advogado;
- Maria Belo – Psicanalista e militante do Partido Socialista;
- Mário Martin Guia – Escritor;
- Miguel Almeida – Ex-Vereador Social Democrata em Lisboa, foi o “braço-direito” de Santana Lopes nesta Câmara Municipal;
- Miguel Cardina – Advogado;
- Miguel Coelho – Líder da distrital do Partido Socialista – Lisboa;
- Nuno Godinho Matos – Advogado;
- Palma Inácio – Ex-resistente antifascista;
- Paulo Noguês – Especialista em marketing político e institucional;
- Ricardo da Velha – Desembargador Jubilado, participou no programa televisivo “O Juiz Decide”;
- Ricardo Sá Fernandes – Advogado e ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, pelo Partido Socialista;
- Rodrigo Santiago – Advogado;
- Rosa do Egipto – Administrador da EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa;

- Rui Cunha – Ex-Secretário Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, pelo Partido Socialista, nomeado para Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- Rui Gomes da Silva – Deputado e ex-Ministro Social Democrata;
- Rui Paulo Figueiredo – Membro do Partido Socialista – Lisboa;
- Rui Pereira – Actual Ministro da Administração Interna, ex-Director dos Serviços de Informação e Segurança, ex-Encarregado para a Reforma do Código Penal, ex-Juíz do Tribunal Constitucional, ex-Director do Observatório de Segurança e Terrorismo, ex-Professor na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;
- Santinho Cunha – Médico legista;
- Vasco Lourenço – Militar de Abril;
- Vitalino Canas – Advogado e Deputado do Partido Socialista, entretanto expulso do Grande Oriente Lusitano por falta de pagamento das quotizações.

Anexo VII

O Hino Nacional⁹

“A Portuguesa”, que hoje é um dos símbolos nacionais de Portugal (o seu hino nacional), nasceu como uma canção de cariz patriótico em resposta ao ultimato britânico para que as tropas portuguesas abandonassem as suas posições em África, no denominado “Mapa cor-de-rosa”.

Em Portugal, a reacção popular contra os ingleses e contra a Monarquia, que permitira esse género de humilhação, manifestou-se de várias formas. “A Portuguesa” foi composta em 1890, por Henrique Lopes de Mendonça (letra) e Alfredo Keil (música), ambos membros da Maçonaria, e foi utilizada desde cedo como símbolo patriótico e republicano. Aliás, a 31 de Janeiro de 1891, numa tentativa falhada de golpe de Estado que pretendia implantar a República em Portugal, esta canção já aparecia como a opção dos republicanos para hino nacional, o que aconteceu, efectivamente, quando, após a instauração da República a 5 de Outubro de 1910, a Assembleia Nacional Constituinte a consagrou como símbolo nacional, a 19 de Junho de 1911 (na mesma data em que foi também adoptada a actual bandeira nacional).

“A Portuguesa”, proibida pelo regime monárquico, e que originalmente tinha uma letra um tanto ou quanto diferente (mesmo a música foi sofrendo algumas alterações) – onde hoje se diz “*contra os canhões*”, dizia-se “*contra os bretões*”, ou seja, os ingleses – veio substituir o “Hymno da Carta”, então o hino da monarquia.

Em 1956, subsistiam, no entanto, várias versões do hino, não só na linha melódica, mas também nas instrumentações, especialmente para banda, pelo que o governo nomeou uma comissão encarregada de estudar uma versão oficial de “A Portuguesa”. Essa comissão elaborou uma proposta que seria aprovada em

⁹ Cf. <http://aliberdadedeescrita.blogs.sapo.pt/arquivo/171739.html>.
Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Hino_nacional_de_Portugal.

Conselho de Ministros a 16 de Julho de 1957, mantendo-se o hino inalterado deste então.

Convém referir que a música denota uma clara influência do hino nacional francês, “La Marseillaise”, também ele um símbolo revolucionário.

O hino é composto por três partes, cada uma delas com duas quadras, seguidas do refrão, uma quintilha. É de salientar que, das três partes do hino, apenas a primeira é usada em cerimónias oficiais, sendo as outras duas partes praticamente desconhecidas do grande público.

“A Portuguesa” é executada oficialmente em cerimónias nacionais, civis e militares, onde é prestada homenagem à Pátria, à Bandeira Nacional ou ao Presidente da República. Do mesmo modo, em cerimónias oficiais no território português por recepção de chefes de Estado estrangeiros, a sua execução é obrigatória depois de ouvido o hino do país representado.

“A Portuguesa” foi designada como um dos símbolos nacionais de Portugal na constituição de 1976, constando no artigo 11º, nº 2, da Constituição da República Portuguesa (Símbolos nacionais e língua oficial), onde pode ler-se: “2. O Hino Nacional é «A Portuguesa»”.

“A Portuguesa”

Data: 1890 (com alterações de 1957)

I

Heróis do mar, nobre povo,
Nação valente e imortal
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal!

Entre as brumas da memória,
Ó Pátria, sente-se a voz
Dos teus egrégios avós
Que há-de guiar-te à vitória!

Às armas, às armas!
Sobre a terra, sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar
Contra os canhões marchar, marchar!

II

Desfralda a invicta Bandeira,
À luz viva do teu céu!
Brade a Europa à terra inteira:
Portugal não pereceu

Beija o teu solo jucundo
O oceano, a rugir de amor,
E o teu Braço vencedor
Deu mundos novos ao mundo!

Às armas, às armas!
Sobre a terra, sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar
Contra os canhões marchar, marchar!

III

Saudai o Sol que desponta
Sobre um ridente porvir;
Seja o eco de uma afronta

O sinal de ressurgir.

Raios dessa aurora forte
São como beijos de mãe,
Que nos guardam, nos sustêm,
Contra as injúrias da sorte.

Às armas, às armas!
Sobre a terra, sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar
Contra os canhões marchar, marchar!

“A Portuguesa”

Data: 1890¹⁰

I

Heróis do mar, nobre povo,
Nação valente e imortal
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal!
Entre as brumas da memória,
Ó Pátria, sente-se a voz
Dos teus egrégios avós
Que há-de guiar-te à vitória!

Às armas, às armas!
Sobre a terra, sobre o mar,

¹⁰ Ortografia actualizada.

Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar
Contra os bretões marchar, marchar!

II

Desfralda a invicta Bandeira,
À luz viva do teu céu!
Brade a Europa à terra inteira:
Portugal não pereceu

Beija o teu solo jucundo
O oceano, a rugir de amor,
E o teu Braço vencedor
Deu mundos novos ao mundo!

Às armas, às armas!
Sobre a terra, sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar
Contra os bretões marchar, marchar!

III

Saudai o Sol que desponta
Sobre um ridente porvir;
Seja o eco de uma afronta
O sinal de ressurgir.

Raios dessa aurora forte
São como beijos de mãe,
Que nos guardam, nos sustêm,
Contra as injúrias da sorte.

Às armas, às armas!
Sobre a terra, sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar
Contra os bretões marchar, marchar!

Anexo VIII

Texto de João Mendes Rosa¹¹

Quarta-feira, Fevereiro 01, 2006.

“O ASSASSINATO DE D. CARLOS

LEMBRAR UM ACTO TERRORISTA CONTRA O ESTADO PORTUGUÊS EM EVENTO ADIADO DURANTE 98 ANOS!

Cumprir-se-á, dentro de escassos dois anos, o primeiro centenário do assassinato do Rei D. Carlos e do seu filho D. Luís Filipe. Face à lucidez que a distância dos anos proporciona aos juízos e análises, expurgadas as paixões que turvam as consciências e encolerizações que aviltam os factos, é hoje indubitável que D. Carlos – «O Martirizado», no categórico cognome que lhe outorgou ad semper Ramalho Ortigão –, foi (a despeito da propaganda jacobinizante do tempo, que ainda hoje tem por aí serôdios resquícios) modelo de Homem e exemplo de Chefe de Estado: na sua personalidade convergia o cientista laborioso e probo, o pintor de merecido reconhecimento, o desportista habilíssimo, o diplomata de nomeada internacional.

No passado dia 1 de Fevereiro, passou mais um aniversário do duplo crime do Terreiro do Paço. Mas desta vez, e com um atraso de precisamente 98 anos, foi descerrada, no fatídico local, uma lápide que assinala o nefando episódio. Bem andou pois a Real Associação de Lisboa ao promover um acto com tamanha transcendência. Portugal cumpre assim o duplo dever de condenar um acto terrorista num contexto internacional de unânime reprovação dessa prática e, também, de memoriar D. Carlos – uma das mais belas expressões de humanista na Europa do seu tempo.

E a simbologia deste acto tanto mais se avulta à luz dos acontecimentos ocorridos após o Regicídio quanto se sabe que uma iniciativa congénere constituiu a derradeira bandeira do hoje injustamente esquecido Conde de Arnoso

¹¹ Historiador.

Vide http://jacarandas.blogspot.com/2006_02_01_archive.html.

(Bernardo Pinheiro Correia de Melo), secretário particular de D. Carlos, escritor, jornalista, cronista, dramaturgo; um dos mais íntimos amigos de Eça de Queiroz (Cf. «Correspondência») e com ele membro dos «Vencidos da Vida» – plêiade que considerava de resto D. Carlos como seu «confrade suplente» (Cf. o nosso livro «Das Conferências do Casino aos Vencidos da Vida», 1998). Foi pois o Conde de Arnoso – em diligência desesperada, arrojada e solitária – quem, logo desde 1908, instou no Parlamento (ante a placidez e cobardia da generalidade dos políticos, entre eles o nefando Amaral, que ele repreendeu publicamente e lhe vaticinou 'remorsos'), para que, ao menos, se colocasse «uma lápide» no local do crime evocando o assassinato do rei e do príncipe. Mas foi tal a celeuma que este simples gesto levantou, que logo os illuminati, mormente a ala radical orquestrada a partir dos conciliábulos havidos n' O Mundo, montaram uma forte campanha de miserável jocosidade, passando a chamá-lo invariavelmente de «Conde da Lápide». Arnoso, todos os dias (no dizer de Rocha Martins) recebia «maços de cartas anónimas com ameaças; umas escritas a tinta vermelha, traziam punhais e mais desenhos cabalísticos, falavam de morte e de lhe fazerem voar o palacete pela dinamite».

Para a opinião pública mais desavisada, o talentoso autor de «Jornadas pelo Mundo», o intelectual e elevadíssimo Conde de Arnoso que Eça chamava de «delicado», morreria sendo apenas o... «Conde da Lápide». Sobreviveu apenas três anos ao seu chorado rei e amigo, passando os últimos tempos da sua vida em profundo abatimento e absolutamente desapontado com o seu próprio país.

Suponho que com este passo, a sociedade portuguesa assume, frontalmente, ante a comunidade internacional o acto terrorista de 1908. É que não se tratou de um crime fortuito, pensado por dois indivíduos anarquistas, como romanticamente ainda corre; tratou-se antes, como o expressou ao tempo a voz enfurecida e solitária de Arnoso na Câmara do Pares, de «um verdadeiro bando de assassinos a desfechar carabinas e revolveres sobre a carruagem real». Foi obra de uma terrível e autêntica organização terrorista, rigidamente hierarquizada e com aderentes dos mais variados sectores sociais: a Carbonária Portuguesa. Dos estudos que temos envidado até ao momento (Cf. o nosso livro «Pad'Zé – O Cavaleiro da Utopia», 2000) apurámos o nome de onze regicidas, mas estima-se

que o seu número fosse muito superior. Era uma autêntica milícia de intervenção em que os seus elementos, postados em vários pontos do trajecto previsto para a passagem do landau, dariam morte, de uma forma ou de outra, à Família Real.

A acção militar secreta da Carbonária tem sido tratada de uma forma incompreensivelmente benévola. Uma impunidade que transitou do foro judicial para os compêndios de história! Urdindo uma intrincada trama de conspirações e atentados, muitas malfeitorias estão ainda por deslindar: umas acobertadas em suicídios duvidosos e mortes de causas muito dúbias; outras branqueadas ao tempo por uma poderosa instrumentalização das instituições.

O hediondo «Crime de Cascais» (1909) que nós próprios dissecámos no livro atrás citado é indesmentivelmente, entre outros, um dos mais formidáveis actos terroristas perpetrados em solo português, que alguns ainda agora pretendem apócrifo. É indubitável que o muito documentado fabrico de bombas (duas delas explodiram acidentalmente durante a sua confecção mas deixaram Lisboa em pânico), o tráfico de explosivos e armas, a disciplina inflexível infligida aos membros daquela organização, influiu decisivamente no curso da História de Portugal do século passado. Recordem-se as palavras de António José de Almeida: «Sem Carbonária não há revolução». Depois, o insuspeito Fialho de Almeida não hesitou em condenar a triste imagem que Portugal estava a transmitir (após 1910), ao aceitar constituir governos com manuseadores de bombas!

A «lápide» evoca a memória de um rei modelar e de um príncipe promissor vítimas do fanatismo e do fundamentalismo. Mas é também a reprovação cabal do terrorismo.”

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Luís Machado de, *Ensaaios Anticlericais*. Lisboa, Roma Editora, 2004.

ABREU, Luís Machado de, “Viagem à Volta da Noção de Anticlericalismo”, in Luís Machado de Abreu (coord.), *Variações Sobre Tema Anticlerical*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2004, p. 9 - 18.

“Aderentes e Adesivos”, in *O Intransigente*, dir. Machado Santos, nº 22, Lisboa, 4 de Dezembro de 1910.

ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, Nova Ed., preparada e dirigida por Damião Peres. Porto – Lisboa, Livraria Civilização Editora, s. d..

ALMEIDA, São José, “Mulheres maçons são 300 e estão a aumentar”, in *Público*, Sábado, 19 de Maio de 2007, p. 2 - 3.

ALVES, Lilly, (sem indicação de título), in NUNES, Bruno Miguel, CARVALHO, Frederico Bérnard de, *Do Secreto ao Discreto – Maçonaria em Portugal*. Lisboa, Produções Editoriais, Lda., 2006, p. 69 - 72.

ANES, José Manuel, *Fernando Pessoa e os Mundos Esotéricos*. Ésquilo, Edições e Multimédia, Lda., 2004.

_____, *Maçonaria Regular*. Lisboa, Hugin Editores, Lda., 2003.

ARNAUT, António, *Introdução à Maçonaria*. 5ª ed.. Coimbra Editora, 2006.

AUSTIN, F. Britten, “A mão oculta em Portugal – A carbonaria secreta, cuja influencia misteriosa se tem feito sentir em todas as revoluções portuguesas”, in: *ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 350. Lisboa, 31 de Março de 1927, p. 19 - 21.

_____, “Os segredos da Carbonária”, *in: ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 351. Lisboa, 7 de Abril de 1927, p. 21.

_____, “Os segredos da Carbonária – As origens da Carbonária em Portugal: As Primeiras Carbonárias Portuguesas – O assassinio dos lentes no Cartaxinho – Quem eram os «Divodis» ou «Divodignos» - Uma cilada no descampado – A seita e os seus crimes – O assalto ao dinheiro dos assassinados – Carbonária e Grande Oriente – Um Padre carbonário – Iniciações no Cemitério dos Prazeres – A Carbonária do Além – Luz de Almeida e as sociedades secretas – Os homens dos balandraus”, *in: ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 353. Lisboa, 21 de Abril de 1927, p. 10 - 11.

_____, “Os segredos da Carbonária – As origens da Carbonária em Portugal: A seita e os seus crimes – O assalto ao dinheiro dos assassinados – As forcas do Cais do Sodré – Os mistérios da Maçonaria – Carbonária e Grande Oriente – Um Padre carbonário – Os Grã-Mestres maçónicos – Iniciações no Cemitério dos Prazeres – A Carbonária do Além”, *in: ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 354. Lisboa, 28 de Abril de 1927, p. 18 - 19.

_____, “Os segredos da Carbonária – As origens da Carbonária em Portugal: Um carbonário na vala comum – Onde aparece uma Carbonária de estudantes – As secções «Futuro e Justiça» - Luz de Almeida e as sociedades secretas”, *in: ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 355. Lisboa, 5 de Maio de 1927, p. 14 - 15.

_____, “Os segredos da Carbonária – Da Carbonária dos idealistas ao início da acção terrível: Os segredos da associação secreta – Máscaras e balandraus – Uma amante do secretário de Alpoim e as bombas do Carrião – A explosão da bomba do Castelo e os seus cúmplices – Protectores dos bombistas”, *in: ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 357. Lisboa, 19 de Maio de 1927, p. 14 - 15.

_____, “Os segredos da Carbonária – Da Carbonária dos idealistas ao início da acção terrível: Intervenção dos republicanos na Carbonária – Os idealistas carbonários – Opiniões do comerciante Grandella – Os chefes da Alta Venda – Onde se fala do crime de Cascais”, *in: ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 358. Lisboa, 26 de Maio de 1927, p. 14 - 15.

_____, “Os segredos da Carbonária – Grandesa e decadência da Carbonária: O assassínio de Nunes Pedro – Os autores e os cúmplices – Como se cala um denunciante – O crime da Carbonária”, *in: ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 359. Lisboa, 2 de Junho de 1927, p. 14 - 15.

_____, “Os segredos da Carbonária – Grandesa e decadência da Carbonária: A Carbonária e o fabrico de bombas – Comerciantes agentes de destruição – Os denunciante carbonários – Fuga de Luz de Almeida – Mais provas carbonárias”, *in: ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 360. Lisboa, 9 de Junho de 1927, p. 14 - 15.

_____, “Os segredos da Carbonária – Grandesa e decadência da Carbonária: Como se desmoronava a Carbonária – Nomes e profissões de alguns denunciante e denunciado – Singularidades da associação secreta”, *in: ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 361. Lisboa, 16 de Junho de 1927, p. 10 - 11.

_____, “Os segredos da Carbonária – Grandesa e decadência da Carbonária: Como se desmoronava a Carbonária – Nomes e profissões de alguns denunciante e denunciado – Singularidades da associação secreta”, *in: ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 362. Lisboa, 23 de Junho de 1927, p. 14 - 15.

_____, “Os segredos da Carbonária – Como ela se desmoronava – Nomes e profissões de alguns denunciante e denunciado – Singularidades da associação secreta”, *in: ABC – Revista Portuguesa*. Ano VII – Nº 363.

Lisboa, 30 de Junho de 1927, p. 16.

AZEVEDO, Ana Paula, CABRITA, Felícia, Entrevista a Catalina Pestana – “Agora sou a provedora dos miúdos”, *in Tabu*, p. 54 - 61, *Semanário Sol*, nº 57, 13 de Outubro de 2007.

AZEVEDO, Ana Paula, GUERREIRO, Catarina, Entrevista a Mário Martin Guia – “Ainda há quem veja os maçons como mata-padres”, *in Tabu*, p. 44 - 55, *Semanário Sol*, nº 50, 25 de Agosto de 2007.

AZEVEDO, Ana Paula, RAINHO, Vítor, Entrevista a Pinto Monteiro – “Não sou homem de mão de ninguém”, *in Tabu*, p. 34 - 43, *Semanário Sol*, nº 58, 20 de Outubro de 2007.

AZEVEDO, João Lúcio de, *A Evolução do Sebastianismo*. Lisboa, Editorial Presença, 1984.

BAYARD, Jean-Pierre, *La Spiritualité de la Franc-Maçonnerie – De l’Ordre Initiatique Traditionnel aux Obédiences*. Col. «Horizons Ésotériques». St. Jean-de-Braye, Éditions Dangles, 1982.

BESSELAAR, José Van Den, *O Sebastianismo : história sumária*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

BRAGA, Teófilo, *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa, Vega, Lda., s.d..

BRANDÃO, José, *Carbonária – O Exército Secreto da República*. Lisboa, Publicações Alfa, S.A., 1990.

BRANDÃO, Raúl, *Vida e Morte de Gomes Freire*. Lisboa, Editorial Comunicação, 1998.

BRUNO, Sampaio, *A Dictadura – Subsídios Moraes para seu Juízo Crítico*. Porto, Lello & Irmão Editores, 1909.

CABRAL, António, *Os Culpados da Queda da Monarquia*. Lisboa, 1946.

CABRAL, Alexandre, *Os Crimes da Monarquia*. Col. Seara Nova, Lisboa, Seara Nova, 1973.

CABRAL, Manuel Villaverde, “A Estética do Nacionalismo: Modernismo Literário e Autoritarismo Político em Portugal no Início do Século XX”, *in*: Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinho (coord.), *A Primeira República Portuguesa – Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2000.

CÂMARA, João de Sousa da, *República, Heróis e Ídolos*. Lisboa, 1980.

CARDOSO, Inês, “Congresso – Maçonaria duplicou membros e ganhou faixas mais jovens”, *in*: *Jornal de Notícias*, Edição Nacional, Nº 25 ano 119, Segunda-feira 26 de Junho de 2006, p. 15.

CARDOSO, Inês, Entrevista a Trovão do Rosário – “Influência política da maçonaria não resulta de estratégia”, *in*: *Jornal de Notícias*, Edição Norte, Nº 297 ano 119, Domingo 25 de Março de 2007, p. 11.

CARVALHO, António Carlos, *Para a História da Maçonaria em Portugal 1913 – 1935*. Col. Janus, 2ª ed.. Lisboa, Vega Lda., 1993.

CATROGA, Fernando, “As Maçonarias Liberais e a Política”, *in*: José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, Vol. V, *O Liberalismo (1807-1890)*. Ed. nº 2408. Círculo de Leitores, s.d., p. 204 - 211.

_____, “Bernardino Machado e a Maçonaria”, *in*: *Actas do*

Colóquio Bernardino Machado – Bernardino Machado: O Homem, o Cientista, o Político e o Pedagogo. Col. Cadernos Museu Bernardino Machado 4. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 6 / 7 de Novembro de 1998.

_____, *O Republicanismo em Portugal – da Formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2ª ed.. Editorial Notícias, s.d..

_____, “Positivistas e Republicanos”, *in*: TORGAL, Luís Reis, *et. al.*, *História da História em Portugal – Sécs. XIX-XX*. Círculo de Leitores, s.d., p. 87 - .

COSTA, Cunha e, *A Igreja Catholica e Sidonio Paes*. Coimbra, Coimbra Editora Lda., 1921.

CRISTÃO, Catarina, Entrevista a Mário Machado – “Preferimos a morte à desonra”, *in Tabu*, p. 36 - 43, *Semanário Sol*, nº 61, 10 de Novembro de 2007.

CUNHA, Norberto, “Liberdade, Moral e Religião em Bernardino Machado”, *in A Igreja e o Estado em Portugal – Da 1ª República ao limiar do Século XXI*. Actas dos Encontros de Outono (21-22 de Novembro de 2003). Col. Cadernos Museu Bernardino Machado – 7. Vila Nova de Famalicão, Editora Ausência, 2004, p. 29 - 65.

CZERNIN, Otto, “Soldadinhos de chumbo e jogos de poder”, *in: Magazine Grande Informação*, Nº 7, Junho de 2006, p. 6.

DIAS, Graça e J. S. da Silva, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Vol. I, Tomo II. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980.

_____, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Vol. II, Tomo II. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980.

DIAS, João José Alves, “A República e a Maçonaria (O Recrutamento Maçónico na Eclosão da República Portuguesa)”, in *Nova História, 1ª República Portuguesa*, nº 2, Dezembro de 1984, p. 31 - 73.

DIAS, Miguel António, *Annaes e Código dos Pedreiros Livres em Portugal*. Lisboa, 1853. Ed. Especial, Medina Celli (Org.), 1ª Reimpressão Fac-similada, Julho / 98.

Diálogos com a Maçonaria. Maia, Ver o Verso Edições, Lda., 2006.

Dictionary of Quotations. London, Brockhampton Press, 1995.

FARIA, António, *O Cilindro de Crísipo – Maçonaria e Política*. Col. Documenta Historica. Lisboa, Nova Vega, 2006.

FERNANDES, Ferreira, FERREIRA, João, *Frases que Fizeram a História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006.

FERRÃO, Carlos, *A Obra da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, 1966.

FERREIRA, David, *História Política da Primeira República Portuguesa (1910 - 1915)*, partes I e II. Lisboa, 1973.

_____, *História Política da Primeira República Portuguesa (1915 - 1917)*, Lisboa, 1981.

FERRO, João Pedro, *Maçonaria e Política no Século XIX: A Loja «Liberdade» (Coimbra, 1863 – 1864)*. Lisboa, Editorial Presença, 1991.

FONSECA, Luís Falcão da, *Anuário Maçónico Português – Fragmentos*. Lisboa, Folhas e Letras, 2003.

FONSECA, Manuel, “A Maçonaria e a sua expressão”, *in: Diário do Minho*, Quarta-feira, 2 de Janeiro de 2008, p.16.

FREIRE, João, “A República e o Movimento Operário”, *in: Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinho (coord.), A Primeira República Portuguesa – Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 77 - 89.

GOMES, Joaquim da Silva, “As tentativas de regicídio em Portugal”, *in: Correio do Minho*, Terça-feira, 22 de Janeiro de 2008, p. 3.

COUTO, Sérgio Pereira, *Maçonaria para Não- Iniciados*. São Paulo, Universo dos Livros, 2007.

GRAÍNHA, Manuel Borges, *História da Franco-Maçonaria em Portugal 1733 – 1912*. Col. Janus, 4ª ed.. Lisboa, Vega Lda., s.d..

Grandes Discursos Políticos – Discursos e Textos Políticos de Grandes Protagonistas da História (primeira série). Col. Memória(s) da Memória - I. Selecção, Organização, Prefácio e Notas de Leopoldino Serrão. Vila Nova de Gaia, Editora Ausência, 2005, p. 67 - 86.

História da Revolta do Porto – João Chagas, Ex-Tenente Coelho: depoimento de dois «cúmplices». Ed. *fac simile*. Lisboa, Assírio e Alvim, 1978.

HOMEM, Amadeu Carvalho, *Da Monarquia à República*. Viseu, Palimage Editores, 2001.

_____, “O Republicanismo e o Socialismo”, *in: José Mattoso (dir.) História de Portugal, Vol. V, O Liberalismo (1807-1890)*. Ed. nº 2408. Círculo de Leitores, s.d., p. 239 - 251.

HURTADO, Amando, *Nós, os Maçons*. Maia, Ver o Verso Edições, Lda., 2006.

JEFFERS, H. Paul, *Freemasons – Inside The World’s Oldest Secret Society*. New York, Kensington Publishing Corp., 2005.

KATZ, Jacob, *Juifs et Francs-Maçons en Europe (1723-1939)*. Paris, Les Éditions du Cerf, 1995.

LÁZARO, Pedro Alvarez, “Origen, Evolución y Naturaleza de la Masonería Contemporánea”, *in*: Pedro Alvarez Lázaro (coord.), *Maçonaria, Igreja e Liberalismo – Masonería, Iglesia y Liberalismo*. Actas da Semana de Estudos da Faculdade de Teologia (Porto, 1 a 4 de Fevereiro de 1994). Porto, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, Universidade Católica Portuguesa, Madrid, Universidad Pontificia Comillas, 1996, p. 33 - 53.

LEAL, Ernesto Castro, “Partidos e Grupos Políticos na I República”, *in*: João Medina (dir.), *História de Portugal – Dos Tempos Pré-Históricos Aos Nossos Dias*. Amadora, Clube Internacional do Livro, 1998, p. 287 - 318.

LEANDRO, Sandra, “Um Riso Fácil? A Caricatura Anticlerical de Rafael e Gustavo Bordalo Pinheiro”, *in* Luís Machado de Abreu (coord.), *Incidências Anticlericais*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2006, p. 115 - 132.

LOPES, Isabel, Entrevista a António Reis – “Os maçons ajudam-se uns aos outros como numa família”, *in*: *Única*, 5 de Maio de 2007, p. 74 - 88, *Expresso*, Nº 1801, 5 de Maio de 2007.

Lyon Carrefour Européen de la Franc-Maçonnerie – Musée des Beaux-Arts de Lyon, 28 Juin – 22 Septembre 2003. Mémoire Active.

MADUREIRA, Arnaldo, *A Questão Religiosa na I República – Contribuições Para Uma Autópsia*. Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

MAFRA, Aprígio, *Ilustração Portuguesa*, nº 868. Lisboa, 7 de Outubro de

1922.

MARCELINO, D. António, “Maçonaria República e Poder Governativo”, *in: Síntese*, nº 186, Julho – Setembro, 2007, p. 53 - 55.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995.

_____, *A Primeira República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*. 3ª ed.. Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

_____, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. 2 vols.. Lisboa, Editorial Delta, 1986.

_____, *Ensaios de História da I República Portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

_____, “História de Portugal: Desde os Tempos mais Antigos até à Presidência do Sr. General Eanes – Manual para uso de estudantes e outros curiosos por assuntos do passado pátrio”, *in História de Portugal*, Vol. III, *Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. Lisboa, Palas Editores, s.d..

_____, *História de Portugal*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

MARQUES, A. H. de Oliveira, DIAS, João José Alves, *História da Maçonaria em Portugal*, Vol. I, *Das Origens ao Triunfo*. Lisboa, Editorial Presença, 1990.

MARQUES, A. H. de Oliveira, SERRÃO, Joel, (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. *Portugal – Da Monarquia para a República*. Lisboa, Editorial Presença, 1991.

MARTINS, Miriam, *Citações Famosas para Todas as Ocasões*. 3ª ed., Cruz Quebrada, Editorial Notícias, 2005.

MATOS, Norton de, PESSOA, Fernando, *Antologia a Maçonaria*. 2ª ed., José Ribeiro, Editor, 1993.

MEDINA, João, *História de Portugal*, Vol. XIII. Amadora, Ediclube, 2004.

_____, “O Fenómeno da Adesivagem às Novas Instituições”, in *História contemporânea de Portugal*, Dir. João Medina, Vol. I, p. 85 - 124.

MOLLEDA, Maria Dolores Gómez, “Masonería y Democracia en la España Contemporánea”, in: Pedro Alvarez Lázaro (coord.), *Maçonaria, Igreja e Liberalismo – Masonería, Iglesia y Liberalismo*. Actas da Semana de Estudos da Faculdade de Teologia (Porto, 1 a 4 de Fevereiro de 1994). Porto, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, Universidade Católica Portuguesa, Madrid, Universidad Pontificia Comillas, 1996, p. 73 - 91.

MORAIS, Jorge, *Com Permissão de Sua Majestade – Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*. Via Occidentalis Editora, Lda., 2005.

MOURA, Maria Lúcia de Brito, *A Guerra Religiosa na Primeira República*. Cruz Quebrada, Editorial Notícias, 2004.

NETO, Sílvio Pélico de Oliveira, *O Catolicismo e o Progresso das Sociedades Humanas*. Coimbra, França & Arménio, 1913.

NETO, Vítor, “O Estado e a Igreja na 1ª República”, in *A Igreja e o Estado em Portugal – Da 1ª República ao limiar do Século XXI*. Actas dos Encontros de Outono (21-22 de Novembro de 2003). Col. Cadernos Museu Bernardino Machado – 7. Vila Nova de Famalicão, Editora Ausência, 2004, p. 15 - 28.

NUNES, Bruno Miguel, CARVALHO, Frederico Bérnard de, *Do Secreto ao Discreto – Maçonaria em Portugal*. Lisboa, Produções Editoriais, Lda., 2006.

O Intransigente, dir. Machado Santos, nº 14, Lisboa, 25 de Novembro de 1910.

PEREIRA, Helena, “O Patrão dos Espiões”, in *Tabu*, p. 24 - 25, Semanário *Sol*, nº 83, 12 de Abril de 2008.

PEREIRA, Miriam Halpern, “As Origens do Estado-Providência em Portugal: As Novas Fronteiras Entre Público e Privado”, in: Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinho (coord.), *A Primeira República Portuguesa – Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 47 - 76.

PIGEARD, Alain, *et al.*, *Os Franco-Mações*. Cascais, Editora Pergaminho, 2003.

PINTO, António Costa, “A Queda da Primeira República”, in: Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinho (coord.), *A Primeira República Portuguesa – Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 25 - 44.

PIRES, António Barata, “Maçonaria e Cidadania no Terceiro Milénio”, in *Diálogos com a Maçonaria*. Maia, Ver o Verso Edições, Lda., 2006, 39 - 45.

PIZARRO, Paulo, “Outro Mistério, outro olhar sobre a Maçonaria”, in: *Magazine Grande Informação*, Nº 7, Junho de 2006, p. 30 - 38.

QUEIROZ, Eça de, ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*. Coord. de Maria Filomena Mónica. Lisboa, Principia, 2004.

REGO, Raul, *História da República*, vols. II a V, Lisboa, 1986 - 1987.

REIS, António do Carmo, “Maçonaria e Liberalismo no Porto: tópicos para um

debate”, in: Pedro Alvarez Lázaro (coord.), *Maçonaria, Igreja e Liberalismo – Masonería, Iglesia y Liberalismo*. Actas da Semana de Estudos da Faculdade de Teologia (Porto, 1 a 4 de Fevereiro de 1994). Porto, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, Universidade Católica Portuguesa, Madrid, Universidad Pontificia Comillas, 1996, p. 29 - 32.

RELVAS, José, *Memórias Políticas*, Vol. I. Lisboa, 1977.

RIBEIRO, Aquilino, *Um Escritor Confessa-se. Memórias*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1972.

ROBINSON, Richard A. H., “Os Católicos e a Primeira República”, in: Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinho (coord.), *A Primeira República Portuguesa – Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 91 - 105.

SALDANHA, Teresa de, *Cartas de Teresa de Saldanha na Primeira República 1910 – 1915*. Cartas Seleccionadas pelas Irmãs Rita Maria Nicolau e Maria Cecília Campos. Lisboa, Irmãs Dominicanas de Sena e Alêtheia Editores, 2006.

SANTOS, Delfim, *Actualidade e Valor do Pensamento Filosófico de Leonardo Coimbra*. Porto, Edições Marãnus, 1956.

SANTOS, Machado, *A Revolução Portuguesa: 1907 - 1910* (Relatório de Machado Santos). Lisboa, (1ª ed.: Typographia Liberty, 1911), ed. facsimilada: Arquimedes Livros, Abril de 2007 (tiragem de 80 exemplares).

SARAIVA, José Cabrita, “D. Carlos – Aqui d’el Rei” in *Tabu*, p. 40 - 46, *Semanário Sol*, nº 72, 26 de Janeiro de 2008.

SARAIVA, José Hermano, *História Concisa de Portugal*. Col. Saber, 20ª ed..

Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999.

SERRA, João B., “O Sistema Político da Primeira República”, *in*: Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinho (coord.), *A Primeira República Portuguesa – Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 109 - 129.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. X. Lisboa, Verbo, 1989.

_____, *História de Portugal*, Vol. XI. Lisboa, Verbo, 1989.

SERRÃO, Joel, *Da “Regeneração” à República*. Col. Horizonte Histórico. Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

_____, (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979.

_____, *Dicionário de História de Portugal*, 4 vols., (ed. lit.), 1ª edição, Vol. I. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963 - 1971.

SILVA, Francisco Ribeiro da, “A Maçonaria e o Liberalismo no Porto”, *in*: Pedro Alvarez Lázaro (coord.), *Maçonaria, Igreja e Liberalismo – Masonería, Iglesia y Liberalismo*. Actas da Semana de Estudos da Faculdade de Teologia (Porto, 1 a 4 de Fevereiro de 1994). Porto, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, Universidade Católica Portuguesa, Madrid, Universidad Pontificia Comillas, 1996, p. 17 - 27.

SILVA, Manuel Abúndio da, *Política Religiosa – Resposta a uma Crítica*. Braga, Cruz & C.^a – Livreiros-Editores, 1913.

SIMÃO, Vítor, “O Anticlericalismo Cristão de Raul Brandão (Entre a Tragédia e a Utopia Regeneradora – Uma Abordagem Experimental)”, *in* Luís Machado de Abreu (coord.), *Variações Sobre Tema Anticlerical*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2004, p. 43 - 57.

SMITH, D. Anthony, *A Identidade Nacional*. Col. Trajectos. Lisboa, Gradiva – Publicações Lda., 1997.

SOUSA, Fernando de, “A Maçonaria do Porto e a Revolta Republicana de 1891”, *in*: Humberto Baquero Moreno... [et al.], *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte, 1991, p. 391 - 409.

SOUTO, Élio, *O Iniciado – Drama Cósmico Maçónico*. São Paulo, Madras Editora, s.d..

TEIXEIRA, Nuno Severiano, “A Política Externa da Primeira República 1910-1926”, *in*: Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinho (coord.), *A Primeira República Portuguesa – Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 169 - 177.

TELLES, Bazilio, *A Questão Religiosa*. Porto, Livraria Moreira – Editora, 1913.

TELMO, António, *História Secreta de Portugal*. Col. Janus, 3ª ed.. Lisboa, Vega Lda., 1997.

TELO, António José, “Sidónio Pais – A Chegada do Século XX”, *in*: Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinho (coord.), *A Primeira República Portuguesa – Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 11 - 24.

TORGAL, Luís Reis, *et. al.*, *História da História em Portugal – Sécs. XIX-XX*. Círculo de Leitores, s.d..

TORGAL, Luís Reis, “O Tradicionalismo Absolutista e Contra-Revolucionário e o Movimento Católico”, *in*: José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, Vol. V, *O Liberalismo (1807-1890)*. Ed. nº 2408. Círculo de Leitores, s.d., p. 227 - 237.

VARGUES, Isabel Nobre, RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “Os Liberalismos”, *in*: José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, Vol. V, *O Liberalismo (1807-1890)*. Ed. nº 2408. Círculo de Leitores, s.d., p. 213 - 227.

VENTURA, António, *A Carbonária em Portugal – 1897-1910*. Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

_____, “A Maçonaria e a República”, *in*: João Medina (dir.), *História de Portugal – Dos Tempos Pré-Históricos Aos Nossos Dias*. Amadora, Clube Internacional do Livro, 1998.

VILELA, António José, ESTEVES, Fernando, “As ligações poderosas da organização que não quer aparecer – A Maçonaria por dentro”, *in*: *Sábado*, Nº 161, 31 de Maio a 6 de Junho de 2007, p. 40 - 50.

WHELLER, Douglas L., *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1978.

WILMSHURST, W. L., *Maçonaria – Raízes e Segredos da sua História*. Lisboa, Prefácio – Edição de Livros e Revistas, Lda., 2002.

WEBGRAFIA

<http://abarracadacarbonaria.blogspot.com/>

<http://acrisedeportugal.blogspot.com/>

<http://aliberdadedeescrita.blogs.sapo.pt/arquivo/171739.html>

http://en.wikipedia.org/wiki/Commonwealth_of_Nations

<http://esperanca-no-provir.blogspot.com/2005/10/carbonria-em-portugal.html>

<http://hybris.no.sapo.pt/>

http://images.google.pt/imgres?imgurl=http://bp1.blogger.com/_9Hs6UDWWUQM/RvXR9CMixde-almeida-e-carbonria-portuguesa.html&h=212&w=320&sz=2&hl=pt-PT&start=1&tbnid=EMbQz7KsPLRPEM:&tbnh=78&tbnw=118&prev=/images%3Fq%3Dbandei

<http://images.google.pt/imgres?imgurl=http://www.triplov.com/carbonaria/head.jpg&imgrefurl=h>

<http://images.google.pt/imgres?imgurl=http://shopping.banner-link.com.br/loja/images/L1119/F>

http://jacarandas.blogspot.com/2006_02_01_archive.html

<http://jacarandas.blogspot.com/2006/10/filhos-da-carbonria.html>

http://members.tripod.com/~gremio_fenix/trabalhos/trab_reb010589.html

<http://natura.di.uminho.pt/~jj/musica/html/portuguesa.html>

<http://novafloresta.blogspot.com/2006/09/o-estado-maon.html>

<http://ocanhoto.blogspot.com/2006/10/assuntos-no-urgentes-letra-do-hino.html>

<http://paginas.fe.up.pt/~ec00036/Hino%20Nacional.htm>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Entente_cordiale

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Carbon%C3%A1ria>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Governo_Provis%C3%B3rio_da_Rep%C3%BAblica_Portuguesa

http://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Oriente_Lusitano

http://pt.wikipedia.org/wiki/Hino_nacional_de_Portugal

http://pt.wikipedia.org/wiki/Proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%BAblica_Portuguesa

http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_liberal_do_Porto

<http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/lib1846.html>

<http://www.estrela.rudah.com.br/modules/news/print.php?storyid=13>

<http://www.freemasons-freemasonry.com/arnaldoG.html>

http://www.citi.pt/cultura/literatura/poesia/j_g_ferreira/carbonar.html

http://www.cm-vnfamalicao.pt/noticias/desenv_noticias.php?ntid=1606

<http://www.di.uminho.pt/~lsb/lena/historia/dias.html>

http://www.gllp.pt/pranchas/hist_da_mac.html

http://www.glnp.pt/index_faq.jsp#

<http://www.gremiolusitano.pt/?menu=1&submenu=24&idconteudo=172>

<http://www.instituto-camoes.pt/CVC/filosofia/rep6.html>

http://www.iscsp.utl.pt/cepp/cronologias/1913_cr..htm

<http://www.iscsp.utl.pt/cepp/indexfrol.php3>

http://www.iscsp.utl.pt/cepp/regimes_politicos/crepusculo_da_monarquia_1900-1910_1.htm

<http://www.maconaria.net/crencas.shtml>

<http://www.maconaria.net/entrevista.shtml>

<http://www.maconaria.net/landmarks.shtml>

<http://www.maconaria.net/organizacao.shtml>

<http://www.maconaria.net/secxix.shtml>

http://www.parlamento.pt/const_leg/crp_port/

http://www.ponto.altervista.org/Lugares/Bandiere/portogallo_pt.html

<http://www.portugalmaispositivo.com/?q=node/676>

<http://www.republica.pt/jornal2.htm>

http://www.srrh-recursoshumanos.pt/hino_nac.html

<http://www.triplov.com/editorial/carbono.htm>

http://www.universal.pt/scripts/hlp/hlp.exe/artigo?cod=2_403

http://www.verbojuridico.net/inverbis/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=533

www.carbonaria.org.